

Modos de vida e produção do comum:

passagens e
paragens



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

Organizadores(as)
Marcelo Dalla Vecchia
Isabela Saraiva de Queiroz
José Rodrigues de Alvarenga Filho
Júlia Costa de Oliveira

Modos de vida e produção do comum:

passagens e

paragens

Organizadores(as)

Marcelo Dalla Vecchia

Isabela Saraiva de Queiroz

José Rodrigues de Alvarenga Filho

Júlia Costa de Oliveira



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre

2026



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade. Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Gestão 2026-2027

Presidenta Nacional: Gioconda de Sousa Silva Lima

Vice-Presidente Nacional: Paulo Vitor Palma Navasconi

Tesouraria: Pedro Paulo Viana Figueiredo

Secretaria: Noeli de Almeida Godoy

Comunicação: Paulo Roberto da Silva Junior

Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos: José Miguel Silva Ocanto

Relações Institucionais, Movimentos e Coletivos: Maria Conceição Costa



ABRAPSO EDITORA

Editoria Científica

Emerson Rasera

Editoria Executiva

Ana Lídia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lívia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Abrapso Editora utiliza a Licença CC-BY. Esta licença permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do material em qualquer meio ou formato, desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial. CC BY inclui os seguintes elementos:



Por: os créditos devem ser dados ao criador.

Consulte: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Modos de vida e produção do comum [livro eletrônico] : passagens e paragens / organização Marcelo Dalla Vecchia...[et al.]. -- Porto Alegre, RS : ABRAPSO Editora, 2026.
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Isabela Saraiva de Queiroz, José Rodrigues de Alvarenga Filho, Júlia Costa de Oliveira.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88473-41-2

1. Cidadania 2. Conflitos (Psicologia)
3. Psicologia social 4. Relações de gênero
5. Trabalho - Aspectos psicológicos 6. Vida
I. Vecchia, Marcelo Dalla. II. Queiroz, Isabela Saraiva de. III. Alvarenga Filho, José Rodrigues de. IV. Oliveira, Júlia Costa de.

26-344955.0

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

REALIZAÇÃO



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

APOIO



Organizadores(as)

Marcelo Dalla Vecchia

*Doutor em Saúde Coletiva, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei
mdvecchia@ufsj.edu.br*

Isabela Saraiva de Queiroz

Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei

José Rodrigues de Alvarenga Filho

Doutor em Psicologia, Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei

Júlia Costa de Oliveira

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

Apresentação..... 11

CAPÍTULO 1

Em que terreno pisamos? Contribuições da ou para a Psicologia Social a partir do diálogo com as lutas por moradia17

(Lara Brum de Calais)

CAPÍTULO 2

Ser cidadão: cidadania, circunstâncias históricas e seus processos automáticos de cultivo na memória da sociedade civil33

(Delcimar Ribeiro da Silva)

CAPÍTULO 3

Uberização x plataformização do trabalho: apontamentos a partir da Psicologia Social do Trabalho39

(Maristela de Souza Pereira)

CAPÍTULO 4

Versos pra lembrar: coletânea de escritos.....57

(Hudson Carajá)

CAPÍTULO 5

Psicologia das florestas: modos de vida e produção do comum65

(Rejane Paféj Kanhgá)

CAPÍTULO 6

“Quem falou que eu ando só?": O encontro da Psicologia Comunitária com a práxis do Feminismo Negro a partir da extensão universitária junto à Coletiva Mulheres da Quebrada75

(Paula Rita Bacellar Gonzaga, Keren Clementina Martins França, Ágnes Souza Montanari, Karla de Paula Carvalho, Sandra Sawilza, Sheylla Bacelar, Simone Sigale)

CAPÍTULO 7

Práticas de cuidado: a clínica psicossocial com a população LGBTI+93

(Dalcira Ferrão)

CAPÍTULO 8

Por uma Psicologia Escolar decolonial do possível: escritas com saudade, esperança e a produção do comum 105

(Fernanda de Cássia Oscar Otaciano, Aline Campolina Andrade, Deruchette Danire Henriques Magalhães, Cristiane Costa de Almeida, Luísa Marcondes Santos Monteiro, Natália Vitória dos Santos, Celso Francisco Tondin)

CAPÍTULO 9

Democracia sanitária e participação popular no enfrentamento às crises ambientais: perspectivas a partir dos recortes de território, raça e gênero 123

(Mariana Vieira Moraes)

CAPÍTULO 10

Mobilização Comunitária para Defesa do Meio Ambiente: o caso do Movimento Tapera Viva (Serra do Cipó/Brasil) 143

(Claudia Mayorga, Larissa Nanni Krause, Viviane de Oliveira Costa Gomes)

CAPÍTULO 11

Feminismo Comunitário e sua Pedagogia Feminista: produção do Bem Viver em São João del-Rei-Minas Gerais 161

(Marina Eduarda Oliveira Campos, Maria Fernanda Gusmão Rego)

CAPÍTULO 12

Modos de vida e produção do comum na trajetória do Professor Marcos Vieira-Silva ... 181

(Aline Moreira Gonçalves)

SOBRE A ORGANIZAÇÃO..... 197

SOBRE AS AUTORIAS 199

ÍNDICE REMISSIVO 205

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do *24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES*, realizado em São João del-Rei, Minas Gerais, em 2024. No ano anterior, Divinópolis recebeu o *23º Encontro*, que ficou marcado pela alegria de voltarmos a nos encontrarmos presencialmente, após os duros anos de pandemia de Covid-19, e o heroico Encontro remoto organizado pelas(os) abrapsonianas(os) de Montes Claros. Naquele momento também celebramos, entusiasmados, os primeiros meses da vitória de um arco de alianças eleitorais, montado para vencer a ascensão autoritária e de extrema-direita no Brasil. **Vencemos!**

No entanto, pelas permanências que revelam, muitos desafios se apresentam quando contrastamos, por um lado, o contexto que vivíamos no *20º Encontro Regional* de 2016, também realizado em São João del-Rei, e o contexto do nosso *24º Encontro*, que se avizinha, naquele ano de 2024. O Estado brasileiro permanece permeável aos arroubos autoritários dos remanescentes da ditadura empresarial-militar. Uma colossal desigualdade socioeconômica, que cinde o país entre uma pequena parcela detentora da maior parte da riqueza produzida e uma imensa maioria que com pouco vive, é persistente. O genocídio da juventude preta e pobre das periferias urbanas e o feminicídio resultante de um machismo estrutural contumaz fazem da insegurança pública a ambiência cotidiana da vida nas cidades.

Cabe a nós, perguntarmos: “Como a Psicologia Social pode contribuir com o fazer frente a essa realidade?”. A Psicologia Social mineira, em especial, com o acúmulo dos debates advindos dos vinte e três Encontros precedentes, e com a rica história de ser uma das primeiras regionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, que legado tem para contribuir na superação desse estado de coisas? É na busca por responder a essas questões que propomos como tema para o *24º Encontro da ABRAPSO MG/ES*: “Modos de Vida e a Produção do Comum”.

Não são recentes as tentativas de imposição de um único modo de ser, principalmente aos grupos historicamente subalternizados, desde uma lógica colonial, logo, individualizante e normatizadora. Porém, as diversas formas de coproduzir o cuidado de si, da coletividade e da terra continuam a engendrar enfrentamentos; como aponta a psicóloga e pesquisadora da etnia guarani, Geni Núñez (2019), povos originários, ativistas e intelectuais não brancos estão, há muitos anos, tecendo conceitos, práticas e ferramentas contracoloniais, entretanto, não são ouvidos pelos sistemas seletivos de escuta. Nesse contexto, a produção do comum não visa a padronização dos movimentos de resistência e de ser, senão a criação de alianças para a construção de novos mundos, para reparar as

“feridas coloniais” (Núñez, 2019) ou, como sugere Ailton Krenak (2019), para adiar o fim do mundo.

O debate de temas como os conflitos socioambientais, as lutas vivenciadas pelos povos indígenas, pela comunidade negra e LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo e Assexuais+), bem como as discussões acerca das condições precarizadas de trabalho e os avanços e desafios do campo da Saúde Coletiva, podem trazer pistas para o fortalecimento do compromisso ético-político da Psicologia Social, com a produção de um comum que contribua ativamente para a superação daquilo que fragiliza os modos de vida que (re)existem.

A organização do livro se inspirou nos debates tecidos ao longo do evento. No Eixo 1, três capítulos abordam problemáticas contemporâneas do campo da Psicologia Social. O primeiro capítulo, **“Em que terreno pisamos? Contribuições da ou para a Psicologia Social a partir do diálogo com as lutas por moradia”**, escrito por Lara Brum de Calais, nos convoca a “... curvar o pescoço, baixar os olhos, mapear os passos, para assim voltar a olhar para o horizonte”. A autora defende que a compreensão do terreno seja ponto de partida para a atuação da Psicologia, ainda que esse seja um pressuposto com tanta frequência esquecido, dando lugar a lógicas psicologizantes e abstratas. Ao longo do texto, narram-se práticas a partir do seu campo de trabalho como professora, pesquisadora e militante dos Direitos Humanos no território do Espírito Santo, principalmente articulada ao *Movimento Nacional de Luta por Moradia* – MNLM–ES e aos contextos de ocupação urbana.

No capítulo 2, intitulado **“Ser cidadão: cidadania, circunstâncias históricas e seus processos automáticos de cultivo na memória da sociedade civil”**, Delcimar Ribeiro da Silva problematiza o conceito de “cidadania”, denunciando a ótica colonial que impõe desafios históricos aos grupos sociais que estão à margem da sociedade. A aposta é que, ao identificar obstáculos ao exercício da cidadania, seja possível a construção de estratégias de resistência a eles, garantindo “... uma participação mais ativa e inclusiva” a todas as pessoas — e não apenas dos poucos que são considerados, pela hegemonia, dignos de serem cidadãos.

No capítulo 3, **“Uberização x plataformização do trabalho: apontamentos a partir da Psicologia Social do Trabalho”**, Maristela de Souza Pereira reflete sobre a “uberização” na contemporaneidade como tendência geral de organização dos processos de trabalho, o que produz efeitos sobre a massa de “uberizadas(os)” e ao conjunto da classe trabalhadora. Para isso, a autora tece algumas conceitualizações necessárias, como “uberização” e “plataformização”, considerações sobre formas de enfrentamento que dialogam com a busca pela transformação social e das condições de trabalho.

No Eixo 2, as parcerias epistemológicas e políticas entre a Psicologia Social e as lutas dos Povos Indígenas são discutidas, em um movimento que visa o “reflorestamento” da Psicologia enquanto Ciência e Profissão. No capítulo 4, Hudson Carajá compartilha “**Versos pra lembrar: coletânea de escritos**”. Esses versos não só denunciam os epistemi-cídios que atravessam o campo *Psí*, como relatam sonhos originários, que tocam “tocar não só a mente, mas o coração de quem se surpreende ao ouvir que aqui já existiam ciências de cuidados muito, mas muito antes do eurocentrismo invadir”. Com sensibilidade e afirmação ético-política ancestral, Hudson Carajá nos presenteia com interpelações poéticas sobre planos de ensino da nossa formação, retomadas e encantamentos necessários à Psicologia, para não ser mais uma ferramenta do colonizador.

No capítulo 5, Rejane Paféj Kanhgá escreve sobre “**Psicologia das florestas: modos de vida e produção do comum**”. A partir do “*kanhgang êg my há*”, que significa “o que nos faz bem” na língua originária kaingang, ela afirma as relações intrínsecas entre saúde, terra, meio ambiente e os estilos de vida tradicionais dos povos originários. Ao abordar o conceito de “corpo-território”, faz dialogar com a Antropologia e a resistência das mulheres indígenas, que vêm “sendo pilar de seus territórios, adaptando-se às conjunturas sociais, intelectuais e políticas”. Assim, problematiza as potencialidades da produção do comum a partir dos modos de ser e viver indígena.

No Eixo 3, o enfoque está na transitoriedade dos corpos em uma comunidade interseccional. No capítulo 6, Paula Rita Bacellar Gonzaga, Keren Clementina Martins França, Ágnes Souza Montanari, Karla de Paula Carvalho, Sandra Sawilza, Sheylla Bacelar e Simone Sigale apresentam o texto “**“Quem falou que eu ando só?: O encontro da Psicologia Comunitária com a práxis do Feminismo Negro a partir da extensão universitária junto à Coletiva Mulheres da Quebrada**”. O texto reforça a importância acadêmica, histórica e política do compromisso social da universidade pública com a potencialização da autonomia comunitária, considerada pelas autoras a força motriz da luta pela dissolução das desigualdades estruturais.

No capítulo 7, “**Práticas de cuidado: a clínica psicossocial com a população LGBTI+**”, Dalcira Ferrão parte do debate proposto na Mesa Redonda “Transitoriedade dos corpos em uma comunidade interseccional”, realizada durante o *24º Encontro Regional ABRAPSO MG/ES*, para apresentar o que vem construindo em sua trajetória profissional como psicóloga clínica e social, cujo fazer se dá a partir de uma perspectiva racializada e feminista.

Já o capítulo 8, “**Por uma Psicologia Escolar decolonial do possível: escritas com saudade, esperança e a produção do comum**”, de autoria de Fernanda de Cássia Oscar Otaciano, Aline Campolina Andrade, Deruchette Danire, Henriques Magalhães, Cristiane Costa de Almeida, Luísa Marcondes Santos Monteiro, Natália Vitória dos Santos

e Celso Francisco Tondin, o texto discute histórias e memórias de corpos “que ousaram ocupar a escola, vindos das bordas, das vielas e dos quintais”. Nele, as autoras e o autor apresentam o que nomeiam como uma “Psicologia Escolar decolonial do possível”, corporificada e posicionada na ética-política feminista latino-americana e antirracista.

Já no Eixo 4, debatemos sobre os conflitos socioambientais: o papel da mobilização comunitária. Mariana Vieira Morais inicia, no capítulo 9, refletindo sobre “**Democracia sanitária e participação popular no enfrentamento às crises ambientais: perspectivas a partir dos recortes de território, raça e gênero**”. A autora analisa como as crises ambientais afetam desproporcionalmente populações vulnerabilizadas, considerando especialmente os marcadores sociais de território, raça e gênero, e defende a participação popular na gestão de riscos como elemento fundamental da democracia sanitária e da vigilância popular em saúde.

No capítulo 10, intitulado “**Mobilização Comunitária para defesa do meio ambiente: o caso do Movimento Tapera Viva (Serra do Cipó/Brasil)**”, Claudia Mayorga, Larissa Nanni Krause e Viviane de Oliveira Costa Gomes apresentam uma experiência concreta de mobilização comunitária em defesa de uma unidade de conservação. As autoras relatam como a ocupação do Parque Natural Municipal da Mata da Tapera pela Brigada Cipó e o surgimento do *Movimento Tapera Viva* exemplificam processos democráticos participativos que articulam extensão universitária, educação ambiental crítica e gestão participativa de áreas protegidas.

Já no capítulo 11, “**Feminismo Comunitário e sua Pedagogia Feminista: produção do Bem Viver em São João del-Rei–Minas Gerais**”, Marina Eduarda Oliveira Campos e Maria Fernanda Gusmão Rego exploram as práticas de resistência e cuidado desenvolvidas por mulheres em territórios periféricos como formas de enfrentamento aos conflitos socioambientais. As autoras abordam o conceito de “corpo-território” e a Pedagogia Feminista como ferramentas contra-hegemônicas que articulam Feminismo Popular, Economia Solidária e Justiça Ambiental, demonstrando como a mobilização comunitária feminista produz alternativas concretas baseadas na agroecologia e na sustentabilidade da vida.

Por fim, o último capítulo apresenta o homenageado do evento, o professor Marcos Vieira-Silva, em um texto de Aline Moreira Gonçalves: “**Modos de vida e produção do comum na trajetória do Professor Marcos Vieira-Silva**”. O texto faz um resgate abrangente da obra do nosso caro *Marquinhos*, localizando no tempo e no espaço seus valerosos e reconhecidos esforços por produzir uma Psicologia Social Crítica aliada às especificidades do povo brasileiro e latino-americano. O Prof. Marcos é um testemunho vivo da ABRAPSO, de seus momentos e movimentos, e o texto de Aline se esforça por demonstrar que, no movimento de pensar os modos de vida e a produção do comum,

sua obra e seu legado acadêmico permanecem atuais, trazendo contribuições para compreendermos também o nosso momento.

Finalmente, queremos registrar nossos agradecimentos pelo apoio na realização do 24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES à Coordenadoria do Curso de Graduação em Psicologia da UFSJ (COPSI), ao Departamento de Psicologia da UFSJ (DPSIC), ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSJ (PPGPSI), aos Conselhos Regionais de Psicologia de Minas Gerais (CRP-4) e do Rio Grande do Sul (CRP-07), e ao Conselho Federal de Psicologia (CFP). Por terem contribuído com o custeio dos serviços necessários para a viabilização da presente publicação, nossos agradecimentos ao Fundo de Pesquisa da Universidade Federal de São João del-Rei e aos recursos concedidos pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao PPGPSI-UFSJ.

Uma leitura agradável e prazerosa, e que possa mobilizar saberes e resistências, é o que desejamos a todas as pessoas que lerem os capítulos deste livro!

São João del-Rei, 20 de setembro de 2025.

Referências

- Núñez, G. (2019). Descolonização do pensamento psicológico. *Plural*, 5(2), 06-10.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

CAPÍTULO I

Em que terreno pisamos? Contribuições da ou para a Psicologia Social a partir do diálogo com as lutas por moradia

(Lara Brum de Calais)



1

Introdução

A pergunta que desafia o novo do título deste capítulo nos leva a olhar para o chão. Curvar o pescoço, baixar os olhos, mapear os passos, para, assim, voltar a olhar para o horizonte. Compreender o terreno é, para além de um ponto básico para a atuação em Psicologia, um exercício sensível que exige uma abertura radical, um mergulho por entre as brechas — aquelas que surgem e as que são produzidas — que criam condições de visibilidades outras sobre a vida.

O movimento de esquadrihar o terreno enquanto campo-plano de atuação, mas também enquanto corpo atravessado pelo mundo, sugere um passo firme na direção da quebra com as dinâmicas de propriedade. Explico: para podermos olhar para nossos passos, ampliar nossos olhares, é preciso romper com estacas que sustentam lógicas de domínio sobre o outro, sobre os modos de ser e de sentir, para, então, afirmar uma atuação que produza uma antítese ao modelo colonialista incentivador de lógicas de domínio.

Nesse enquadre, um encontro regional da Psicologia Social como o que dispara as escritas neste livro, que anuncia em seus objetivos a proposição dos diálogos sobre o comum, só pode ser um encontro que se pretende espaço-campo de entrecruzamentos de histórias, vidas, sentidos, forças, alianças e tantas mais marcas de quem se preocupa com a produção da vida, ou com a produção de outras possibilidades de vida. Portanto, um encontro que se produz enquanto espaço de troca, mas também de propulsão de outros atos em direção à criação da vida e, especificamente, das feitura no campo da Psicologia. Assim, o presente capítulo se integra ao bojo de discussões e afetações que foram disparadas por um evento-encontro que movimentou fluxos mineiros da composição da Psicologia Social, atrelados à interlocução com outros estados, regiões e territórios que materializam a Psicologia Social contemporânea.

Na estrada das conversas que surgem nesse capítulo, a pergunta “Em que terreno pisamos?” assume o lugar de baliza condutora de nossas reflexões. Ou seja, para onde quer que olhemos nas discussões que versam sobre os caminhos da Psicologia Social contemporânea, voltar para a condição de se perguntar “Que terreno é este?”, como um exercício ético de não nos acostumarmos com as *pseudo* certezas nosológicas ou diagnósticas amparadas pelo discurso psicológico, é imperativo. A proposta é, então, a despeito de uma simplicidade da pergunta, encará-la como uma torção incômoda a cada passo de nossas atuações e afetações: é preciso compreender, mapear, torcer a visão sobre onde e com quem dialogamos a todo o tempo.

Nesta toada, intenciona-se o exercício de aproximar a pluralidade de territórios, experiências e atuações que compõem parte da Psicologia Social e que potencializam a esfera dos encontros capazes de criar condições de existência do comum. Logo, enten-

demos aqui, “encontro” e “comum” enquanto conceitos condutores de perspectivas de mundo, isto é, que criam condições de possibilidades para a existência de sujeitos nas relações objetivas e subjetivas da vida. Neste sentido, na potência do entendimento dos encontros, como ressalta Heckert (2007), como afirmação de práticas coletivas, contrapondo-se a atos individualizantes e tecnicistas, o campo mobilizado pelo anúncio dos diálogos em Psicologia Social torna-se plano de emergência de análises.

Em trabalho anterior (Calais *et al.*, 2024), afirmamos a aposta em uma atuação que se coloca aprendiz pelas histórias, pelos olhares, e que incitam a produção de um certo “comum” enquanto horizonte ético-político de atuação. “Comum” aqui compreendido para além de uma junção de consensos ou de um conjunto de alianças em torno de algo, mas como intervalo, brecha sensível que erige dando condições aos acontecimentos que irrompem a dimensão estética do tempo-espaço. Apreciar, portanto,

... a beleza e potência nas rugosidades. As estrias, os vincos e as rugas da terra abrem espaço para a criação de caminhos outros. Rachaduras que duvidam e questionam a linearidade da vida. Rugosidades que dificultam o correr planejado das práticas e políticas de subjetivação em curso nesse projeto de sociedade capitalista, extrativista, neoliberal, racista, machista, patriarcal, que se aproveita da lisura das superfícies para espalhar suas formas-mundo ... Indagar a superfície lisa produzida para o avanço capitalista é rejeitar aparentes e silenciadores consensos. Afirmar o chão arenoso nos convida a contornar a repetição e naturalização da vida, dando lugar ao dissenso no encontro com outros afetos e corpos pelo caminho (Calais, Oliveira, & Machado, 2024, p. 79).

Assim, na esteira da potência dos encontros e na efêmera existência do comum, pretendo trançar alguns olhares e cuidados que construímos à muitas mãos, acerca de nossos passos, entrincheirados com as lutas em defesa dos Direitos Humanos e, especialmente, nos debates sobre políticas habitacionais e luta por moradia. Faremos isso desde o solo do estado do Espírito Santo (ES), onde nossas práticas enquanto grupo de pesquisa tem ecoado junto ao *Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM–ES* e aos contextos de ocupação urbana.

Entre passos, lutas e sensibilidades

Para dar corpo ao que se intenciona problematizar, algumas discussões serão convocadas a partir de meu campo de trabalho como professora, pesquisadora e militante dos Direitos Humanos, em especial das políticas habitacionais e de luta por moradia. Tal contexto emerge em um território situado na Região Metropolitana da Grande Vitória, onde se localizam boa parte dos trabalhos e afetos junto ao *Grupo de Pesquisa e Extensão Esteticidades*, espaço de estudos e práticas em estética e subjetividades, vinculado ao *Departamento de Psicologia* da *Universidade Federal do Espírito Santo*.

Neste terreno — e aqui, retomamos a relevância da pergunta condutora de nossas reflexões neste capítulo, ao tomar o termo “terreno” como objeto valioso na disputa das lutas por moradia e pela terra —, movimentações, abalos, fissuras, tremores e germinações acontecem no contato com as intensas discussões que circundam as temáticas de direito à cidade, Reforma Urbana e Políticas Habitacionais no Brasil (Berth, 2023; Harvey, 2012; Lefebvre, 2009; Maricato, 2010; Rolnik, 2019). É deste chão que tem partido boa parte de nossas indagações para a Psicologia (Social), especialmente quando do encontro entre as escutas e fazeres da Psicologia com as práticas e saberes de quem está cotidiana e irremediavelmente nas lutas. Tais indagações, trazem contornos relevantes para análises sobre as atuações da Psicologia no entroncamento de interesses da dinâmica privada de propriedade dos espaços e pessoas, com a afirmação do domínio público dos direitos e garantias para a vida da população.

Partimos, portanto, de um desenho de atuação que ganha corpo por meio de um *Projeto de Extensão Universitária*, o “MORADAS: Políticas de moradia e processos de subjetivação nas realidades de Ocupação na Grande Vitória/ES”, que caminha no sentido de fortalecer articulações junto às movimentações de luta por moradia na Região da Grande Vitória–ES, a fim de construir, coletivamente, ações de enfrentamento às formas de precarização no âmbito das políticas públicas e sociais, bem como fomentar práticas inventivas de fortalecimento das existências e resistências na pauta pela garantia de direitos. Nas andanças e encontros do Moradas, aprendemos sobre as possibilidades de transformação da realidade em meio aos afetos, abraços, cafés, afirmação de parcerias e a construção de alianças afetivas que produzem sentido ao que pensamos e fazemos no mundo.

Na perspectiva de Ailton Krenak (2022), as alianças afetivas ganham forma a partir da assunção da radicalidade da desigualdade entre os seres, ou seja, não parte da pressuposição de igualdade, mas afirma a alteridade enquanto um imperativo de reconhecimento que promove relações passíveis de aliança. Nessa perspectiva, a abertura à radicalidade das relações instala a possibilidade de estar em territórios existenciais diversos e, por isso mesmo, plural nas condições de experimentação de relações.

Enquanto práticas, abrimo-nos e manejamos as aberturas às distintas possibilidades de construção de atuações conjuntas da Psicologia junto a outros corpos e saberes. Neste caso, vale mencionar a potente articulação de nossas práticas com as discussões da Arquitetura e Urbanismo — especialmente nas afinidades com o debate sobre habitação social —, a valiosa articulação com coletivos que debatem agriculturas e permacultura, os coletivos jovens de luta popular, as frentes do Movimento Negro e, sobretudo, a relação de confiança estabelecida com as lideranças das ocupações.

Em síntese, os fazeres junto às ocupações versam por caminhos como: grupos (de produção, de discussão, entre outras frentes) com moradores das Ocupações — com

públicos variados e adesão mais continuada de mulheres e crianças; acompanhamento de questões relativas aos processos de reintegração de posse em curso no caso das ocupações acessadas (tais como a visita técnica da Comissão de Soluções Fundiárias, pautas discutidas na Assembleia Legislativa do Espírito Santo); parcerias com assessorias técnicas de habitação social; construção e realização de mapeamento e levantamento psicossocial das condições de vida da população; elaboração e implementação de um *Plano de Bairro Popular* junto à comunidade; realização de endereçamento e emplacamento de lotes no terreno da ocupação; reuniões com instâncias governamentais para articulações em prol da defesa do direito à moradia; produção de atividades de horta comunitária, mutirão de plantio, entre outras tantas atividades possíveis.

Para além de sumarizar práticas, o que se intenta aqui é colocar em discussão algumas ferramentas que anunciam brechas para a colocação da inteireza do diálogo, da conversa, da escuta de produção de outros modos de vida sem, obviamente, perfazer nenhum receituário ou mesmo pleitear algum pioneirismo. O que afirmamos, portanto, é a condição inalienável do posicionamento ético que abre espaço para outras possibilidades de compreensão dos terrenos objetivos e subjetivos da vida, especialmente aqueles que nos levam para uma abertura sensível às análises.

Contribuições da ou para a Psicologia Social

Alguns passos e preocupações nos são comuns em Psicologia Social quando atuamos balizados por um horizonte ético-estético-político de transformação possível das realidades instaladas historicamente em nossa sociedade. Contudo, a despeito das obviedades e naturalizações cotidianas acerca de uma certa cartilha que concerne o *saber-fazer* da Psicologia, pensar pontos de torção que nos posicionam em um constante exercício reflexivo e de localização de nossos olhares e saberes (Haraway, 1995), torna-se valioso. Por pontos de torção, entendemos aqueles pelos quais assimilamos a dobra do discurso, não nos furtamos à análise pelo avesso dos processos, para então tentar produzir saídas que criem alternativas ao projeto precarizante da vida em marcha.

Neste sentido, serão abordados aqui dois pontos que considero relevantes para podermos colocar essa discussão na mesa. Isso, no intuito de abrir o diálogo, como em uma roda de partilhas que deseja encontrar ressonância em outras práticas, outros corpos, outras experiências que, em diferentes territórios, anunciam a intencionalidade da luta por direitos.

A preocupação com o território (e com a terra) em diferentes dimensões

Há aqui uma aposta na condição de existência da Psicologia Social, a partir da preocupação e compreensão, em ampla escala, acerca do território e suas ramificações, pluralidades e multiplicidades. Neste sentido, enquanto condição, entendemos que toda e qualquer forma de análise que se fizer presente em nossas frentes de atuação deverão tomar como plano as dimensões que envolvem o território, ou seja, torcer as análises a partir da existência que se faz pelas conexões objetivas e subjetivas que se montam em territorialidades.

Nesta perspectiva, o diálogo com autores e autoras que incitam a problematização sobre território em diferentes áreas de saber, aglutinam preocupações e pistas de construção de outras formas de relação e vida. O reconhecido entendimento de Milton Santos (1998, p. 15) já anunciava que:

... é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. ... O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Em um “quadro de vida”, como propõe o autor, analisamos as complexidades que criam condições de existência e resistência em seus mais ampliados âmbitos. Ou seja, contorcer as naturalizações perpetradas sob as aparências históricas das desigualdades, das relações de hierarquias, das pretensas conquistas sobre o outro, dos subterfúgios de produções neoliberais sobre o ser e o sentir, da ideia de propriedade que se impõe nos processos objetivos e subjetivos de construção das dinâmicas sociais, torna-se tarefa imperiosa da Psicologia Social.

Haesbaert (2007), a partir de uma visão deleuzo-guattariana, lembra que a dimensão territorial é composta pela possibilidade de fruição de encontros entre forças e fluxos em movimento; movimento este que gera fissuras, brechas, interrupções e descontinuidades capazes de torcer a realidade dada e, no mais das vezes, cristalizada em modos de operação subalternizadores e precarizadores das vidas.

Em síntese, o que se propõe aqui é um aceno para que o notório entendimento de território em Psicologia Social amplie sua forma para a composição de uma necessária tríade: terreno—território—terra. Em que “terreno” indique a demanda pelo esquadriçamento de nossos quadros de vida, dilatando a possibilidade de entender e sentir as condições que se montam diante das demandas com as quais nos deparamos em nossas atuações; “território”, além de um conceito/marcador-chave para as análises psicossociais, seja dispositivo de abertura radical para verter as *pseudo* certezas psicológicas; e “terra”

anuncie nossa necessária afinidade com as temáticas que brotam das dinâmicas da terra, em diálogo com saberes outros que há muito sustentam formas de produção de vida que subvertem a lógica capitalista-neoliberal. Nesse sentido, afirmando uma Psicologia que se mantenha constantemente atenta às interlocuções com a tríade terreno–território–terra e as convocações de pertencimento que dela evocam.

Apostamos, então, em uma ideia de desbordar o território: ir além, esticar, extrapolar a borda do que pensamos entender e deixarmos-nos atravessar pelo que se produz no “entre” das existências. Com inspiração em Nêgo Bispo, é valioso pensar as relações em confluência, que incorporam fluxos que fazem transbordar, pois “... é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza” (Santos, 2015, p. 89), resistindo às artimanhas das opressões.

Assim, podemos aproximar tal argumentação de um debate da Psicologia Social que se comprometa com o deslocamento da soberania da dinâmica da/de propriedade, isto é, que assume uma postura — bem como sua parcela de responsabilidade na produção — de denúncia das teias que envolvem os discursos e práticas que reproduzem as lógicas privatistas da subjetividade. Em contraponto, afirmamos, portanto, os processos de subjetivação que cultivam o pertencimento, que se aliam às tecnologias de luta e de resistência existentes nos territórios.

Nesse sentido, os trabalhos seguem a intenção de cultivo de políticas de pertencimento, em detrimento das políticas de propriedade, ou seja, da aposta em formas de subjetivação que se fortalecem em meio às práticas comunitárias, às relações de vizinhança, às amizades políticas, aos passos conjuntos em direção aos horizontes éticos semelhantes. Como argumenta bell hooks (2022), o sentido de pertencimento se faz ao longo da história, do tempo, do espaço e encontra íntima relação com o modo como nos relacionamos com o lugar de onde viemos, como nós nos construímos, tomamos como nosso a partir das relações políticas e afetivas. Assim, pautar as dinâmicas de territorialidade que entremeiam os processos subjetivos pode atuar no sentido de torcer os modelos estabelecidos que inserem a conquista sobre o outro e sobre a terra como eixo condutor das relações.

Pela afirmação das sensibilidades

Trazer para o debate a aposta em uma dimensão sensível de nossas produções enquanto sujeitos atuantes no mundo tem sido uma das frentes de afirmação de nossas práticas enquanto grupo de pesquisa e extensão e, mais especificamente, de minhas reflexões enquanto educadora e pesquisadora. Anunciar um regime sensível, que se estabelece em meio às relações, em diálogo com as reflexões de Rancière (2009), associa-se a uma com-

preensão de certa estética da existência, que, então, aciona um “... potencial de análise sobre sistemas que engendram certas lógicas de (in)visibilidade e de (in)dizibilidade das posições e enunciações no compartilhamento do espaço comum” (Calais, Oliveira, & Machado, 2024, p. 136).

Faz-se, portanto, uma aposta na compreensão de que a afirmação da sensibilidade enquanto processo constituinte de nossas análises sobre as complexidades encontradas nas relações, sobretudo nas dinâmicas territoriais (e de nossa, anteriormente apontada, tríade terreno–território–terra), é capaz de verter as estratificadas posições em um certo regime sensível (Rancière, 2009) ora instalado, torcendo as condições de análise de mundo dispostas em nossas atuações. Fazemos isso não como a alusão a uma alegoria sintética do contato, mas sob uma perspectiva de fricção da presença, na colocação de nosso corpo-território em campo de análise — inspiradas nas leituras latino-americanas e interseccionais acerca das dinâmicas de nossos corpos e territórios (González *et al.*, 2023) — e na indagação-reflexão ética sobre o que deixamos de nossas presenças nas relações que estabelecemos em nossos planos de vivência. Em outras palavras, afirmar a torção sobre uma “... aposta na perseguição de uma indagação ética com o que ficam os campos-planos de pesquisa preenchidos por pessoas, famílias, histórias, dores, lutas, conquistas, violências e outras tantas presenças, quando nossos olhares investigadores se aproximam de suas vivências” (Calais *et al.*, 2024, p. 148).

Considerando este cenário, tenho tomado como referência uma ideia que caminhe no sentido de produção de tecnologias sensíveis, que coloque em movimento um trabalho minucioso sobre as dimensões subjetivas da formação das realidades, ao passo que também se preocupe com os rastros do que deixamos em nossas práticas e que, efetivamente, podem contribuir para mudanças nos cenários vividos. Assim, a ideia de tecnologia sensível aponta para a construção coletiva de dispositivos criativos e inventivos que possam contribuir para a transformação das realidades, tal como para produzir conhecimento junto à população.

Caminhando neste sentido, serão abordados a seguir três dispositivos criados a partir da relação com nossos campos de atuação e que, de certa forma, foram pensados a partir da discussão de nossa produção coletiva, vivencial e amparada pelas sensibilidades. De forma um tanto breve, apresento uma parte das construções que temos realizado junto aos nossos parceiros de estrada–trabalho–vida: o Relatório Técnico do Levantamento Psicossocial das condições de vida da Ocupação Vila Esperança; a Plataforma Moradas; e o Plano Popular de Bairro da Vila Esperança.

Vale ressaltar que tais ferramentas foram elaboradas e realizadas no cerne das discussões sobre as políticas habitacionais, das defesas sobre o direito à cidade e à moradia, das pautas sobre a Reforma Urbana e, mais especificamente, nas formações de coletivos

que se organizam em Ocupações para a luta por moradia. Tais debates perfazem boa parte de nossas pesquisas, práticas e sentidos no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória.

O Relatório Técnico do Levantamento Psicossocial

Entre passos, andanças, trabalho da terra, conversas e escutas sensíveis, entre fevereiro e abril de 2023, foram realizadas 450 entrevistas pela equipe do *Projeto Moradas*, em parceria com o MNLM–ES e com os moradores da *Ocupação Vila Esperança*, em Vila Velha–ES. As entrevistas deram condições de materialidade para a produção de um *Levantamento Psicossocial* das condições de vida da Vila Esperança, que surge a partir de uma demanda de proteção às ameaças de reintegração de posse vivenciadas pela comunidade da ocupação.

Diante das políticas de medo difundidas pelo aparato do próprio Estado, mapear e sistematizar a realidade vivida no território ocupado tornou-se primordial. À vista disso, a partir de formulário produzido conjuntamente com a coordenação da ocupação, uma dimensão de escuta sensível foi pautada na intenção de levantar informações acerca das condições de vida das pessoas que ali residem, bem como afirmar a legitimidade da relação de pertencimento produzidas com a terra. As entrevistas foram realizadas por meio do acesso às moradias — construídas majoritariamente com madeiras, lona e materiais de aproveitamento — e lotes com trabalho ativo das pessoas que ali habitam e/ou transitam. Com isso, viabilizou-se um diagnóstico situacional acerca: das condições socioeconômicas da população; da ausência de abastecimento de água e energia elétrica; do frágil e insuficiente acesso às políticas públicas de saúde, assistência social e trabalho; e das características vivenciais desenvolvidas na comunidade e caracterização do público ocupante.

O material possibilitou, então, um plano de análise qualitativa e quantitativa, sistematização das informações e a produção de um *Relatório Técnico* que consolidou e legitimou as demandas apontadas diariamente pelas famílias.

Através das políticas do caminhar, nos colocamos junto às demandas e reivindicações vivenciadas no território da ocupação. Reivindicações pela terra, por esse terreno que se encontra em disputa judicial acerca da legitimidade da noção de posse e propriedade. Em meio à construção de um produto técnico que pudesse sistematizar um retrato da ocupação e de suas condições de existência e permanência — retrato que escancara a falha de acesso das políticas públicas à população mais vulnerabilizada por um projeto precarizador das existências — desdobraram-se processos de afirmação da realidade vivenciada; de diálogo junto a instâncias jurídicas embasado pelos dados levantados; de

decisões e caminhos baseados em argumentações concretas sobre as políticas públicas; entre outros.

Pisar nesse chão forjado na/pela luta permitiu acessar a força que as reivindicações coletivas, que dali brotam, possuem ao denunciar a falência de uma série de pilares, como o da propriedade privada que estrutura e constrange as vidas. O Relatório em questão culmina, nesse sentido, como produto de articulações coletivas que almejam, diante dos efeitos de uma sociedade a serviço de uma concepção capitalista, um horizonte alternativo, partindo de uma análise que concebe a luta pelo direito à moradia como potencial precursora de diferentes modos de um planejamento habitacional.

A Plataforma Moradas

A construção da Plataforma Moradas¹ nasce como um produto técnico a partir de pesquisa contemplada por um edital da *Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo* – Fapes. Como efeito de uma investigação que se colocou a ouvir as histórias de luta de mulheres-lideranças que conduzem ou possuem representação relevante para os movimentos de ocupação e de luta por moradia na Região Metropolitana da Grande Vitória–ES, a Plataforma se materializa como uma afirmação narrativa e estética sobre outra forma de contar a história das lutas por habitação no estado do Espírito Santo. Uma forma que desnaturaliza a versão pautada na dominação da propriedade privada e anuncia a versão de enfrentamento e coragem historicamente contada pela população, em especial, pelas mulheres presentes nas trincheiras da luta e no seio dos trabalhos de cuidado.

Como apontado em trabalho anterior, “... a Plataforma Moradas toma forma de um espaço de compartilhamento das afetações e desafios experimentados na realidade das ocupações, contribuindo com a produção de análises sobre os movimentos de luta por moradia no Espírito Santo” (Calais *et al.*, 2024, p. 148). Neste sentido, tal produção parte do pressuposto de afirmar a proposição de uma ferramenta que seja, ao mesmo tempo, instrumento de registro histórico e fortalecimento de uma memória política sobre os caminhos das lutas por moradia no Espírito Santo, como também plataforma de busca para quem se interesse em partilhar as histórias, materiais e documentos que contribuam para contar a história a partir da perspectiva de quem a conduz.

Para além do que foi pensado em termos de investigação, sistematização e análise das narrativas que nos foram confiadas e que compõem a Plataforma, uma dimensão sensível de registro de memória política sobre o trabalho das mulheres que se colocam à frente dessa — e de outras — luta(s), tomou a cena das repercussões desta produção.

¹ Confira o acesso no endereço eletrônico: www.moradasplataforma.com

Para a montagem do *site*, uma sessão de fotografia com as protagonistas das histórias foi realizada e, neste evento, uma brecha no espaço-tempo emergiu como acontecimento não planejado da pesquisa: um espaço de cuidado, de visibilidade e de beleza em meio à dureza das histórias apareceu como cena de restituição da produção de conhecimento da pesquisa. Ao passo que se preparavam para as fotografias, relíamos para elas suas próprias histórias que constam na Plataforma Moradas, em um movimento de afirmação de suas narrativas, mas também de contemplação do tempo e da vida.

Por fim, como ponto de celebração e compartilhamento desta produção, foi realizado um evento de lançamento da Plataforma Moradas, tornando-se ponto relevante de visibilização do processo de pesquisa e das histórias narradas. O evento de lançamento, intitulado “Plataforma Moradas: histórias e resistências de mulheres em luta por moradia”, contou com a presença das mulheres protagonistas desse trabalho, com os moradores e moradoras das ocupações, entidades parceiras dos trabalhos e população em geral. Neste evento, a priorização de um espaço acolhedor, seguro e de afirmação das trajetórias que ali seriam contadas foi o mote para a experiência de partilha. O que antes era uma produção técnica de pesquisa, ganhou contornos afetivos e políticos que expandem as possibilidades de resistência forjadas pela produção de conhecimento pautada em um horizonte ético, estético e político.

O Plano Popular de Bairro da Vila Esperança

Um dos trabalhos mais recentes de nossa atuação junto à Ocupação Vila Esperança foi desenhado à muitas mãos. Como um projeto coletivo e imbuído de muitos sonhos, o *Plano de Bairro da Vila Esperança* uniu os desejos dos moradores e moradoras da Vila, de parceiros de projetos, de nosso grupo de pesquisa e extensão e da *Associação Onze8* — Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo. O Plano, que se encontra em desenvolvimento entre os anos de 2024 e 2025, reúne um arcabouço metodológico participativo de estratégias e planejamentos para delineamento das demandas de constituição de um bairro, subvertendo as constantes ameaças de reintegração de posse vivenciadas pela população que ocupa essa terra.

O Plano caracteriza-se como um conjunto de ações que visam planejar ideias, processos e meios para o fortalecimento da organização comunitária, bem como a discussão de pautas relevantes sobre a vida em um espaço coletivo. Nesta toada, os debates acerca do bem-viver; da composição coletivizada dos processos comunitários; do acesso às políticas públicas intersetoriais; da necessária luta frente às opressões e ameaças perpetradas pelas dinâmicas privadas e estatais sobre a posse da terra; das afirmações sobre as políticas habitacionais e a ideia de cidade que se quer implantar no bairro; dos desejos relativos à vida em comunidade, e em especial da circulação de crianças; dos debates sobre biocons-

trução, permacultura, agriculturas; entre outros tantos pontos, encontram terreno fértil nas ações pensadas pela execução do Plano de Bairro.

Com a participação ativa da comunidade por meio da organização de um *Conselho do Plano de Bairro*, os moradores e moradoras discutem seus projetos de morada junto aos parceiros que também mediam esse planejamento. Nesse caminhar, a pauta dos direitos em seus diferentes âmbitos ganha centralidade nos debates, encontrando terreno fértil para discussões diretamente afetadas pela experiência do território e suas demandas.

Em andamento no ano de 2025, algumas atividades desenvolvidas no sentido de materialização do Plano, tais como²: visitas em campo para levantamento de dados socioeconômicos, identificação das características territoriais e realização de estudos urbanísticos; realização de encontros de formação para os representantes da comunidade (Conselho do Plano de Bairro); reuniões deliberativas com a equipe de trabalho e partes interessadas; oficinas e atividades participativas em formato pesquisa-ação para estudo do contexto local com a comunidade; estudos e mapeamentos utilizando georreferenciamento para produção cartográfica; consulta, articulação e diálogos com outras experiências de planos de bairro; consulta, articulação e diálogos com entidades públicas quanto a dados, planos, projetos e atividades relativas ao território; produção de registros e materiais audiovisuais, como relatórios, vídeos, fotografias e mapas; compreensão analítica sobre as dinâmicas afetivas que se apresentam ao longo do processo; entre outras.

Juntamente a essas atividades, uma produção audiovisual de registro histórico também tem sido elaborada como efeito de pesquisa. No rastro da relevância de se afirmar a memória política dos acontecimentos, produzir imagens sobre a vida, os atos de resistência e as disputas que se fazem cotidianas na afirmação de posse sobre a terra, tem sido mais uma de nossas apostas para (re)contar essa história. Nesse bojo, entendemos a disputa pela memória como nossa responsabilidade acadêmica e política, na qual podemos não somente afirmar a versão construída pelo povo, mas também honrar e celebrar outras formas de vida, de cidade e de sonhos que tem sido anunciado pelos movimentos sociais.

Vimos, portanto, o Plano de Bairro configurar-se em ato, enquanto dispositivo agenciador de intenções, planos e desejos que emergem como acontecimento em meio às discussões e práticas pautadas nos espaços coletivos de sua execução. O fortalecimento das ações comunitárias, dos vínculos afetivos, das relações de confiança e da preparação para as pautas jurídicas fortalece suas estratégias técnicas e afetivas para a desafiadora continuidade dos embates e pressões para permanência deste território e de seu uso.

.....
² Tais atividades encontram-se descritas em material no formato de projeto, que será publicizado como produção do Plano de Bairro da Vila Esperança.

Considerações finais

O que se pretendeu neste capítulo não ocupa um lugar de centralidade nos debates da Psicologia, tampouco se reveste de alguma vaidade em oferecer receituários teórico-práticos para o nosso fazer. Contudo, atravessa diálogos que se fazem imperiosos, inegociáveis diante dos avassaladores mecanismos de apagamento e subalternização das vozes que se pretendem incômodas aos processos de manutenção da ordem capitalista-racista-colonizadora vigente.

Por meio de discussões que ampliam lentes e desbordam ideias, convocamos o diálogo sobre atravessamentos que irrompem as camadas enrijecidas de nossas práticas e lampejam acenos de passado, presente e futuro que anunciam outras possibilidades de/do fazer. Tais anúncios se fazem, sobretudo, como dito anteriormente, na aposta na fricção da presença, no arrastar das diferenças que criam possibilidades de faíscas, capazes de mudar os rumos dos acontecimentos.

Damos as mãos e tentamos contribuir de algum modo com aqueles e aquelas que afirmam alianças e intervenções que nos permitam vibrar, ainda que em contextos de produção de anestésias e asfixias. Em meio às nuances do debate aqui proposto, quando nos perguntamos sobre “Em que terreno pisamos?”, nós nos voltamos também para os corpos em cena, em disputa, em trincheiras de produção da vida. Voltamos os olhares para nossa atuação enquanto profissionais, pesquisadores, militantes e, sobre como podemos aprender a fazer/ser corpo-casa, corpo-escudo, corpo-movimento, que preencham os espaços e produzam possíveis saídas, coletivamente.

Nós nos jogamos, portanto, nesse terreno-território-terra em que afinamos aprendizados sobre a junção dos corpos, sobre a produção efêmera e desafiadora do comum em seu sentido transformador de existências, sobre tornar nosso *saber-fazer* instrumento para fazer frente aos processos de violência e captura colonialista-capitalista. Nos juntamos às lutas, fazendo delas também nossa prática cotidiana.

Referências

Berth, J. (2023). *Se a cidade fosse nossa*. Paz e Terra.

Calais, L. B., Oliveira, C., & Machado, C. (2024). Entre territórios, afetos, andanças e mudanças: caminhos pela Psicologia Social e comunitária. In J. S. Serafim, C. Rota Júnior, N. J. O. Leite Júnior, L. L. G. Abreu, & A. A. Rabelo, *Ser-tão crítico na Psicologia Social: produzindo vozes em tempos de necropolítica* (pp. 77-90). Editora Unimontes.

Calais, L. B., Reis, T. M., Mancini, V. B., Silva, R. D., Pereira, A. S., & Rebuli, L. M. R. (2024). Trajetórias de mulheres lideranças em luta por moradia: a construção da Plata-

- forma Moradas. In J. E. C. Carvalho, R. Toledo, & D. A. Gonçalves (Org), *Itinerários formativos e atuação nas políticas sociais: estratégias e desafios no trabalho com sujeitos/pessoa, grupos, instituições e comunidades* (pp. 145-160). Arco Editores.
- González, A. M., Garcia, D. M., Lezica, L.R, & Lozano, J. (2023). Interseccionalidades no Corpo-Território. In D. T. Hernandez & M. B. Jimenez (Org), *Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas*. Editora Elefante.
- Haesbaert, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia*, 9(17), 19-46.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 1(29), 73-89.
- Heckert, A. C. (2007). Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In R. Pinheiro, & R. A. Mattos (Org.), *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor* (pp. 199-2012). ABRASCO/CEPESC.
- Hooks, B. (2022). *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Elefante.
- Krenak, A. (2022). *O futuro é ancestral*. Companhia das Letras.
- Lefebvre, H. (2009). *O Direito à Cidade*. Centauro.
- Maricato, E. (2010). *Habitação e Cidade*. Atual.
- Rancière, J. (2009). *Partilha do sensível: estética e política*. Editora34.
- Rolnik, R. (2019). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significados*. UnB/INCTI.
- Santos, M. A. (1998). O retorno do território. In M. Santos, M. A. Souza, & M. L. Silveira (Org.), *Território: Globalização e Fragmentação*. Hucitec-Anpur.

CAPÍTULO 2

Ser cidadão: cidadania, circunstâncias históricas e seus processos automáticos de cultivo na memória da sociedade civil

(Delcimar Ribeiro da Silva)



2

Introdução

A proposta deste capítulo concentrou-se na troca de saberes sob a ótica do tema “Modos de vida e a produção comum: a cidade, seus tempos e seus espaços”. O tema em foco foi proposto para a mesa de abertura do *24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES*, realizado na Universidade Federal de São João del-Rei em Minas Gerais, entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024. Portanto, a revisão de literatura deste capítulo propõe uma discussão conceitual pela ótica da cidadania por apresentar inter-relações entre os conceitos de cidade, bem como as consequências das interfaces existentes entre tempos e espaços projetados por grupos de pessoas cujos conceitos de mundo refletem um *modus operandi* excludente, podendo ser notado no tratamento entre sujeitos que reflete na organização estrutural dos espaços.

Considerando a proposta deste capítulo, ao unirmos as contribuições discursivas que envolveram o tema do evento com as contribuições das pesquisadoras, o enfoque propõe por evidenciar diferentes dimensões do termo “cidadania”, bem como denunciar atravessamentos moldados por uma ótica colonial que podem ser entendidas como desafios históricos para pessoas que somam a grupos sociais identificados como pertencentes à margem da sociedade.

Neste panorama, o presente capítulo também tem por objetivo destacar a importância de eventos onde as propostas também possam ser interpretadas enquanto caráter de denúncia das desigualdades sociais, violências e crises políticas, visto que “ser cidadão” se acende como condição relevante para a construção do sujeito e toma por objeto não desconsiderarmos estes atravessamentos. Por fim, identificar os principais obstáculos ao exercício da cidadania como forma de pensarmos em soluções possíveis para garantir uma participação mais ativa e inclusiva.

Desenvolvimento

Ao tratar de cidadania, Maria da Glória Gohn (1997, p. 40) afirma que:

Isso significa que a cidadania por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social que varia com o tempo. Esse contrato deve ser público e universal, não pode ser oferecido no mercado, e envolve os direitos civis — considerados chaves no mundo moderno —, e os direitos políticos e os direitos sociais.

Gohn (1997) conceitua “cidadania” como os direitos e deveres a serem cumpridos pela sociedade, sujeito as alterações ao longo do tempo; contudo, apesar de sujeita à deterioração do seu *habitat*, à falta de serviços públicos e a outras ações que poderiam ser compreendidas como um direito, ela é pauta constante na luta dos excluídos que, por

sua vez, são motivados pela conquista de privilégios. Gohn (1997) aborda, ainda, que a consciência moral das pessoas se baseou em um espaço de respeitabilidade e legitimidade da Igreja, que se formou a partir de coordenadas dadas pelas experiências pessoais e pelos fatores religiosos, transmitidos por meio das famílias.

Portanto, ao considerarmos a interação dos diálogos entre os convidados, ativistas, professores e discentes que participaram do dia em que foi proposto para apresentar o tema do evento, para que um projeto de cidadania seja bem estabelecido, é necessária uma ação participativa junto à comunidade e entendendo a real necessidade de enfrentamento coletivo às precárias condições de subsistência de povos e comunidades situados às margens das desigualdades e dos processos de subalternidade historicamente forjados pelo colonialismo e sua lógica dominante em nossa sociedade. Para tanto, podemos trazer para este campo discursivo as contribuições da pesquisadora Cicília Peruzzo (2000, p. 652), que discute que,

Em direito internacional, cidadania diz respeito à nacionalidade: O direito de pertencer à uma nação. Para além dessa noção, cidadania incorpora a garantia de se ter: a) proteção legal — na perspectiva da igualdade, como a de que todos são iguais perante a lei; b) direito de locomover-se — ir de um lugar para o outro livremente; c) participação política — votar e ser votado; interferir na vida política; d) direito de expressão.

Peruzzo (2000) aponta que o problema da cidadania está em quem pode exercê-la e em que termos é exercida, pois, segundo ela, a questão está, de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles. Para a pesquisadora, a conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, cujo arcabouço social requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu *status* de cidadão à qualidade da participação, referindo-se a essa como sendo uma de suas bases. Outra possibilidade está na noção de que as suas formas são condicionadas pelo tipo de sociedade política em que se vive.

Peruzzo (2000) pontua questões fundamentais a respeito da cidadania que, em suma, está atribuída à garantia dos direitos no campo da liberdade individual, participação no exercício do poder político e direitos sociais. A pesquisadora também atenta para a leitura de que a cidadania está associada à lógica dos direitos e deveres a serem cumpridos, da importância da responsabilidade pelo conjunto da coletividade e o cumprimento das normas de interesse público.

Portanto, ao associarmos a contribuição da pesquisadora Peruzzo (2000) com o debate desenvolvido no evento, podemos entender que o conceito de cidadania não é elencado em totalidade para todos os membros da sociedade civil, sendo necessária a movimentação de classes sociais formadas por pessoas cujos direitos que legitimam “ser

cidadão” não os abarca, em decorrência da memória coletiva colonialista que se preserva, forjando posturas sociais violentas, excludentes e encaradas enquanto algo normal.

Ambas as autoras, Gohn (1997) e Peruzzo (2000), atentam para a questão de que as cobranças que visam a garantia da cidadania giram em torno dos direitos e dos deveres a serem cumpridos, que variam ao longo do tempo, conforme o período histórico e o contexto vivido. Também apontam a mobilização social como a principal ferramenta para abordar a importância do cumprimento e das cobranças das ordens que preservam a moral e a boa conduta do cidadão.

Ao relacionar as pesquisas, nota-se que Peruzzo (2000) aborda a questão das diferenças entre cidadania e direitos humanos de uma forma mais específica. Para a autora, na cidadania deve-se entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como eleitor(a) de tais membros, incluindo direitos que prezam pela liberdade, igualdade, locomoção e justiça, participação política por todos os níveis, direito e igualdade de usufruto de um modo de vida digno, por meio do acesso ao patrimônio social ou por meio de outras ações que prezam por garantir a igualdade de direitos e deveres.

Para Peruzzo (2000), os direitos civis e políticos são chamados direitos de primeira geração, os sociais, de segunda geração. De acordo com sua pesquisa, na segunda metade do século XX, surgiram os direitos de terceira geração, que tem como titular não o indivíduo, mas os grupos humanos, como o povo, a nação, as coletividades étnicas e as minorias. Nessa linha, se encaixam questões desenvolvidas em conferências mundiais sobre os direitos humanos, o direito das mulheres, o direito ao desenvolvimento, o direito à paz e o direito ao meio ambiente. Logo, podemos elencar esta linha de raciocínio como a mais próxima das contribuições apresentadas pelos convidados a ministrar a temática de abertura do *24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES*.

Assim sendo, ao discutirmos as contribuições das obras, o conceito de cidadania refere-se à necessidade que as pessoas têm de pertencerem a um grupo em que suas necessidades sejam atendidas, tendo em vista que essas carências variam ao longo do tempo e conforme o contexto social, sendo necessário um enfrentamento constante a uma estrutura colonial que se apresenta enquanto hegemônica.

Considerações Finais

Ao associarmos o tema “Modos de vida e a produção comum: a cidade, seus tempos e seus espaços”, que tomou como identidade o *24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES*, com as pesquisas elencadas neste capítulo, podemos atentar para as ideias que forjam o “ser cidadão”, enquanto uma preocupação do mundo contemporâneo.

As reflexões postas para debate cumpriram pelo objetivo de alertar uma sociedade condicionada a definir quem é digno de ser cidadão, por um prisma de imposição alimentado na nossa memória coletiva desde o Brasil-Colônia. Visto que estamos tratando aqui de relações de poder pautadas pela ótica do capitalismo e que condiciona os seres humanos a meros produtos pela manutenção do mercado, essa realidade se enquadra enquanto uma problemática, por ser desumana.

Podemos concluir, então, que a adoção e o reconhecimento de práticas, estudos, eventos e mobilizações sociais que denunciam esse sistema são importantes pelo potencial em aflorar no ser humano condições para visualizar violências que seguem naturalizadas. Por fim, infelizmente, a posição de liderança dos tempos “modernos” segue pelo prisma colonial, vitimando povos originários, a população negra, a população em situação de rua e todos os que somam no grupo do que podemos referenciar enquanto parte de uma maioria que é minorizada.

Referências

Gohn, M. (1997). *Sem Terra, ONGs e Cidadania*. Cortez.

Peruzzo, C. M. K. (2000). Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Comunicação e Sociedade*, 2(14), 651-668.

CAPÍTULO 3

Uberização x plataformização do trabalho: apontamentos a partir da Psicologia Social do Trabalho

(Maristela de Souza Pereira)



3

Introdução

O presente capítulo decorre da participação na mesa redonda “A uberização do trabalho e a reinvenção das formas de solidariedade e luta coletiva”, realizada durante o *24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES*, com o tema “Modos de Vida e Produção do Comum”. O título da mesa aponta para dois fenômenos da maior relevância para o mundo do trabalho na atualidade: a “uberização” e as lutas para seu enfrentamento. O texto ora apresentado, volta-se para esses dois objetos indissociáveis, visando tecer reflexões sobre como a uberização se constitui na contemporaneidade como a tendência geral de organização dos processos de trabalho e de controle sobre as trabalhadoras e trabalhadores, produzindo efeitos não somente sobre a massa de “uberizadas(os)”, mas reorganizando a lógica do trabalho e, assim, atingindo o conjunto da classe trabalhadora.

Para tanto, inicia caracterizando a uberização e a plataformização que, embora sejam erroneamente tidas como sinônimos, constituem de faces distintas do fenômeno em tela. Esta caracterização passa necessariamente pela abordagem de aspectos intrínsecos ao trabalho uberizado, como a precarização e informalização do trabalho, em relação direta com o desenvolvimento tecnológico, a *indústria 4.0* e a gestão algorítmica. Parte-se de análises teóricas já sedimentadas, sendo apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas pela autora e por suas e seus orientandas(os) de graduação e de pós-graduação, visando compor um quadro conceitual e prático que auxilia a evidenciar o cenário perturbador que vivenciamos nesse momento do desenvolvimento histórico do capitalismo.

Por fim, são tecidas considerações sobre algumas possibilidades de enfrentamento, também com base na literatura científico-acadêmica e nas investigações realizadas. Muitos dos estudos aqui recuperados são originários da Sociologia do Trabalho, os quais são tomados, com o objeto dessa reflexão, a partir da Psicologia Social do Trabalho, campo que se constitui de forma interdisciplinar, pautado em leituras críticas sobre a realidade,

... ênfase no conhecimento e experiência dos trabalhadores, em uma perspectiva contra-hegemônica e não exploratória desses, na assunção da dimensão política como inseparável da dimensão científica, na constatação da relação fulcral entre a subjetividade e os aspectos objetivos e materiais de existência, na indissociabilidade entre pesquisa, prática e intervenção, na horizontalidade das relações entre sujeitos pesquisadores e sujeitos trabalhadores, e na busca pela transformação social e das condições de trabalho (Pereira, 2020, p. 01).

Conceitualizações necessárias

Como aponta Abílio (2020, p. 111), o termo “uberização” tem sido largamente utilizado no meio acadêmico e nas mídias, muitas vezes sem uma definição precisa; para a autora, se refere a “... uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do

trabalho que não se inicia com a Uber e nem se restringe a ela”, tendo como característica central a consolidação do trabalho sob demanda e dos trabalhadores *just-in-time*. Segundo Abílio, Amorim e Grohmann (2021), embora a uberização caracterize uma nova estratégia de gestão e controle da força de trabalho, não se trata de um fenômeno exatamente novo, sintetizando processos em curso há décadas, relacionados à informalização, precarização do trabalho e remuneração por peça.

Nesse sentido, temos que considerar que a precarização (do trabalho e, consequentemente, da vida) é inerente ao capitalismo, manifestando-se de formas mais ou menos intensa em determinados momentos históricos, em função da correlação de forças (capital \times trabalho), e se configurando como um mecanismo de ajustamento para o sistema, de modo ainda mais evidente no que diz respeito à competição internacional. Woodcock (2020) retoma Pierre Bourdieu e sua definição de precarização como um modo de subjugação da vida que se expressa mediante uma condição de insegurança permanente e generalizada, que possui como objetivo forçar os trabalhadores à submissão e à aceitação da exploração. Assim, podemos entender a precarização como um processo de criação e exacerbção da vulnerabilidade social (Druck, 2011) ao reduzir as proteções e direitos dos trabalhadores, modificar as condições de assalariamento e inserção estável no mercado de trabalho, tornar o trabalho mais inseguro e mais propenso a gerar adoecimentos e acidentes, promover a ruptura dos laços e vínculos de solidariedade e aumentar a desigualdade social.

A precarização do trabalho se estrutura fundamentalmente em torno de três eixos: a terceirização, caracterizada por formas de subcontratação ou de ocultação do vínculo trabalhista, visando o aumento da exploração por meio de piores condições de remuneração e benefícios sociais; a flexibilização, expressa na intensificação e extensificação da jornada de trabalho, redução drástica das fronteiras entre o tempo de trabalho e não trabalho, e na remuneração variável; e a informalidade, que se configura por modalidades de prestação de trabalho não protegidas pela legislação trabalhista e pela assunção integral dos riscos e custos da atividade laboral pelo(a) trabalhador(a).

Como podemos notar, todas essas condições se fazem presentes no trabalho uberizado. Todavia, alguns elementos merecem maior relevo ao apresentar novas conformações. Um desses elementos estrutura-se em torno da diferenciação entre a informalidade enquanto modalidade de subsistência atrelada ao desenvolvimento econômico típico de países periféricos, e a informalização, entendida como um processo que hoje se coloca como a regra e tendência global para o futuro, espalhando-se da periferia para o centro das relações capitalistas de exploração do trabalho (Abílio, 2020; Abílio, Amorim, & Grohmann, 2021).

Desse modo, a uberização pode ser considerada a demarcação atual de um processo histórico que promove a:

...generalização e espraiamento de características estruturantes da vida de trabalhadores da periferia, que transitam entre ocupações formais e informais, as quais compõem sua trajetória pela instabilidade e pela ausência de identidade profissional definida, contando raramente com uma rede de proteção e segurança socialmente instituída via mundo do trabalho (Abílio, 2020, p. 114).

Outra característica marcante da uberização refere-se ao fato desse modo de organização do trabalho promover uma crescente individualização e invisibilização das relações trabalhistas ao assumir a aparência de mera prestação de serviços e obscurecer os laços de assalariamento e exploração do trabalho (Antunes, 2020), aspectos ampliados através das plataformas digitais.

Como define Gonsales (2020, p. 125), “... plataformas são infraestruturas combinadas de *softwares* e *hardwares*, de propriedade privada ou pública, alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais”, utilizadas pelas empresas para a produção digital e para a administração das relações de trabalho. Em outras palavras, as plataformas são ferramentas digitais utilizadas para gerir a produção e o trabalho (Filgueiras & Antunes, 2020), se constituindo como um meio poderoso que estrutura as relações e reorganiza os processos de trabalho (Abílio *et al.*, 2021).

Grohmann (2020), por sua vez, destaca que as plataformas, enquanto infraestruturas digitais, funcionam simultaneamente como meios de produção, no interior da circulação de capital, e como meios de comunicação, na organização da força de trabalho. A combinação entre esses dois aspectos opera de modo a acelerar a circulação do capital, impulsionando a produção e o consumo.

Conclui-se, portanto, que as plataformas digitais não são apenas um meio técnico e não devem ser tomadas como sinônimo dos aplicativos, que se referem somente à interface visível do *software*. Elas são, fundamentalmente, empresas, que controlam sistemas digitais construídos com interesses específicos e baseados em modelos econômicos que determinam formas de governança, relações de propriedade e modos de consumo. No entanto, estas empresas promovem deliberadamente essa visão esfumada de si como aplicativos, como se fossem meros programas desenvolvidos para executar uma tarefa, de forma neutra e precisa.

As plataformas surgem no contexto da revolução tecnológica, que tem sido nomeada como “Indústria 4.0”³, a qual, sob um olhar superficial, pode aparecer como um fenômeno inteiramente novo e original. Contudo, como aponta Grohmann (2020),

³ A Indústria 4.0, também chamada de *Quarta Revolução Industrial*, representa um profundo salto tecnológico, estruturado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, resultando na ampliação da automatização dos processos produtivos em toda a cadeia de valor, cuja principal consequência para o mundo do trabalho é a ampliação do trabalho morto, sob o comando do capital financeiro (Antunes, 2020).

tecnologia e trabalho sempre estiveram historicamente imbricados com o desenvolvimento de tecnologias pelos seres humanos (não só no sentido de maquinários, mas de sistemas de organização e controle) e sua utilização nos processos laborais. Abílio (2020) nos lembra que Karl Marx já apontava a intensificação da exploração em função das imbricações entre o desenvolvimento tecnológico e a degradação do trabalho ao analisar o surgimento do tear e das máquinas a vapor. Nesta lógica, o trabalho no contexto das plataformas digitais, utiliza-se cada vez mais da informalidade, da flexibilidade e da precarização, expandindo essas características do capitalismo nos países do sul em direção ao norte global (Antunes, 2020).

Exemplo nesse sentido são os chamados “contratos de zero hora”, que passam a attingir trabalhadores(as) das mais diversas atividades, que ficam à disposição da plataforma, à espera de uma chamada pela interface conhecida como “aplicativo”, recebendo estritamente pelas demandas atendidas, sem qualquer remuneração ou compensação financeira pelo tempo de espera. Aqui a remuneração por peça é elevada à potência máxima, com o diferencial que o(a) trabalhador(a) não escolhe quantas e quais tarefas executar, ficando com a remuneração e a própria sobrevivência totalmente à mercê das empresas-plataforma. Também pode ser mencionado que “... a monumental expansão do trabalho digital, on-line, vem demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele”, resultando em uma forma de “escravidão digital” (Antunes, 2020, p. 15).

Na esteira dos processos de precarização, conforme já apontado, também há uma transferência dos custos e dos riscos da atividade laboral para o(a) trabalhador(a), bem como uma negação da relação de assalariamento e do vínculo trabalhista.

Nesse cenário, situa-se o fenômeno da plataformização, identificado “... como dependência de plataformas digitais para executar atividades de trabalho” (Abílio *et al.*, 2021, p. 26), mas também como o processo de dependência crescente das plataformas digitais nos mais diversos setores da vida, o que destaca também os aspectos sociais e culturais desse processo.

Abílio *et al.* (2021, p. 36) entendem que a uberização, embora seja catalisada pelas plataformas, é um fenômeno que precede as plataformas digitais, sendo um processo mais amplo historicamente, “... enquanto processo de informalização e consolidação do trabalhador sob demanda”.

Já Grohmann (2020) defende que a plataformização é um fenômeno mais heterogêneo e complexo do que aquele nomeado por “uberização”, expressando uma carac-

terística do momento atual do capitalismo⁴ em que uma multiplicidade de atividades de trabalho passa a ser realizadas conexas às tecnologias digitais, e ao imbricar a racionalidade neoliberal com os processos de financeirização e dataficação⁵.

As plataformas são alimentadas por dados e organizadas por algoritmos. Os dados são uma forma de capital, sendo sua extração não apenas uma mera coleta de informações, mas um mecanismo de obtenção de valor, que cria e intensifica práticas de acumulação.

Quanto ao algoritmo, se refere a uma sequência de instruções em um conjunto de etapas bem definidas, projetadas para realizar uma tarefa (Gonsales, 2020). “Um algoritmo é uma unidade básica da área de computação, voltado à resolução de um problema, um conjunto automatizado de instruções que transforma ‘dados em resultados desejados’” (Grohmann, 2020, p. 97). Dito de outro modo, são conjuntos de passos estruturados que objetivam processar dados e instruções em direção a resultados específicos, sendo usados para medir e supervisionar o trabalho (Woodcock, 2020). Os algoritmos não se referem somente à organização dos dados e realização de cálculos, mas fundamentalmente à capacidade de tomar decisões (Gonsales, 2020).

Disso decorre que nas atividades de trabalho plataformizadas, os algoritmos desempenham um papel central na organização e controle do trabalho, gerenciando o comportamento das(os) trabalhadoras(es) por meio dos dados. Esse processo tem sido referido na literatura como gerenciamento algorítmico ou gestão algorítmica do trabalho, tendo como características: o rastreamento dos comportamentos e a avaliação do desempenho permanente das(os) trabalhadoras(es); o agendamento e monitoramento das atividades de trabalho; uma baixíssima transparência sobre o conjunto das regras que regem o trabalho; a automatização das decisões, inclusive na seleção e contratação das(os) trabalhadoras(es); a administração de dados e metadados ao nível global, impactando nas legislações locais; uma “gamificação” do trabalho, que redesenha temporalidades e espacialidades; a produção e intensificação de um imaginário de autonomia e independência do sujeito, que não corresponde à realidade (Grohmann, 2020).

O gerenciamento algorítmico é apontado por Cant (2021) como uma modalidade de administração da força de trabalho automatizada, com a coordenação do processo de trabalho sendo realizado através da tecnologia da informação, projetado para aumentar a exploração da mão de obra e se constituir como uma vantagem competitiva para as empresas.

⁴ Nomeado como “capitalismo de plataforma”, de vigilância, de dados etc.

⁵ Processo que envolve a crescente centralidade dos dados no cotidiano e no próprio capitalismo.

Outra forma de colocar a relação entre uberização e plataformização é apresentada por Gonsales (2020), que situa quatro grupos de empresas plataformas: o primeiro é composto por empresas conhecidas como “*clickwork*”, em que qualquer pessoa com acesso à internet pode se cadastrar e realizar microtrabalhos remunerados, geralmente relacionados à produção de inteligência artificial; o segundo se refere a empresas de macrotrabalho não presencial, que utilizam trabalhadoras(es) especializadas(os) que atuam como “*freelancers*”, tanto ao nível local quanto global; um terceiro grupo engloba empresas-plataformas de trabalho qualificado, que prestam serviços *on-demand* de saúde, logística e outros; enquanto um quarto grupo inclui as plataformas que controlam e organizam trabalhadoras(es) locais, com a necessidade de presença física dessas(es) para a realização do trabalho. Para esse autor, o termo “uberização” é utilizado para se referir ao último grupo.

Assim, Grohmann (2020) defende que o termo “plataformização do trabalho” é mais amplo do que “uberização”, por recobrir uma multiplicidade de atividades de trabalho desenvolvidas via plataformas, com diversas lógicas de extração de valor e características de trabalho.

Um aspecto central que está relacionado a essas novas modalidades de gestão da força de trabalho, apontado por Abílio *et al.* (2021), refere-se aos processos de centralização dos capitais e do controle sobre as(os) trabalhadoras(es), erigidos sobre a dispersão do trabalho. Como aponta Abílio (2020), as empresas, mesmo transferindo os custos, riscos e a responsabilidade pela remuneração para os sujeitos, não perde o controle sobre a produção, estabelecendo novos mecanismos para engajamento do(a) trabalhador(a). Esses mecanismos também são inovadores, se pensarmos no fenômeno da “gamificação”, que utiliza a lógica do jogo nos processos de trabalho para tornar difusos os limites entre trabalho e lazer (Cant, 2021), ao oferecer “promoções” relacionadas a metas e recompensas financeiras para aquelas(es) que as atingem, promovendo maior intensidade e extensão da jornada de trabalho (Uchôa-de-Oliveira, 2020).

Por esse motivo, Abílio *et al.* (2021) utilizam o termo “autogerenciamento subordinado”, para se referir ao autogerenciamento de si, requisitado pelo trabalho nas empresas-plataforma, o qual é inteiramente subordinado a essas.

Acompanhando esses processos em ação

Tenho trabalhado com a temática da precarização do trabalho sob diferentes enfoques há alguns anos. Nos anos mais recentes, minhas investigações têm se direcionado para a uberização e plataformização do trabalho, não porque seja um tema “da moda”, mas porque naturalmente têm aparecido como interesse de orientandas(os), tanto da

graduação, quanto da pós-graduação. Dito de outro modo, o mundo do trabalho está em permanente transformação e nós, cientistas sociais, vamos também transformando nossos estudos e nossos objetos de interesse em função daquilo que a realidade material nos apresenta, a cada momento.

Destacarei aqui dois conjuntos de pesquisa que ilustram esses fenômenos. O primeiro comporta duas investigações voltadas diretamente para trabalhadoras(es) uberizadas(os): uma conduzida com motoristas de transporte de passageiros por aplicativo, outra com entregadores. Já o segundo conjunto, traz dois estudos realizados com outras categorias profissionais, mas também discutindo o processo de uberização e plataformização do trabalho: um com motoristas de táxis e outro com psicólogas clínicas.

No primeiro conjunto, abordarei inicialmente uma pesquisa multicêntrica, em andamento, intitulada “Nexos da uberização: análise a partir dos trabalhadores”, que tem como objetivo geral “... analisar a forma como os trabalhadores uberizados significam, se afetam e agem sobre o seu contexto de trabalho”. Esta pesquisa, coordenada por Fellipe Coelho Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), teve o trabalho de campo realizado em diferentes polos (Natal–RN, Goiânia–GO, Uberlândia–MG, Córdoba–Argentina e Nova Iorque–Estados Unidos), sendo realizadas 179 entrevistas com entregadores de aplicativos, enquanto aguardavam para realizar entregas, em pontos específicos dessas cidades. Como coordenadora do polo de Uberlândia, supervisionei três discentes de graduação e um de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia, que fizeram o trabalho de campo nesta cidade e realizaram 41 entrevistas. Na etapa seguinte, supervisionei o trabalho de pré-categorização de três discentes de pós-graduação, um de Goiânia e duas de Natal. Atualmente, estou trabalhando na análise dos dados relativos a dois eixos: trajetória e projeto laboral.

No âmbito da trajetória, um aspecto que chama a atenção é a grande diversidade de ocupações progressas desenvolvidas pelos participantes que atualmente trabalham realizando entregas para empresas-aplicativo. Conseguimos catalogar, até o momento, 83 ocupações diferentes. Ao contarem suas histórias laborais, essas(es) trabalhadoras(es) indicam terem passado por ramos de trabalho diversos, atuando tanto no mercado formal, quanto informal. Isso nos dá uma pista interessante, no sentido de que não há uma trajetória linear, como normalmente pensamos em uma carreira, mas sim uma configuração do percurso laboral em função das necessidades e das oportunidades que se abrem a cada instante.

Quanto ao motivo para terem começado a trabalhar com aplicativos (muitos trabalham simultaneamente em várias plataformas), embora alguns façam referência ao fato de terem decidido sair de um emprego formal para trabalhar unicamente com as entregas, a maioria esmagadora aponta que esta foi a opção que encontraram, em virtude de

terem sido desligadas(os) do emprego ou ocupação anterior. Dentre essas(es), a metade relata que isto ocorreu durante o período da pandemia de Covid-19, que teve como efeitos expressivos a demissão de um grande contingente de trabalhadoras(es) e a redução de postos de trabalho. O trabalho em aplicativos se coloca, assim, como viabilizador da sobrevivência dessas pessoas, em um cenário de recrudescimento do exército de mão de obra reserva.

Já sobre as razões para se manterem trabalhando com as entregas, há referências a não terem conseguido voltar para o mercado formal e a piora nas condições de trabalho com carteira assinada, o que coaduna com os efeitos da “reforma” trabalhista implantada pelo então presidente do Brasil, Michel Temer. Nesse sentido, uma justificativa que aparece significativamente é o fato de conseguirem uma renda maior com as entregas por aplicativo. Todavia, o motivo que sobressai nas entrevistas é o fato de terem maior autonomia nesta atividade, tanto no sentido de poderem definir seu horário de trabalho, conciliar com outras atividades (laborais ou estudo), e não ter que dar satisfações para um patrão.

Podemos discutir dois aspectos aqui. O primeiro é o fato de não haver um “patrão” ou um “chefe” visível, embora esse papel seja de fato desempenhado pelo algoritmo, que faz a distribuição das entregas entre as(os) trabalhadoras(es) e a “supervisão” do trabalho realizado — monitoramento do tempo da entrega, do tempo que o(a) trabalhador(a) está logado(a) no aplicativo, da quantidade de entregas realizadas etc. —, cujos dados são utilizados também para a definição das entregas, por meio de critérios que não estão disponíveis para as(os) trabalhadoras(es).

O outro aspecto está relacionado ao fato de que não ter que prestar contas a outro sujeito, identificado como chefe ou patrão, é algo que parece fazer muita diferença para essas(es) trabalhadoras(es). Cant (2021), aponta que as chefias são um fator relacionado à insatisfação e a inúmeras chateações em qualquer tipo de trabalho. Como bem lembra esse autor, a busca por maior autonomia é um movimento característico de todos os trabalhadores. Todos almejamos maior liberdade para decidir como executar nossas atividades, sendo já amplamente demonstrado na literatura que quanto menor for o controle sobre a tarefa, maiores os índices de adoecimento, como discutido em Sato (2010). Cabe refletir, porém, que a busca por autonomia não invalida a busca por segurança. Ambas são almejadas pelas(os) trabalhadoras(es). Todavia, o trabalho formal, com carteira assinada, não parece ser identificado pelos entregadores como provedor de segurança, sendo muito mais associado com a subordinação clássica a uma chefia (Cant, 2021). Nesse sentido, a explicação fornecida por acadêmicos do mundo do trabalho de que a recusa das(os) trabalhadoras(es) uberizadas(os) a iniciativas de formalização do vínculo laboral

com as plataformas se daria pela impregnação de uma ideologia empreendedora é vista por esse autor como insuficiente para compreender profundamente essa questão.

A outra pesquisa, realizada com motoristas de transporte de pessoas por aplicativo⁶, é elucidadora dessa questão. Nas entrevistas realizadas, as(os) participantes apontaram insatisfação com o fato de não saberem de antemão o local para o qual a corrida oferecida a elas(es) se destina e por ficarem longos períodos esperando para receberem uma chamada, sem serem remuneradas(os) por isso. Referiram inseguranças relacionadas aos passageiros e à atividade laboral em si⁷, à falta de suporte e proteção por parte das empresas-aplicativo, às condições inadequadas de alimentação e descanso durante a jornada de trabalho (Morais, *No prelo*⁸). Mencionaram ainda que gostariam de ter a garantia de uma remuneração mínima por mês, de que houvesse o recolhimento da contribuição à Previdência e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS por parte das empresas-aplicativo, de terem algum tipo de benefício, relacionado à saúde e seguro, que garantisse a renda no caso de ficarem impossibilitadas(os) de trabalhar. No entanto, não desejariam que isto estivesse atrelado ao fato de terem que se tornar funcionárias(os) das empresas, no sentido que conhecemos: “... então não me interessa assinar uma carteira para trabalhar de segunda a sexta ou sábado, para cumprir 8 horas, ou meio período, porque tira a minha autonomia de trabalhar quando eu quero, de fazer da forma que eu quero” (Silva, *No prelo*⁹, p. 20).

À vista disso, me ocorre que acabamos, tanto pesquisadoras(es), quanto trabalhadoras(es), limitando nossa visão sobre o assunto, reduzindo a relação formal de trabalho ao modelo trabalhista tradicional, no qual a carteira assinada dá alguns direitos, mas também exige a delegação da organização do trabalho às empresas contratantes. Uma configuração completamente nova seria a garantia dos benefícios relacionados ao reconhecimento do vínculo, como os exemplificados acima, sem a perda da autonomia pela tomada de decisões e realização de escolhas sobre a forma de efetuar o trabalho e demais aspectos relacionados ao cotidiano laboral. Aqui talvez tivéssemos a semente de uma revolução das relações de trabalho.

.....
⁶ Esta pesquisa foi realizada no âmbito da graduação, envolvendo um projeto de Iniciação Científica e dois Trabalhos de Conclusão de Curso, desenvolvidos por Kathrine Llebón de Oliveira e Silva e Paula Beatriz Nunes de Moraes.

⁷ Dentre as(os) participantes, 20% já haviam sofrido tentativas de roubo e 90% já haviam se envolvido em algum acidente ou incidente de trânsito durante o trabalho, ou no retorno para casa.

⁸ Moraes, P. B. N. (*No prelo*). O cotidiano de trabalho e os processos de saúde-doença de motoristas de aplicativo em Uberlândia/MG. [Trabalho de Conclusão de Curso, Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG].

⁹ Silva, K. L. O. (*No prelo*). O cotidiano de trabalho e as concepções sobre organizações coletivas de motoristas de transporte por aplicativo em Uberlândia/MG. [Trabalho de Conclusão de Curso, Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG].

Os exemplos trazidos até aqui abordam diretamente as(os) trabalhadoras(es) uberizadas(os). Entretanto, é imperativo reconhecer que os fenômenos da uberização e plataformação, em conjunto, têm alterado e reconfigurado os modos de trabalho e de existência para todo o conjunto dos trabalhadores. Em uma pesquisa conduzida sobre os efeitos da uberização sobre o trabalho de taxistas (Vasco & Pereira, 2024; Vasco & Pereira, *No prelo*¹⁰), uma constatação inicial é sobre a inserção da plataformação diretamente nessa atividade profissional, através do cadastro dos motoristas de táxi em aplicativos, como *Easy Táxi* e *99 Táxi*.

Todavia, um dos aspectos que mais se sobressai é o fato de que a entrada das empresas-aplicativo de transporte de pessoas no mercado promoveu uma redução na demanda pelos serviços dos taxistas, assim como diminuiu a renda obtida por esses, impactando principalmente no decréscimo das corridas de maior distância. Isso acabou requerendo adaptações dos taxistas, que passam a combinar antecipadamente o valor das corridas como forma de ajustamento dos ganhos em função dos preços praticados pelas empresas-aplicativo. Outro aspecto significativo trata das diferenças relacionadas à regulamentação das duas categorias, vista como injusta pelos motoristas de táxi, dado que precisam ter uma licença e atender a um conjunto de exigências, o que não é exigido dos motoristas de aplicativo, o que, na visão dos taxistas, influencia na segurança dos passageiros e na qualidade dos serviços prestados.

Há também impactos subjetivos e a Psicologia Social do Trabalho nos ajuda nessa compreensão. Antes o taxista era um profissional que devia conhecer muito bem a cidade e acumulava esse conhecimento a partir da sua experiência profissional, oferecendo diversas possibilidades de trajeto para a escolha pelo cliente. Na atualidade, o GPS (*Global Positioning System*) faz esse trabalho e a(o) própria(o) cliente pode definir e acompanhar, em seu celular, o caminho a ser percorrido, tornando dispensável o saber adquirido por esses trabalhadores.

Na literatura, nota-se ainda que as mudanças operadas no segmento e o aumento da concorrência levaram alguns taxistas a abandonar esta atividade. Isso é corroborado pela primeira pesquisa aqui apresentada, com entregadores de aplicativos, uma vez que, dentre esses, houve participantes que relataram ter trabalhado anteriormente como taxistas. Podemos ponderar aqui sobre precarização da atividade laboral do próprio taxista e sua intensificação, ao levar trabalhadores desse segmento a migrarem para o trabalho uberizado, ainda mais precário.

¹⁰ Vasco, A. S., & Pereira, M. S. (*No prelo*) O taxista no mundo do trabalho: plataformação, uberização e transformações na atividade laboral. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*.

Como anteriormente destacado, os processos de uberização e plataformização reconfiguram o trabalho para o conjunto da classe trabalhadora e não apenas para aquelas pessoas que se encontram trabalhando com entregas ou transporte por aplicativos. No exemplo dos taxistas, isso fica mais evidente, haja vista existir uma relação direta entre estas atividades laborais. Contudo, esta lógica de oferta e organização do trabalho tem se espreado para as mais diversas categorias profissionais, cujas atividades passam a ser veiculadas via plataformas digitais: eletricitistas, advogados, trabalhadores de limpeza, prestadores de consertos domésticos (Antunes, 2020), operários da construção civil, babás, manicures, médicos, professores (Abílio, 2020). Acrescentamos aqui também as psicólogas¹¹.

Em pesquisa de mestrado em andamento¹², a qual objetiva compreender o fenômeno da plataformização relacionado à precarização do trabalho e seus efeitos sobre psicólogas clínicas que realizam atendimentos por plataformas digitais, levantamos a hipótese de que a possibilidade de psicólogas recém-formadas realizarem atendimentos on-line via plataformas¹³ reconfigura a forma de entrada no mercado de trabalho, visto que o atendimento on-line viabiliza uma inserção mais imediata após a graduação, por não requerer um investimento alto, como era necessário anteriormente para a montagem ou locação de um espaço físico.

Há também efeitos sobre como o trabalho dessas profissionais é divulgado e sobre como é realizado, haja vista que muitas(os) clientes atendidas(os) não possuem um espaço adequado e privativo a ser utilizado durante os atendimentos. São também comuns relatos de procura por um único atendimento, buscando-se na sequência outra profissional, em um movimento que coloca o serviço de atendimento psicológico como um tipo de “tinder de psicólogo”, como caracterizado por uma participante do estudo.

Outro aspecto que se destaca é a verbalização recorrente entre as participantes da pesquisa no sentido de buscarem maior visibilidade do seu trabalho através das plataformas e na preocupação em melhorarem seu “marketing” na divulgação dos seus serviços. Isso coaduna com o que Filgueiras e Antunes (2020, p. 63) apontam como uma estratégia das empresas-plataforma no sentido de apregoar que somente auxiliam as pessoas a ofertar e impulsionar seus negócios “... engendrando a ideia de que os trabalhadores/as seriam clientes dessas empresas”.

.....
¹¹ Usaremos a terminologia no feminino, dado ser uma profissão desempenhada majoritariamente por mulheres.

¹² Desenvolvida por Gabriela Araújo Barbosa, com orientação da autora, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGPSI-UFU).

¹³ Algumas plataformas que oferecem esse tipo de serviço citadas nessa pesquisa: Psicologia Viva, Psymeet, Instituto Pride, Sameca, embora existam ainda diversas outras.

Vemos aqui, de forma nítida, o que Marx (2013, p. 257) já apontava: “O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’”. E é exatamente esse aspecto que está relacionado com a precarização, no sentido das modalidades de organização do trabalho (jornadas, divisão e controle das tarefas etc.) apontadas anteriormente. Experimentamos, assim, um processo de precarização que atinge coletivamente a todo o grupamento de trabalhadoras(es) e que produz uma sensação generalizada de falta de segurança relacionada ao trabalho e ao futuro. Essa experiência subjetiva de insegurança (Woodcock, 2020), nomeada como “precarização subjetiva” por Daniele Linhart, refere-se “... ao sentimento de não poder confiar nas suas rotinas profissionais e em suas redes sociais, além dos seus saberes terem que se adaptar constantemente a mudanças extremamente velozes” (Casulo, 2019, p. 136), resultando em intensa angústia, sentimentos de solidão e abandono e na desagregação das respostas coletivas às agressões do trabalho.

Levanto aqui a hipótese de que o neoliberalismo, para além de se constituir como uma racionalidade que molda subjetividades individualísticas e generaliza a competição e o modo de funcionamento empresarial para o conjunto das atividades e relações, também promove uma subjetivação centrada nos sentimentos de vulnerabilidade e resignação. Como promover enfrentamentos a isso?

Resistências

Antunes (2020, p. 22) ressalta que é justamente essa nova morfologia do trabalho que possibilita “... o florescimento de uma nova morfologia das lutas sociais, de auto-organização e de novas formas de representação”.

Algumas possibilidades são apresentadas na literatura, nessa direção. Grohmann (2020) considera três alternativas: a regulação do trabalho em plataformas digitais, a organização coletiva das(os) trabalhadoras(es) e a busca por outras lógicas de organização do trabalho, tal como o cooperativismo de plataforma. No âmbito da regulação do trabalho, já existem decisões jurídicas que impõe limites à exploração do trabalho por plataformas em diversos países, como detalham Filgueiras e Antunes (2020). No Brasil, tramitam no Judiciário inúmeras ações que demandam o vínculo empregatício entre motoristas e empresas-aplicativo, tendo sido pautada esta questão no Supremo Tribunal Federal, para um posicionamento definitivo. Também tramitam no Congresso Nacional duas propostas de regulamentação legal, o Projeto de Lei n.º 536/2024, que propõe a

regulamentação da profissão de motorista autônomo de serviços de mobilidade urbana, e o Projeto de Lei Complementar n.º 12/2024, proposto pelo Poder Executivo.¹⁴

Sobre as organizações coletivas de trabalhadores, podemos citar as manifestações ocorridas em diferentes localidades do globo e que ficaram conhecidas como “Breque dos Apps”, as quais representam um tipo de contragolpe dos movimentos de enfrentamento às imposições das empresas-plataforma, chamando e organizando as manifestações por aplicativos de mensagens, caracterizando uma “... utilização subversiva dos próprios instrumentos da uberização — as tecnologias digitais e informacionais — na luta por melhores condições de trabalho” (Uchôa-de-Oliveira & Bastos, 2022). Temos aqui uma expressão do que Cant (2021) discute como o algoritmo enquanto um “supervisor automático” que exerce mal uma das funções de supervisão, que é disciplinar o trabalhador. Ou podemos retornar ainda a Antonio Gramsci, ao apontar que os trabalhadores, mesmo ao desempenhar as funções mais empobrecidas e automatizadas, preservam sua consciência, sua capacidade crítica e, portanto, seu potencial de se rebelar. Essas manifestações tiveram grande repercussão midiática e promoveram o surgimento de associações de entregadores e a criação de laços no interior da categoria das(os) trabalhadoras(es) uberizadas(os) (Ricarte, Aquino, & Pereira, 2024), mas também entre essa categoria e as(os) clientes que, no fim das contas, também são trabalhadoras(es).

Já no que diz respeito ao cooperativismo de plataforma, o que se busca é a produção de outra lógica, organizada a partir da propriedade coletiva, da transparência dos dados, da codeterminação do trabalho e da rejeição da vigilância sobre as(os) trabalhadoras(es) (Grohmann, 2020). Algumas possibilidades nesse sentido são discutidas em Rubim e Milanez (2024). Tal aspecto nos remete diretamente ao título do evento que originou esse texto: “Modos de Vida e Produção do Comum”. O termo “comum” refere-se ao “que é tido ‘em comum’” e que envolve “... uma ética e uma prática em contraposição ao modelo capitalista neoliberal, defendendo maior cooperação, interdependência e autogoverno pelos cidadãos, com posse e uso coletivo” (Federici, 2019, p. 33). A busca por um modo de organização produtiva, do trabalho e da vida, pautado em valores comuns seria um ponto de virada que pode representar a superação do capitalismo, como discutido em Dardot e Laval (2017).

Esta mesma lógica está presente em outras propostas mais radicais, como a de Callum Cant, apresentada por Grohmann (2020), no sentido de, ao invés do cooperativismo, buscar a expropriação das plataformas pelos trabalhadores. Esse autor também

¹⁴ Mais informações podem ser obtidas em: Haje, L. (2024, 18 de abril). Projeto sobre trabalho de motoristas por aplicativo prevê remuneração por km rodado. *Agência Câmara de Notícias – Câmara dos Deputados*. <https://www.camara.leg.br/noticias/1053711-PROJETO-SOBRE-TRABALHO-DE-MOTORISTAS-POR-APLICATIVO-PREVE-REMUNERACAO-POR-KM-RODADO>

ressalta que todas essas experiências de enfrentamento, para produzirem efeitos sobre o sistema, requerem articulações locais em escalas globais.

Pensando agora sobre como nós, psicólogas, podemos nos articular com essas lutas, retomo as questões colocadas na proposição da mesa redonda da qual resultou esse capítulo: Qual o compromisso ético-político da Psicologia Social com a produção de um comum? Com quais formas e métodos para a organização coletiva a Psicologia Social pode contribuir nessa direção?

Uma primeira forma de se responder, a essas demandas, deve ser pensada no âmbito das teorias e propostas metodológicas oriundas do nosso campo, as quais sempre possuem conotações éticas e políticas. Nesse sentido, a Psicologia Social do Trabalho oferece uma perspectiva crítica e que se alia às(aos) trabalhadoras(es), sensivelmente oposta às visadas da Psicologia que se colocam do lado das empresas na busca por maior produtividade e que tomam o(a) trabalhador(a) como mero objeto para tal, como discutido em Bernardo, Sousa, Pinzón e Souza (2015).

Junto a isso, devemos repensar também nossas práticas já tradicionalmente consolidadas tanto no âmbito da intervenção quanto da produção de conhecimento. Um exemplo nesse sentido é oferecido pela pesquisa *Nexos da Uberização*, já citada aqui, em que um dos eixos de ação se constituiu pela busca de articulação dos trabalhadores de entregas, em uma atuação conjunta com o Ministério Público do Trabalho, com a chamada de audiências públicas para discutir essa temática e o auxílio na organização coletiva desses trabalhadores em uma associação.

Referências

- Abílio, L. C. (2020). Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (pp. 111-124). Boitempo.
- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceito, processos e formas. *Sociologias*, 23(57), 26-56.
- Antunes, R. (2020). Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (pp. 11-22). Boitempo.
- Bernardo, M. H.; Sousa, C. C.; Pinzón, J. G.; Souza, H. A. (2015). A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In M. C. Coutinho; O. Furtado; T. R. Ritz. *Psicologia Social do Trabalho: perspectivas críticas*. ABRAPSO/Edições do Bosque CFH/UFSC.
- Cant, C. (2021). *Delivery fight! A luta contra os patrões sem rosto*. Veneta.

- Casulo, A. C. A. (2019). A precarização subjetiva do trabalho: uma reflexão a partir de Daniele Linhart. *Estudos do Trabalho*, 23.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo.
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. *Cadernos CRH*, 24, 37-57.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Filgueiras, V., & Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação do capitalismo contemporâneo. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (59-78). Boitempo.
- Gonsales, M. (2020). Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistências. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (125-137). Boitempo.
- Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: características e alternativas. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (93-109). Boitempo.
- Haje, L. (2024, 18 de abril). Projeto sobre trabalho de motoristas por aplicativo prevê remuneração por km rodado. *Agência Câmara de Notícias – Câmara dos Deputados*. Acesso em <https://www.camara.leg.br/noticias/1053711-PROJETO-SOBRE-TRABALHO-DE-MOTORISTAS-POR-APLICATIVO-PREVE-REMUNERACAO-POR-KM-RODADO>
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Boitempo.
- Pereira, M. S. (2020). A Psicologia Social do Trabalho como campo de práticas, saberes e resistências. *Psicologia & Sociedade*, 32, e192604.
- Ricarte, C., Aquino, C. A. B., & Pereira, M. S. (2024). A gestão algorítmica e o salto na precarização do trabalho de entregadores a partir da Pandemia de COVID-19. *Trabalho Necessário*, 22(49).
- Rubim, E., & Milanez, L. (2024). *Economia solidária digital: caminhos para potencializar políticas e ações baseadas em cooperação e solidariedade*. Fundação Rosa Luxemburgo.
- Sato, L. (2010). Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: M. G. Jacques, & W. Codo (Org.), *Saúde mental & trabalho: leituras*. Vozes.
- Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45, e22.
- Uchôa-d-Oliveira, F. M., & Bastos, J. A. (2022). Uberização: precarização do trabalho e ação política dos trabalhadores no Brasil de 2020. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 25, e-180691.

Vasco, A. S., & Pereira, M. S. (2024). Uma metassíntese das transformações no trabalho de taxistas em tempos de uberização. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 27, e-200695.

Woodcock, J. (2020). O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão de controle. In R. Antunes (Org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. (23-45). Boitempo.

CAPÍTULO 4

Versos pra lembrar: coletânea de escritos

(Hudson Carajá)



4

Primeiramente inicio pelo início, convicto e agradecido pelo convite colaborativo pra construir esse capítulo acerca da lembrança desse momento-experiência que foi tão bonito. Estar presente com as parentes na mesa “Reflorestando a Psicologia Social junto aos povos indígenas” do 24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES foi sensacional, e sobre tal ocasião deixo também a minha contribuição.

Como podem e poderão perceber, a opção foi de escrever um relato sobre esse espaço que é especial e não só mais um, por isso quis expor dessa vez o que entendemos quanto aos “Modos de Vida e Produção do Comum” brincando com as palavras do português. Desta maneira ficam sendo mais que minhas palavras, só uma história, vai pra sua memória, fica compartilhada, e nada sintética, tudo orgânico, desorganizando pra nos organizar, pra não ficar só aqui, mas circular.

Cada linha então é dedicada pras minhas queridas amigas com as quais compartilhamos juntas nossas falas nessa mesa, na certeza de expressar minha felicidade em encontrá-las, as parentes Nita Tuxá e suas bonitas e permanentes palavras de acolhimento e resistência, nacionalmente nossa liderança, Rejane Kaingang minha mais que amiga, referência de sempre nos ensinamentos e sabedoria, inspiração presente desde os primeiros anos de formação, e Julia Oliveira, incrível parceira na construção-realização de outros espaços na Psicologia, mais coloridos sim e com mais poesia.

Os versos são um pouco de um relato do que acontece de fato, mas também de sonhos originários. Versos pra falar da Psicologia, onde historicamente uma só ciência tentou apagar as nossas vivências fundamentais, e a gente volta com as ideias dos ancestrais pra agora sonhar com inspiração, e nessas tocar não só mente, mas coração de quem se surpreende ao ouvir que aqui já existiam Ciências de Cuidados muito, mas muito antes do eurocentrismo invadir. E assim de Jenipapo e Urucum tingir esse ensino, combatendo epistemicídios e humildemente abrindo caminho pros próximos, pros parentes entenderem que Psicologia também é o nosso negócio. Já que pra tocar outra alma humana tem uns que se enganam, e pode ser que essa ideia única de humanidade, na verdade seja uma ideia colonial, embranquecida, generalista. Nosso mestre Nego Bispo já dizia que “nem sou humano, sou quilombola”. E nós somos indígenas minhas senhoras e senhores, preferimos ter compromisso com nossa imensa diversidade de cosmovalores.

E finalizo sem incluir também as referências bibliográficas, já que na prática os aprendizados vieram mais do ouvido à bibliotecas vivas que dos livros impressos na gráfica. A dialética foi de procurar aprender sobre os saberes esquecidos, oprimidos. Mais que uma temática, a gente grita assim pra lembrar que estamos (e seguiremos) vivos.

Florestar, Repetir, Reencantar

Só hoje eu vou falar pro cês meu nome de verdade:

é saudade

E agora cês já ficaram sabendo que eu sou brasileiro

Difícil meu nome ser falado no estrangeiro

Saudade do bem viver que a gente não viveu

Saudade do que a crueldade colonial nos roubou

Saldo negativo na saúde pelo mal que cês nos causou

Só vejo sódio no resto do rastro do que cês desmatou

Nessas que eu me peguei pensando sobre como reflorestar a Psicologia

Como reflorestar se eu nunca vi ela florestada?

Mas eu já vi ela florescer

Eu já vi ela fazer florescer

Uma vez eu já falei pro cês que nosso grupo de estudos é tipo um estúdio

Mas na real ele é uma estufa

Um lugarzin com clima propício

Pra quebrar esses conceito fictício

Que até enganam, uns parece que cai como uma luva

Essas falácia que de um jeito prático

Se passa por conhecimento técnico

Lá dá pra nós ficar livre disso, ufa

Lá nós usa e abusa da arte

Já que ela tem que fazer parte

Do aprendizado de uma ética profissional contracolonial

Do real sentido de ser quem exerce cuidado

Nesse país e desse povo que já foi tão violado

Tamo falando de um compromisso que é ético, político e ancestral

A história do Édipo é super legal e tal

Mas na minha família tem muita gente que já não tem pai

Se eu chegar falando que tudo é complexo, não vai fazer sentido não, vai?

Tô brincando gente, eu sei que esse trem é mais complexo que isso

*Mas e se eu, se você, se nós que tamo aprendendo com os livro
 Olhar mais pro chão que a gente pisa
 O sonho de Luther King e de Davi Kopenawa Yanomami se realiza
 O canto da Elza Soares se encontra com o encanto da Katu Mirim
 E a gente se aquilomba bem assim, desse jeitin
 Que uma Psicologia Contracolonial e encantada floresça em vocês e em mim.*

Coisas que ficaram muito tempo por dizer

*Daria um filme, ô se daria
 Toda a dedicação que nós tem colocado nesse trem de Psicologia
 Ajudando a colocar uns trilho não de minério de ferro, mas de encantaria
 Rumo à estação central com os vagão cheio de magia ancestral
 Ainda são pouco os ano desse exercício específico
 Nunca achei que fosse ser pacífico, é lógico
 Mas vou te falar ze, é mais treta do que parece que é, cês bota fê?
 E nós tamo ai na luta, com a conduta aprendida na lida
 Com um presságio de que ainda dá pra essa trilha ficar mais bonita pros próximo
 Esse é o nosso negócio, confluência do que a gente sente
 Pra que o silêncio por essa galera tão valorizado não seja silenciamento dos parente
 Se cê não me entende eu sinto muito, o discurso é sério e codificado
 A certeza é que toda essa dedicação é pros aliado
 Aqueles corpo historicamente desacreditado
 Na aldeia ou no asfalto invisibilizado
 Quem já tava aqui há mais de 5 mil anos já exercendo cuidado
 Com una ensinamentos que não tem preço
 Começo, meio, começo
 Começo, meio, começo.*

Retomada

*Eu já falei pro cês uma vez
 Quando eu me peguei pensando sobre como reflorestar a Psicologia
 E como reflorestar se eu nunca vi ela florestada?
 Sem indígena e quilombola não tem florestamento em sala de aula*

Reflorestar em cima do asfalto e do cimento
Muito cimento, lamento, que tormento
Mas eu já vi ela florescer
Eu já vi ela fazer florescer
500 ano de Brasil e o Brasil nada mudou
O dia que falei isso no mic a madame endoidou
Me falou que escutar essa frase fez doer o ouvido
Dona, dá próxima então eu largo o microfone e grito
Que se eu tivesse nascido da sua cor
A dor que vem das geração passada talvez nem tivesse existido
É pesada a caminhada de quem traz na pele
O doído fardo de continuar servindo quem me deve
É desse paradoxo apocalíptico
Caos noturno imagético
Terror diurno infinito
Tá me deixando cético
Tá me fazendo ser frio
Nesse realismo mágico
Tamo em busca, é lógico
De um céu mais risonho e limpido
Isso aqui não é o Olimpo, é Pindorama
Aqui nós sabe que vai ter vingança
Arco, flecha e lança
Já começou a cobrança
Mesmo que a TV e o rádio não falem sobre a gente
Nosso reflorestamento não será por acidente

Plano de Curso já disponível no Sistema

Alô professor, vou te pedir um favor
Cê que tem o microfone na mão
Nóis precisa de uma manutenção nesse currículo
Já que nosso país é rico na diversidade
E a nossa cidade é território indígena, cê sabia?

*A gente quer uma magia diferente na universidade
 Por que só ler ciência europeia
 Se a nossa enciclopédia originária é gigante?
 Cê por acaso tem algum autor indígena na sua estante?
 Escuta nós aqui um instante
 Nesse momento presente, nosso grito é o seguinte
 A Psicologia precisa de encantamento urgente
 A gente quer uma Psicologia que represente os parente!
 Em coletivo, a gente tá vindo em movimentação
 Na sala de aula também gritar que Marco Temporal não!
 Marcar esse chão com urucum e jenipapo
 Preencher esse espaço com os ensinamento ancestral
 Pra que a luta antirracista não fique de lado
 Ao contrário, que guie nossa formação profissional
 Sabendo que antes da Psicologia da Europa existia a Psicologia do cocar
 Se o ensino for só com autor branco, nós não vai se conformar
 Conto com a sua colaboração pra nós ter esse avanço
 Fica registrado aqui nosso manifesto
 Contracolonizar esse espaço de ensino é só o começo*

Manifesto in visível

*Ó, a gente precisa desconstruir esse fazer da Psicologia
 Ponto final, não, um ponto de interrogação
 Não, um ponto pra nossa discussão
 Uma ponte pra geração que tá vindo por aí
 Peço licença pros meus, pra representar aqui os Carajá
 E um salve especial pras parentas Tuxá e Kaingang
 Inspiradoras na luta contra esse regime sanguinário
 Contra os povos originários há vários séculos
 Ou, alguém conta pra esses doutor que cuida da mente
 Que quando morre um parente morre a aldeia junto
 Morre nosso mundo, e ainda precisamos cuidar do planeta todo
 Toda a América Latina tá pedindo socorro*

E se eu não puder falar eu também morro
 Meu avô falava pra jamais falar nessa língua de índio, pra eles diferente
 Eles vão te perseguir e aprisionar como indigente
 A gente vai fazer nossos ritos ancestrais, mesmo cê falando que a gente não pode mais
 A morte pra gente é um momento coletivo, o foda é quando ela acontece por tiro seu
 E cê quer que nós aceite as suas desculpas pelo transtorno, meu?
 Sendo que cês desrespeita nossos corpo até depois que nós tá morto
 Tá louco! E ainda são os meus que vão passar na globo sendo taxado de maluco
 Mas nossa luta gera outros fruto
 Valorizando não o lucro, mas as nossas bibliotecas vivas, nossas mais velhas e mais
 velho
 Um trabalho conjunto entre profissional de saúde aprendendo com a kuiã
 Pra garantir vida pra gente viver no amanhã
 A manha pra não aplicar uma Psicologia universal
 A gente estuda pra atender as pessoa branca
 Mas na moral, cê nem lê nada pra conhecer mais os meus parente? Francamente
 Fica aparente que sua ética fica só no discurso, coisa patética
 Patrocinada por quem quer que o respeito aos originários
 Fique só no imaginário
 Então muito obrigado pelo povo das araucárias
 E sua luta séria
 E seus sorrisos que ficam na nossa memória
 Que várias vezes tem de ser a sua referência própria
 Prova de que as vezes em muitas provas, nós que vem de lá tá sozinho
 Buscando um caminho nessa história
 Ainda bem que a gente é migrante
 E estar em Movimento é um caminho sem volta
 E por isso elas são as movedoras da vida
 Da vida bem vivida, fortalecida pela terra
 Obrigado parentes por todas essas palavras de conforto
 Um porto seguro
 Um retorno pra Pindorama
 Um reforço pra lutar por quem a gente am

CAPÍTULO 5

Psicologia das florestas: modos de vida e produção do comum

(Rejane Paféj Kanhgá¹⁵)

¹⁵ Rejane Paféj kanhgág, neta de Domingas, filha de Maria Kairu, mãe de Kafág e filha da floresta. Psicóloga, mestra em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutoranda em Antropologia pela mesma instituição. Moradora da aldeia indígena Sede Nonoai-RS.



5

Introdução

Neste texto, problematizamos as potencialidades da produção do comum a partir dos modos de ser e viver indígena, especialmente a partir do nosso “*Kanhgang êg my há*”, que significa, na língua originária kaingang, “o que nos faz bem”.

Nas comunidades indígenas existem particularidades culturais e diversos obstáculos relacionados à saúde. A nossa compreensão sobre doenças difere significativamente da perspectiva não indígena, tornando fascinante a comparação entre os diversos modos de adoecer. Para nós, o conceito de “saúde” diverge da visão ocidental por abranger uma série de fatores, interligando corpo, mente, território e espiritualidade. Dessa forma, quando um elemento sofre, afeta o conjunto em sua totalidade.

Enquanto indígenas, buscamos a formação na selva de pedras, resalto a potência que existe em profissionais indígenas qualificados para trabalhar com seus coletivos, considerando sua cultura, seu modo de viver, pensar e sentir, como suas formas próprias de conhecimento e saberes. Eu me atreveria a falar de um cuidado na perspectiva decolonial, no sentido de buscar o desprendimento das concepções dos colonizadores, mas uma saúde nossa, formada desde as aldeias indígenas, a partir do nosso *Kanhgang êg my há*. A partir desse pensamento, *jykrê*, busquei aproximar território-corpo e os modos de ser e viver indígena com as epistemologias da saúde mental da selva de pedras (Carvalho, 2020).

Diálogos com a Antropologia

A abordagem evolucionista e difusionista dominava a Antropologia antes de Claude Lévi-Strauss. Os evolucionistas acreditavam que todas as sociedades, do primitivo ao civilizado, passaram por estágios universais de desenvolvimento. Os difusionistas, por outro lado, trabalhavam para espalhar características culturais de uma sociedade para outra. O Estruturalismo, uma perspectiva da Antropologia que enfatiza as estruturas fundamentais das culturas humanas, foi introduzido por Lévi-Strauss (2003). Ele defendeu que os elementos culturais deveriam ser estudados como partes de um sistema inter-relacionado em vez de isoladamente. A Antropologia influenciou várias áreas das Ciências Sociais e Humanas após Lévi-Strauss. Novas abordagens, como o Pós-Estruturalismo e a Antropologia Simbólica, se concentraram na interpretação dos símbolos e rituais culturais depois do Estruturalismo, com esse movimento conseguimos redigir e ecoar as vozes a partir do *Kanhgang êg my há*.

No capítulo cinco do seu livro “Ilhas de história”, o antropólogo norte-americano Marshall Sahlins (1997) aborda novamente o encontro do capitão Cook e sua tripulação com os nativos havaianos, destacando as interações entre eles. Um aspecto relevante

abordado é a estrutura hierárquica da sociedade havaiana, que era patriarcal, e como a chegada dos navios ingleses deu pé a constituição de novas dinâmicas de comércio que desafiavam as normas sociais da sociedade nativa, especialmente em relação às mulheres, o que anteriormente era considerado um tabu pela “tribo”. Essa mudança está relacionada à reivindicação de *status* pelas mulheres como mães dos filhos dos deuses, sinalizando uma importante alteração nos valores tradicionais.

Sahlins (1997) também analisa a dinâmica entre mudanças e estabilidades, argumentando que a aplicação de ideias culturais implica em reprodução e diferenciação, de modo que em situações propícias para a mudança, como uma estrutura de conjuntura, alguns valores tradicionais são ressignificados, enquanto outros são preservados. Um exemplo disso pode ser observado no filme “A Encantadora de Baleias” (Caro, 2003), no qual Paikea, uma jovem Maori, desafia a tradição patriarcal ao se tornar a líder e domadora de baleias, representando uma mudança nas tradições, mas a preservação de outras. A partir dessa inspiração, elenco uma série de frases a partir do texto buscando entrelaçar o mundo dos povos indígenas, em especial ao meu povo kaingang, na busca de ecoar as vozes dos territórios e trabalhar teorias antropológicas.

Os velhos, nossos *kofá* (velhos sábios), têm uma visão simples e certa a respeito do que acontece com a humanidade, sobre o motivo de re-existir a tanta violência, brutalidade, indiferença um com o outro e ausência de fraternidade. Os anciãos dizem que o ser humano se afastou do próprio coração! A civilização seguiu por um caminho errado, sem coração, o caminho do ego, da competição, da hierarquia e não da compaixão, levando as pessoas a estarem cada vez mais distantes do próprio coração e apartadas da natureza; esse afastamento fez com que as pessoas esquecessem quem, essencialmente, elas são.

Muitas vezes, quando olhamos para uma floresta, apenas o que podemos ver são os galhos entrelaçados, as folhas e os troncos superficiais. No entanto, por trás dessa aparente simplicidade, há um mundo complexo e interconectado que merece nossa atenção. De acordo com Sahlins (1997, p. 174),

... essa colisão de havaianos não é somente um paradigma, mas também resume uma possível teoria da história, da relação entre, estrutura e evento, que se inicia com a proposição de que a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução.

Territórios e saúde

O colapso climático está aí, lutamos literalmente pelas nossas vidas e a pandemia de Covid-19 nos mostrou o total desequilíbrio onde estamos vivendo. As populações tradicionais são essenciais para deter a mudança climática, as demarcações de terras são

a saída para barrar a crise climática: “... ensinam que a experiência de sujeitos humanos, especialmente do modo como é comunicada no discurso, envolve uma apropriação de eventos em termos de conceitos a priori” (Sahlins, 1997, p. 182).

Os povos indígenas representam menos de 1% da população brasileira e menos dos 5% da população mundial, mas são responsáveis pela preservação de 80% da biodiversidade presente em seus territórios. Nossos corpos se tornam instrumentos de luta e resistência, ao redor do fogo vivenciamos saúde e educação, ao redor do fogo lembramos do nosso território-umbilical, onde tudo está conectado, corpo, mente, território e espiritualidade, a floresta é nosso corpo, nosso corpo é território. Nossa saúde depende da saúde das florestas, ouvimos as vozes dos *jagrês* (guias da floresta), não somos da floresta, somos a floresta, pedindo socorro:

Quando nossas crianças nascem, enterramos o umbigo na porta da nossa casa, para que os espíritos dos nossos filhos não sejam capturados pelos *vênh-kupríg kórég* (espíritos ruins). O vínculo com o território é tão forte que quando a pessoa morre, ela precisa voltar para sua terra de origem, por isso o território para nós é onde estão enterrados nossos umbigos. A quebra desse princípio pode causar sofrimento patológico, como dizem os não indígenas (Carvalho, 2020, p. 19).

O aquecimento global vai nos matar, “desastres naturais” não são naturais, pois estamos ouvindo todo esse grito de socorro da mãe sagrada, nossa mãe *nān gâ* (mãe terra) está adoecendo dia a dia. Nossos territórios sofrem direta e indiretamente com os impactos, nossas comidas tradicionais submersas pelo barro, minério e agrotóxico, nossos animais morrendo pelas queimadas e de fome, e os espíritos das florestas, nossos *jagrês* (guias da floresta), segurando o céu para não cair em nossas cabeças.

Alguns impactos desse desequilíbrio climático já podem ser vistos no Brasil todo. A região sul e parte do nordeste sofrem com chuvas intensas, que deixam mortos e desabrigados. No sudeste, secas históricas causam desabastecimento de água em centenas de municípios. Sahlins (1997, p. 174) aponta que:

No Norte, a bacia amazônica tem enchentes históricas e o processo de transformação de uma vegetação natural da floresta pode aumentar as temperaturas a níveis letais. Essa também foi a razão de Kaneoneo atropelar as canoas: as pessoas foram capturadas por um paradoxo havaiano, pois era impossível abrir caminho para a canoa e ao mesmo tempo se prostrar diante dela.

A partir desse pensamento, ao qual intitulo “Psicologia das florestas: por um cuidado decolonial em saúde”, trago essa reflexão para que nós indígenas passemos a transitar cada vez mais na selva de pedras, ingressar nas universidades, cursar diferentes graduações e pós-graduações. Junto a essa entrada, também trazemos seus modos de vida e concepções de mundo. Esse esforço se justifica pela perspectiva indígena, ao qual frequentam a universidade, e não têm suas vozes e cosmopercepções (Oyèwùmí, 2021) considerados

na formulação de políticas universitárias. A experiência da universidade, retomada como território indígena, no contexto das organizações indígenas, é de extrema importância no sentido e rumos de pesquisas acadêmicas, no desejo de cada vez mais contribuir na consolidação da atuação das instituições em relação às comunidades e povos indígenas, a partir da qualificação acadêmica alcançada, disseminando conhecimentos ancestrais.

O debate sobre os desafios pós-coloniais do presente é enriquecido por experiências étnicas e culturais ímpares. A possibilidade de produzir conhecimento relacionado ao modo de ser e estar no mundo kaingang é o que me move em direção a esse desafio. Questionar as narrativas dominantes requer dar a compreender outros mundos. O termo “cosmopercepção” é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. A socióloga nigeriana Oyèrónkè Oyèwùmí (2021) formulou essa expressão para mostrar que a percepção está para além da visão; no livro “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos” publicado originalmente em 1997, oferece uma nova maneira de compreender o papel social da mulher. O termo “cosmovisão”, usado no ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos.

Já o termo “*pîn ró nî*”, que na língua kaingang significa “ao redor do fogo”, nos ajuda a pensar questões pertinentes à saúde mental indígena a partir das especificidades culturais, sendo esse o tema disparador para as conversas. Esse é o meio de mantermos nossas conversas sagradas, trazendo aqueles que já se foram, mas ao redor do fogo nos dá a força, o foco, trazendo também seu toque de carinho para o coletivo, pois antes de nós, vieram eles, nossos ancestrais, nossos guerreiros que se foram lutando por nós.

Sou *Paféj kanhgág*, filha de Maria Kairu, neta de Domingas, mãe de Kafág, filha da floresta, sou semente dessas mulheres que foram violentadas, violadas, mas nunca desistiram de mim para ecoar suas vozes silenciadas pelo preconceito. As mulheres desde sempre sofrem violência em seus corpos. Como descreve o trabalho de Sahlins (1997, p. 176):

... nas décadas seguintes à visita fatal de Cook, chefia e plebe, homens e mulheres, tabus rituais e bens materiais, se engajaram na troca prática com europeus, de maneira a alterar os sentidos e as relações habituais. E essas reavaliações funcionais sempre aparecem como extensões lógicas dos conceitos tradicionais.

Quando Davi Kopenawa fala da queda do céu e da paixão do povo branco pela mercadoria (Kopenawa; Albert, 2015), está também denunciando as consequências da colonialidade sobre os modos de vida dos povos originários e tradicionais e sobre o próprio mundo dos *fóg* (não indígena), que ameaça ruir diante de uma sobreposição de crises: política, econômica, tecnológica, epistemológica, ecológica e imaginativa. As preocupações dos povos originários exigem necessidades de diálogo com os conceitos

já impostos, para podermos discutir os problemas de sofrimento, pelo que trarei como “trauma colonial”, ligado diretamente às aldeias indígenas.

Essas políticas de descolonizar pensamentos, em conjunto com os líderes espirituais, assim como a comunidade em sua totalidade, visto que é imprescindível considerar os modos de ser e viver de cada etnia e seus territórios, além da riqueza cultural que temos, que ainda é muito desconhecida por profissionais da selva de pedra; então, acabam perpetuando a invisibilidade dos modos de ser e viver indígena na cidade. Estar em contato com a natureza é sinônimo de saúde, assim como tomar um banho de rio se refere a um momento terapêutico em nossos corpos-território. Na selva de pedras adoecemos mais.

Corpos-territórios

Enquanto mulher indígena, corpo-ciência, redijo nossa história, agora contada e escrita a partir dos nossos saberes, contendo temas de saúde e de educação, trazendo a importância dos nossos modos de ser e viver para uma saúde mental, espiritual e o corpo-território. Trazendo também problemas que importam na cosmopercepção kanhgág para o espaço de conhecimento, como forma de também trazer à tona mundos, saberes e modos de existir pouco percebidos nesse espaço, ameaçados pela lógica colonial, promovendo, assim, uma ruptura política-ética-estética-cognitiva no cotidiano acadêmico, e buscando articular relações de apoio às lutas Kanhgág por seus territórios ancestrais em processo de retomada. Como aponta Sahlins (1997, p. 181),

No final, quanto mais as coisas permaneciam iguais, mais a elas mudavam, uma vez que tal reprodução de categorias não é igual. Toda reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, na ação, as categorias através das quais o mundo atual é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico.

No ensaio sobre as práticas corporais, originalmente apresentado em 1934, na Sociedade de Psicologia pelo sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (2003), discute-se um campo que havia sido pouco explorado pela definição convencional de tecnologia, vista como um objeto utilizado para manipulação. Mauss (2003) destaca um conjunto de práticas corporais, enfatizando o papel fundamental do corpo: o corpo é o primeiro meio de ação do ser humano, além de ser seu primeiro objeto e ferramenta técnica; argumenta ainda que a técnica só pode existir e ser transmitida por meio da tradição, destacando a eficácia dos atos tradicionais. As práticas corporais dizem respeito, portanto, às maneiras como as pessoas utilizam seus corpos tradicionalmente, o que varia de uma sociedade para outra. Nas palavras de Mauss (2003, p. 401):

Eu digo as técnicas do corpo, porque se pode fazer a teoria da técnica do corpo a partir de um estudo, de uma exposição, de uma descrição pura e simples das técnicas do

corpo. Entendo por essa expressão as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo. Em todo caso, convém proceder do concreto ao abstrato, não inversamente.

Nos últimos séculos, a mulher indígena experimentou diversas conquistas relacionadas à sua forma de ser e estar no mundo, resistindo há mais de 524 anos e sendo pilar de seus territórios, adaptando-se às conjunturas sociais, intelectuais e políticas. Com essa ocupação da mulher indígena, a liberdade de agir e de se expressar ficou mais latente, retomando espaços nossos que nos foram roubados com muita violência. Assim, ecoam vozes, fortalecendo a atuação de mulheres indígenas em espaços de conhecimento dentro e fora de suas comunidades.

Ao relacionar o conceito de “corporeidade”, resalto a importância do corpo enquanto território, por envolver todos esses aspectos, muito mais amplos; corpo, mente, espiritualidade, saberes ancestrais e os modos de ser e viver indígena, tudo está conectado. Ao redigir nossa história, é para dar visibilidade ao modo de vida, especialmente ao “bem viver” que se entrelaçam entre corpo-território. Sendo assim, a continuidade sócio-histórica da existência desses coletivos, baseada principalmente na linhagem do modo de vida *jykrê* (pensamento kanhág), do qual faço parte desde antes de nascer, buscando difundir e construir uma sociedade justa com os povos originários.

Quando uma criança kanhág vai aprender a arte da cestaria, antes de iniciar o complexo trançado de taquara ou do cipó que vai se tornar uma cesta, ela precisa entrar na mata, procurar uma *sukríg* (aranha), tocar sua teia com a mão, suavemente, e pedir licença para usar seu poder de trançar. Com esse gesto, ela reconhece a habilidade da *sukríg* e o lugar de cada ser na teia de relações trançadas. Nossa relação com a floresta é de parentesco extenso, todo animal, toda folha, o rio que corre, é nosso parente, o visível e o não visível, a partir dos saberes transmitidos por seus ancestrais na tradição oral, nossos *kofás* (velhos sábios), ao redor do fogo, trazem as histórias das especificidades culturais (Domingos, 2016).

Considerações finais

O Brasil abriga uma vasta gama de povos originários, ao qual tem uma intensa ligação com a terra e suas raízes, o meio ambiente e seus estilos de vida. Esses coletivos, com culturas distintas, mantêm suas tradições de forma mais ou menos autônoma, fundamentadas em modos de cooperação social e em interações específicas com a natureza, frequentemente demonstradas por meio de práticas sustentáveis. No país, existem cerca de 305 povos indígenas, cada um com suas próprias tradições e idiomas reconhecidos. A partir dos territórios que historicamente ocupam, essas comunidades desenvolvem suas formas de viver, estabelecendo laços específicos e profundos com o ambiente, considerando aspectos produtivos, comunitários e espirituais.

Nesse sentido, a verdadeira identidade está intimamente vinculada ao território, manifestando-se nas atividades de cultivo e criação de diversos recursos, assim como na harmonia estabelecida com os ecossistemas. Os veredeiros, por exemplo, habitam regiões próximas a rios, áreas inundáveis, de onde obtêm recursos. Para os povos, elementos como rios, cavernas, montanhas e a biodiversidade têm significados simbólicos e espirituais profundos; essas representações os conectam ao passado, são fundamentais na construção de identidades e das relações com seus territórios (*nān gá*).

Por conseguinte, o cuidado e a proteção desses espaços são essenciais para suas práticas sociais e culturais. No decorrer da história, o corpo-território tem ganhado importância como foco de estudo em diversas áreas científicas. Enquanto povos originários, sempre estivemos alertando para esse conceito, vivenciados em nossos corpos desde sempre, quando iniciamos uma dança, por exemplo, nos conectamos com o visível e o não visível, ao pintar nossos corpos, não é apenas uma pintura, está relacionada às marcas corporais de criação, do modo como Mauss (2003) ressalta o corpo como instrumento do ser humano.

Nossos *kofás* (velhos sábios) ao redor do fogo nos trazem a história dos irmãos gêmeos Kamé e Kairu, sua mãe teria os deixados no topo de uma montanha para salvá-los de um ataque em seu território, no seu leito de morte conseguiu chamar os animais da mata para que pudesse salvar seus filhos. Kamé se tornou um homem forte, de braços e mãos alongadas, pés firmes, pois ao descer a montanha se deparou com os cipós que o derrubavam, lutou com animais ferozes e sozinho foi abrindo caminho, somente seguindo as vozes de seus *jagrês* (guias da mata). Enquanto Kairu desceu pelo lado oposto da montanha, auxiliado pelos parentes animais, o macaco ensinou a destreza e a ligeireza de movimentos, a onça lhe ensinou como se proteger e ser estratégico; com tais qualidades, Kairu se tornou mais espiritual, com a sabedoria das plantas, dos animais e espíritos da floresta. Kamé por sua vez se fortaleceu, destemido, linha de frente, caçador e guerreiro. Somos então corpos-território, onde a educação e a saúde se iniciam ao imitar os pássaros voando, ao nadar no rio como o peixe, ao abraçar uma árvore.

Cada comunidade apresenta costumes específicos, ligados ao convívio social. Destaca-se que os métodos de expressão corporal sofrem variações conforme os costumes e normas estabelecidas em cada sociedade, mas a transmissão de técnicas corporais só é possível através da tradição. Assim, a instrução exerce maior influência do que as ações físicas. Isso indica que como utilizamos nossos corpos é grandemente impactada pela instrução e pelo ambiente social.

Ao longo deste texto, busquei aproximar território-corpo e os modos de ser e viver indígena, dialogando com as concepções de cuidado e discussões da Antropologia. Deste modo, foi possível problematizar as potencialidades da produção do comum a partir dos modos de ser e viver indígena, especialmente, a partir do nosso *Kanhgang êg my há*.

Referências

- Caro, N. (Diretor) (2003). *Whale Rider (Encantadora de Baleias)* [Filme]. Comissão de Cinema da Nova Zelândia.
- Carvalho, R. N. (2020). *Kanhgang êg my há: para uma Psicologia Kaingang*. 2020. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre, Brasil, 2020.
- Domingos, A. (2016). *O bem viver Kaingang: Perspectivas de um modo de vida para construção de políticas sociais com os coletivos indígenas*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS].
- Kopenawa, D.; Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Mauss, M. (2003). Técnicas do Corpo. In M. Mauss, *Sociologia e Antropologia* (399-422). Cosac Naify.
- Lévi-Strauss, C. (2003). Introdução à obra de Mareei Mauss. In M. Mauss, *Sociologia e Antropologia* (11-46). Cosac Naify.
- Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Bazar do Tempo.
- Sahlins, M. (1997). *Ilhas de História*. Editora Zahar.

CAPÍTULO 6

“Quem falou que eu ando só?”: O encontro da Psicologia Comunitária com a práxis do Feminismo Negro a partir da extensão universitária junto à Coletiva Mulheres da Quebrada

(Paula Rita Bacellar Gonzaga, Keren Clementina Martins França, Ágnes Souza Montanari, Karla de Paula Carvalho, Sandra Sawilza, Sheylla Bacelar, Simone Sigale)



6

Introdução: mulheres negras transmutam e inventam a própria humanidade

A colonialidade faz com que, para um grupo se positivar, seja necessário o extermínio de outros povos, o que se dá pelo genocídio, pelo epistemicídio e pelo etnocídio, promovendo em sujeitos dissidentes um lugar de não-pertencimento ou de não humanidade (Kilomba, 2019; Núñez, 2022). O Brasil é um país que não trata suas feridas coloniais, entre elas o racismo heteropatriarcal, base da estrutura de dominação que garante a manutenção do *status quo* e das desigualdades estruturais a partir da desterritorialização e da binarização objetiva e subjetiva que fomentam um “não-lugar” (Kilomba, 2019; Núñez, 2022). A desumanização é uma ferramenta de exploração e exclusão social, com a morte simbólica e/ou física como destino dos povos *afropindorâmicos*, alvos programados da necropolítica (Mbembe, 2017; Santos, 2015).

Elaborar a história e a reinvenção da colonialidade sobre a América Latina implica em reconhecer que a colonização não se limitou ao território geográfico: nossos corpos também são territórios de conquista. Isso demarca as condições possíveis de nos concebermos ou não enquanto sujeitos no mundo e em nossas relações com outros humanos, com a natureza e com as demais formas de existência (Núñez, 2019).

Nesse ínterim, os movimentos sociais, os grupos políticos descentralizados e as lideranças comunitárias emergem como representantes da luta decolonial, organizando-se politicamente para modificar relações sociais desiguais estabelecidas. Isso ocorre enquanto geram demandas a serem atendidas pelo Estado, propiciando, assim, a instalação de um processo de democratização da sociedade a partir da noção de cultura, identidade, gênero, raça, classe e outros marcadores (Sales, Fontes, & Yasui, 2018).

O Feminismo Negro, enquanto um segmento complexo e plural dos movimentos sociais e das teorias-práxis emancipatórias, rompe com o lugar hegemônico ao transgredir o silenciamento imposto às mulheres negras, ancorar-se na interseccionalidade e defender o imperativo de que a liberdade depende da extinção de todas as formas de dominação, por serem oriundas e (re)produtoras de um mesmo projeto político colonial (Crenshaw, 2002).

Importante salientar que a interseccionalidade surge como conceito que abarca a associação de sistemas discriminatórios múltiplos e que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, que criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de gênero, raça, classe e outras, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002). Sendo assim, a contribuição da interseccionalidade nos estudos sociais está em assumir a diversidade de corpos e subjetividades não pela via da tolerância, mas como uma conexão

potencializadora de nossas forças conjuntas, fazendo com que a interdependência deixe de ser ameaçadora e se torne libertadora (Lorde, 2019).

É nessa direção que as mulheres *afropindorâmicas* têm produzido interpelações e proposições de novos modos de organização política contra o etnocídio desde a invasão europeia às terras de Abya Yala¹⁶, contudo enfrentam não só os obstáculos que as mulheres hegemônicas encaram, como também as reverberações da desigualdade racial e de classe, sendo invisibilizadas pelo Feminismo eurocêntrico (Crenshaw, 2002; Lorde, 2019). Neste sentido, admitimos o Feminismo Negro como lente analítica para interpretar a realidade brasileira e como bússola teórico-prática para encarar os problemas que pretendemos transformar. Visamos construir uma ciência decolonial, que dialoga com a existência de múltiplos saberes, a fim de efetivar uma intervenção comunitária que rompa com a estrutura adoecedora do sistema de monoculturas, o qual aliena as maiorias populares de sua consciência e bloqueia o desenvolvimento de sua identidade histórica (Martín-Baró, 1997; Núñez, 2022). Cabe apostar na práxis emancipadora e transformadora da Psicologia Social latino-americana, orientada pelo Feminismo Negro e aprendida no cotidiano dos territórios que constroem experiências de resistência, afetividade, afirmatividade e coletividade.

Esse texto busca apresentar a experiência, a produção de bem-viver e os resultados parciais do projeto de extensão “‘Ser mulher, ser território próprio’: articulações entre a Coletiva Mulheres da Quebrada–BH, a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro”, durante o ano de 2023, que foi realizado junto à ColetivA Mulheres da Quebrada – CMDQ, organização social idealizada e administrada por mulheres negras do Aglomerado da Serra, também conhecido como Serrão. A orientação da equipe de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG partiu da metodologia do encontro, que aposta no efeito *abebélico* (Gonzaga, 2019) presente na troca entre sujeitos que se percebem como semelhantes, por vivenciarem, ainda que salvaguardada distinções, marcas comuns da violência colonial. Parte fundamental do trabalho executado consistiu no resgate da história da CMDQ, o que está aqui registrado e articulado com reflexões do rompimento que elas têm produzido em relação às “imagens controladoras”, ou seja, com os mecanismos simbólicos que objetificam mulheres negras pela outridade, a partir da naturalização da tríade racismo, sexismo e pobreza (Collins, 2019). Possibilita-se, então, testemunharmos as conquistas conjuntas desse projeto com a ColetivA, que reforça a importância acadêmica, histórica e política do compromisso social da universidade pública de potencializar a autonomia comunitária, força motriz da luta pela dissolução das desigualdades estruturais.

¹⁶ *Abya Yala* é a expressão utilizada no idioma do povo kuna do Panamá, que corresponde ao espaço geográfico da América Latina, mas refere-se ao seu território ancestral original, antes da imposição física, simbólica, psicológica e cultural do colonialismo europeu (Sales & Bhaltazar, 2021).

Uma proposição feminista negra de extensão universitária: a metodologia do encontro junto às mulheres da Coletiva

O projeto de extensão “Ser mulher, ser território próprio”, desenvolvido no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, começou a ser elaborado em meados de 2021, com a aproximação da orientadora Prof.^a Dr.^a Paula Gonzaga com as lideranças comunitárias que fundaram e estão no núcleo gestor da *Coletiva Mulheres da Quebrada*. A construção da proposta foi feita em alinhamento às premissas do Feminismo Negro, por meio do diálogo entre as lideranças e a docente: todo o plano de trabalho foi construído em consonância às suas demandas, assim como a seleção das extensionistas. O desenho do projeto de extensão estabeleceu como objetivos: fortalecer a CMDQ a partir da articulação com a práxis da Psicologia Comunitária, orientada pelo Feminismo Negro e pela defesa dos direitos das maiorias populares, reconhecendo as comunidades como agentes de transformação; consolidar a promoção da saúde integral e a prevenção das violências de gênero, considerando as interseccionalidades raciais e de classe; e potencializar a formação discente e o papel político-social da universidade pública (Crenshaw, 2002; Martin-Baró, 1997). Fomos, desde o princípio, convocadas a pensar numa proposta de articulação decolonial, ao entender que a contribuição dos pensamentos afropindorâmicos é estender noções de cuidado em horizontes que sejam recíprocos, relacionais e não hierárquicos, bem como compreender que não existe um “eu” sem a comunidade e o mundo ao seu redor (Núñez, 2022; Santos, 2015).

Assim, ao considerar nossa posição enquanto mulheres na academia, uma instituição que vem de um longo histórico de elitização e violência, foi necessário fazer escolhas teórico-metodológicas que nos conduzissem à dissolução das hierarquias e convertesse um potencial campo de exploração em um local seguro, de troca horizontal e de sistemáticas contrapartidas, no qual a comunidade pudesse se empoderar e reafirmar (Collins, 2019).

Optamos pela metodologia do encontro, que consiste em produzir um espaço em que cada indivíduo perceba em seus pares a continuidade de si próprio (Crenshaw, 2002). Investir nessa orientação teórico-prática é admitir que as cicatrizes coloniais estão marcadas em nossos pensamentos, sentimentos e comportamentos, independentemente do local social que ocupamos nas relações (Gonzaga, 2019). O encontro é compreendido como uma troca recíproca de potencialidades, dado que, segundo Geni Núñez (2022), não existe na vida passividade nem atividade, senão encontro e, por essa mesma razão, construir terrenos relacionais em que possamos ser enxergadas dignamente é parte intrínseca do processo de nos vermos de modo saudável e de reconhecermos nossa humanidade.

Ademais, a lente que estrutura nosso trabalho intenta romper com o roubo sistemático da memória, da história e da ancestralidade do povo negro e dos povos originários, logo, reivindicamos o direito a voz e, em última instância, o direito à vida, sequestrados pela colonialidade (Ribeiro, 2019).

A metodologia do encontro utilizada aposta no efeito *abebénico*, uma proposta afrodiaspórica de produção de conhecimento elaborada pela Dr.^a Paula Gonzaga (2019). O *abebé* representa o espelho de duas orixás: o dourado de Oxum (onde ela enxerga o mundo, a beleza e a morte que são parte de si), que representa como construímos nossa imagem a partir do reconhecimento da ancestralidade, e o espelho prateado de Iemanjá (onde ela enxerga os outros), que simboliza o conhecimento através da empatia. Ao utilizar-se de símbolos oriundos do continente africano e preservados pelo povo de axé, parte de uma cosmovisão forjada por outras lógicas que não a da colonialidade, o que emergiu em sua pesquisa a partir das narrativas de suas interlocutoras, quando, mutuamente, entrevistadora e entrevistadas se viam refletidas umas nas outras pelos processos históricos que as atravessam, sendo compartilhados pela ancestralidade negra (Gonzaga, 2019).

Não obstante, a partir dos diários de campo, onde registramos as experiências de trabalho na CMDQ, constatamos a ocorrência do efeito *abebénico*: houve a “emergência do subjetivo”; discorremos sobre nossas afetações e os espelhamentos a que fomos convocadas a refletir em função do fluxo de interpelações vivenciadas (Lauterbach, 2019). O efeito de espelho infinito se tornou um caminho para produzir aproximações, interpretações e análises, no qual as lideranças, as mulheres da comunidade e as extensionistas, representam sujeitos oriundos da mesma continuidade cultural e histórica no que tange aos marcadores sociais modernos/coloniais (Gonzaga, 2019). Neste sentido, o espelhamento revela pertencimentos que transcendem o posicionamento individual, mas indicam um pertencimento coletivo do lugar social ocupado, o que possibilita um fazer científico sócio-histórico e politicamente localizado, que nega a falaciosa e desonesta premissa de neutralidade.

A liderança transgeracional de mulheres negras: a ColetivA Mulheres da Quebrada

A ColetivA Mulheres da Quebrada surgiu em 2018 por uma ação conjunta de mulheres do Aglomerado da Serra e, atualmente, é coordenada por três lideranças comunitárias locais: Sheylla Bacelar, Sandra Sawilza e Simone Sigale¹⁷, que partem da potência identitária de serem mulheres pretas e periféricas para elaborar coletivamente opções

¹⁷ Em sua fundação, a ColetivA contava com a integrante Lídia Vieira, que atualmente já não mora no Aglomerado da Serra e está desvinculada do projeto.

interseccionais (Crenshaw, 2002) e produzir sentidos afirmativos sobre si e sua comunidade. A fim de criar estratégias de fortalecimento e de luta por justiça social em meio a uma atuação horizontal, as mulheres da CMDQ tornaram-se multiplicadoras de conhecimentos e cuidado. As fundadoras do projeto — que trabalham de forma voluntária, contando com parcerias, novos membros e apoio das famílias vinculadas — são educadoras culturais, artistas e militantes ativas no enfrentamento ao racismo e às opressões de gênero e sexualidade. Todas vêm de uma longa trajetória nos movimentos sociais, tendo seus caminhos entrecruzados pela territorialidade a que pertencem, pois nasceram e cresceram no Serrão, composto pelas Vilas: Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Santana do Cafezal e Novo São Lucas.

Segundo dados da Prefeitura de Belo Horizonte (2022), a região apresenta 34.303 moradores em 11.013 domicílios, ocupando cerca de 1.501.893 m², configurando a maior periferia urbana de Minas Gerais, localizada entre bairros de classe média-alta do Centro-Sul de Belo Horizonte e a Serra do Curral, que vem sendo ameaçada pela mineração predatória (Nonato & Alves, 2019). Demarcar os limites materiais e simbólicos do Serrão é fundamental, dado que a garantia do território é imprescindível para a cultura ser mantida, de maneira que a gentrificação da região e o enfrentamento do iminente desabrigo pelo Estado são, também, formas de epistemicídio e higienização (Núñez, 2022). O território não é apenas geográfico, mas uma construção que existe e produz condições objetivas e subjetivas de vida a partir das relações nele existentes, emergindo como um eterno fazer-se e desfazer-se, uma rede de relações que se autoproduz (Martins *et al.*, 2021).

Uma característica marcante na formação do Aglomerado da Serra é a vacância do poder estatal, onde a exclusão social se consolidou sobretudo na precariedade dos aparatos, instituições e equipamentos públicos, produzindo barreiras socioeconômicas, ambientais, de saúde, psicológicas e afetivas, distanciando os habitantes da região de condições dignas de (sobre)vivência (Martins *et al.*, 2021). Esse desinvestimento e desarticulação do Estado na construção de políticas públicas eficientes funciona como mecanismo próprio da lógica neoliberal, que esvazia as noções de território ao vulnerabilizar e criminalizar quem está/vive na periferia e, ao operacionalizar o jogo democrático em uma política de morte, pela via necropolítica (Marques *et al.*, 2019). Logo, cabe pensar que a democracia no contexto brasileiro produz, por si própria, as desigualdades, visto que estabelece quais comunidades terão ou não acesso a direitos (Oliveira *et al.*, 2019).

Nesta conjuntura sociopolítica, a articulação de entidades não governamentais, como a ColetivA Mulheres da Quebrada, tem preenchido lacunas originadas pela negligência das instituições estatais em relação aos direitos humanos das mulheres, das pessoas negras e dos corpos fora da cis-heteronormatividade por meio de uma perspectiva de

cuidado afrodiáspórica. As fundadoras trazem a perspectiva da ancestralidade enquanto memória e pertencimento cósmico e comunitário, possibilitando a reexistência (Souza, 2011) pela afirmação positiva da negritude, manifestada em práticas cotidianas de crítica da complexidade cultural, social e histórica das relações de poder.

Diante da reprodução de lógicas de subalternidade, opressão e desumanização estruturalmente internalizadas no *quefazer* de profissionais que trabalham nos equipamentos de política pública presentes no Aglomerado, a ColetivA se consolida no território enquanto promotora de acolhimento e cuidado frente à vulnerabilidade de sua comunidade, bem como mobilizadora sócio-política por direitos, rompendo com o caráter assistencialista que muitas vezes é dirigido a pessoas periféricas e assumindo uma postura inegociável de não oferecer nada menos que o digno. A experiência de formação em Psicologia, nesse contexto, confere às estudantes a possibilidade de repensar noções reducionistas ainda presentes na profissão, reposicionando a práxis para um viés de direito e não de benevolência, como fica explicitado no trecho de 09 de junho de 2022 no Diário de Campo:

... estar na Coletiva tem me dado ferramentas para entender e repensar muito, como uma fala da Scheylinha, das primeiras semanas que fui, em que ela dizia sobre o como as mulheres lá receberiam qualquer coisa e ainda iriam agradecer, mas que esse não é o “certo”, não é o intuito da Coletiva dar “qualquer coisa”, mas o melhor que for possível, porque as mulheres do território merecem o melhor; essa é uma coisa que ela não abre mão. Além disso, a questão de ter lanches e transporte para as saídas do território é sempre um ponto importante.

Corroboramos com Santos (2019, p. 161) na compreensão de que “Ancestralidade é memória e sentido do pertencimento cósmico e comunitário”, por meio desse cuidado ancestral reciprocamente e pela valorização cultural que as mulheres da ColetivA criam um espaço seguro de autodefinição, ou seja, um lugar capaz de romper com a invisibilização e a objetificação próprias do colonialismo e, assim, produzir processos de subjetivação a partir de parâmetros e paradigmas afrodiáspóricos (Collins, 2019).

Nessa perspectiva, as relações afrocentradas e as memórias ancestrais têm um papel fundamental na emancipação e no cuidado coletivo da comunidade negra, dado que mulheres racializadas se destacam nos entraves de resistência ao ocupar a posição de guardiãs e replicadoras das culturas que a branquitude ainda tenta aniquilar (Collins, 2019; Santos, 2015).

À vista disso, ainda que expressem críticas às perspectivas feministas hegemônicas, as Mulheres da Quebrada são e se reconhecem enquanto mulheres protagonistas, lideranças e protetoras daquelas que vivenciam situações de vulnerabilidade, violência e precariedade no território. Por essa razão, observa-se a autoafirmação de gênero através da escrita do nome “ColetivA”, com “A”, como aparece em suas redes sociais, para não

haver dúvidas quanto à natureza do movimento político que travam cotidianamente. A identidade política de mulher negra faz parte da experiência da coordenação do projeto, bem como de quem o acessa primordialmente, de modo que a disputa em jogo também é narrativa e linguística, circunscrevendo que o trabalho é feito por, com e para mulheres negras e, por isso, optamos por manter a escrita sempre com o “A” maiúsculo, para que a generificação da palavra no feminino não passe despercebida.

Kilomba (2019) defende que a construção da linguagem é um ato político de demarcação do poder, ao ressaltar a oposição de “sujeito” e “objeto”, sendo aquele que tem o poder de definir sua realidade, identidade e contar suas histórias, enquanto este tem sua realidade, identidade e história definidas pela relação que estabelece com quem é reconhecidamente “sujeito”. Por conseguinte, apropriar-se de suas narrativas é ocupar uma posição decolonial, contra-hegemônicas e de reivindicação dos espaços de produção intelectual que ela sempre limitou à elite burguesa branca do Brasil, que *cr*istematicamente cria e atualiza mecanismos de docilização dos corpos por meio de um projeto moderno/colonial de opressões baseadas na intersecção dos marcadores sociais de gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência (Crenshaw, 2002; Lugones, 2014). Assim, reafirmar uma posição feminista da linguística, como em ColetivA, é ser resistência a essa estrutura, em que encontramos a falta de representação e representatividade como imposição.

O lema da ColetivA, “Ser mulher, ser território próprio”, foi criado por Scheylla Bacelar, e surge a partir das questões elaboradas por ela, tanto na posição individual de sujeito singular, quanto na interlocução contínua com o coletivo. Neste ínterim, ela perde as fronteiras bem definidas de “eu” e se torna uma mulher povoada, que afirma essa posição enquanto uma mulher que, assim como a Terra, é povoada e, como Oxum e Iemanjá, vê refletida em si mais de muitos. Ela sintetiza em poucas palavras uma percepção ancestral afropindorâmica de que as mulheres sejam as únicas a deliberar seus direitos, potências e existências, ou seja, tenham a possibilidade de se autodefinir e reexistir ao ocupar a posição de guardiãs e replicadoras das culturas que a branquitude ainda tenta aniquilar (Collins, 2019; Santos, 2015; Souza, 2011).

Estas concepções estão no escopo do Feminismo Comunitário, que opera o conceito de “território-corpo” como uma forma de contraposição ao patriarcalismo, ao colonialismo e ao neoliberalismo, por ser por meio da defesa do território e do uso que fazemos do nosso corpo que estabelecemos um processo de resistência às diferentes violências de gênero, raça e classe (Sales & Bhaltazar, 2021). Neste *cr*istema, nossos corpos, assim como a terra, já foram e ainda são vistos como territórios de conquista: foi o estupro colonial de mulheres indígenas e negras que inventou o Brasil, que emerge como mecanismo de subjugação e de conquista que, ainda hoje, é utilizado em guerras proclamadas e simbóli-

cas, como forma de controle pela humilhação e pelo medo que evoca nas mulheres e em toda a comunidade a que pertencem.

Nossos corpos e territórios são instâncias atravessadas por feridas coloniais, de modo que “... nossas feridas psicossociais estão intimamente ligadas à cura e cuidado com as feridas da terra” (Núñez, 2022, p. 52) e, por isso, cuidar da terra também é autocuidado e política de resistência. Entende-se, assim, que o corpo é um espaço por meio do qual se criam estratégias de luta política, como: a produção de conhecimento local; a promoção de práticas educativas interculturais; a desnaturalização da invisibilidade das mulheres racializadas; a superação do imaginário estético racista ocidental; o empoderamento feminino; e a coletivização das lutas na defesa dos territórios e dos corpos que se articulam a partir do Ecofeminismo (Sales & Bhaltazar, 2021). Logo, ser povoada como a terra é acreditar que podemos germinar na coletividade, apesar do extrativismo e da exploração que se assomam sobre nós cotidianamente, que tenta nos afastar do nosso território próprio, o qual é o corpo.

Essa concepção de território-corpo, além de evidenciar questões de qualidade de vida, dignidade e autonomia, demonstra a indissociabilidade entre corpo e mundo, já que somos parte dele (Núñez, 2022). Isso implica dizer que não há binarização entre o pessoal e o político, o que se torna evidente na práxis da ColetivA, em que vivências pessoais são compartilhadas, convocando uma postura contrária ao que prega a Psicologia asséptica, de que o que é pessoal não deve interferir na produção de conhecimento, como podemos ver pelo registro de 24 de setembro de 2022 em Diário de Campo:

... por meio da ColetivA o afeto nos humaniza, e sobre como a cada encontro com as mulheres da Serra, é impossível se manter de forma distanciada, separar o eu “profissional” do seu eu “pessoal”, porque os dois coexistem a todo tempo e os encontros sempre te convocam a se colocar junto às mulheres.

As ações da ColetivA são parte de uma política de reexistência (Souza, 2011), que desmonta a subalternidade e abre espaço para a agência das mulheres do Aglomerado da Serra. Contudo, é importante demarcar que não se trata de mulheres aleatórias ou em abstrato, como faz o Feminismo branco, ainda ligado a uma visão eurocêntrica e neocolonialista que, ao defender a relevância irrestrita do gênero como fator de opressão, invisibiliza demandas específicas de mulheres racializadas, promovendo nossa desumanização, sendo um Feminismo que cai num universalismo categórico que é típico de discursos masculinizantes e brancos (Crenshaw, 2002; Lugones, 2014). A CMDQ, inclusive, denuncia as limitações dessa abordagem:

Ouve-se sempre falar do feminismo, empoderamento, sororidade entre mulheres. Porém é bem diferente quando se trata da quebrada sendo que várias dessas mulheres

passam por todos os tipos de faltas. Faltas de direitos, de afeto, de acessos, de trabalho, de saúde e outras tantas faltas (Mulheres da Quebrada, 2021).

Romper com a lógica universalizante, concomitantemente a ter ações concretas de cuidado ético-político, cunhado na coletividade, promove bem-estar e saúde enquanto reconhece a interdependência como potencializadora, ao contrário da visão liberal de autossuficiência. Dessa forma, compreendemos que a sobrecarga e o cansaço são efeitos da colonialidade racista e patriarcal, que ocorrem quando não há circularidade do cuidado, dado que ele é concentrado na figura das mulheres, principalmente nas racializadas (Núñez, 2022), como podemos ver em outro trecho do documentário da Mulheres da Quebrada (2021):

Mesmo com tantas violências, essas mulheres continuam nos trabalhos diários para sustentar suas famílias. Aí fica uma pergunta: Qual é o momento em que elas se cuidam? Quando elas recebem cuidado? Movidas por esses questionamentos, reunimos ações para efetivar a existência da ColetivA.

A Mulheres da Quebrada, portanto, opera como um espaço de promoção de saúde que tampona as vacâncias das políticas públicas, de modo a contribuir psicossocialmente para o Aglomerado da Serra a partir de um *quefazer* conscientizador (Martin-Baró, 1996), que se dá pelo contato horizontal e contínuo com as mulheres do território e pela promoção coletiva de escuta e afeto. É nesse sentido que os encontros proporcionados nesse espaço promovem bem-estar entre aquelas que ali frequentam, pois, como nos explicita Collins (2019, p. 06), “Se a dominação pode ser inevitável como fato social, é improvável que ela permaneça hegemônica como uma ideologia no interior dos espaços sociais em que as mulheres negras falam livremente”. É por meio do cuidado e do acolhimento, típicos da perspectiva afropindorâmica, que alcançamos a cura do processo desumanizador do racismo, pelo fortalecimento do laço coletivo, de pertencimento e de ancestralidade, que vem do resgate de uma memória não colonizada (Santos, 2015).

Vale explicitar que a ColetivA Mulheres da Quebrada se organiza com alguns eixos de atuação, de modo a garantir que as atividades sejam distribuídas entre aquelas que possuem maior disponibilidade ou ferramentas para contribuir nas tarefas específicas. Neste sentido, tem-se a coordenação geral sob responsabilidade das fundadoras da ColetivA, que organizam boa parte das atividades e parcerias, repassadas ao grupo de voluntárias. Destacamos aqui o eixo “Gotas de Cuidado”, voltado para o campo da saúde mental, surge a partir do reconhecimento que as reverberações do machismo, do racismo, da desigualdade de classe e da negação de direitos produzem sofrimento psicossocial, questões que tem sido um ponto prioritário ao longo dos encontros da ColetivA. Assim, Scheylla Bacellar convocou, a partir de suas redes de contato, psicólogas que poderiam contribuir com atendimentos psicossociais às mulheres do Aglomerado da Serra, além de intermediarem e fazerem intervenções grupais. Logo, a ideia era que a partir dos

encontros em grupos confluíssem saberes da Psicologia e saberes populares, de modo a promover momentos de troca, cuidado e fortalecimento entre as mulheres, que nessa interação eram interlocutoras e produtoras de diferentes saberes e cosmovisões sobre sua realidade social.

Em 2020, com a instauração da crise sanitária, econômica, política e social provocada pela pandemia de Covid-19, as lideranças observaram um aumento dos relatos de sofrimento psicossocial em escalas imensuráveis e, nesse contexto, houve também aumento na demanda de psicoterapia individual. O distanciamento recomendado, mas muitas vezes inviável para as classes populares, a crise econômica, os processos de luto, o aumento da violência doméstica e de outros fatores que potencializam a vulnerabilidade das mulheres da comunidade (Camilo *et al.*, 2021) provocaram na equipe do Gotas de Cuidado a iniciativa de criar um processo para selecionar uma rede de psicólogas e instituições voluntárias que realizassem a psicoterapia gratuita às mulheres do Aglomerado no modelo remoto, o que possibilitou o atendimento de aproximadamente 176 mulheres durante os anos de 2020 e 2021, democratizando o acesso à psicoterapia individual, serviço que ainda hoje se mostra elitizado e inacessível. Atualmente, o Gotas conta com grupos de intervenção psicossocial quinzenais de temas variados, alguns desses grupos conduzidos pela equipe extensionista, que surgem conforme a demanda das mulheres, além da psicoterapia individual que segue ocorrendo remotamente e fica a cargo das psicólogas parceiras, estas recebem supervisão de modo a orientá-las em sua atuação no manejo com as mulheres do território que possuem demandas e especificidades próprias.

O terceiro eixo é o de assistência social, que surgiu também durante a pandemia de Covid-19, em 2020, que escancarou a vulnerabilidade socioeconômica na qual se encontram as classes sociais mais baixas (Camilo *et al.*, 2021). Nesse momento, a ColetivA se mobilizou para arrecadar doações, que foram fundamentais na consolidação de uma atitude política de resistência e assistência perante a negligência do Estado. Durante os dois anos da pandemia, aproximadamente 300 famílias foram atendidas, sendo que somente em 2021, 2.400 cestas básicas foram recebidas e entregues, além de itens de higiene pessoal, máscaras, álcool em gel, cobertores, brinquedos, absorventes íntimos e demais produtos. Outra medida tomada pela CMDQ foi a democratização ao acesso à informação a partir da orientação das mulheres no cadastramento em programas das políticas públicas do Governo, bem como a circulação de orientações de prevenção ao vírus e informativos sobre o calendário de vacinação.

O eixo da comunicação, por sua vez, é responsável por garantir os registros fotográficos e por administrar e mobilizar as redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*, capazes de impulsionar a visibilidade e o contato on-line com a CMDQ.

Por fim, o eixo de editais tem a função de viabilizar a obtenção de dinheiro, sendo responsável por elaborar as propostas escritas enviadas às emendas parlamentares e a dife-

rentes tipos de editais, públicos ou privados, de modo a captar recursos que possibilitem a manutenção da ColetivA, sendo esta sua fonte de renda para além das doações, que não são estáveis. Sendo assim, a verba proveniente dos editais é fundamental para o pagamento das despesas com aluguel, comida, transporte e qualquer outra demanda essencial para a realização dos encontros presenciais com as mulheres do território.

Além dos eixos fixos de atuação, a ColetivA oferece também oficinas, a principal motivação das lideranças comunitárias e fundadoras da CMDQ para seu surgimento em 2018, já que as artes e mobilizações políticas e culturais eram uma via atrativa para execução de um trabalho de cuidado com as mulheres do Aglomerado da Serra. Ao longo desses anos de parceria foram realizadas as oficinas: “Mulheres que Dançam”, encontros onde as mulheres participam de danças coletivas de diferentes gêneros; oficinas audiovisuais, que ensinam técnicas de registros em foto e vídeo que visam democratizar o acesso às artes visuais e à tecnologia; formação educacional em escolas públicas, que intenciona trabalhar temáticas que envolvem raça, gênero, saúde e sexualidade com alunos(as) e profissionais; e artes manuais, massagem, autocuidado e sessões de acupuntura. As oficinas propostas permitem que as mulheres do Aglomerado localizem, manifestem e expressem suas formas singulares de se conectarem com a arte e a cultura, além de potencializar ações coletivas de cuidado e formação social.

Por uma Psicologia feminista e antirracista: contribuições do Feminismo negro periférico

A partir do que foi exposto, nosso papel enquanto Psicologia Comunitária foi de contribuir para a rede de promoção de cuidado e acolhimento psicossocial, reconhecendo o trabalho desta comunidade como agente de transformação (Crenshaw, 2002). A inserção da equipe de extensão se manteve com o acompanhamento semanal das atividades da ColetivA, dos encontros de supervisão, das leituras orientadas pela docente e pelas reflexões registradas em diários de campo. Essa presença transbordou os horários e momentos propostos, inclusive abrindo espaço para que novas demandas, além das que foram apresentadas pelas lideranças nas conversas iniciais, fossem surgindo.

Uma dessas demandas surgiu durante a realização da oficina “Árvore dos Prazeres”, conduzida pela orientadora e por extensionistas da graduação. A intenção era apresentar essa oficina como instrumento para que as lideranças da CMDQ pudessem utilizar em suas atividades com mulheres e jovens visando a promoção de saúde sexual e saúde reprodutiva. Contudo, mais pungente do que a proposta original, surge a exposição de um sofrimento psicossocial comum: a sobrecarrega e o acúmulo de funções. Reiteramos que esse é um dos efeitos do sexismo e do racismo, que vetam a circularidade do cuidado ao torná-lo função exclusiva das mulheres, e acarretam as múltiplas jornadas de traba-

lho, cenário que se agudiza na realidade de mulheres negras que são lideranças comunitárias e vivenciam o cansaço, a autocobrança, a falta de tempo para si e pensamentos autossabotadores.

Dessa forma, a lógica da colonialidade e do capitalismo neoliberal impõe o cuidar como produto a ser manufaturado apenas pelas mulheres, responsabilizadas pelo gerenciamento das mazelas sociais provocadas pelo Estado (Camilo *et al.*, 2021; Oliveira *et al.*, 2019) e, nesse movimento, o adoecimento biopsicossocial, aqui, evidencia a despersonalização das lideranças, que sempre devem estar cumprindo as demandas externas em detrimento de suas próprias necessidades.

A partir desse encontro, foi pensada uma intervenção em conjunto: reservar o último sábado de cada mês para a realização de um encontro de autocuidado dedicado à equipe da CMDQ, mediado por uma psicóloga. Isso, de certa forma, garante o cuidado de quem cuida, pensando em trazer a mutualidade do cuidado como forma de reconhecimento das vulnerabilidades e fragilidades que são também parte da humanidade dessas mulheres. Destacamos que o desejo das mulheres de cuidarem umas das outras é algo redentor e constrói um saber em que o nosso verdadeiro poder é descoberto (Lorde, 2019). Esses espaços foram construídos coletivamente com psicólogas parceiras, que tinham trajetórias de movimentos sociais, leitura antirracista e, preferencialmente, fossem também mulheres negras.

Outra realização conjunta foi o acompanhamento e facilitação das atividades na Escola Estadual Paulo Mendes Campos, na qual a ColetivA ofereceu rodas de conversa e dinâmicas de autocuidado com as estudantes, funcionárias(os), professoras(os) e direção, além de um evento de três dias na semana do 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Essas ações foram conduzidas pelas fundadoras e pela pedagoga que faz parte da CMDQ, que compreendem a escola como um ambiente de transformação social, que pode fomentar estratégias de enfrentamento às opressões que incidem sobre a juventude, sobretudo às jovens. Para isso a comunidade escolar foi mobilizada para construir uma rede de apoio, escuta e parceria, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento e ao protagonismo juvenil.

Destacamos ainda que o plano de atuação do projeto de extensão contava com a construção de um documento que registrasse a história das Mulheres da Quebrada e, a partir daí, desenvolvemos uma forma de aumentar a sua visibilidade, principalmente com os materiais produzidos para as redes sociais, como o *Instagram* e *Facebook*, pôsteres e cartazes, que explicitam os resultados das ações da ColetivA. O presente capítulo surge, então, como subproduto desse eixo de trabalho, colaborando com a construção de uma forma pluriversal de conhecimento, pois aqui não ocupamos a posição de “outra”, mas de sujeitos, enfatizando que todas que passam pela CMDQ estão no movimento de contar,

escrever e recuperar nossa história interrompida e apropriada pelo epistemicídio (Collins, 2019; Kilomba, 2019).

Neste sentido, a ColetivA transforma nossa experiência na medida em que torna apreensível e determinante que reconhecamos que “Aqueles entre nós que estão fora do círculo do que a sociedade julga como mulheres aceitáveis; aquelas de nós forjadas nos caminhos da diferença ... sabem que a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica” (Lorde, 2019, p. 139) e a nossa sobrevivência, por si só, nunca fez parte dos planos do sistema. Logo, a Academia pode não garantir nossa existência, mas disputá-la é um enfrentamento de narrativas que historicamente nos impuseram silêncio.

Nosso *quefazer* não é apolítico e essa pressuposição simplesmente não nos serve enquanto Psicologia Social Comunitária, sobretudo considerando o aporte metodológico do Feminismo negro, decolonial e latino-americano. Neste ínterim, é importante analisar quais referenciais, pretextos e contextos orientam as produções feitas por pessoas brancas, que precisam ser situadas a partir da branquitude e não da ideia de sujeito universal, que perpetua o racismo científico (Oliveira *et al.*, 2019). Assim, acreditamos que tanto a teoria quanto a práxis da Psicologia precisa se pautar no questionamento de “a serviço de quem estamos?”, sendo que o objetivo deve ser o de construir, juntamente às maiorias populares, um espaço de autodefinição e reexistência (Collins, 2019; Martín-Baró, 1997; Souza, 2011).

Dessa forma, a ponderação de Eliane, moradora do Aglomerado da Serra, no documentário *Mulheres da Quebrada*, “... se nós somos a maioria porque temos tanta necessidade ... nós temos que nos ajudar, nós temos que nos unir, nós temos que nos cuidar”, evoca-nos uma posição *abebénica* ao reverberar nossas dores e expectativas, já que nós mulheres, majoritariamente negras, que escrevemos da Academia, identificamos na ColetivA um espaço contra-hegemônico. Por essa razão, não podemos nos esconder por detrás das farsas de separação que nos são impostas e que, por vezes demais, aceitamos como se fosse mera fatalidade (Lorde, 2019). Logo, o impacto que o projeto tem em nós é o de impulsionar um repertório de práxis ética e emancipatória na promoção de saúde psicossocial e justiça social, ampliando nossa compreensão acerca de nós mesmas e dos lugares que ocupamos, o que nos leva ao horizonte de conscientização (Martín-Baró, 1997).

**“Coloco minha mão sobre sua mão, para que juntas possamos fazer aquilo que eu não quero e não posso fazer sozinha”:
considerações finais ante uma aposta decolonial**

É importante reforçar que essa produção textual não se pretende a única interpretação possível da realidade. Nossa intenção é ir além das dicotomias hierárquica e

da lógica “categorial” da modernidade, que estabelece categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, como ocorre com “mulheres” e “negros”, em que sua intersecção nos mostra a ausência das mulheres negras — e não sua presença (Lugones, 2014). Assim, o Feminismo Negro, com a aposta na interseccionalidade, conjuntamente à Psicologia Social Comunitária, centrada na potencialização dos movimentos sociais por meio de teorias decoloniais, foram capazes de tornar essa investigação um processo essencialmente *abebénico*, em que, em alguns momentos, a interpelação era invertida, mostrando que refletimos, voluntária ou involuntariamente, como o espelho de Oxum, as mulheres com quem nos encontramos.

A ColetivA aparece, então, como uma produtora de bem-estar porque é dirigida por quem pertence à comunidade e, portanto, atua para dignificar e fornecer melhores condições de existência para os seus. Ela nos mostra a transformação que mulheres cuidando de mulheres pode fazer num contexto de interdependência e respeito às singularidades. Nesse sentido, por meio do cuidado, como mecanismo ético-político, a ColetivA promove saúde mental, enfrentamento às violências de gênero e direitos básicos, possibilitando a coexistência de saberes e conhecimentos periféricos, ancestrais e acadêmicos, capazes impactar positivamente a população do Aglomerado da Serra. Dessa forma, as lideranças comunitárias conseguem promover a valorização de formas multidisciplinares de conhecimento no atendimento integral das necessidades da população, priorizando a distribuição equitativa de recursos materiais e imateriais e a garantia de direitos.

Isto posto, o *quefazer* da Psicologia que acreditamos compreende que o sofrimento psicossocial pode ser intensificado e/ou causado pelas privações de direitos e violências estruturais a que certos sujeitos são constantemente submetidos, de modo que o acolhimento psicológico precisa estar imbricado com a responsabilidade política e com a validação da repercussão dos marcadores sociais na experiência de cada sujeito (Martín-Baró, 1997).

Assim, as contribuições do Feminismo Negro à Psicologia Comunitária, consoantemente, permitem que a diversidade seja vista como movimento importante para a construção de uma prática profissional menos autoritária e mais emancipatória, reconhecendo ser nas relações de poder que ocorrem violências e violações no ato do acolhimento psicológico (Lorde, 2019). Logo, o projeto de extensão fortaleceu a formação discente no âmbito da Psicologia Social Comunitária e da defesa dos direitos humanos das maiorias populares, além de repercutir o papel político-social e as contribuições horizontais demandadas pela universidade pública.

Referências

- Camilo, C., Kahhale, E., Ferreira, M. L., & Schweitzer, M. (2021). Cuidado em território de exclusão social: covid-19 expõe marcas coloniais. *Saúde e Sociedade, 30*(2), 1-11.
- Collins, P. H. (2019) *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas, 10*(1), 171-188.
- Gonzaga, P. R. B. (2019). “*A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo*”: produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. [Tese, Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG].
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lauterbach, G. (2019). A produção de redes feministas específicas a partir do I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre aborto. In P. R. B. Gonzaga, L. Gonçalves, & C. Mayorga. (Org.). *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto* (44-57). Belo Horizonte, MG: Conselho Regional de Psicologia–Minas Gerais.
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider: Ensaio e conferências*. Autêntica Editora.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas, 22*(3), 935-952.
- Marques, C. F., Roberto, N. L. B., Gonçalves, H. S., & Bernardes, A. G. (2019) O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem?. *Psicologia: Ciência e Profissão, 39*, spe2, 06-18.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia, 2*(1), 07-27.
- Martins, G. L., Leal, B. C., Santos, J. O., Santos, G. D., Peixoto, T. C., & Romagnoli, R. C. (2021). Produção de saúde: potencializar a invenção de novos modos de vida comunitária. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 16*(3), 01-15.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da Inimizade*. Antígona.
- Mulheres da Quebrada (2021, 13 de maio). *Ser mulher, ser território próprio* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=eNKGuYio9Og>
- Nonato, L. C., & Alves, A. N. R. “Circuito Serra: transitando na quebrada” – Uma Experiência Educativa com Grupos Socioculturais Juvenis do Aglomerado da Serra (BH/MG). In *XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Anais*.
- Núñez, G. (2019). Descolonização do pensamento psicológico. *Plural, 5*(2), 06-10.

- Núñez, G. (2022). Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma Psicologia anticolonial. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia brasileira na luta antirracista* (pp. 49-60). CFP.
- Oliveira, É. C. S., Rodrigues, L., Battistelli, B. M., & Cruz, L. R. (2019). Raça e Política de Assistência Social: produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39, spe2, 141-152.
- Prefeitura de Belo Horizonte. (2022). PGE - Plano Global Específico. *Portal Prefeitura de Belo Horizonte*. <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pge-planejamento>
- Ribeiro, D. (2019) *Lugar de Fala*. Pólen.
- Sales, A. L. L. F., Fontes, F. F., & Yasui, S. (2018). Para (re)colocar um problema: a militância em questão. *Temas em Psicologia*, 26(2), 565-577.
- Sales, R. E. S., & Bhaltazar, G. S. (2021). A perspectiva do Feminismo Comunitário sobre o território-corpo como forma de resistência. In *V Seminário Internacional Desfazendo Gênero, Anais*.
- Santos, A. B. (2015) *Colonização, Quilombos: modos e significados*. UnB/INCTI.
- Souza, A. L. S. (2011). *Letramentos de reexistência - poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. Parábola Editorial.

CAPÍTULO 7

Práticas de cuidado: a clínica psicossocial com a população LGBTI+

(Dalcira Ferrão¹⁸)

¹⁸ Psicóloga clínica e social; mulher negra, feminista, antirracista, bissexual, militante LGBTI+ do Coletivo Bil, integrante da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas de Minas Gerais; ex-presidenta do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.



7

Este texto foi escrito como um relato oral, a partir da minha participação na Mesa Redonda “Transitoriedade dos corpos em uma comunidade interseccional”, realizada durante o 24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES, “Modos de Vida e Produção do Comum”, em novembro de 2024, em São João del-Rei, Minas Gerais. Nessa ocasião tive a oportunidade de compartilhar um pouco a sistematização do que venho construindo na minha trajetória profissional em 18 anos de trabalho como psicóloga clínica e social. O objetivo deste texto não é apresentar conceitos acadêmicos, mas, sim, um relato de experiência de minha práxis e da importância do espaço formativo da ABRAPSO, a partir de meu posicionamento ético-político e dos paralelos entre a formação acadêmica e as múltiplas realidades de inserção da Psicologia. Este texto, portanto, apresenta, em primeira pessoa, minha vivência profissional enquanto psicóloga clínica psicossocial.

Começo, portanto, trazendo a importante noção de **DEMOCRACIA** e, para pensá-la, pressupomos também **CIDADANIA** e **DIREITOS**. De que cidadãs e cidadãos estamos falando? De que corpos? Pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Intersexuais) estão contempladas nestes conceitos? Mulheres? População negra? Neste sentido, é essencial falar de marcadores sociais importantes nos quais esses corpos estão localizados, seja num grupo familiar, num tempo histórico, numa cultura, num território... Numa comunidade...

Revisitar a história da sexualidade e, conseqüentemente, da Psicologia, é também reconstruir uma história marcada por negação de direitos, opressões, categorização, patologização, elitismo, exclusão, discriminação. Em suma, colonialidade de corpos, afetos, desejos e subjetividades. Exercer o cuidado em saúde mental na clínica “clássica” no Brasil sempre foi construir uma clínica voltada para a população branca, de classe média alta, acostumada a exercer seu lugar de privilégio enquanto norma, “padrão” e referência de definição dos limites entre saúde-doença, seja por meio de critérios diagnósticos, teóricos e/ou formas de tratamento. Esta lógica, centralizada na clínica da branquitude foi, e ainda é, (re)produtora de sofrimento para subjetividades que não correspondem a essas expectativas. E não somente no quesito racial, mas no que tange à cis-heteronormatividade e às performances de gênero (Miranda & Félix-Silva, 2022).

A partir da redemocratização do Brasil, do seu maior estabelecimento no campo dos direitos e das políticas públicas, a Psicologia começa a sair do cenário clínico, não se restringindo mais apenas aos consultórios, ganhando novos campos e territórios de atuação, como, por exemplo, vilas e favelas, ruralidades, comunidades quilombolas, indígenas e, mais recentemente, plataformas digitais (Miranda & Félix-Silva, 2022).

Trabalho há quase 18 anos com atendimento de pessoas LGBTI+ e, conseqüentemente, com suas famílias, e mesmo não tendo sido preparada em minha formação por disciplinas ou por um currículo que contemplasse um olhar para esta população, ou que desse conta da complexidade destes contextos e suas interseccionalidades, aprendi a me

atentar para o cuidado de suas especificidades a partir do momento em que comecei a conviver com suas realidades junto ao movimento LGBTI+ e a trabalhar nas diversas políticas públicas nas quais me inseri (saúde, educação, assistência social, direitos humanos e direitos LGBTI+, de prevenção à violência contra mulheres), além de entidades do terceiro setor e da sociedade civil.

Fui notando que minha clínica se diferenciava da clínica “convencional”, clínica com a qual eu havia me deparado na universidade — individualizada (ou individualizante), distante, neutra, um tanto dura e séria —, bem diferente de quem sou, do que acredito e de como eu sempre me posicionei através da Psicologia. Penso que, por isso, durante muito tempo, não me via como uma “verdadeira” psicóloga clínica e rechacei esse lugar, negando-o e permanecendo em crise. Demorei a me reconhecer e a me nomear, a construir a minha identidade enquanto psicóloga sócio-histórica.

Para começar, o espaço da ABRAPSO é e foi fundamental para essa construção e reconhecimento. Inicialmente, por ser o espaço onde apresentei o meu primeiro trabalho em Psicologia Social, num evento de Psicologia, com o Prof. Rubens Nascimento, mas também por me ajudar a construir quem me tornei. Foi onde comecei a compreender a importância do papel da Psicologia Social como uma área e do nosso papel interventivo na sociedade.

Pouco tempo depois, em um dos encontros mineiros também aqui em São João del-Rei, durante um almoço, em uma conversa com a querida profa. Luciana Kind, relatando essas crises de identidade sobre meu papel enquanto psicóloga clínica, consegui perceber e me nomear enquanto psicóloga clínica e social, ou seja, uma psicóloga psicossocial, e isso fez total sentido para mim. Aquilo que parecia precisar ser uma escolha entre uma coisa ou outra (algo dicotômico), consolidava-se em sua complexidade. Não precisava escolher.

Quando começo a me encontrar com a abordagem Sócio-histórica, me sinto mais pertencente e conseguindo nomear com mais propriedade aquilo que eu já fazia há anos com a *expertise* de uma prática clínica, das políticas públicas, dos trabalhos com grupos, do trabalho em rede, social e comunitário, que começava a ficar mais delineado e a ganhar maior contorno e, agora, mais solidez também teórica. E a verdade é que eu sempre fiz clínica com o meu trabalho com grupos, nas periferias, trabalhando com metodologias participativas e dialógicas através da minha escuta e do meu olhar *psi*. É o que sempre fez SENTIDO para mim; foi assim que aprendi a ser psicóloga e a ter uma escuta clínica, de uma clínica ampliada.

E por falar em clínica, sim, a clínica é um potente espaço de desenvolvimento e aprendizagem, não somente da pessoa atendida, mas também meu, enquanto psicóloga, que continuo a me transformar e a me desenvolver a cada dia, me construindo como

uma profissional ainda melhor do que quando comecei há anos, quando iniciei desbravando matas, numa clínica solitária, com temas e com um público que poucas pessoas atuavam e tinham interesse até então.

O curioso é que, ainda assim, meu trabalho continua(va) impactando a vida das pessoas atendidas, promovendo transformações, produzindo em conjunto resultados potentes e sólidos, mesmo que ainda não se construíssem em formatos “convencionais” ou, no mínimo, daquela forma que me foi ensinada para a clínica. Sim, porque eu me envolvo (ou vínculo-me) com meus atendimentos e com as pessoas atendidas, trabalho em rede, construo ações para além dos muros do meu consultório particular. É trabalho? **MUITO!** Mas também é muito recompensador. É como sei fazer. É a clínica que sei fazer.

Nesse sentido, compreendo a clínica psicossocial como tendo a despatologização enquanto orientação ética, e respeitando a autonomia e a saúde integral dos sujeitos atendidos por mim. Colocando-me numa posição de recusa de poder e de tutela sobre as pessoas atendidas, enquanto não hierarquizo meu saber e não sei o que é melhor para o outro: é um fazer **COM** e não um fazer **POR** elas, eles, *elus*. E atribuo essa postura, não à simples mudança de opinião, mas a uma alteração subjetiva da minha vontade, que deixaria intacta alguma forma de verdade objetiva. Antes, compreendo que a consciência, ou o trabalho de conscientização, pressupõe uma alteração irreversível nas pessoas e nas relações entre elas e com o meio. A construção do saber está vinculada ao poder transformador sobre a realidade que este carrega quando verdadeiro (Martín-Baró, 1997).

Dessa forma, meu fazer clínico, interseccional e crítico, considera uma clínica que não opera na neutralidade e, também, não trabalha na individualização do sujeito; ela trabalha em rede, criando vínculos sólidos e pensando o sujeito dentro de suas relações sociais. A clínica, desta forma, não patologiza ou busca explicar as causas dos fenômenos sociais, mas compreende como estes impactam a vida, articulando-se com os espaços sociais importantes dos sujeitos, tais como: a escola, o trabalho, as relações afetivo-amorosas, as redes de apoio e a família. Seu trabalho é articular e se atualizar junto aos movimentos sociais e atuar por uma (re/des)construção, transformação e mudança social, compreendendo os marcadores sociais destes sujeitos.

Cabe ressaltar que toda teoria está localizada e posicionada em algum lugar e que sempre é escrita por alguém (Kilomba, 2019). Neste caso, esta que aqui fala é uma mulher negra, de 44 anos, formada na Pontifícia Universidade Católica de Minas São Gabriel, que precisou trabalhar em dois turnos para conseguir estudar e, ainda assim, necessitou de 90% de bolsa de estudos (isso diz de minha territorialidade e classe), que teve um pertencimento identitário racial mais fortalecido após a entrada na universidade, mesmo que já sentisse os efeitos do racismo desde sempre em minha existência, que me reconhe-

ci uma mulher heterossexual durante 27 anos, mesmo trabalhando com gênero e sexualidade e sendo militante LGBTI+ (e só vindo a me reconhecer bissexual, anos depois).

Entendo a pessoa psicóloga como alguém ativa no acompanhamento psicológico, cuja mediação requer intencionalidade. Não apresentando respostas certas ou impondo regras do *setting* terapêutico, mas apresentando mediadores e construindo novos cenários, percorrendo junto à pessoa atendida em seus processos decisórios (Melo, 2003). Poderia aqui também falar da Psicologia Comunitária, da observação participante, da pesquisa-ação e de tantas outras metodologias participativas no campo da Psicologia Social, que, de alguma forma, me inspiram a fazer COM. Mas também não posso deixar de mencionar o nosso grande Mestre, Paulo Freire, que nos deixou um legado a ser seguido e continuado.

Falar em interseccionalidade é também refletir sobre quem ocupa os lugares e posições de poder — e aí não dá para negar que os homens, brancos, cis, hétero, jovens, classe média alta, sem deficiência, mantém uma supremacia hegemônica, não é mesmo? É a partir daí que se dita o que é o “normal”, o que é o “padrão”, o que deve ser “belo”, e por aí vai. Quem são esses corpos? Corpos e identidades dissidentes ocupam lugares de poder? Essa resposta é fácil de responder: **NÃO!** Basta olhar ao seu redor. Basta prestar atenção nas posições de destaque.

A imposição da CIS-heteronorma significa dizer que somente relações entre pessoas de gêneros diferentes são validadas, consideradas “naturais” e, portanto, as demais formas de relação e sexualidades são vistas como desviantes, problemáticas e anormais, ou como representativas de “**subjetividades periféricas**” (Miranda & Félix-Silva, 2022, p. 05). Muitas intersecções são possíveis com gênero e sexualidades: capitalismo, marxismo, (não-)monogamia, racismo, misoginia, capacitismo, entre diversas outras. Não é, contudo, o foco aqui abordar todas elas, senão elucidar sua existência.

As identidades, especialmente no campo das políticas públicas, devem ser compreendidas como formas de organização interligadas, caso contrário, seja na disputa por recursos e/ou visibilidade, seja do Estado ou do próprio capital, elas serão colocadas em rivalidades institucionais ou políticas por direitos, não com as hegemônias, mas entre elas próprias, identidades marginalizadas. Quando observadas como formas de organização diante da opressão, elas têm mais em comum do que em dissonância. Por isso, podem se aliar em solidariedade flexível sempre que possível, se aproximando a partir daquilo que as une. Isso permite uma maior eficiência das políticas públicas pensadas para essas populações, desde que as demandas sejam ouvidas e os ajustes sejam feitos para cada uma delas.

Por trabalhar com um público específico, precisei desenvolver formas de me aproximar e de dialogar, e, assim, construir **práticas interventivas de cuidado**. Dentre as

principais práticas desenvolvidas estão: grupo de discussão e compartilhamento entre pacientes trans; pesquisa e difusão de informações sobre pautas trans, sempre resguardando um espaço para dúvidas; compartilhamento de vivências, tanto em espaços de socialização entre elas (eles/*elus*), em momentos internos (fechados) e em outros ampliados, abertos a familiares e outros convidados (como, por exemplo: festa junina, churrasco, festa de Natal etc.).

Outra prática muito gratificante é a construção de grupos de mulheres para discussão de sexualidades, relacionamentos e não-monogamia. Há ainda outra proposta que está sendo germinada e, em breve, estará implantada, o projeto de acompanhamento terapêutico para pacientes trans com Transtorno do Espectro Autista — em fase de planejamento (em parceria com projeto de estágio da Pontifícia Universidade Católica de Minas). A supervisão clínica também é uma fonte inesgotável de aprendizado e desenvolvimento, tanto a supervisão de estudantes de Psicologia de instituições de ensino superior de Belo Horizonte no atendimento de pessoas LGBTI+, quanto a supervisão de profissionais de Psicologia.

Percebo hoje que a negociação desses espaços e territórios de encontro e troca foi muito importante para a minha prática clínica e, também, para a superação dos seus desafios. Espaços coletivos possuem a vantagem de oferecer perspectivas múltiplas e suporte quando utilizados para o desenvolvimento de trabalhos que envolvam uma discussão mais ampla da função social da clínica. Ressalto ainda que, aquilo trabalhado pelas pessoas atendidas nos grupos, nas relações, é aproveitado posteriormente em cada processo terapêutico individual, e isso acaba sendo muito potente por ter a chance de vê-las (*os/us*) em relação, em interação.

Sendo assim, a clínica, como eu a pratico, fundamentada na Psicologia Sócio-histórica, é marcada por três pilares importantes. O **caráter inventivo**, que fornece a relação e a mediação entre a psicóloga e a pessoa atendida, onde se dá o desenvolvimento, ressaltando que, para que o desenvolvimento aconteça, é necessário que esta mediação seja intencional por parte da profissional. O **caráter dialógico**, que se localiza na utilização de instrumentos e signos, facilitando o processo interventivo, intencional e propositivo. E a **postura investigativa**, na medida que se trata de uma prática que não “naturaliza” nada e nem entende as condições como “dados”, fornecendo a perspectiva de entender melhor os processos, principalmente os mais fossilizados ou naturalizados (Melo, 2003).

Assim como Lev Vygotsky, eu acreditava que era possível apresentar sínteses para o estudo humano, integrando o biológico e o psicológico, o individual e o social, o cognitivo e o emocional. Mesmo diante da premente fragmentação científica observada nos rumos da Psicologia, a abordagem histórico-cultural se apresentava como um meio para a compreensão dos processos complexos com os quais me defrontaria (Melo, 2003).

Ao trabalhar com público em situação de vulnerabilidade social, é importante ter a compreensão de que, como profissionais, também precisamos estar comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, cis-heteronormativa e de classe. É difícil fazer a separação desses marcadores sociais (até porque, em geral, acabam sendo sentidos simultaneamente). Um exemplo disso são as histórias de estupro de mulheres/travestis negras cometidos por homens brancos, no qual identificamos a intersecção entre o machismo, a alienação do trabalho e o racismo (Melo, 2003). Essas opressões perpassam o mundo no qual vive o sujeito e, também, seus espaços de convivência mais próximos e caros. O trabalho da psicóloga junto a estes espaços também merece atenção, pois os espaços de sociabilidade do sujeito ajudam a impactar e moldar suas percepções do mundo, das emoções e de si próprio. Nesse sentido, é um trabalho de pensar a conexão sujeito–sociedade–sujeito e a maneira pela qual essas relações sociais se retroalimentam mutuamente.

Assim, penso ser importante citar alguns espaços nos quais atuei em alguns dos casos que acompanho.

O primeiro espaço é a **família**. Por atender maciçamente pessoas trans, travestis e pessoas não-*binárias* (crianças, adolescentes e adultos) iniciando seus processos de transição, é bastante comum realizar atendimento de orientação parental e/ou familiar para conversar conjuntamente sobre essa nova etapa na vida da pessoa atendida, trazendo informações sobre o processo, desmistificando tabus, disponibilizando materiais e, até mesmo, encaminhando para outros profissionais, caso seja necessário (como endocrinologista, por exemplo). Dessa forma, o atendimento não é só do indivíduo, mas de suas relações afetivo-familiares.

Outro trabalho essencial refere-se ao **acesso e permanência na escola**. A escola é o primeiro espaço social onde os processos discriminatórios começam a ganhar forma, devido à imposição da lógica binária de gênero ser bastante pontuada no ambiente escolar desde a primeira infância (fila de menino e menina, brincadeiras e uniformes diferenciados por gênero etc.). A pré-adolescência e adolescência, por ser quando iniciam as mudanças corporais da puberdade (o que, para pessoas trans, pode começar a ocasionar desencontros com a identificação de gênero de maneira mais forte e de um modo mais amplo), é também quando se iniciam as primeiras vivências da sexualidade; este pode ser um período importante de experimentações e questionamentos que, sendo orientado de maneira adequada, pode facilitar o autoentendimento de si e de suas vivências.

A violência LGBTIfóbica no ambiente escolar também é recorrentemente relatada. Uma questão importante é a necessidade da garantia do uso do nome social para pessoas trans, travestis e não-*binárias* (para aquelas pessoas que assim desejarem) na escola. Essa é uma estratégia muito importante, tanto para o acesso como para a permanência desse grupo no ambiente escolar, evitando assim a evasão. Apesar de sabermos que esse direito

está instituído nas legislações, na prática, as pessoas ainda encontram muitos entraves burocráticos que dificultam e, até mesmo, impedem, em algumas situações, que elas consigam garanti-lo. Há falta de informações do corpo docente e da comunidade escolar em sua totalidade sobre como enfrentar as questões relacionadas à pauta LGBTI+ e aos estudantes que se reconhecem dessa forma. Assim, já realizei reuniões com escolas e pedagogas para discutir casos, orientar sobre como proceder em relação ao(a) estudante trans, disponibilizei materiais, entre outras atividades.

Quanto ao **trabalho**, a taxa de empregabilidade é menor para LGBTI+ em relação a cis-heterossexuais, além de terem, muitas vezes, que enfrentar trabalhos precarizados (por exemplo, *telemarketing*) e demissões em decorrência de preconceitos relacionados à sua orientação sexual e identidade de gênero. Já acompanhei um paciente em seu trabalho, em uma reunião com sua equipe e chefia, na qual ele levou uma apresentação sobre transexualidade e se apresentou a todos enquanto um homem trans, e, em seguida, eu também trouxe informações relativas à importância de a empresa acolher com respeito o profissional, garantir seus direitos e reconhecer seu gênero adequadamente. Esse caso foi um caso peculiar, pois o paciente tinha um quadro grave de ansiedade e achei pertinente acompanhá-lo pessoalmente para fortalecê-lo a conseguir conduzir esse processo de se nomear no ambiente de trabalho.

Outra frente importante tem relação com o **acesso à saúde**. A probabilidade de estigmatização, humilhação e discriminação é grande em serviços de saúde. A dificuldade quanto à garantia do uso do nome social (para pessoas trans, travestis e não-*binárias*), a falta de conhecimentos específicos relativos à saúde integral da população (exemplo: saúde de mulheres lésbicas e bissexuais) e o não reconhecimento da identidade de gênero são algumas das queixas mais recorrentes. Já realizei inúmeras reuniões e contatos com Centros de Saúde ou ambulatoriais trans onde pacientes que atendo são também atendidos, para discutir casos ou buscar garantir que tivessem acesso ao atendimento.

Na estrutura do **Estado**, frequentemente realizo diversos contatos, com as secretárias responsáveis, para exigir que pessoas atendidas por mim tenham seus direitos garantidos, como, por exemplo, na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEEMG, quando não conseguem acessar o direito ao uso do nome social em escolas estaduais do Estado. A **Defensoria Pública de Minas Gerais** é uma parceria de longa data para processos de retificação de nome e gênero para pessoas trans, travestis e não-*binárias* e outras necessidades de orientações jurídicas para direitos LGBTI+. Eu me articulo ainda com **movimentos sociais** — movimento LGBTI+, movimento de mulheres, movimento negro, dentre outros.

Nestes cenários, tornam-se cada vez mais evidentes os atravessamentos do racismo, sexismo, violências de gênero, machismo, capacitismo, dentre outros. Cada vez mais te-

nho me dado conta e me atentado para tais interseccionalidades e marcadores sociais que, se não forem bem compreendidos, poderão culpabilizar ou patologizar experiências dissidentes. Este aspecto, inclusive, caberia abordar em um artigo específico: “Adoecimento psíquico das populações dissidentes de gênero e sexualidades” ou “Impactos do machismo e do racismo na saúde mental de mulheres negras” e por aí vai... Como ainda dizer dos trabalhos já realizados por mulheres como Sueli Carneiro, Lélia González, Djamila Ribeiro, Cida Bento, dentre outras que são importantes referências no assunto no Brasil. Nesse sentido, os atravessamentos e interseccionalidades são inúmeros e as consequências dessas violências sobre nossas subjetividades, também.

Dito tudo isso, é importante ainda ressaltar que só realizo todas essas intervenções atuando na clínica particular (mas com um olhar, uma atuação e uma perspectiva completamente crítica, psicossocial e sócio-histórica) devido aos inúmeros espaços em que transitei fora da universidade: em atividades extraclasse, junto aos movimentos sociais, junto às políticas públicas, às muitas formações e cursos, supervisões, intervisões (modelo de encontro onde as profissionais realizam trocas de experiências de casos com ajuda de um profissional facilitador), grupos de estudo, pós-graduações e outros, nos quais permaneço em busca de me desenvolver. É um caminho sem fim...

Antes de encerrar, gostaria ainda de dizer que fortaleci ainda mais meu entendimento enquanto uma mulher negra também a partir do momento em que, durante a ABRAPSO Minas 2018, cortei meu cabelo duas vezes e iniciei minha transição capilar. Comecei a me posicionar mais publicamente sobre ser (e ser lida socialmente como) uma mulher negra, agora não mais com meus cabelos alisados; e isso teve um impacto muito importante, em minha vida pessoal e profissional. Minha clínica também se fortalece nessa perspectiva e hoje sou procurada não só por demandas LGBTI+ e de mulheres, mas também, principalmente, por questões raciais.

É importante localizar meu corpo, não só enquanto mulher negra, feminista, bissexual, antirracista, militante LGBTI+, de mulheres e de direitos humanos, mas também perante o lugar que ocupo em minha clínica e diante das pessoas atendidas por mim. O que para uns poderia ser entendido como uma mistura ou enviesamento de questões, ou até mesmo como a tal da quebra da “suposta neutralidade”, eu chamo aqui de representatividade, corporeidade e, como brinco com os meus pacientes, ser a “psicóloga da vida

real”, de carne e osso. Nesse sentido, constrói-se um lugar de segurança, de identificação, de escuta, de dororidade¹⁹, de “você conhece um pouco sobre o que estou sentindo...”.

Não é só sobre “lugar de fala”, como diria Djamila Ribeiro (2017) — e olha que nem considero que o conceito seja pouco ou não-potente, principalmente pelo fato das representações/identidades/posições que ocupo nesta sociedade dialogarem e serem coerentes com as demais interlocuções sociais (ser mulher, negra, LGBTI+, feminista etc.). Na prática, contudo, acontece que quem detém o privilégio entende que o termo “lugar de fala” não é sobre falarmos sobre nossos referenciais, nossas perspectivas, sobre onde nos localizamos em nossas histórias ou sobre processos socio-histórico-político-culturais e familiares. A meu ver, o conceito de “lugar de fala” tornou-se muitas vezes esvaziado ou até banalizado no dia a dia, principalmente quando nos deparamos com movimentos em que parte da hegemonia quer reivindicar lugar de fala em detrimento do silenciamento daqueles que não são ouvidos. Chega a ser irônico, se não fosse patético!

Recentemente tivemos uma figura pública, uma senhora branca, de classe média alta, reivindicando o direito de falar em uma entrevista sobre uma situação hipotética de uma criança sendo agredida por um homem negro (que ela fez questão de qualificar e caracterizar). Em sua fala, ela diz que se ela chegasse até esse homem negro e dissesse para ele não agredir a criança, ela estaria sendo racista com ele e que isso seria uma posição de “lugar de cale-se” para ela: “Você não pode falar porque você é branca”. A declaração desta senhora, além de ter se apresentado de forma extremamente racista, repercutiu negativamente e gerou um intenso debate público, no qual a entrevistada sequer percebeu seu ato e insistiu em manter-se com seu posicionamento em rede nacional, sem nenhum constrangimento. Nesse exemplo, o conceito de “lugar de falar” para ela caberia, se ela se dispusesse a se posicionar a partir de seu lugar enquanto mulher branca, reconhecendo os privilégios advindos deste lugar, e não ao ficar se colocando como uma salvadora da criança, que estaria sendo agredida pela figura de um homem negro agressor (figura narrada por ela por meio dos estereótipos acerca da imagem do homem negro violento).

A clássica frase: “nada sobre nós, sem nós”, acaba sendo muito propícia para este espaço. A clínica foi (e continua sendo?) por muito tempo um ambiente reprodutor de inúmeras violências, a começar pelas de classe, não sendo um espaço acessível para pessoas como as atendidas por mim (LGBTI+, população negra, população em situação de vulnerabilidade social e de periferias, travestis, pessoas trans e não-*binárias*, mulheres em

¹⁹ “Dororidade” é um conceito cunhado pela professora e escritora Vilma Piedade em seu livro “Dororidade”, no qual traz: “A sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho, conhecido das mulheres: a Dor — mas, nesse caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (Piedade, 2017, p. 17).

situação de violência, pessoas marginalizadas, profissionais do sexo, as ditas “minorias”, que, na verdade, acabam se tornando uma grande maioria) ... E estas tantas pessoas, ao perceberem que podem ter alguém que se aproxima, nem que seja um pouco, delas, em algum desses marcadores sociais, em algum ponto dessas interseccionalidades, se sentem em um lugar de pertencimento, de “eu posso estar ali também”. Isso faz muita diferença. Isso humaniza!

Finalizo este momento agradecendo este espaço com a presença de várias pessoas importantes para a pessoa e psicóloga clínica e social que me tornei: Prof.^a Márcia Mansur; Prof.^a Isabela Saraiva; Prof.^a Cássia Beatriz; Prof.^a Claudia Mayorga; Prof.^a Cláudia Natividade e Prof. Rubens Nascimento. Figuras que são exemplo e inspiração de psicólogas sociais para mim! Muito obrigada!

Referências

- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 07-27.
- Melo, A. G. (2003). O papel do psicoterapeuta histórico-cultural e o lugar dos instrumentos mediadores na psicoterapia HC. In A. I. B. Lima, J. S. Oliveira Neto, & J. M. Clarindo, *Práxis na clínica histórico-cultural: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento*. Expressão Gráfica e Editora.
- Miranda, D. W., & Félix-Silva, A. V. (2022). As subjetividades periféricas e os impasses para a descolonização da clínica psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 01-12.
- Piedade, V. (2017). *Dororidade*. Nós.
- Ribeiro, D. (2017). *Lugar de Fala*. Letramento.

CAPÍTULO 8

Por uma Psicologia Escolar decolonial do possível: escritas com saudade, esperança e a produção do comum

(Fernanda de Cássia Oscar Otaciano, Aline Campolina Andrade, Deruchette Danire Henriques Magalhães, Cristiane Costa de Almeida, Luísa Marcondes Santos Monteiro, Natália Vitória dos Santos, Celso Francisco Tondin)



8

Das dobras do tempo, a palavra: escritas de um corpo-memória

Esta é uma escrita que nasce do nosso encontro com “Saudade” e “Esperança”, palavras e presenças que moldaram nossas memórias e atravessaram nossos corpos. Corpos marcados pelas dobras do tempo, entrelaçados por histórias que se cruzam e se tocam. Aqui, escrevemos com os corpos que ousaram ocupar a escola, vindos das bordas, das vielas e dos quintais onde a vida teima em florescer, mesmo que a dureza insista. Escrita esta que é costurada por muitas mãos e memórias, e se inscreve em narrativas que não nos pertencem sozinhas. Escrevemos como quem recorda e registra, num exercício de se fazer linguagem, com saudade, com esperança e, sobretudo, como resistência.

Esta é uma escrita que se forja na despedida, mas não no fim, pois entendemos que não podemos mais dar a eles, Saudade e Esperança, um uso utilitarista, como se fossem apenas dados, objetos de uma pesquisa acadêmica; eles não cabem em gráficos, em relatórios, em justificativas metodológicas, pois nos tocaram de modo outro e nos fizeram repensar o próprio ato de pesquisar, de narrar, de escrever, de fazer Psicologia Escolar. Esta despedida anuncia outras chegadas, porque há histórias que se repetem, mesmo quando mudam de rosto. Esta é uma escrita com/para Saudade e para Esperança, nomes que não são somente nomes, mas travessias em nossa **práxis** na escola cotidiana.

Estes corpos-memórias já estiveram conosco antes (Andrade, 2023; Otaciano, 2023; Magalhães, 2022). É que há histórias que nos puxam pelas entranhas. Junto à Conceição Evaristo (2020), sentimos que este texto, que ora se tece, se escreve com a carne, com as nossas próprias vidas, criando outro tipo de força. Sentimos essa força. E escrevemos aqui com a carne da nossa história. Escrita esta que nasce do chão da escola onde cada uma/um de nós pisou. Não é uma escrita que se quer neutra, nem técnica, limpa; é atravessada por afetos, pelas escutas e pelas dores que cabem apenas às margens de um fazer implicado. É uma escrita de fé na vida. Uma escrita que diz: vocês ainda ressoam em nós.

Saudade era chamado de “aluno impossível” por quem nunca escutou sua música. Diziam ser agressivo, mas era a escola que não sabia dançar com sua existência fora do compasso. Seus aprendizados vinham de batidas e *beats*, e suas feridas, ignoradas, falavam mais do que qualquer prova. Já Esperança, menino-vento, fugia com sua pipa colorida enquanto lhe diziam ser desatento, incontrolável. Mas como conter quem nasceu para voar? Entre palavras cortantes sobre seus corpos, eles nos ensinaram que liberdade e alegria também são formas de resistir. Ambos, com seus gestos, mostraram-nos haver saberes que não cabem nas páginas, mas que escrevem mundos outros no som e no ar.

Esses dois meninos não se conheciam. Mas em nossas escritas, se encontram. Se afetam. Se confundem. Se cruzam. São histórias diferentes e histórias mesmas. Como as

nossas. Mulheres, homem, estudantes, psicólogas(os), professoras(es), pretas(os) e brancas(os), cada qual com seus caminhos, suas dores, seus espantos. Nossas trajetórias se entrelaçam aqui, nesse chão de escola que também pisamos, como estudantes, como profissionais, como corpo que incomoda e corpo que também já foi lido como inadequado. Na encruzilhada dessas histórias, construímos textualidades múltiplas. Um texto que é afeto, denúncia e promessa. Um texto que se quer corpo; que não separa razão e emoção, pesquisa e vida, produção e produto de subjetividade. Um texto que se constrói no entre, entre nós e eles, entre ontem e hoje, entre o que fomos e o que podemos vir a ser.

A escola, esta instituição que deveria abrir caminhos, tantas vezes é a mesma que fecha portas. Mas ali, nas frestas, também mora o comum. O comum como lugar de encontro e de diferença. Entre nós, autoras/autor, há diferenças, de pele, de trajetões, de acesso, de território. Mas há também a insistência em permanecermos juntas(os). Nossos (muitos) incômodos nos unem. Já estivemos em escolas públicas, privadas, de comunidades periféricas, centrais. Fomos/somos alunas(os), estagiárias(os), técnicas(os). Já enfrentamos racismo, etarismo, homofobia, machismo, sexismo institucional; fomos silenciadas(os) em reuniões nas quais não havia espaço para nossas palavras; fomos atravessadas(os) por perguntas que não sabíamos responder. Mas também já fomos atravessadas(os) por encontros que nos fizeram permanecer. Por isso, escrevemos: para contar que, mesmo cansadas(os), ainda acreditamos numa Psicologia do possível.

Não há linha de tempo reta por aqui. Nosso tempo é do corpo, da memória, da palavra, do reencontro. As histórias de Saudade e de Esperança não são lineares, tampouco encerradas. São rios que cortam a escola, que atravessam os muros. E cada uma/um de nós guarda uma lembrança deles. Um olhar trocado, uma conversa, uma ausência notada. Eles vieram até nós de formas diferentes, pelo olhar que pedia socorro, outra pela revolta que rasgava o silêncio.

Nosso tempo não corre em linha reta — é corpo, memória e reencontro. Saudade e Esperança não cabem em cronologias; são rios que cortam a escola e nos atravessam também. Vieram até nós por silêncios gritantes e olhares aflitos, deixando marcas que ainda vibram. Hoje, deixamos que falem por nossas histórias e recusas, para que suas vozes ecoem nas formações, nas políticas, nos espaços onde nem sempre fomos convidadas/o. Escrita esta que é memória viva, costurada na produção do comum, mas também na produção da diferença, na escuta das cosmovisões que não cabem nas matrizes curriculares, nos afetos que escapam aos diagnósticos, nos saberes que se esparramam entre o *rap* e a pipa. É com elas e com eles que pensamos outra Psicologia Escolar, que questiona a norma que adoce e exclui.

Talvez nunca saibamos, afinal, o que é saudade e esperança. Estas palavras — e eles — nos escapam como o tempo, como o vento que move a pipa, como a batida que

brotar no coração. Mas sabemos que Saudade é um afeto que permanece, e Esperança, uma presença que não se perde. E esta é nossa forma de lhes dizer adeus, não para apagá-los, não para encerrar sua história, mas para honrar suas memórias. Para lembrar que eles viveram/vivem; que eles existiram/existem com potência, com força, com luta, e para registrar, em palavras, que nos ensinaram a viver também.

Humanização-subalternização-desumanização: encontros nas fronteiras do comum

A palavra “comum” (Michaelis, 1998) carrega consigo inúmeros significados. Em sua etimologia, há não só a menção ao seu caráter comunitário, traçando características ou ações realizadas pela maioria, ou compartilhadas por duas, ou mais pessoas, mas também como certa insignificância de um fenômeno, cujos elementos não se sobressaem aos olhos. Neste capítulo, ousamos nos aproximar da contradição de ambas as definições, de modo a traçar suas contribuições no âmbito da Psicologia em interface com a Educação à luz de duas histórias que nos interseccionam: as de Saudade e de Esperança, pseudônimos adotados para alunos que atravessaram as nossas vidas acadêmicas.

Aproximando-nos da primeira definição, Crochík (2011, p. 34) nos indica que a humanidade é o elemento em comum, logo, universal, compartilhado pelo gênero humano, apesar de constituirmos nossos modos de vida por meio de particularidades distintas. Essa humanidade, que se materializa nos signos culturais, como parte de nosso processo de desenvolvimento, não nasce conosco, mas deve ser apropriada por processos de identificação e diferenciação. Isto é, no processo de buscar o universal no particular, achegamo-nos ao outro, encontramos semelhanças e diferenças e, nesse contato, diferenciamos-nos. Identificações e diferenciações, portanto, é o que permite que o “... comum a todos — a possibilidade de representar diversamente o que é ser humano — seja constituído”.

Crochík (2011, p. 37) indica ainda que a ruptura com o reconhecimento da humanidade, criando processos de desumanização, ocorre no ato de negá-la, apesar de ser uma tentativa ilusória; sustenta que “... o que há de humano pode ser reconhecido em todas as pessoas; [logo] quem nega a identificação tem de forçar o desconhecimento de que algo em si mesmo é comum ao outro e vice-versa”. Assim, quando negamos a humanidade do outro, negamos também a nossa própria.

A negação da humanidade de diversos povos, materializada nos processos de conquistas de territórios e extermínios dos corpos e saberes, fizeram parte não só da construção do privilégio epistêmico do pensamento ocidental, como das práticas de genocídios e experiências de racismo/sexismo sofridas por indígenas, africanas(os) e mulheres. Grosfo-

guel (2016) é categórico ao mencionar que seja pela catequização ou pela subalternidade da escravização, as decisões tomadas perpassavam pela outorga do crivo humano, ou não-humano. Se humano, poderia ser ensinado, tutelado e/ou domesticado; se não-humano, restava apenas a servidão e subserviência, aproximando-se da definição de insignificância outrora mencionada como um dos sentidos do termo comum.

Esse binarismo inaugural, de matriz cartesiana, se fez presente em nossas formações em Psicologia — e talvez seja tão visceral nossa tentativa de rompimento com ela. Isso porque, ao nos depararmos com histórias como as de Saudade e de Esperança, adolescentes negros cujas humanidades sempre foram questionadas por gestoras(es) e especialistas (médicas/os e psicólogas/os), encontramos as sutilezas dos símbolos culturais (*rap* e *pipa*, respectivamente) que os “tornam humanos”. No encontro com essas histórias, nas identificações com as singularidades que nos aproximam, também nos humanizamos.

Diante desse cenário, para a consecução dessa proposta, apostamos na contradição enquanto caminho árduo, embora imprescindível se quer ter acesso à essência dos fenômenos emergentes nas escolas. Essa aposta, longe de ser inédita, é contribuição irretocável de Maria Helena Souza Patto (2022), numa perspectiva crítica em Psicologia Escolar, que nos convoca a contar histórias de submissão e rebeldia. Percebam: não são histórias de submissão ou rebeldia, mas se encontram no entre, na mesma conjunção aditiva de opostos que são se separam.

Tal postura permite acessar as fissuras do saber-fazer da Psicologia que nos (de) formam. É o que permite olhar a história de nossa ciência e profissão longe de um olhar presentista, mas sem a busca de cânones imaculados. É o que cria condições para olhar a historicidade da escola, de seus objetivos e discursos, e de suas rupturas-manutenções do *status quo*. É o que possibilita nos rasgar por inteiras(os) quando entramos no campo, bem-intencionadas(os), sabendo que nossas técnicas também são imbuídas de violências e de exclusão.

Intentamos, portanto, a construção de uma escrita mobilizada por palavras que se encontram em regiões e lugares de fronteira — conceitos que aprendemos com Hill Collins (2016), mas que também aparecem em Patto (2009). Nesse lugar que habitamos, visamos encontrar um ponto de aproximação após nossos encontros com Saudade e Esperança, já que agora outras realidades e práticas nos formam. Para tecer nossos incômodos, tomamos contribuições do Materialismo Histórico-Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural, da filosofia da diferença, da decolonialidade e do Feminismo Negro, campos esses que nos fizeram chegar aonde estamos. Trata-se não de uma junção epistemológica de cosmovisões antagônicas, mas de posicionamentos diversos das muitas mãos que tecem esta escrita e que podem compor uma posição teórico-metodológica e ético-política possível para o campo da Psicologia Escolar.

Na fronteira, indicamos uma Psicologia Escolar decolonial do possível: corporificada, posicionada na ética-política feminista latino-americana e antirracista, que não nega suas autoras, sua história e contexto. Em outras palavras, uma Psicologia da desobediência epistêmica e da subversão à lógica hegemônica, sobretudo quando se insere no ambiente escolar.

Todas essas lentes nos fazem deparar com as repetições que enlaçam as narrativas de Saúde e de Esperança, na busca pela construção dessa Psicologia. Eles foram também disparadores potentes para pensarmos a colonialidade presente nas práticas escolares e psicológicas, o racismo estrutural que atravessa nossas instituições e as marcas profundas que essas relações deixam na Educação e na Psicologia, especialmente quando olhadas a partir dos corpos que resistem e insistem em existir à margem.

Da normatização à práxis: desafios ético-políticos da Psicologia na escola

A escola pública foi instituída e impulsionada por políticas públicas com o discurso assistencial e acolhedor para famílias empobrecidas que não podiam financiar os estudos de seus filhos e filhas. Entretanto, ao passo que se deu o aumento do número de crianças nas escolas, essa política expansionista de matrículas evidenciou a manutenção de desigualdades de acesso ao saber, excluindo as famílias atendidas a partir de uma lógica neoliberal, que transforma a educação de direito social em mercadoria e naturaliza as desigualdades estruturais (Gomes, 2023).

Decorre dessa lógica uma contradição: por um lado, a escola tem o papel de transmissão do conhecimento historicamente acumulado pelos seres humanos às(aos) suas (seus) sucessoras(es) (Saviani, 2008), por outro, o modo como a escola pública se instituiu no Brasil parece diminuir o direito ao conhecimento, reduzindo-a a aprendizagens mínimas, conhecimentos voltados à mera sobrevivência das pessoas das camadas populares e à manutenção da ordem social, que continua a excluir, marcar e violentar essas populações periferizadas (hooks, 2013).

Essa exclusão, porém, não é um fenômeno recente e tampouco neutro. Historicamente, a Psicologia esteve comprometida com um projeto de normalização e controle, inclusive quando aplicada à escola. A busca por compreender e classificar os chamados “alunos-problema” esteve, durante décadas, atravessada por avaliações/práticas psicométricas e teorias como a da “Carência Cultural”. Tais práticas, longe de contribuir para a emancipação das crianças, serviram para marcá-las, segregá-las e justificar o fracasso escolar (Patto, 2022) como consequência de uma suposta inferioridade individual, familiar e/ou cultural, pois os corpos que sofrem os efeitos da lógica classificatória da escola e da

atuação da Psicologia Escolar são corpos de pessoas negras, mulheres e LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários) (Gomes, 2023). São crianças e adolescentes cujas trajetórias escolares revelam a permanência de práticas que patologizam as diferenças e silenciam as diversidades, como nas histórias de Esperança e de Saudade. Enfim, a Psicologia, quando atua a partir de uma lógica individualizante e descontextualizada, torna-se aliada do projeto colonial de exclusão.

Nas sociedades determinadas pelo modo de produção capitalista, existe uma demanda pela produtividade que institui normas comportamentais e de aprendizagem que incidem sobre as escolas, e de modo específico as escolas públicas. Apesar de já serem desiguais em sua constituição, tais normas são instrumentos de exclusão e violência ao criar rótulos e encaminhamentos para aquelas(es) que fogem à regra ao longo do processo de escolarização (Patto, 2022). O resultado são inúmeros prontuários e diagnósticos em diversas salas das(os) prestadoras(es) de serviços *psi* e de diversos serviços, como: Unidade Básica de Saúde – UBS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e clínica-escola.

Entretanto, o contato com essas crianças encaminhadas revela que os rótulos que lhes são atribuídos pelas queixas escolares e pelos prontuários elaborados por psicólogas(os) e assistentes sociais não condizem com a realidade (Magalhães, 2022). Tal contradição ocorre porque, em geral, as queixas são baseadas no senso comum e em valores morais acerca dos comportamentos apresentados pelas(os) alunas(os), e os diagnósticos são realizados de maneira apressada e sem reflexão sobre os efeitos desses dispositivos sobre a vida das(os) “diagnosticadas(os)”. Isso revela que a permanência de uma atuação tradicionalmente clínica por profissionais da Psicologia é cheia de palavras vazias ao engendrar processos de individualização das queixas, esvaziando-se do compromisso com a denúncia e a transformação dessa realidade de patologização e exclusão.

Dessa maneira, o furor pelo saber biomédico — subsidiado pelos saberes *psi* que se pautam em noções positivistas de sujeito e ciência — delimita seu lugar não só nos serviços de saúde em geral e de Psicologia especificamente, mas também na Educação Escolar, inclusive na formação das(os) profissionais da educação (Zucoloto, 2007). Tem-se, desse modo, um campo institucional e de práticas construído em conformidade ao discurso biomédico, que deslegitima o saber pedagógico nas práticas cotidianas nas escolas e na formação inicial e continuada de professoras(es), tanto que, mesmo quando a(o) professora está implicada(o) com os fenômenos escolares numa direção inclusiva, seu processo formativo não garante que ela(ele) escape da lógica biologizante e psicopatologizante.

A deslegitimação do saber pedagógico está relacionada com a valorização do saber especialista (Meira, 2003), cada vez mais presente na sociedade contemporânea. Os sa-

beres pautados na ciência (mas não qualquer ciência) incidem sobre a escola como uma verdade, de modo a colocar a(o) professora como coadjuvante e mera(o) relatora de experiências, enquanto a(o) “especialista” surge como aquela(aquele) que avalia, teoriza, ensina. Isso porque, o saber da(o) especialista é antecipatório, tenta preencher toda e qualquer dúvida e mal-estar, de forma completa e definitiva, evitando que algo inesperado aconteça. Entretanto, há sempre algo que escapa, uma alteridade que marca sua presença, pois o que está no campo da realidade não obedece aos padrões das pesquisas de laboratórios experimentais.

O encontro entre educadora(educador) e educanda(o) não pode ser capturado inteiramente por protocolos diagnósticos universais. A tentativa de antecipar comportamentos e soluções, sustentada pelo saber especialista, ignora que a realidade escolar é atravessada por contradições, afetos, histórias e singularidades que não cabem em categorias previamente definidas. Por isso é fundamental compreender a educação como **práxis** (Freire, 2011): ação e reflexão que se entrelaçam em um movimento contínuo de leitura e transformação do mundo.

Essa concepção torna possível um lugar para a Psicologia na Educação como prática comprometida com a transformação das condições que produzem sofrimento e exclusão. A Psicologia Escolar de perspectiva crítica, decolonial, interseccional e antirracista busca ocupar-se desse lugar de fronteira — entre o saber científico e o cotidiano escolar — na aposta de que é no comum, no encontro e no inédito-viável que se forja um compromisso ético e político com a emancipação. Trata-se, assim, de deslocar o foco da homogeneização psicométrica para uma atuação que reconhece a escola como território de reprodução e disputas, mas também de resistência e potências.

Educação, decolonialidade e Psicologia Escolar: uma crítica à hegemonia colonial

Entender a colonização e a descolonização por meio da temporalidade linear é equívoco, pois, diferentemente do que se apresenta nos discursos hegemônicos, os resquícios da violência contra povos subalternizados ainda persistem (Maldonado-Torres, 2018). Por isso, muitas vezes, não são consideradas a subjetividade, a experiência e os desafios enfrentados por esses grupos. A nossa sociedade omite o que realmente importa e mostra somente um fragmento superficial sobre assuntos fundamentais, como exemplo, o racismo (Souza, 2021). Esse manejo estratégico tem uma intencionalidade que visa reproduzir e legitimar a dominação social exercida pelos grupos privilegiados, e manter em silêncio o sofrimento da maioria oprimida.

A colonialidade é uma prática de desumanização entrelaçada à modernidade e abrange diversas esferas sociais. Sua (re)produção também se manifesta nas instituições de ensino, na formação docente e nos currículos escolares, que comumente contemplam e propagam os conhecimentos eurocentrados, refletindo o domínio cultural da classe social que exerce influência na definição dos modos de viver da cultura hegemônica. Por isso, como pacto da branquitude (Bento, 2022), são excluídos, por exemplo, os conhecimentos iorubás, indígenas e dos orixás, presentes na cultura brasileira, e ensinados a mitologia grega e o *Halloween* (de origem norte-americana).

Nós, autoras(es), e tantas(os) outras(os) estudantes como Saudade e Esperança, nessa condição de sujeitos colonizadas(os) e condenadas(os) (Fanon, 2008), somos entremeadas(os) pelas colonialidades do ser, saber e poder (Maldonado-Torres, 2018) e do processo ensino-aprendizagem. Apesar de muito consolidada, existem corpos e práticas que irrompem a lógica colonial na produção de possibilidades outras. Os nossos próprios corpos e práticas se conformaram a tais estruturas, mas também realizamos rupturas com o instituído, a partir de encontros com outras cosmovisões. Ou seja, mesmo diante de padrões comportamentais cristalizados, há possibilidade de brechas de ordem instituinte para (re)existirem na escola de outras formas de fazer educação.

A Psicologia Escolar de perspectiva crítica que construímos se aproxima da decolonialidade do processo ensino-aprendizagem na medida em que considera o significado da colonização e os seus atravessamentos no sujeito potencial agente de transformação: a(o) colonizada(o). Com isso, passamos a questionar e repreender o lugar que fenômenos que incidem na escolarização de alunas(os) negras(os) e empobrecidas(os) tem ocupado na instituição escolar. Advogamos pela subversão do modo de pensar a construção da subjetividade humana, afinal, a desobediência, a abertura, o desprendimento (Ballestrin, 2013) e a rebeldia (Patto, 2022) podem ser estratégias para a descolonização.

Psicologia Escolar e educação decolonial: repensando confluências

A manutenção da baixa escolarização da população negra brasileira é um dos principais mecanismos de perpetuação da desigualdade social. O Brasil mantém uma lógica de reprodução da desigualdade que se apoia não apenas em fatores econômicos, mas também em simbólicos e culturais, logo, nos processos escolares. O sucateamento das escolas, aliado à carência de políticas públicas (entre elas educacionais) efetivamente antirracistas, dificultam o acesso de pretas(os) e pardas(os) a empregos de maior qualificação e as(os) direciona a posições de trabalho subalternas. Enfim, o racismo estrutural e institucional (Almeida, 2018) incide sobre o sistema educacional, gerando acesso e permanência desiguais à Educação de qualidade, tornando fundamental a crítica ao neocolonialismo e o

fortalecimento do aquilombamento frente aos processos educacionais que se dão no chão da escola (Araújo & Silva Júnior, 2022).

A atuação frente à desigualdade escolar vivenciadas por estudantes negras(os) no ambiente escolar precisa ir além das ações educativas; é necessário um compromisso social mais amplo, por meio de atitudes que respondam a demandas dessas pessoas e promovam o bem-estar coletivo, envolvendo diferentes setores, como saúde, segurança, habitação e educação, em prol da efetivação de políticas públicas (Ó, Santos, & Lorenzi, 2023).

Em sua natureza, as políticas educacionais constituem um tipo específico de política pública por estarem voltadas à realidade escolar e terem como foco garantir o direito à educação e a melhoria da qualidade do ensino. São influenciadas por projetos políticos e ideológicos que direcionam a ação do Estado na área educacional (Borges, Araújo, & Pereira, 2013).

Isso nos leva a crer que a manutenção da desigualdade educacional e social é um projeto político. Gomes (2019) destaca que a escola brasileira, no decorrer da história, atuou como um espaço de apagamento das identidades negras, contribuindo para a exclusão simbólica e material dessa população; ela defende que o racismo não é um fenômeno distante, mas proveniente de uma estrutura colonialista, que permeia o cotidiano das instituições. Nesse ínterim, em diálogo com Foucault (2021), percebemos que essa lógica se sustenta por meio da reprodução de micropolíticas que atravessam corpos, gestos, discursos e afetos, instaurando normas de subjetivação e controle, o que nos permite tensionar a noção de identidade fixa e universal, abrindo espaço para pensar os processos de produção da subjetividade como campo de disputa. Enfrentar essa realidade implica, então, reconhecer as tramas da colonialidade que historicamente relegaram a população negra ao lugar do não-ser (Gomes, 2019), e afirmar a potência de existências outras que escapam, resistem e criam, na força da diferença, novos modos de vida.

Dados do Censo Escolar de 2024 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2025) apontam que as(os) negras(os) são maioria entre as(os) jovens matriculadas(os) no Ensino Médio em escolas públicas. Essa proporção se repete na Educação Profissional de Nível Médio (57,9%) e de forma ainda mais acentuada na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Nível Médio, em que 73,6% das(os) matriculadas(os) se autodeclararam pretas(os) ou pardas(os). Assim, por mais que essa população seja colocada no lugar de ausência pelas estruturas de poder, seus corpos resistem e ocupam o espaço educacional, não estando, entretanto, isenta das dificuldades acarretadas pelo racismo no ambiente escolar, o que muitas vezes contribui para a evasão, fracasso acadêmico e formação tardia.

Esse processo nos leva a refletir sobre a importância de uma atuação no campo da Psicologia Escolar que esteja alinhada às práticas antirracistas e anticolonialistas. A con-

vocação das(os) psicólogas(os) escolares é essencial para o enfrentamento dos fatores psicossociais que afetam a experiência escolar e a permanência das(os) alunas(os) negras(os), especialmente aquelas(es) que enfrentam opressões consubstanciadas (Lugones, 2008). Desestabilizar as estruturas do sistema educacional cristalizado é fundamental para a inversão de uma lógica eurocentrada e neoliberal que tende a fragmentar a produção de conhecimento a partir do duplo corpo-mente e a reproduzir o epistemicídio por meio da colonialidade do saber; e da folclorização dos corpos negros, pela colonialidade do ser (Gomes, 2019; Mignolo, 2003).

A Educação deve ser, nesse contexto, um ato político de libertação que se conecte às vivências das(os) estudantes com vistas à construção de conhecimentos coletivos (Freire, 2014). Promovendo um diálogo entre Freire (2014) e Quijano (2005), uma Educação como prática de liberdade conectada à realidade de cada sujeito e à comunidade é em sua essência decolonial, dado que uma Educação territorializada busca subverter as lógicas educacionais hegemônicas caracterizadas pela colonialidade do ser, do saber e do poder. Essa Educação, conforme Brandão (1984), ao focar nas particularidades de cada região, possibilita uma relação inclusiva e horizontal com os diversos pertencimentos culturais, potencializando que as(os) alunas(os) se reconheçam em seus processos de aprendizagem e se empoderem frente a uma escola que, muitas vezes, não considera suas realidades e saberes. Mediante essa abordagem de Educação é possível promover não apenas o pertencimento, mas também a justiça social e o desenvolvimento sustentável, ao integrar saberes locais e globais equilibradamente.

Ponderamos, nessa perspectiva, acerca do equívoco da divisão entre a educação comum, a educação quilombola e a indígena, visto que o comum é a nossa terra, nossa história e ancestralidade, que não se restringe a um território, mas nos constitui enquanto sujeitos localizados no sul global. Nosso objetivo não é desconsiderar as singularidades das realidades indígenas e quilombolas, mas, sim, chamar a atenção para que as premissas dessa educação sejam guiadoras também da educação comum. Ressaltamos, por isso, a potencialidade dos textos legislativos — Lei n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003) e Lei n.º 11.645/2008 (Brasil, 2008) —, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas.

Concordamos, portanto, que essas indicações não devem se restringir a ações pontuais ou se voltarem para grupos específicos, mas precisam ser incorporadas na atuação profissional de todas(os) no âmbito escolar. Isto posto, é necessário considerar na prática das(os) psicólogas(os) escolares o compromisso ético-político com a transformação do chão das escolas, por meio da incorporação das premissas da educação dos povos, nos moldes da educação indígena e quilombola, que preconizam o respeito e a valorização das línguas, culturas e saberes tradicionais das comunidades, promovendo uma Educação que conecte o aprendizado com os territórios e as práticas locais (Brasil, 2009), e o

reconhecimento da história, cultura e identidade das comunidades, pela adoção de um currículo que reforce a luta pela terra e a preservação dos saberes ancestrais (Brasil, 2012).

Como nos ensina Nêgo Bispo, “... um rio não deixa de ser um rio quando ele conflui com outro rio. Ele continua em sua essência. Essa é a grandeza da confluência” (Apple, 2023). Ao integrar saberes populares, construções coletivas e territorializadas aos processos de socialização, mediação de conhecimento e formação de estudantes, possibilitamos a ressignificação e transformação do cotidiano escolar. Nesse sentido, para promover a inclusão efetiva dos grupos historicamente marginalizados, é imprescindível a afirmação de sua história, cultura e ancestralidade, garantindo que sua identidade não seja negligenciada. Cabe à Psicologia Escolar comprometer-se com esse processo.

Pela decolonização do ensino-aprendizagem: a escrita, a memória e o comum contra a produção de inexistências

Evaristo (2020, p. 35) enuncia um movimento de autoinscrição no mundo em direção ao pertencimento da letra, da palavra, uma inscrição de si, com a “... justa compreensão de que a letra não é só minha”, buscando a humanidade dos sujeitos negados, culpabilizados, penalizados; anuncia a potência e a impotência que habitam a vida. Assim, as histórias só existem porque tocam o corpo, feito de memória. Tais entrelaçamentos marcam a nós, autoras e autores, no processo de escrita entrelaçada deste texto. A interseccionalidade, como sensibilidade analítica, enuncia as “colisões” constitutivas da produção de identidades-memórias, marcadas pelo racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado (Akotirene, 2019), de modo que as diferenças são situadas em intersecções de categorias sociais que aparecem como desiguais. González (2020) pontua que a memória constitui “lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita”, reiteradamente colocada fora de cena, esquecida. “Só que isso tá aí... e fala”, diz González (2020) sobre a complexidade entre ocultar–revelar–“reexistir”.

Dussel (2015) e Grosfoguel (2016) refletem sobre os processos históricos de construção de privilégios epistêmicos; conhecimentos universais que, pretensamente, explicam diferentes realidades, se fundamentam na submissão de conhecimentos subalternizados a regimes de racismo epistêmico (Grosfoguel, 2016), sempre atualizados pela colonização do processo ensino-aprendizagem. A diversidade epistêmica, afetada por epistemicídios, não foi, entretanto, aniquilada, resiste por uma pluralidade de soluções contra o colonialismo (Grosfoguel, 2016), a partir, segundo Dussel (2015, p. 63), “da alteridade, do sempre distinto”.

Aqui reside, talvez, a potência da escola, sua possibilidade de partir de outro lugar, que não o de universalismos, e a crítica à Psicologia. Nas proibições, isso fala, a vida acontece, o conhecimento é produzido, nas letras inventadas, nas cores da pipa confec-

cionada, no ato de soltá-la e compartilhá-la, não sem imperativos por produtividade e esquecimentos que, segundo palavras de Grosfoguel (2016), suspeitam da humanidade daquela(daquela) que fala.

Lugones (2014) propõe como tarefa “descolonial” diferenciar colonial e criar formas de resistência ao seu apagamento. Se em processos de subalternização, desumanização e inferiorização epistêmica a partir da colonização busca-se apagar conhecimentos-memórias coloniais, do ponto de vista epistemológico, do estudo desse conhecimento, enunciar a diferença colonial e resistir ao seu aniquilamento é processo constitutivo para existência de outras possibilidades de ensino-aprendizagem.

A dicotomia “humano/não-humano” se fundamenta na colonização da memória, logo, das noções de si e das relações intersubjetivas e com o mundo, a partir de uma promessa de transformação civilizatória (Lugones, 2014), que justifica genocídios/epistemicídios. Se o objeto da Psicologia Escolar é o encontro entre o sujeito do conhecimento e a educação (Meira, 2003), tal (des)encontro guarda as marcas da colonização do processo ensino-aprendizagem ao nomear quem são esses sujeitos e quais conhecimentos são válidos, logo: qual educação se quer produzir e de que modo a Psicologia a produz?

Lugones (2014) diz que é no lócus fraturado que os padrões universais são questionados e se resiste, habitando o comum, em uma “recriação criativa” de uma “memória povoada”, contra a “paralisia da colonialidade” (p. 949). É possível elaborar respostas, partindo de fontes outras de sentido, sempre provisórias, pautadas no movimento. A escola escutada em suas fraturas e fronteiras pode constituir, assim, território de descolonização do processo ensino-aprendizagem.

Apostamos na linguagem como produtora de fraturas e do comum, e no experimentar o mundo, com a pipa, com a música, com o sentir Esperança e Saudade — nomes próprios e substantivos abstratos, feitos da concretude das corporalidades-afetividades. S(s)audade e E(e)sperança anunciam outros mundos possíveis, não sem dores, justamente escancarando relações de injustiças e opressões. A linguagem está no cerne do encontro entre intersubjetividade e educação, na produção do comum; exige experimentar o mundo, para ser possível representar diversamente o humano (Cochík, 2011), conhecer e enunciar a si e às(aos) outras(os) (Lugones, 2014); e para que aprender e ensinar envolvam “tempo”, por isso, memória, tempo de escutar, de brincar, de (re)escrever, de questionar, tempo para soltar pipa, cantar, sentir e produzir o comum.

Assim, é possível falar de ensino-aprendizagem como desenvolvimento humano que não se trata de desumanização ou de evolução no ponto civilizatório, ou de desempenho mercadológico, mas de transformação (Meira, 2003). Aqui, o processo de ensino-aprendizagem demanda tempo, que se é “comum”, não cabe em processos de patologização pautada pela lógica colonial, que na escola continuamente reduz subjetivi-

dades, experiências, revoltas e corpos nas categorizações de “aluno-problema” e “fracasso escolar” (Patto, 2022).

O encontro entre subjetividade e educação, assim como os encontros entre Saudade e Esperança, estão para além de dicotomias razão e emoção, ensino e aprendizagem, individual e coletivo, justamente porque tangenciam e se chocam com o imprevisível da Educação, bem como da Psicologia. A partir de imprevisibilidade e (des)encontros, a interseccionalidade denuncia as interatuações das colonialidades sobre os corpos negros, periferizados, sobre os quais se tenta enunciar como inexistentes, ou existentes especificamente, sem espaço para as diferenças.

Ao enunciarem a vida, Saudade e Esperança possibilitam a diversidade humana representada nas brechas; representam afetos que escapam ao diagnóstico, à colonialidade, aos índices de desempenho. Tais questões apontam as tentativas de coalizão entre processos de epistemicídios e captura dos afetos, por exemplo, em processos de esvaziamento e homogeneização em metas também “socioemocionais”, desconsideram a revolta que constitui saudade e esperança, suas vozes, que se recusam a calar. Falar de afeto, mas esvaziando-os da diferença que os constitui, portanto, das relações de poder, é como se Saudade e Esperança não tivessem cor, nome, sexualidade, gênero, idade, escola, e como se não se situassem em determinado lugar de produção de conhecimento ou negação desta.

As palavras “saudade” e “esperança” representam a diversidade humana, logo dos currículos, das políticas educacionais e da Psicologia Escolar, ainda que esses sejam processos formatados como estáticos, encontram formas de irromper o movimento: a pipa e seu peso no vento, a vibração da música, a relação entre memória, saudade, esperança e a construção do comum enquanto possibilidade. A memória carrega tempos outros, logo, a possibilidade de escolas outras. Assim propomos a descolonização do ensino-aprendizagem, que passa necessariamente pela descolonização da Psicologia Escolar.

Saudade e Esperança insistem em um tempo diferente, que não cabe em metas de desempenho. Escrevemos esse texto na angústia de não esquecer suas histórias. Foi um tempo de escrita marcado pela ideia de “fim”, mas, talvez, porque nossa noção de tempo e afetos (ainda) se estrutura por lógicas coloniais. A memória historiciza relações, inventa um espaço-tempo diferente, aberto ao imprevisível. Saudade e Esperança constituem nossa memória, que é saber corporificado nas histórias, enunciando o comum entre a pipa e o corpo de quem a solta, entre o *rap* e a voz. Escrevemos na tentativa, pela linguagem, de não esquecer e dizer que ainda estamos aqui.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Almeida, S. (2018). *Racismo estrutural*. Editora Bezz.
- Andrade, A. C. (2023). *Psicologia em interface com a educação e as presenças/ausências da diversidade sexual na escola*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].
- Apple, C. (2023, 13 de agosto). Um rio não deixa de ser um rio quando ele conflui com outro rio. Ele continua em sua essência. Essa é a grandeza da confluência. *UOL*. Acesso em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/08/13/incolonizavel-e-afropin-doramico-quem-e-o-quilombola-nego-bispo.htm>
- Araújo, R. B., & Silva Junior, M. F. (2022). No chão da escola: Transgressões didático-pedagógicas e superação do racismo estrutural. *Odeere*, 7(2), 19-34.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Borges, G. F. M., Araújo, C. A., & Pereira, D. (2013). Políticas públicas e políticas educacionais: Primeiras aproximações. In *Encontro De Pesquisa Em Educação E Congresso Internacional De Trabalho Docente E Processos Educativos* (pp. 62-75), *Anais*. UNIUBE.
- Brandão, C. R. (1984). *Educação popular*. Editora Brasiliense.
- Brasil. (2003, 09 de janeiro). Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando o currículo oficial da Rede de Ensino para incluir a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira». *Diário Oficial da União*. Acesso em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm
- Brasil. (2008, 10 de março). Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*. Acesso em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm
- Brasil. (2009). *Diretrizes nacionais operacionais para a educação básica nas escolas indígenas*. Ministério da Educação.
- Brasil. (2012). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica*. Ministério da Educação.
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 99-127.
- Comum [Verbetes]. (1998). In *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. Companhia Melhoramentos.

- Crochík, J. L. (2011). Preconceito e Inclusão. *Web Mosaica*, 3(1), 32-42.
- Dussel, E. (2015). Transmodernidade e interculturalidade: Interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 51-73.
- Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte, I. R. Nunes, & G. Lopes. *Escrevivência: A escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26-46). Itáú Cultural.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder*. Paz & Terra.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. Paz & Terra.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gomes, N. L. (2019). *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes.
- Gomes, N. L. (2023). Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, 44, 01-08.
- González, L. (2020). *Por um feminismo afrolatinoamericano: Ensaíos, intervenções e diálogos*. Editora Zahar.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2025). *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo técnico*. Inep. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-basica-2024-resumo-tecnico>
- Lugones, M. C. C. (2008). Género: Hacia un feminismo descolonial. In W. Mignolo (Org.), *Género y descolonialidad* (pp. 13-54). Ediciones del Signo.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 965-986.
- Magalhães, D. D. H. (2022). *Entrelinhas da produção de queixas escolares e o diálogo escola-CRAS: Um encontro com Dom Quixote*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].
- Maldonado-Torres, (2018). N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa, R. Grosfoguel, & N. Maldonado-Torres (Org.), *Decolonialidade e pensamento afrodiasporico* (pp. 31-61). Autêntica Editora.

Meira, M. E. M. (2003). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-histórica. In M. E. M. Meira, & M. A. M. Antunes (Org.), *Psicologia Escolar: Teorias críticas* (pp. 13-77). Casa do Psicólogo.

Mignolo, W. (2003). *Historias locales/disenos globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal.

Ó, C. F., Santos, C. V., & Lorenzi, C. C. B. (2023). O conceito de política pública e política educacional: Debates além da legislação. *Revista Online de Política e Gestão Educacional*, 27(00), e023071, 01-17.

Otaciano, F. C. O. (2023). *Processos de (des)medicalização de um aluno negro de escola pública: Diálogos na interface Psicologia e educação*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Patto, M. H. S. (2009). Compromisso ético e formação do psicólogo: Considerações a partir da luta antimanicomial. In M. H. S. Patto (Org.), *Exercícios de indignação: Escritos de educação e Psicologia* (pp. 62-77). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Patto, M. H. S. (2022). *A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas* (pp. 107-126). Clacso.

Saviani, D. (2008). *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações*. Autores Associados.

Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.

Zucoloto, P. C. S. V. (2007). O médico higienista na escola: As origens históricas da medicalização do fracasso escolar. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(1), 136-145.

CAPÍTULO 9

Democracia sanitária e participação popular no enfrentamento às crises ambientais: perspectivas a partir dos recortes de território, raça e gênero

(Mariana Vieira Morais)



9

Injustiça ambiental e territórios vulnerabilizados

As mudanças ambientais são resultantes dos modelos de exploração adotados pela sociedade capitalista que produzem riscos significativos para o meio ambiente e para a saúde pública. As crises ambientais são consequências das ações humanas sobre a natureza, resultando em problemas como mudanças climáticas, poluição e alterações na biodiversidade. A intensificação de eventos climáticos extremos impacta a saúde humana, evidenciando que a lógica de saúde-doença está cada vez mais ligada a ecossistemas degradados, refletindo a urgência de se produzir respostas aos riscos causados e agravados pelas alterações ambientais. Historicamente, essas crises afetam de maneira desproporcional as populações mais pobres e marginalizadas. Por isso, é fundamental abordar a crise climática a partir de um olhar interseccional, que considere as desigualdades estruturais nos territórios afetados, para evitar que as respostas a esses problemas perpetuem ainda mais as violências e injustiças (Porto, 2013).

Para Porto (2013), os conflitos socioambientais surgem em contextos em que há exploração de recursos naturais e instalação de empreendimentos que afetam populações locais. O conflito socioambiental é um embate entre diferentes grupos com interesses divergentes, resultante da coexistência de projetos distintos em um mesmo território; esses conflitos expressam a luta de classes, na qual os interesses capitalistas frequentemente se sobrepõem aos das comunidades atingidas pelos modelos de exploração, levando a processos de injustiça social e ambiental.

As desigualdades e disparidades que ocorrem quando comunidades vulnerabilizadas sofrem com os impactos negativos das mudanças ambientais e das decisões sobre a forma de uso dos recursos naturais, são consideradas como uma injustiça ambiental (Porto, 2013). Essas injustiças manifestam-se através da exposição desproporcional de populações específicas, a partir de recortes como território, raça e gênero, a riscos ambientais, como poluição, desmatamento, falta de saneamento básico, entre outros. Esse processo também se configura como injustiça ambiental pela falta de domínio sobre o próprio território, onde as pessoas mais vulneráveis, que sofrem o risco por mais tempo e em maior magnitude, não têm poder de decisão sobre as respostas àquela determinada crise. Ou seja, não se trata apenas da degradação ambiental em si, mas de desigualdades estruturais e da falta de acesso à justiça e à participação social nas decisões que afetam os territórios²⁰.

²⁰ Embora não seja o objetivo deste texto trazer exemplos sobre isso, é interessante notar que existem padrões que se repetem nos casos de conflitos socioambientais. Existe um esforço coletivo de organização de material, levantamentos e pesquisas, de produção e análise de dados, que trazem informações objetivas sobre a concretização das violências nos territórios e como elas se entrelaçam com os recortes de raça, gênero e classe. Um exemplo disso é o mapa de conflitos ambientais, que pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

As violências resultantes dos conflitos socioambientais se concretizam nos territórios, mas são sempre parte de um processo maior de decisões que se entrelaçam e ganham visibilidade no cenário global. Quando falamos de conflitos socioambientais, estamos tratando de uma disputa de discursos que é, ao mesmo tempo, científica e política. O mundo todo está atento a esses conflitos, e eles têm balizado diversas decisões políticas no âmbito global. Por exemplo, a Organização Mundial da Saúde tem dado cada vez mais atenção a essas questões, reconhecendo os riscos à saúde humana relacionados aos desastres socioambientais e às mudanças climáticas, pautando ações de resposta e prevenção desde o nível local até o mundial.

Ademais, a discussão climática está integrada aos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, propostos pelas Nações Unidas, por estar diretamente relacionada a mudanças que impactam áreas como saúde, alimentação, recursos naturais, economia, habitação e segurança hídrica. Outro exemplo dessa importância ao nível mundial é que a saúde global e as crises climáticas ganham relevância no contexto dos BRICS, onde países do Sul Global buscam fortalecer a cooperação em saúde, apostando em modelos alternativos às abordagens dominantes do Ocidente.

Quando abordamos a pauta de conflitos socioambientais e mudanças climáticas, estamos, portanto, falando de domínio sobre os territórios, sobre quem tem o poder de decidir sobre as ações que vão causar os impactos, assim como sobre a decisão das respostas de mitigação e recuperação dos impactos causados. Essa disputa é uma questão central para garantir a equidade no acesso aos recursos que vão mitigar as crises e na participação efetiva nas decisões que afetam a vida das pessoas e seus territórios.

Nesse sentido, este texto aborda alguns conceitos que podem ser centrais para pensar o contexto das mudanças ambientais, como conflitos socioambientais, crises ambientais, risco, exposição e injustiça climática. O risco é analisado sob a ótica dos marcadores sociais da diferença de território, raça e gênero, para refletir sobre como esses grupos vulnerabilizados são expostos de maneira distinta ao risco e, historicamente, têm sido violentamente privados do poder de decisão sobre a exploração de recursos naturais em seus territórios. Para pensar uma narrativa que esteja conforme as resistências políticas e técnicas que vêm sendo construídas nesses territórios, o texto aborda também como alguns marcos jurídicos internacionais garantem a participação popular na gestão dos riscos à saúde e ao meio ambiente, buscando refletir sobre como essas decisões ratificadas no Brasil podem se concretizar a partir do conceito de “democracia sanitária” e da “vigilância popular em saúde”.

Risco, exposição e vulnerabilidade: marcadores de território, raça e gênero nas crises ambientais

O risco pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de um evento adverso que pode trazer consequências. No contexto da saúde pública e do meio ambiente, risco refere-se à probabilidade de danos à saúde humana ou ao meio ambiente associados à exposição a agentes nocivos, como poluentes do ar, da água, do solo e de produtos químicos industriais. A exposição a esses poluentes é um fator de risco na organização do processo de saúde e doença das pessoas. A exposição ocorre quando há contato direto ou indireto das pessoas com esses fatores de risco, pelas mais diversas vias de exposição, podendo gerar efeitos agudos ou crônicos, sendo um fator determinante na manifestação de problemas de saúde (Brasil, 2010).

No contexto de um desastre ambiental, por exemplo, podemos dizer que novas condições de risco são produzidas, já que os danos causados pelos desastres encontram as vulnerabilidades existentes nos territórios atingidos por aquele desastre. Nesse sentido, para Cerutti e Oliveira (2011), o próprio modelo de desenvolvimento que temos leva a uma distribuição desigual dos riscos associados a um desastre. Assim, em um processo de gestão de riscos, as respostas devem ter caráter transformador, promovendo mudanças no ambiente para reduzir a vulnerabilidade e melhorar as condições sociais de vida, com foco na sustentabilidade.

A análise da situação de saúde permite a compreensão e o monitoramento das condições de saúde antes, durante e após um desastre ou emergência em saúde pública. A análise da situação de saúde deve considerar a vulnerabilidade do território, ou seja, os processos sociais, econômicos, políticos, biológicos e ambientais que influenciam as condições de vida em diferentes grupos populacionais e territórios. Os fatores de vulnerabilidade também influenciam na capacidade de resposta do setor de saúde na gestão dos riscos. Por isso, esses dados devem contemplar grupos populacionais específicos, considerando critérios como raça/cor, etnia e classe social, bem como territórios organizados por níveis de pobreza, como localidades e bairros (Freitas *et al.*, 2023).

Nesse cenário, existem narrativas que usam palavras e imagens específicas, construindo um fio narrativo que distorce ou mesmo separa a discussão sobre questões como gênero e raça das mudanças climáticas, por isso, a importância de se construir coletivamente, com os mais diversos atores do território, uma comunicação do risco que tenha uma narrativa que permita entender quem são os grupos impactados pelas crises ambientais e como eles podem ser assistidos em suas vulnerabilidades. Quando se fala de justiça climática, é fundamental entender que o ponto de partida dessa discussão é a justiça social. A superação desses problemas e da desigualdade só será

possível com a garantia da justiça climática e o enfrentamento do racismo ambiental. Nesse sentido, destaca-se a importância da preocupação com as narrativas capitalistas na comunicação sobre as mudanças climáticas:

O grande problema é que, enquanto as temáticas de raça, gênero, classe e geração não entram nessas manchetes, significa que ainda existe uma invisibilização dessa informação e dessa construção de narrativa e de conhecimento. A realidade é que a crise climática afeta mais a população negra e indígena (Louback & Borges, 2023, p. 110).

Discutir os marcadores sociais da diferença em tais contextos é fundamental para compreender as vulnerabilidades de grupos marginalizados e, assim, implementar políticas mais equitativas e sensíveis às diferentes realidades. Os marcadores sociais da diferença são categorias usadas para entender as desigualdades e diferenças estruturantes entre indivíduos e grupos nos diferentes contextos históricos e culturais. Os marcadores sociais da diferença incluem categorias como raça, gênero, orientação sexual, classe social, geração, etnia, deficiência e território. Esses marcadores são construções sociais e políticas que geram discriminações e desigualdade de forma hierárquica. Essas categorias também se inter-relacionam e se influenciam em um processo de interseccionalidade, criando uma rede de desigualdades complexas (Macedo & Medeiros, 2025).

No presente texto, três marcadores serão tomados como referência para pensar como o risco está ligado às vulnerabilidades, os quais são: território, raça e gênero. Destaca-se que esses marcadores possuem uma relação entre si, assim como são atravessados pela questão de classe, que amplia as desigualdades relacionadas a eles.

No contexto das crises ambientais, podemos pensar o território como um marcador crucial, pois a conjuntura física e dinâmica do território impacta diretamente o acesso a ações, recursos e serviços, deixando nítidas as situações de desigualdades sociais. O território, compreendido como um conceito dinâmico e não apenas como um espaço físico, é determinante na organização da vida das pessoas. Para Marques (2013), ao se falar em território, é necessário considerar um conjunto de fatores e signos políticos e sociais que o atravessam, impactando diretamente o território existencial do sujeito; existencial porque não se limita à delimitação objetiva de um lugar geográfico, mas envolve também as relações e experiências que ali são estabelecidas.

Então, mais uma vez, quando usamos o conceito de “injustiça ambiental” para tratar o desenho de que as crises ambientais, além de causar danos ao meio ambiente e à saúde, também envolvem um cerceamento do poder de decisão das pessoas impactadas sobre a resposta a esses danos, podemos concluir que existem territórios marcados para serem destinados a esse fim, com consentimento do Estado. O Estado regulamenta o direito à participação social nas decisões sobre a mitigação das crises, assim como das for-

mas de exploração dos recursos desses territórios, mas falha em garantir o cumprimento desses direitos.

A discussão sobre os territórios escolhidos e marcados para sofrer os danos das crises ambientais nos leva ao marcador de raça, trazendo à tona a questão do racismo ambiental. Para Dutra (2023), o racismo ambiental pode ser entendido a partir de uma interseção entre a crise climática e as questões raciais, que impacta de maneira desproporcional grupos historicamente marginalizados, como a população negra, indígena e ribeirinha, sendo mais expostos aos danos causados pelos desastres ambientais. Nesse sentido, as consequências ambientais são desproporcionais e colocam esses grupos e territórios como aqueles que podem receber tamanho risco.

Nesse contexto, a justiça climática surge como uma extensão da justiça racial, demandando que as desigualdades raciais sejam um ponto central nas discussões sobre as mudanças climáticas, e o Estado seja responsabilizado por sua falha em proteger essas populações:

O racismo ambiental pode ser definido como o reconhecimento da dimensão racial dentro do contexto da crise climática. Dimensão que usa o conceito de raça, mas que inclui, além de negros e negras, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, pantaneiros, geraizeiros, caiçaras, ciganos, quilombolas, moradores de favelas e encostas, mulheres, mães solas e jovens (Dutra, 2023, p. 89).

Para Dutra (2023), ao se falar de racismo ambiental, é necessário discutir o conceito de território e compreendê-lo como periférico, indígena, quilombola ou de comunidades tradicionais. Em todos esses espaços, o racismo age como algo que reforça e perpetua as estruturas de desigualdade existentes. O racismo ambiental é uma marca do processo de colonização, que segue exercendo controle sobre os territórios.

O território, enquanto espaço físico e simbólico, onde se organizam as relações sociais, econômicas e políticas, engloba suas identidades culturais, práticas sociais e relações com o meio ambiente específicas dos grupos que o compõem. Esses territórios, que concentram riscos ambientais sobre populações vulnerabilizadas, são “zonas de sacrifício”²¹ escolhidas para que o desenvolvimento econômico se sustente (Rigotto, Santos, & Costa, 2022).

²¹ O episódio “Zonas de Sacrifício”, do podcast *Ciência Suja*, aborda três casos de racismo ambiental em regiões próximas a grandes indústrias que sofrem com os efeitos da poluição e das mudanças socioambientais; essas áreas são chamadas de “zonas de sacrifício” por serem territórios “escolhidos” para receber os graves impactos de explorações ambientais. O episódio pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://open.spotify.com/episode/3NtRCERAh0euho8qNm49Eu?si=18ce328211fd4642>

O racismo ambiental afeta a vida dos povos tradicionais brasileiros, que enfrentam ameaças cotidianas à sobrevivência, como a mineração, o garimpo ilegal e a intoxicação por mercúrio, entre outros. Por exemplo, o sistema se organiza de forma que os povos originários tenham dificuldade em fazer denúncias das violações e de acessar medidas de proteção; mais uma vez, o Estado se exime de responsabilidade, contribuindo para a morte e o silenciamento desses povos (Louback & Borges, 2023).

O que se aponta para combater o racismo ambiental é a própria justiça climática, entendida como uma abordagem que integra a pauta das desigualdades raciais e sociais com a pauta das mudanças climáticas. Trata-se, então, de uma busca por equidade para lidar com os impactos das mudanças climáticas, assim como pelo poder de decisão desses grupos sobre a forma de uso dos recursos naturais de seus territórios (Pereira, 2023). Para Dutra (2023), ao abordar o tema do racismo ambiental, a justiça climática se confunde com a própria justiça racial, uma vez que o racismo deve ser destacado como um elemento central no debate climático.

Embora todos sejam impactados pelas crises ambientais, algumas pessoas sofrem os impactos de forma mais intensa e por um período maior, assim, além dos marcadores de território e raça, o gênero é também uma categoria fundamental para entender os conflitos socioambientais, uma vez que as desigualdades de gênero agravam a vulnerabilidade de mulheres em contextos de desastres e degradação ambiental.

Scott (1990) define gênero como uma categoria de análise histórica que vai além da diferenciação entre homens e mulheres, sendo um conceito que diz respeito a uma construção social que estrutura relações de poder, influenciando a formação das hierarquias sociais. Ao colocar o gênero como categoria analítica, afirma-se que ele se entrelaça com outros marcadores, como classe e raça e, a partir disso, determina relações de exclusão e dominação.

O gênero pode ser entendido como uma estrutura simbólica que organiza as interações sociais e práticas sociais. No contexto das crises ambientais, as questões de gênero precisam ser visualizadas com nitidez, pois as mulheres enfrentam de maneira desigual seus impactos. Nesse sentido, pensar de forma interseccional as interações entre gênero, raça e classe nos riscos à saúde associados às crises ambientais nos permite uma compreensão mais aprofundada das desigualdades geradas e agravadas pelas mudanças climáticas (Duarte, Silva, & Lopes, 2022).

Conforme o relatório da UN-Women, *Justiça Climática Feminista: um quadro para ação*, a crise climática impacta de modo desigual mulheres e meninas, evidenciando as desigualdades de gênero. São as mulheres que enfrentam as duplas jornadas de trabalho, assumindo tanto as responsabilidades domésticas quanto tarefas de cuidado, como, por exemplo, o manejo da água em situações de escassez ou contaminação. Além disso, as mulheres têm menos acesso a bens materiais, tornando sua resposta aos riscos mais desa-

fiadora. As mulheres negras enfrentam vulnerabilidades ainda maiores perante as crises climáticas, pois a combinação de desigualdades raciais, econômicas e de gênero as coloca nos territórios mais impactados pelas consequências das crises ambientais, sendo também essas as condições que limitam seu acesso a recursos e ações de mitigação desses danos (Turquet *et al.*, 2023).

Como abordado até o momento, os marcadores de território, raça e gênero, que estão inter-relacionados com a questão de classe, intensificam as desigualdades no contexto das crises ambientais; a partir dessa análise, podemos refletir sobre como essa estrutura influencia a saúde e seus determinantes sociais, ampliando as vulnerabilidades das populações impactadas pelas crises ambientais. Um conceito interessante para compreender essa dinâmica é o de “risco adicional à saúde”, utilizado em estudos sobre exposição a substâncias químicas e seus efeitos à saúde humana. Esse conceito parte do reconhecimento de que, historicamente, certos grupos têm menos acesso ou acesso de menor qualidade aos determinantes sociais da saúde, como saneamento básico, serviços de saúde, moradia, educação, meio ambiente saudável, entre outros. Diante desse cenário desigual, quando ocorre a exposição a substâncias químicas (como mercúrio, chumbo, cádmio, arsênio etc.), resultante, por exemplo, do espalhamento de rejeitos do rompimento de barragens — que se dispersam pelo ar, água e solo, além de se bioacumularem em alimentos —, o impacto não se distribui de forma homogênea, pelo contrário, ele se sobrepõe a vulnerabilidades já existentes, adicionando fatores de risco à saúde das populações atingidas (Brasil, 2010).

Existem levantamentos²² que demonstram que a população negra e os povos tradicionais, historicamente marginalizados, sofrem um impacto desproporcional dos danos associados aos rompimentos. Também no caso das mulheres, principalmente das mulheres negras, a exposição a contaminantes ambientais ocorre junto ao cenário de dupla jornada de trabalho, ao maior tempo de permanência nos territórios atingidos e à sobrecarga das tarefas de cuidado das pessoas que adoecem, agravando as desigualdades já existentes (Freitas *et al.*, 2019).

O rompimento de barragens pode ser considerado um exemplo de crise ambiental que ilustra como o risco afeta desigualmente as populações mais vulneráveis. Para Freitas *et al.* (2019), em desastres como os de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, há dois grupos de populações expostos aos novos cenários de risco. O primeiro é aquele que passou por perdas materiais e afetivas, sofrendo interrupção e alteração dos modos de

²² Um exemplo disso é o conteúdo disponível no portal eletrônico do *Projeto Rio Doce*, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, que apresenta diagnósticos sobre os danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG. O site pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://projeto.riodoce.fgv.br/o-diagnostico>

viver; nessa situação, os efeitos sobre a condição de vida e a saúde da população atingida podem ser imediatos. O segundo grupo é aquele que está exposto aos contaminantes que vêm da lama dos rejeitos e que se espalham no meio ambiente; nesta população, os efeitos e danos à saúde tendem a acontecer a médio e longo prazos, atingindo particularmente grupos populacionais mais vulneráveis. Essa complexidade de sobreposição não linear de processos sociais, culturais, ambientais, econômicos e sanitários traz diversos desafios para o Sistema Único de Saúde –SUS, que precisa se reorganizar para dar conta do novo contexto que se coloca a partir dos rompimentos das barragens.

Em desastres como os que aconteceram em Mariana e Brumadinho, os impactos vão além do número de mortes e dos danos imediatos. Existem diversas causas e efeitos que atuam de maneira não linear, determinando os novos processos sociais, políticos e econômicos, de maneira local e amplamente. Embora cada desastre sociotecnológico tenha suas singularidades e processos únicos de exposição, riscos e adoecimentos — como nos dois rompimentos de barragem citados —, existe também um padrão comum de eventos e efeitos nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas ligadas a esses contextos. A recorrência deste padrão nos mais diversos tipos de desastres pode ser considerada um risco sistêmico ao trazer a repetição da interdependência de processos biológicos, ambientais, econômicos e sociais, envolvendo “... dinâmicas de retroalimentação e interações não lineares entre os riscos que já se encontravam latentes nos territórios atingidos, com os novos riscos que surgem dos desastres” (Freitas *et al.*, 2022, p. 5).

Além do recorte de território, raça e gênero trabalhado neste texto, outros grupos específicos também podem ser analisados sob a perspectiva do risco adicional à saúde, como as pessoas de baixa renda, crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Esses grupos, historicamente, enfrentam maiores dificuldades de acesso às condições que socialmente determinam a saúde. Esses aspectos evidenciam como a noção de risco adicional à saúde pode ser um conceito importante para compreender como os grupos vulnerabilizados sofrem de forma diferente os danos das crises ambientais, mostrando que os impactos dessas tragédias não são apenas ambientais, mas também sociais e estruturais — sendo, portanto, necessário que a resposta a esses danos envolva a consideração de todas essas dimensões.

Determinação social da saúde e gestão de riscos à saúde e ao meio ambiente

O conceito ampliado de saúde da 8ª Conferência Nacional de Saúde reafirmou o debate no âmbito mundial, defendendo que sua definição não se restringe à ausência de doenças, mas deve ser vista como algo que incorpora as dimensões econômica, ambiental e social, sendo determinada pelos diversos âmbitos da vida humana. Nesse sentido, a saú-

de compreende diversos aspectos da vida, sendo resultante das condições de habitação, educação, alimentação, renda, trabalho, lazer, liberdade, posse e acesso à terra, acesso a serviços de saúde, transporte e meio ambiente. A *8ª Conferência Nacional* tem como marca histórica a participação popular e, conseqüentemente, a inauguração de arcabouços jurídicos para a governança popular da saúde no Brasil (Brasil, 1986).

Quando o SUS incorpora esse conceito ampliado de saúde, isso implica em suas práticas clínicas, nos marcos legais adotados, na compreensão da população a respeito da própria saúde, nas ações de promoção e nas mais diversas dimensões que compõem o sistema. Por isso, um conceito fundamental para pensarmos a saúde é o de “Determinantes Sociais da Saúde – DSS”, que dizem respeito a,

Características socioeconômicas, culturais e ambientais de uma sociedade que influenciam as condições de vida e trabalho de todos os seus integrantes. Habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e de educação, e também a trama de redes sociais e comunitárias (Brasil, 2006, p. 02).

Podemos pensar nessa condição de acesso aos DSS pelo conceito de “risco adicional à saúde” por acontecer quando a exposição a substâncias químicas adiciona fatores de risco, agravando as vulnerabilidades já existentes para aquelas pessoas que estruturalmente têm menos acesso aos DSS; é comum que a população exposta ao risco de contaminação tenha baixa escolaridade, subemprego, baixa renda e condições inadequadas de saneamento. Essa é a população com a maior incidência de doenças infecciosas, doenças crônicas, desnutrição, entre outras; ou seja, são pessoas que historicamente possuem acessos mais precários aos DSS (Brasil, 2010).

Diante desses conceitos, podemos concluir que as crises ambientais prejudicam quantitativa e qualitativamente o acesso aos DSS, mudando e agravando a lógica do processo de saúde-doença dos territórios impactados por essas crises. Os fatores epidemiológicos, ou seja, as condições que definem a frequência e a distribuição de doenças em uma população, estão associados a várias questões, como acesso à renda, à escolaridade, idade, gênero, raça e local de moradia. As pessoas historicamente vulnerabilizadas têm maior incidência de doenças e condições desiguais de acesso à alimentação e nutrição, saneamento básico, condições de emprego, acesso a serviços de saúde, acesso à informação, entre outros; fatores associados a iniquidades no processo de saúde e doença (Brasil, 2006). Inclusive, para Freitas *et al.* (2022), um dos fatores necessários para nomear um tipo de evento como desastre ambiental é que os impactos afetem de forma mais ampla e duradoura territórios e populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social e ambiental, como os recortes de território, raça e gênero trabalhados anteriormente.

Quando estamos falando de riscos à saúde e ao meio ambiente, é necessário pensarmos em respostas concretas a esses riscos, como o monitoramento da qualidade do ar

e da água, a oferta de atendimento médico especializado para grupos vulneráveis, ações de prevenção e promoção de saúde voltadas para cenários de exposição, formas de interrupção de fontes de exposição, entre outros. Tudo isso faz parte de um processo de gestão de riscos, que diz respeito à implementação de medidas preventivas, de preparação de resposta rápida e eficaz, e ações de recuperação após a ocorrência de desastres; também contribui para que os serviços de saúde atuem no planejamento e execução de estratégias de redução dos impactos dos desastres e emergências na saúde.

No Brasil, a gestão de risco é fundamentada em uma proposta interdisciplinar e envolve as esferas da gestão da saúde no país, prevendo obrigações para os Municípios, Estados e União. Um exemplo disso é a necessidade de fortalecimento da integração entre a *Atenção Primária em Saúde* – APS e a *Vigilância em Saúde*, o que é fundamental na gestão de risco. A APS organiza a rede de atenção à saúde nos territórios atingidos e é a instância da rede que mais dialoga diretamente com a população. Já a Vigilância em Saúde possui um papel central na estruturação de fluxos de informações e dados sistematizados que possibilitam avaliações que vão incidir nas ações de saúde²³ (Freitas *et al.*, 2023).

A comunicação de risco também é um importante componente das respostas aos desastres e emergências de saúde, é um processo de compartilhamento de informações essenciais de forma objetiva e acessível para a população poder se proteger durante emergências e desastres de saúde, além de ter consciência sobre os riscos, permitindo que se tome decisões a respeito deles (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2017). A participação popular tem papel fundamental na comunicação de risco durante emergências de saúde pública. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS (2018), a comunicação de risco é a troca de informações, pareceres e aconselhamentos entre profissionais de saúde, especialistas e a população atingida pelas situações de desastre e emergência em saúde. A proposta da OPAS estabelece que uma comunicação de risco eficaz permite às autoridades e especialistas tomarem como ponto de partida de suas ações, as preocupações e necessidades das pessoas afetadas pelos desastres. Uma das etapas da comunicação de risco consiste na identificação de lideranças de confiança das comunidades, envolvendo-as na tomada de decisões e garantindo que as ações de gestão do risco contem com o protagonismo das comunidades impactadas pelo desastre.

Em uma comunicação de risco, a participação popular não deve ser meramente passiva, pois o conhecimento da realidade local deve ser primordial para determinar quais dados são importantes para comunicar e para definir quais problemas devem receber mais atenção das políticas e ações. Esse diálogo entre pesquisadores, comunidade

²³ É importante destacar que os dados do DATASUS trazem levantamentos de recorte geracional, de raça e gênero. A organização desses dados é um passo importante numa gestão focada em combater o agravamento das vulnerabilidades.

e gestores, de acordo com Di Giulio *et al.* (2010), faz parte da governança do risco, na qual o processo decisório tem caráter coletivo. A governança do risco inclui percepções, necessidades e interesses das comunidades atingidas pelos desastres. Conforme o *Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres* (Freitas, Mazoto, & Rocha, 2018), uma das principais orientações para a preparação e resposta do setor saúde em situações de desastres é a identificação de quem são os grupos vulneráveis e quais são as suas necessidades. O Guia traz como componentes de vulnerabilidade social que merecem atenção na organização das respostas os recortes de gênero, raça e etnia, idade e pessoas com deficiência.

Nesse sentido, existe um discurso comum sendo construído sobre a compreensão a respeito do risco e das formas efetivas de gerenciá-lo. A participação popular refere-se ao compartilhamento do poder no momento da tomada de decisões do Estado em assuntos de interesse público, construindo, assim, um sistema democrático — participação essa que, em um movimento dialético, serve para manter a existência da própria democracia. A partir dessa percepção, e da discussão do risco em torno das vulnerabilidades associadas aos marcadores de território, raça e gênero, torna-se fundamental discutir também marcos jurídicos de importância mundial e instrumentos de organização social importantes na garantia dessa participação popular.

Gestão de riscos e instrumentos que garantem a participação popular

Quando discutimos a necessidade de garantir a participação popular no processo de tomada de decisões, ou seja, na gestão dos riscos, podemos apontar também alguns marcos da articulação e cooperação internacional nas estratégias para reduzir o impacto dos desastres pelo mundo. Joner, Avila e Mattedi (2021) nos lembram que a década de 1990 ficou conhecida como um período significativo no contexto de resposta as crises ambientais, devido a iniciativas globais lideradas pela Organização das Nações Unidas – ONU. A mobilização de governos, sociedade civil e organizações não governamentais resultou na realização de três grandes conferências em Yokohama, Kobe e Sendai. Essas conferências trouxeram o aprimoramento da compreensão de desastres enquanto algo que atravessa fatores humanos e ambientais, apontando prioridades e estratégias para a prevenção e resposta, a fim de fazer avançar a agenda global de redução dos riscos. As três conferências implementaram estratégias para garantir a participação popular nas decisões sobre a redução do risco, contemplando setores da sociedade civil, governos locais e organizações não governamentais na definição das ações.

Entre esses marcos, destaca-se a *III Conferência Mundial para Redução do Risco de Desastres*, realizada em Sendai, no Japão, no ano de 2015. As discussões e decisões da conferência foram instrumentalizadas no documento *Marco de Sendai para a Redução*

do Risco de Desastres (2015–2030). Este marco representa uma evolução do *Marco de Ação de Hyogo*, trazendo o compromisso global de fortalecer a prevenção e a redução do impacto de desastres em todo o mundo, a partir da *Agenda 2015–2030*. A Agenda estabelece as prioridades e diretrizes para reduzir o impacto de desastres em todo o mundo ao longo de um período de 15 anos. O Marco de Sendai aborda tanto medidas preventivas quanto respostas de recuperação após os desastres. Além disso, destaca a importância da participação popular no processo de tomada de decisões relacionadas à gestão do risco, reconhecendo que a redução do risco de desastres exige o engajamento e a cooperação de toda a sociedade. Conforme seu relatório, além de uma divulgação nítida sobre os riscos para as populações, as:

... práticas de redução do risco de desastres precisam ser multissetoriais e orientadas para uma variedade de perigos, devendo ser inclusivas e acessíveis para que possam se tornar eficientes e eficazes. Reconhecendo seu papel de liderança, regulamentação e coordenação, os governos devem envolver as partes interessadas, incluindo mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas pobres, migrantes, povos indígenas, voluntários, profissionais da saúde e idosos na concepção e implementação de políticas, planos e normas (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 05).

A ratificação do Marco de Sendai no Brasil representa um compromisso com a melhoria da gestão de risco por meio da implementação dos princípios e diretrizes estabelecidos. Esse compromisso também passa pelo foco nas especificidades das vulnerabilidades e pelo incentivo para que esses grupos vulneráveis se tornem ativos frente à capacidade de resposta aos riscos.

Outro marco importante foi a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* – UNCED, em 1992, que resultou na *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. A Declaração estabelece princípios a serem seguidos para alcançar o desenvolvimento sustentável, trazendo a responsabilidade dos Estados na proteção ambiental. Um dos princípios propostos pela Declaração é o da precaução, que propõe medidas e ações antecipatórias, mesmo quando ainda não existe certeza científica total do risco, devido ao estado atual de conhecimento ou disputas sobre a magnitude dos riscos, visando evitar e minimizar os danos (Organização das Nações Unidas, 1992).

De acordo com Wedy (2013), quando usamos o princípio da precaução, a proposição das ações deve passar pela participação social, com real incidência das comunidades nas decisões políticas e no controle das ações de saúde e meio ambiente voltadas para prevenção e mitigação do risco. Como vimos nos marcos jurídicos e políticos apresentados, assim como nas orientações e recomendações para os setores de saúde na resposta a crises ambientais, a participação popular na gestão dos riscos é algo intrínseco a esses processos.

Embora a própria democratização brasileira institua a participação popular na tomada de decisões como forma de exercício de cidadania, para Aith (2015), um dos gran-

des desafios do direito à saúde no Brasil é desenvolver a democracia sanitária. A democracia sanitária pressupõe a criação, por parte do Estado, de um ambiente que incentive e garanta a participação democrática da sociedade na tomada de decisões ligadas à saúde. Isso requer a criação e consolidação de instituições e processos juridicamente regulados para fazer cumprir a efetividade da participação popular nas decisões de Estado tomadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário. Essa aposta está alinhada com a definição de Aith (2006) de Políticas de Estado. Diferente das Políticas de Governo, mais imediatas e sujeitas a mudanças com base nos representantes eleitos, as Políticas de Estado estabelecem objetivos a longo prazo e que se mantêm consistentes no tempo, estão alinhadas com os princípios constitucionais e compromissos acordados internacionalmente, possibilitando garantir a permanência e estabilidade das instituições e, conseqüentemente, da própria democracia e da participação popular nas decisões.

Podemos pensar que a democracia sanitária está presente no avanço de marcos jurídicos e políticos que buscam garantir o protagonismo das populações marginalizadas nos processos decisórios. As desigualdades marcadas pelos marcadores de território, raça e gênero determinam como as populações são expostas a riscos ambientais e suas consequências para a saúde. No contexto de uma gestão popular dos riscos, é fundamental reforçar que devem existir abordagens específicas para populações que também são específicas.

Nesse sentido, a democracia sanitária, ao reafirmar que o Estado deve garantir a participação democrática nas decisões sobre a saúde, promove a gestão popular nos riscos causados pelas crises ambientais, reconhecendo a necessidade da construção de uma governança sanitária que possibilite a inclusão de grupos historicamente silenciados e excluídos das decisões políticas. Podemos, então, dizer que a gestão popular dos riscos é crucial para a efetivação da democracia sanitária, alinhando os avanços técnicos e políticos com a necessidade de justiça social e equidade no acesso à saúde.

Ao ratificar os marcos jurídicos e políticos que tratam das questões de saúde e meio ambiente, o Brasil adota um sistema próprio de organização, baseado na implementação de um modelo participativo de gestão dos riscos à saúde. A vigilância em saúde no Brasil engloba um conjunto de ações e estratégias para monitorar e controlar os fatores que determinam a saúde da população, dividindo-se em vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e da saúde do trabalhador, sendo cada uma responsável por monitorar aspectos específicos que podem gerar impactos à saúde pública. A vigilância em saúde busca identificar riscos e fazer a detecção de surtos de doenças, para realizar ações de prevenção e implementar respostas rápidas às emergências sanitárias (Brasil, 2018).

No contexto de participação popular na gestão dos riscos, podemos pensar na vigilância popular em saúde como uma forma de participação ativa da comunidade na identificação, monitoramento e controle de problemas de saúde coletiva. A vigilância popular

em saúde é uma parte da vigilância em saúde em que existe um processo de mobilização de grupos sociais que conseguem incidir nas decisões sobre políticas públicas de saúde, a partir do reconhecimento de problemas locais (Figueiredo, 2009).

A participação popular e a vigilância do território feitas pela própria população são fundamentais para criar ações de saúde que realmente atendam às necessidades dos territórios vulnerabilizados, respeitando suas características e as desigualdades estruturais que os constituem. A vigilância popular em saúde permite que as pessoas identifiquem e denunciem problemas específicos, promovendo soluções mais eficazes e ajustadas às realidades locais. Além disso, existem políticas públicas específicas, como a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres*, a *Política Nacional de Saúde da População Negra*, a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas*, a *Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT*, a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos e Comunidades Tradicionais*, a *Política Nacional de Saúde para as Pessoas Idosas* e a *Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança*, entre outras, que visam garantir a atenção integral e equitativa à saúde de grupos vulnerabilizados. Essas políticas buscam promover ações de prevenção, promoção e resposta à saúde que não inviabilizem as necessidades específicas de cada grupo, respeitando seus contextos sociais, culturais e econômicos.

Portanto, promover ações de prevenção e recuperação dos danos ambientais, reconhecendo que os riscos afetam desigualmente determinados grupos, é uma forma de reforçar a importância de garantir a esses grupos o poder de decisão sobre a gestão dos riscos associados a crises ambientais, assegurando, assim, a efetivação da democracia sanitária. Ou seja, as políticas públicas e ações do Estado devem garantir que as decisões sobre saúde sejam tomadas de forma inclusiva e participativa, uma vez que a participação social nas decisões políticas é fundamental para a plena realização da democracia, fortalecendo a própria legitimidade do Estado no seu papel de proteção dos direitos humanos.

Considerações finais

Obviamente, não é este texto que vai acabar com as desigualdades estruturais nem resolver os problemas das crises ambientais. O objetivo aqui é contribuir para a construção de uma narrativa que fortaleça os movimentos de resistência que já existem nos territórios, reconhecendo serem essas ações que podem provocar mudanças significativas rumo a uma transformação estrutural capaz de promover justiça social e ambiental.

Para contribuir com essa narrativa, o texto abordou a questão do risco nos contextos das crises ambientais; foi discutido como determinados grupos e territórios vulnerabilizados são expostos de maneiras distintas a esses riscos, a partir dos recortes território, raça e gênero; também foram apresentados marcos históricos internacionais relacionados

às crises ambientais ratificados pelo Brasil, assim como instrumentos que garantem a participação popular na gestão dos riscos no contexto da própria organização do SUS. A partir da discussão de temas como gestão de riscos, comunicação de riscos, democracia sanitária e vigilância popular em saúde, foi ressaltada a importância de incluir as vozes desses sujeitos vulnerabilizados na tomada de decisões.

Dessa forma, o texto não teve a pretensão de esgotar o tema, mas levantar questões fundamentais para a discussão e fortalecer uma narrativa que caminha ao lado dos processos de resistência política que acontecem nos territórios. Podemos pensar essa narrativa como uma forma de produção do comum, enquanto algo essencial para o entendimento dos riscos ambientais e à saúde pública, e para a construção de uma abordagem coletiva que envolva os grupos vulnerabilizados nas decisões sobre esses riscos.

Referências

- Aith, F. (2006). Políticas públicas de Estado e de Governo: Instrumentos de consolidação do Estado Democrático De Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In M. P. D. Bucci (Org.), *Políticas públicas: Reflexões sobre o conceito jurídico* (pp. 57-73). Saraiva.
- Aith, F. M. A. (2015). Direito à saúde e democracia sanitária: Experiências brasileiras. *Revista de Direito Sanitário*, 15(3), 85-90.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2017). *NBR 15.000:2017: Comunicação de risco—Diretrizes para a comunicação eficaz sobre riscos à saúde e ao meio ambiente*. ABNT.
- Brasil. (1986). *Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Ministério da Saúde.
- Brasil. (2006). *Determinantes sociais da saúde no Brasil: Abordagem de gênero, raça/etnia e saúde da mulher*. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.
- Brasil. (2010). *Diretrizes para elaboração de estudo de avaliação de risco à saúde humana por exposição a contaminantes químicos*. Ministério da Saúde.
- Brasil. (2018). *Política Nacional de Vigilância em Saúde*. Ministério da Saúde.
- Cerutti, D. F., & Oliveira, M. L. C. (2011). Aplicação da gestão de risco de desastres no Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Coletiva*, 19(4), 417-424.
- Di Giulio, G. M., Tavares, M. C., & Pereira, J. C. (2010). Comunicação e governança do risco: A experiência brasileira em áreas contaminadas por chumbo. *Ambiente & Sociedade*, 13(2), 283-297.
- Duarte, B. M., Silva, N. T. C., & Lopes, I. S. (2022). Interseccionalidade e mudanças climáticas: Um estado da arte sobre o racismo ambiental no Brasil e seus outros. *Sêmata*, 34, 1-13.

- Dutra, A. (2023). Racismo ambiental: Justiça climática é justiça racial. In M. Belmont (Org.), *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil* (pp. 89-96). Oralituras.
- Figueiredo, V. M. A. (2009). *Vigilância popular em saúde: Desafios e perspectivas*. Hucitec.
- Freitas, C. M., Mazoto, M. L., & Rocha, V. D. (2018). *Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres*. Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde.
- Freitas, C. M., Barcelos, C., Asmus, C. I. R. F., Silva, M. A. D., & Xavier, D. R. (2019). Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: Desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. *Saúde Pública*, 35(5), 01-7.
- Freitas, C. M., Silva, M. A., Menezes, F. C., & Luz, Z. M. P. (2022). Desastres em barragens de mineração. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 25.
- Freitas, C. M., Rocha, V., Alpino, T. A., & Mello, T. C. C. (2023). *Orientações para gestão de risco de desastres e emergências em saúde pública: Abordagem integrada Atenção Primária e Vigilância em Saúde*. Fiocruz.
- Joner, K., Avila, M. R. R., & Mattedi, M. A. (2021). Territorialidade e desastre: A gestão dos desastres no Brasil com base no estudo de caso da Defesa Civil em Santa Catarina. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 13, e20200061.
- Louback, A. C., & Borges, P. (2023). Comunicação das mudanças climáticas: Disputa de narrativas. In M. Belmont (Org.), *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil* (pp. 107-114). Oralituras.
- Macedo, R. M., & Medeiros, T. M. (2025). Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: Diálogos necessários para o ensino em saúde. *Saúde Debate*, 49(144), e9507.
- Marques, M. R. (2013). A prática do acompanhamento terapêutico como estratégia de expansão territorial: Uma incursão cartográfica. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 31-40.
- Organização das Nações Unidas. (1992). Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. In *Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Anais*. ONU.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. In *III Conferência Mundial Sobre A Redução Do Risco De Desastres, Anais*. ONU.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2018). *Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: Um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência*. OPAS.
- Pereira, D. (2023). Justiça climática. In M. Belmont (Org.), *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil* (pp. 93-99). Oralituras.
- Porto, M. F. (2013). Injustiça ambiental no campo e nas cidades: Do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas. In M. F. Porto, T. Pacheco, & J. P. Leroy (Org.), *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: O mapa de conflitos* (pp. 255-285). Fiocruz.

Rigotto, R. M., Santos, V. P., & Costa, A. M. (2022). Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado. *Saúde em Debate*, 46(spe2), 122-136.

Scott, J. W. (1990). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 16(2), 05-22.

Turquet, L., Tabbush, C., Staab, S., Williams, L., & Howell, B. (2023). *Feminist climate justice: A framework for action: Conceptual framework prepared for Progress of the World's Women series*. UN-Women.

Wedy, G. (2013). O princípio da precaução: Origem, conceito e análise da crítica. *Revista da Ajufe*, 26(93), 242, 2013.

CAPÍTULO 10

Mobilização Comunitária para Defesa do Meio Ambiente: o caso do Movimento Tapera Viva (Serra do Cipó/Brasil)²⁴

(Claudia Mayorga, Larissa Nanni Krause, Viviane de Oliveira Costa Gomes)

²⁴

Agradecimento à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais pelo apoio financeiro, à Brigada Cipó pelo trabalho conjunto, apoios diversos e leitura deste capítulo, com preciosas contribuições.



10

Introdução

Neste capítulo apresentamos reflexões sobre processos de mobilização comunitária para defesa do meio ambiente a partir do projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG intitulado “Apoio à Brigada Voluntária Cipó: educação ambiental, prevenção e combate a incêndios” (SIEX/UFMG, 2023). Em seu primeiro ano de atuação, o projeto teve como objetivo desenvolver atividades de apoio à Brigada Cipó para ampliação e fortalecimento da participação e mobilização comunitária para a conservação e proteção do *Parque Natural Municipal da Mata da Tapera* – PNMMT, Unidade de Conservação localizada na Serra do Cipó, no município de Santana do Riacho, em Minas Gerais. O PNMMT foi criado em 2008 e teve seu Plano de Manejo aprovado em 2015, mas ficou abandonado até o ano de 2022, quando foi abraçado pela Brigada Cipó, que vem desde então se responsabilizando pelo manejo (manutenção básica) e restauração da sede do Parque.

A perspectiva do trabalho desenvolvido se baseia na ideia de que a mobilização e a participação comunitárias são fundamentais para a construção de processos democráticos que favoreçam uma sociedade mais igualitária e com justiça social, e de que isso não é diferente quando abordamos as questões relacionadas ao meio ambiente. Os grandes problemas relacionados às questões ambientais e socioambientais que marcam as sociedades contemporâneas deixam evidente a necessidade da potencialização de propostas que visem a sustentabilidade democrática encarnada por agentes sociais dispostos a pensar e construir padrões civilizatórios distintos do que temos vivenciado (Loureiro & Cunha, 2008).

O problema que abordamos neste capítulo está fortemente associado a questões globais, pois existe uma apreensão atual que deriva das projeções alarmantes elaboradas por cientistas, antecipando marcantes mudanças no clima global (Gomes, 2024). Em 2014, Lemes e Loyola (2014, p. 48) escreviam que,

Não há dúvida de que estamos diante de uma crise da biodiversidade global, certamente catalisada pela influência humana Tal crise é de grande alcance e sem precedentes, podendo levar metade das espécies a se extinguirem até o final desse século. No entanto, não são apenas as taxas de extinção que estão aumentando, mas o âmbito geográfico das espécies ameaçadas também está sendo ampliado Como resultado, há uma enorme perda da biodiversidade com 12% de todas as aves, 25% de todos os mamíferos e 30% de todos os anfíbios, atualmente, sob algum nível de ameaça de extinção A perda da biodiversidade é, portanto, um fenômeno global e demanda esforços internacionais de conservação ...

As mudanças climáticas também causam impactos e/ou vulnerabilidades em praticamente todas as atividades humanas. No caso de Minas Gerais, no estudo sobre os

cenários de mudanças climáticas para o estado, Reboita *et al.* (2021, p. 123) projetam que para 2070–2095 haverá:

(a) aumento da temperatura do ar em todo o Estado, que pode chegar a 5 °C, (b) aumento do total sazonal da precipitação no verão e redução no inverno, (c) aumento do volume de chuva em eventos extremos de precipitação, exceto no inverno, (d) redução do número de dias úmidos entre o outono e a primavera e (e) aumento do número de dias consecutivos secos em todas as estações do ano.

Alguns aspectos dessa projeção já podem ser constatados na atualidade, com impactos na saúde humana, na agropecuária, bem como em relação ao acesso à água, à vulnerabilidade para incêndios etc. Essa situação nos leva a concordar com Artaxo (2020), segundo o qual nossa sociedade está simultaneamente convivendo com três emergências importantes: 1) a crise na saúde; 2) a crise de perda de biodiversidade; e 3) a crise climática; crises com ligações entre si, e diferenças importantes, mas todas que provocam impactos sociais, psicossociais e econômicos fortes, afetando o planeta globalmente.

Nesse cenário, as áreas protegidas têm ganhado ainda mais importância, sendo, no Brasil, as Unidades de Conservação – UCs a forma mais difundida de proteção, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente, 2019). Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no ano 2000, passou-se a definir de modo sistemático os instrumentos e critérios para a gestão de áreas protegidas no país. Para preservar a biodiversidade e ordenar o acesso aos recursos naturais existentes, o SNUC prevê o *Plano de Manejo* como um dos principais instrumentos de gestão em unidades de conservação brasileiras.

Conforme descrito na Lei n.º 9.985/2000, do SNUC, o Plano de Manejo consiste em um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelece-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Fonseca & Kasecker, 2010)

O Plano de Manejo, principal instrumento de gestão de uma unidade de conservação, deve abranger não somente a área da Unidade de Conservação, mas estabelecer as normas e restrições para utilização da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos (Gomes, 2024).

O SNUC trouxe também importantes avanços no campo da gestão participativa em Unidades de Conservação ao prever a criação de Conselhos nas UCs, processo com o qual se pretende, primordialmente legitimar o avanço democrático que representam tais espaços públicos no âmbito das políticas de conservação e proteção; compartilhar responsabilidades na proteção da UC, otimizando recursos e aprimorando ações; estabelecer relações entre a UC e seu entorno, buscando integrar questões, ampliar a compreen-

são da realidade e resolver problemas de forma mais efetiva (Andrade & Lima, 2016; Loureiro & Cunha, 2008; Santana, Santos, & Barbosa, 2020).

As Unidades de Conservação são essenciais para a biodiversidade, beneficiando também aos seres humanos, sendo a conservação dos recursos hídricos, das belezas cênicas, a proteção de sítios históricos e culturais, a manutenção da fauna silvestre e da qualidade do ar e da água, entre outros, alguns pontos a destacar (Hassler, 2005).

Diante do que foi exposto, fundamentamos a proposição do projeto desenvolvido no Parque Natural Municipal da Mata da Tapera na importância de que a população, cidadãos e cidadãs, se envolvam cada vez mais no debate e proposições para minimizar e, até mesmo, interromper as crises que estamos vivendo. O caminho da mobilização e participação comunitárias, a promoção da educação ambiental crítica e emancipatória e a integração da gestão das unidades de conservação com processos participativos e de formação cidadã podem trazer pistas importantes para o enfrentamento das crises já citadas.

O Parque Natural Municipal da Mata da Tapera

O município de Santana do Riacho está localizado na região central mineira, a norte de Belo Horizonte, capital do estado. Esse município é nacionalmente conhecido por abrigar famosos destinos turísticos, como a Serra do Cipó, onde se encontra o Parque Nacional da Serra do Cipó – ICMBIO e Lapinha da Serra. É neste contexto que está localizado o Parque Natural Municipal da Mata da Tapera. Essa UC é um parque urbano idealizado com a proposta de evoluir para um espaço que abrange recreação, preservação ambiental, integração da comunidade e promoção da educação ambiental em Santana do Riacho (Gomes, 2024).

O PNMMT está na Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e atua como corredor ecológico para o Parque Nacional da Serra do Cipó, e teve como uma das principais prioridades para sua criação assegurar a comunidade da flora local, que abriga espécies típicas do Cerrado. O Parque abriga riqueza de madeiras de lei, imunes de corte e ameaçadas de extinção, como o Jatobá, Jacarandá, Sucupira e quatro nascentes de afluentes perenes do Ribeirão Soberbo, afluente direto do Rio Cipó. Isso é fundamental para a revitalização do Rio das Velhas, considerado legalmente um rio de preservação permanente (Instituto de Gestão de Políticas Sociais, 2015).

A Serra do Cipó está localizada ao sul da Cordilheira do Espinhaço, que se estende por Minas Gerais até o estado da Bahia, abarcando cerca de 1200 km. Na parte mais baixa, possui a presença mais expressiva de vegetação do Cerrado, bioma de grande importância para o Brasil e para o mundo. No entanto, infelizmente, o Cerrado é alvo de uma ocupação irregular e descontrolada, ameaçando a sua biodiversidade, na qual há

uma diversidade e riqueza de raízes, cascas, resinas, óleos, folhas, argilas, água, e outros diversos recursos naturais, sendo minuciosamente manejados por seus povos na medicina popular (Rede Cerrado, 2024).

O Cerrado é um bioma que tem mais de 200 espécies de plantas medicinais e de 400 outros tipos vegetais que podem ser utilizadas tanto de forma sustentável na recuperação de solos degradados, quanto para alimentação de animais e seres humanos; também fornece água, seja pelas suas águas subterrâneas, seja pelas nascentes de diversos rios que contribuem para importantes bacias hidrográficas do país. Muitos são os valores deste bioma e dos serviços ambientais (ou ecossistêmicos) de extrema importância econômica e social por ele prestados. O Cerrado também é a casa de uma variedade de mamíferos de diferentes portes, a maioria deles encontra-se ameaçada de extinção, como o lobo-guará, a onça-pintada — o maior felino das Américas —, o tamanduá-bandeira, o tatu-canastra e o morceguinho do Cerrado, uma espécie única no mundo (Rede Cerrado, 2024).

A área do Parque Natural Municipal da Mata da Tapera – PNMMT abrange uma extensão de terra de cerca de 31,305 hectares. O parque foi instituído pela Lei Municipal n.º 453, de 04 de novembro de 2008 e, em 26 de novembro de 2014, o seu Plano de Manejo obteve aprovação para sua elaboração pelo *Instituto de Gestão de Políticas Sociais*, mais conhecido como Instituto de Gestão de Políticas Sociais (2015). O Plano de Manejo foi fundamentado em várias fontes de informação, discussões e oficinas de planejamento, dentre as quais se destacam: 1) diagnóstico do meio físico/natural, inventário florístico e faunístico, sócio/econômico e institucional da área do Parque e do seu entorno, realizado em setembro de 2015, por equipe técnica especialmente contratada e 2) Oficina Participativa de Planejamento – OPP, realizada com lideranças comunitárias, empresas privadas, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, Prefeitura Municipal, Escola Estadual Dona Francisca Josina, ICMBIO e equipe técnica do Instituto de Gestão de Políticas Sociais.

A vegetação do Parque inclui árvores e plantas típicas do Cerrado e da Mata Mesófila/Semidecídua de transição. Exemplos dessas plantas são o Buriti (*Mauritia flexuosa*) e o Pequi (*Caryocar brasiliense*), do Cerrado; e o Guapuruvu (*Schizolobium parahyba*) e o Jequitibá (*Cariniana legalis*), da Mata Mesófila/Semidecídua. Esses biomas desempenham um papel crucial no abastecimento de aquíferos e nascentes, mas seguem muito ameaçados por ações de desmatamento, incêndios criminosos etc.

Assim, os objetivos específicos do Plano de Manejo do PNMMT apontam para a necessidade de preservar a mata existente nos limites do Parque, impedindo qualquer tipo de ocupação; de preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesses ecológicos, de educação ambiental e de pesquisa científica; e de proteger o meio ambiente, evitando a sua

degradação, através do combate à poluição e de manutenção dos seus recursos hídricos. O Plano de Manejo apresenta pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relacionadas ao Parque, dos quais destacamos alguns.

Dos pontos fortes no Plano de Manejo, destaca-se que o PNMMT possibilita a proteção de áreas representativas de Cerrado, com foco na fitofisionomia de Mata Mesófila/Estacional Semidecidual, com elevada diversidade de espécies, como já mencionado anteriormente, com destaque para a flora, em boa condição de conservação, bem como a proteção das nascentes do córrego Tapera, cujas águas são essenciais à manutenção da qualidade e da quantidade de água disponível no Ribeirão Soberbo, assegurando serviço ambiental essencial à população do entorno.

Outro ponto forte refere-se à inserção do PNMMT na *Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*, que confere uma grande significância para o Parque no contexto regional de conservação. Também a situação fundiária privilegiada, pois o Parque é parte de uma gleba de posse da prefeitura municipal de Santana do Riacho, conforme auto de imissão de posse emitido pela Justiça de primeira instância, em 11 de julho de 1994, não havendo necessidade de desapropriação. A localização do Parque possui facilidade de acesso para veículos e pedestres, com uma topografia suave. Por fim, a existência da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, UC federal de uso sustentável que circunda inteiramente o PNMMT, funciona na prática como uma Zona de Amortecimento.

Como pontos fracos, destacam-se as atividades antrópicas de captação de água nas nascentes e no córrego Tapera que, gradativamente, afetam a quantidade e a qualidade das águas que vertem para o Ribeirão Soberbo. Também é preocupante a apropriação do espaço pela comunidade do entorno, de forma não coincidente com objetivos de criação da Unidade de Conservação, o que vem gerando ações degradantes como desmatamento, queimadas, deposição irregular de resíduos sólidos e extensão de pastagem para equinos e bovinos. A facilidade de invasão por gado e cavalos se dá devido à ausência de cercas, possibilitando também o manejo inadequado da UC por parte dos moradores confrontantes, dentre outros.

Apesar de ter transcorrido quase uma década desde a publicização do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Mata da Tapera, observa-se a quase ausência da implementação do previsto nas diretrizes estabelecidas no plano e a continuidade ou até agravamento dos pontos fracos já apontados no documento.

Em 10 de outubro de 2022, a Brigada Voluntária Cipó, brigada de incêndios florestais que atua no município de Santana do Riacho, ocupou o Parque como um ato de resistência e defesa dessa Unidade de Conservação e passou a atuar na sua limpeza, manejo e restauração da sede do Parque, até então abandonada. É importante destacar

que o sentido da ocupação aqui utilizado é o de uma manifestação política, um método de resistência não violento. Ocupações como essa buscam provocar o Poder Público para que determinado território ou instituição tenha a sua finalidade pública e social cumprida, e esse foi o objetivo da Brigada Cipó em relação ao PNMMT. Para Harvey (2012, pp. 60–61), ocupação significa “... tomar um espaço público central, um parque ou uma praça ... colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo”.

Antes da intervenção da Brigada Cipó, a estrutura da sede da Unidade de Conservação encontrava-se em estado de abandono, sofrendo deterioração devido à falta de manutenção. O entorno do Parque apresentava um preocupante acúmulo de lixo, comprometendo a integridade ambiental da área. Identificou-se ainda a presença não regulamentada de bovinos e equinos pastando na região, contribuindo para a degradação ambiental, impactando negativamente os ecossistemas locais. O cercamento do Parque estava bastante degradado e sem manutenção, com depredações da estrutura que indicavam mais uma camada de desafios, representando uma ameaça direta à preservação do parque (Gomes, 2024). Além disso, foi observado que o córrego Tapera, um crucial afluente do Rio Soberbo que atravessa o Parque, continuava sujeito à captação inadequada de água, afetando a qualidade desse recurso hídrico essencial.

Diante dessa situação, a Brigada Cipó buscou estabelecer diálogos com a Prefeitura de Santana do Riacho, alertando para os problemas encontrados, para a necessidade de intervenção imediata do Poder Público, e se disponibilizou a colaborar com a restauração do Parque. Nesse sentido, a Brigada conseguiu apoio de emenda parlamentar para a construção de um viveiro para produção de mudas de espécies do cerrado para reflorestar a área da Mata da Tapera e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, bem como realização de atividades de educação ambiental. Também aprovou no CODEMA projeto para cercamento do Parque, uma das ações mais urgentes a serem realizadas.

Vale destacar que entre os objetivos da Brigada Cipó estão a prevenção e combate a incêndios, incluindo atividades de mobilização comunitária e educação ambiental. Em 01 de junho de 2023, após várias negociações, foi assinado um *Termo de Cessão de Uso* no qual a prefeitura destina utilização de parte da estrutura física do Parque para abrigo da Brigada Cipó, pelo período de 1 ano, com possibilidade de renovação. Diante dessa situação, a partir de uma relação dialógica e de trabalho conjunto, foi proposto por equipe da Universidade Federal de Minas Gerais, composta por professora e estudantes, o Projeto de Extensão intitulado “Apoio à Brigada Voluntária Cipó: educação ambiental, prevenção e combate a incêndios”, cujos objetivos, metodologia e resultados alcançados apresentaremos a seguir.

Diálogos entre universidade e Brigada Cipó e o surgimento do Movimento Tapera Viva

Foi a partir das diretrizes da extensão universitária e dos fundamentos da Psicologia Social Comunitária que a relação entre equipe da UFMG e Brigada Cipó foi se constituindo. As diretrizes da extensão apontam para a necessidade de realizar projetos que sejam fruto da interação dialógica entre os saberes da universidade e dos setores da sociedade, que o conhecimento e ações produzidas sejam fruto desse diálogo. O compromisso com proposições que possibilitem a transformação da sociedade de forma mais ampla e o cuidado com meio ambiente e PNMMT de forma mais específica também têm sido uma característica do trabalho desenvolvido, bem como a preocupação com a formação de estudantes comprometidos com o fortalecimento das políticas públicas construídas de modo participativo, neste caso, as políticas públicas ambientais (Mayorga, 2021).

Da Psicologia Social Comunitária, destacamos aqui a perspectiva da inter(in)venção (Barros; Rodrigues; Benício, 2021) em que a equipe convida os(as) participantes a identificarem seus saberes e potencialidades e localizá-los no contexto social mais amplo, de forma crítica, desnaturalizando a compreensão da realidade e se reposicionando no mundo como sujeito social, e não simplesmente como indivíduo (Mayorga, 2007; Mayorga, 2014; Mayorga & Nascimento, 2009).

Com essas preocupações, e a partir dessas diretrizes, foi delineado o projeto de extensão da UFMG intitulado “Apoio à Brigada Voluntária Cipó: educação ambiental, prevenção e combate a incêndios” (SIEX/UFMG, 2023). Desde o princípio, foi proposto projeto cujo objetivo consistia na realização, no PNMMT, de atividades que permitissem maior aproximação com a comunidade local, com intuito de que ela se apropriasse do Parque, promovendo maior comprometimento com o cuidado da fauna e da flora existentes no local. A proposta era promover, por meio de oficinas educativas, rodas de conversa e mutirões, tópicos inerentes aos aspectos ambientais, conhecimento da natureza e de aspectos ecológicos, como o cuidado com o solo, a flora e a fauna, ações de reflorestamento, oficina de separação de resíduos, passeios guiados com crianças e jovens nas trilhas do PNMMT, tudo isso associado a uma ação emancipatória, cidadã, compreensiva e assimiladora da complexidade da totalidade ambiental (Lopes; Abílio, 2023; Loureiro, 2012;). Desde sua origem, a proposta foi buscar fomentar, por meio dessas atividades, uma educação ambiental crítica e emancipatória, isto é, para a autonomia e autogestão comunitária.

Nesse sentido, o primeiro passo dado pela equipe foi a etapa que a psicóloga social Lúcia Afonso (2000) chama de “pré-análise”, foi feito um levantamento de dados e aspectos importantes sobre o Parque da Tapera e região, relevantes para o trabalho. Nessa

etapa, a equipe buscou inteirar-se da problemática a ser discutida, refletir, estudar, coletar dados e informações. Esse movimento ocorreu a partir da leitura e discussão principalmente do Plano de Manejo do PNMMT (Instituto de Gestão de Políticas Sociais, 2015), textos resultados de pesquisa sobre a Serra do Cipó (Braga, 2011) e sobre extensão universitária (Mayorga, 2021). Essa etapa foi importante para a equipe poder ir ao encontro da comunidade de forma mais qualificada e com abertura para troca de saberes (e não reproduzindo lógicas paternalistas) para maior conhecimento, escuta e interação entre a equipe da UFMG, participantes da Brigada Cipó e demais moradores da comunidade, realizando o planejamento a partir de uma postura flexível (Afonso, 2000).

De julho de 2023 a junho de 2024, foram realizadas 15 atividades no Parque da Tapera, de organização conjunta, inicialmente, entre o projeto de extensão e Brigada Cipó, e logo, entre projeto e Movimento Tapera Viva. Dentre essas atividades, destaca-se a realização de **mutirões** e **rodas de conversa**, estratégias metodológicas sobre as quais faremos algumas observações a seguir. Vale destacar que antes da realização, essas atividades foram divulgadas por meio das redes sociais e em visitas dos(as) integrantes do projeto aos estabelecimentos e residências de moradores(as), com pequenos folhetos contendo informações sobre as atividades a serem realizadas. Tais encontros consistiram ainda em momentos importantes para informação, esclarecimento e diálogo com a população acerca do que estava sendo proposto. Além disso, essa forma de abordagem possibilitou momentos de escuta e identificação dos conhecimentos e vivências que a população possui em relação ao Parque.

Os mutirões

Em relação aos **mutirões**, essa já era uma estratégia utilizada pela Brigada Cipó para reunir os(as) brigadistas voluntários(as) em atividades de manejo do PNMMT, organização do espaço e, ao mesmo tempo, integração do grupo, conversas sobre as questões relacionadas aos incêndios, planejamento e organização para a temporada de incêndios na região. A primeira presença da equipe da UFMG foi em um dos mutirões realizados. Essa participação foi importante para que o encontro entre os grupos acontecesse a partir de uma atividade bem concreta em relação ao Parque: um encontro na ação e a partir de uma postura de resolução de problemas. Também os mutirões possibilitaram o conhecimento do Parque, já que muitas atividades aconteceram na área da mata.

“Mutirão” é uma palavra de origem tupi que designa a ajuda mútua que parceiros(as) se prestam para a execução de uma tarefa (Caldeira, 1956; Lafer, 1989). Em sua obra “Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural”, Clóvis Caldeira (1956) apresenta uma reflexão detalhada sobre as origens dos mutirões e destaca a importância dessa ação para o fortalecimento dos laços de solidariedade, comunidade e melhoria das condições

de vida da população no Brasil e América Latina. A ênfase de sua abordagem é nas práticas de ajuda mútua no contexto rural, mas vale destacar que os mutirões nos contextos urbanos, ligados principalmente às questões da moradia, também marcam as formas de organização da população brasileira para resolução de problemas.

Como aponta Miagusko (2011), alguns autores(as) problematizam a dimensão emancipatória dos mutirões, apontando para sua conveniência para o Estado, outras abordagens destacam essa prática como sendo de forte cunho de produção de autonomia e resistência tanto às políticas impositivas do Estado como a sua ausência.

Ao longo do projeto, a proposta dos mutirões foi fortalecendo seu sentido de ação coletiva pelo meio ambiente. Isso ocorreu, por exemplo, por meio de atividades de “mão na massa” e manejo da área do Parque, como o uso de roçadeira para limpeza e manutenção de áreas cobertas por grama, ervas daninhas e pequenos arbustos. Ademais, houve um processo de educação ambiental referente à coleta do lixo no Parque, com conversa sobre reciclagem, além de atividades de coleta de sementes, plantio de mudas e conversa com raizeiras da região, conversa sobre o fogo, incêndios e atuação dos(as) brigadistas, Cine Tapera, oficina sobre abelhas-sem-ferrão e sua importância para o Cerrado, jogos e brincadeiras, dentre outras.

Com o passar do tempo, os mutirões deixaram de ser uma atividade exclusiva dos(as) brigadistas voluntários(as) e passaram a envolver organizações pelo meio ambiente da região, como a organização Caminho Limpo, Associação de Agricultores Familiares, Artistas e Artesão da Serra do Cipó–Mercadinho Tá Caindo Fulô, Comissão Interdependente para proteção do Meio Ambiente e do Patrimônio Público da Serra do Cipó – CIPMAPP, Associação Comunitária João Nogueira Duarte, as escolas (como a Escola Estadual Dona Francisca Josina e Escola Municipal Sempre Viva), o ICMBIO por meio de representantes do Parque Nacional da Serra do Cipó, dentre outras. Além, é claro, de moradores(as) da Serra do Cipó, sem necessariamente terem vínculo a alguma organização. O Parque tem sido apropriado cada vez mais pela comunidade que, a cada mutirão, oferta atividades, compartilha seus conhecimentos e apresenta o trabalho que realiza, no caso das organizações.

As rodas de conversa: “Vamos conversar sobre o Parque da Tapera?”

A segunda estratégia metodológica utilizada no Projeto consistiu-se na realização de **rodas de conversa** intituladas “Vamos conversar sobre o Parque da Tapera?”. Foi proposital que essas atividades tivessem um título que fosse, ao mesmo tempo, um convite. Essas atividades foram planejadas com maior participação da equipe do projeto e, em sua proposição, buscavam associar os fundamentos das oficinas psicossociais (Afonso, 2000) com os das rodas de conversa (Afonso & Abade, 2008). A escolha desse método

justifica-se por ter ressonância coletiva, criando espaços de diálogo em círculo nos quais os(as) participantes podem se sentir cada vez mais à vontade para se expressar, escutar os(as) outros(as) e a si. A proposta também consiste em deslocar o lugar central de fala de quem está propondo a roda e possibilitar que a palavra circule e os vários conhecimentos sobre o tema proposto possam emergir e ser explicitados.

Foram três rodas de conversa realizadas. A primeira delas caracterizou-se como um espaço de escuta das diversas vivências e conhecimentos que os(as) participantes tinham sobre o Parque da Tapera. A conversa se deu em torno de duas perguntas geradoras: 1) “Qual é o parque que conhecemos?” e 2) “Qual é o parque que queremos?”. A primeira pergunta teve como objetivo promover um espaço onde os(as) participantes pudessem compartilhar seus conhecimentos e experiências com o Parque. Já a segunda, teve como objetivo despertar no coletivo seus sonhos e desejos sobre o parque, identificando também o que poderia ser feito para realizá-los.

A troca de lembranças e conhecimentos sobre o parque foi bem intensa no primeiro momento da roda de conversa. Lembranças de infância sobre brincadeiras na mata, as nascentes, a coleta de frutas e o corte das árvores para recolher lenha foram os principais pontos destacados. Da história um pouco mais recente, foi pontuada a existência do Plano de Manejo do Parque e alguns se recordaram do processo participativo a partir do qual o documento foi construído. O uso do parque como passagem pela população em geral e estudantes da Escola Estadual Dona Francisca Josina foi reforçado por todos(as).

Além disso, foram tecidas muitas críticas ao abandono do parque, à depredação da estrutura da sede com vidros quebrados e ao roubo de fiação, à invasão de gado com presença de fezes na sede, além da manifestação de preocupação com as nascentes e questionamentos sobre captação inadequada da água. Referência aos perigos de um local abandonado e, segundo participantes, uso do espaço inadequadamente por usuários de drogas durante a noite, podendo atrair situações de conflito entre usuários e vendedores. Foi feita referência aos trabalhos sobre doenças infecciosas realizado no Parque pela pesquisadora Lileia Gonçalves Diotaiuti, da Fiocruz. Foi destacado que parte da população desconhece o Parque e todo seu potencial. Todas essas lembranças foram sendo anotadas em um *papel kraft* grande que estava afixado na parede para que todos(as) pudessem ver.

Na pergunta seguinte, sobre o “parque que queremos”, a tônica principal foi a de exigir da Prefeitura do Município que cumprisse suas obrigações em relação ao Parque. Em meio a falas indignadas em relação ao abandono pelo Poder Público, iam surgindo também ideias de como aquele espaço poderia ser ocupado. Foi destacada a presença de nascentes em uma área urbana e o fato de o Parque ser uma das últimas áreas de mata remanescentes no município. Alguns participantes lembraram que a escola estadual utiliza o espaço do Parque para desenvolvimento de atividades com os(as) estudantes e

que essa relação poderia ser ampliada, houve propostas de atividades de educação ambiental, também foi dito que a realização de atividades culturais poderia beneficiar maior presença da comunidade no local. Foi destacada a presença positiva da Brigada Cipó no espaço e mencionadas atividades educativas dos(as) brigadistas voluntários(as) com a escola no Parque.

A mediação da equipe do projeto se deu no sentido de incentivar que todos(as) se manifestassem e que escutassem as contribuições dos(as) participantes. Houve também a provocação ao grupo para propor formas de envolver a comunidade da Serra do Cipó com o Parque. Diante disso, foi proposta pelos(as) participantes a criação de um movimento de defesa do Parque, que logo ganhou o nome de *Movimento Tapera Viva*, um movimento em defesa da conservação do parque e de cobrança do Poder Público. Um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp* foi criado para dar continuidade às conversas. Essa primeira roda de conversas foi muito rica e a participação qualificada dos(as) presentes orientou as outras duas rodas realizadas.

Nas duas próximas rodas de conversa, “Vamos conversar sobre o Parque da Tapera?”, o principal objetivo foi dialogar sobre o Plano de Manejo do Parque (Instituto de Gestão de Políticas Sociais, 2015). A equipe do Projeto preparou uma apresentação dos principais aspectos do documento elaborado em 2015, por meio dos diagnósticos do meio físico, biológico e social, documento que, como já analisamos anteriormente, é um instrumento obrigatório de gestão das unidades de conservação, no qual devem constar a caracterização da unidade, o zoneamento e os programas de gestão. É o Plano de Manejo que estabelece normas e restrições para uso, indica as ações a serem desenvolvidas e o manejo dos recursos naturais do parque e seu entorno. Esse planejamento visa minimizar os impactos negativos sobre o Parque, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais. As características do Parque — mapa da área, vegetação presente — foram apresentadas e os(as) participantes, de forma muito colaborativa, foram acrescentando informações a partir de suas vivências no território. Os(as) participantes da Brigada Cipó apresentaram ainda algumas críticas ao Plano de Manejo, isso em função do maior conhecimento sobre o Parque que adquiriram desde a sua ocupação em 2022.

O diálogo sobre existência e obrigatoriedade de um Conselho do Parque tomou toda a segunda roda de conversa e parte da terceira. Os conselhos são exigências do SNUC e, quando de caráter deliberativo, visam oferecer transparência para a gestão da UC, contribuir para a elaboração e implantação do Plano de Manejo, integrar as UCs à comunidade, setor privado, instituições de pesquisa, ONGs e poder público. Algumas das atribuições do Conselho consistem em: a) elaborar o seu regimento interno, no prazo de 90 dias, a partir da sua instalação; b) buscar a integração da UC com as demais Áreas

Protegidas e as áreas de entorno; c) manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto tanto na UC como em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e d) propor diretrizes e ações para compatibilizar e integrar a relação com a população do entorno ou do interior da UC, conforme o caso, dentre outros.

Discutiu-se que o conselho de uma UC deve ter representação dos órgãos públicos e da sociedade civil atuantes na região (art. 17 do Decreto n.º 4.340/2002), sendo importante que essa participação seja paritária. Os órgãos públicos incluem o órgão gestor na presidência do conselho da UC; os órgãos ambientais de um dos três níveis da Federação (União, Estados e Municípios); os órgãos públicos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, arquitetura, povos indígenas e assentamentos de reforma agrária. Já as organizações da sociedade civil incluem comunidade científica; organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da UC; população residente e do entorno; população tradicional; representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

De forma espontânea, os(as) participantes da roda foram fazendo o levantamento dos atores locais que poderiam compor o Conselho do Parque, cumprindo uma das etapas da criação de um Conselho que consiste na identificação dos atores locais — tanto órgãos públicos como sociedade civil. Após vários diálogos bastante frutíferos, respeitosos e propositivos, foi na terceira e última roda de conversa realizada que os(as) participantes fecharam uma proposta de composição do Conselho. Foi pactuado que a equipe do projeto enviaria a proposta para a Prefeitura, solicitando a instituição do Conselho e, ainda que essa nomeação não ocorresse em um período de curto prazo, as instituições propostas poderiam começar a se reunir buscando atuar de forma colegiada, já que as questões relacionadas ao Parque urgem.

Os participantes chegaram ao consenso de que a composição com oito representações com titulares e suplentes seria razoável para viabilizar o funcionamento do Conselho e conseguiria abarcar a diversidade de representações de instituições atuantes no município.

Os representantes titulares e suplentes do Poder Público propostos foram:

- a. Representante da Prefeitura (quando gestor do Parque for definido, será o representante presidente do Conselho);
- b. Representante do ICMBIO / Representante da EMATER;
- c. Representante da Escola Estadual Dona Francisca Josina / Representante da Escola Municipal Sempre Viva;
- d. Representante da UFMG / Representante da Fiocruz.

Os representantes titulares e suplentes da sociedade civil propostos foram:

- a. Representante da Brigada Cipó / Representante da CIPMAPP;
- b. Representante do Caminho Limpo / Representante da Associação João Nogueira Duarte;
- c. Representante da Associação de Agricultores Familiares, Artistas e Artesão da Serra do Cipó–Mercadinho Tá Caindo Fulô / Representante do Subcomitê da Bacia Hidrográfica;
- d. Representante de moradores(as) do entorno.

As rodas de conversa propiciaram um espaço de reflexão e análise conjunta, e, em todos os momentos, o principal critério para resolver impasses ou ideias divergentes foi levantar a questão: o que é melhor para o Parque da Tapera?

Cabe ainda destacar que foi em uma das rodas de conversa que o Movimento Tapera Viva escolheu a árvore Copaíba (*Copaifera langsdorffii*) para ser a guardiã do Parque, como um símbolo de resistência, já que a UC abriga várias dessas espécies em constante ameaça. Baseada nessa escolha, a equipe do projeto elaborou uma logomarca para o Movimento Tapera Viva, que consiste em ramos dessa árvore. A Copaíba está presente no Cerrado e é especial devido aos usos tradicionais, de seus benefícios medicinais, cosméticos e por ser utilizada para recuperar áreas degradadas.

Considerações finais

Após um ano de projeto realizado, a situação da Brigada Cipó e do PNMMT sofreu alterações. A principal delas refere-se à ampliação de atividades de vigília e cuidado em relação ao Parque. A Brigada Cipó segue presente no Parque, e o surgimento do Movimento Tapera Viva, ator social que tem ganhado cada vez mais reconhecimento como proponente de ações coletivas de atenção ao Parque, ampliou as atenções e cuidados em relação à UC.

No primeiro ano do projeto, a partir dos encontros, diálogos e atividades realizadas, o processo de proposição do Conselho do PNMMT, enquanto momento educativo e de exercício da cidadania, apresentou-se como fundamental para o funcionamento desse espaço público no presente e futuro, já que colabora em fortalecer um ambiente onde podem ser explicitadas as intencionalidades, os diálogos e as disputas dos agentes sociais que participaram do processo e a concepção que norteará o grupo formado em sua prática gestonária (Loureiro & Cunha, 2008).

Ademais, como ação coletiva, o Movimento Tapera Viva tem estado bastante atento a tudo que ocorre no Parque, com a realização de visitas de monitoramento esporádicas, sobrevoo da área com drone de responsabilidade da Brigada Cipó, além das atividades dos Mutirões, que continuam acontecendo. Uma situação a se destacar foi a mobilização que o Movimento realizou quando constataram que um dos moradores do entorno havia realizado o desmatamento de uma área do Parque para armazenar materiais diversos; a Prefeitura foi questionada sobre autorização e pressionada para multar o morador pelo realizado. De um dia para outro, o Movimento Tapera Viva marcou um encontro no Parque no qual o Prefeito, a Vice-prefeita e outros representantes da prefeitura compareceram e se comprometeram a avaliar o que havia acontecido, além de disponibilizarem 100 mudas para plantio, com intuito de recuperação da área. Um mês depois, as mudas foram plantadas em um ato de mutirão, seguindo o Plano de Manejo do Parque. Outras participações do Movimento Tapera Viva também aconteceram em eventos no Município, como, por exemplo, as comemorações do dia 01 de maio.

A mobilização comunitária tem sido o princípio transversal presente em todo o projeto. Pensar em processos e ações que possibilitem ou potencializem a participação da comunidade e das instituições nas atividades realizadas foi, ao mesmo tempo, o meio e a finalidade dos trabalhos desenvolvidos. Como dito anteriormente, as políticas ambientais se fortalecem por meio da promoção de processos democráticos e tomam a participação social como dimensão fundamental para políticas sustentáveis.

Referências

- Afonso, M. L. M. (2000). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Edições do Campo Social.
- Afonso, M. L. M., & Abade, F. (2008). *Para reinventar as Rodas*. Recimam.
- Andrade, F. A. V., & Lima, V. T. A. (2016). Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. *Revista Eletrônica Mutações*, 7(13).
- Artaxo, P. (2020). As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados*, 34(100).
- Batista, C. B., Mayorga, C., & Nascimento, R. (2010). Pesquisa-ação participativa e transformação social. In Instituto da Criança e do Adolescente (Org.). *Diálogos em Extensão: Encontros sobre Infância, Adolescência e Juventude* (pp. 159-178). PUC Minas.
- Barros, J. P. P., Rodrigues, J. S., & Benício, L. F. S. (2021). *Violências, desigualdades e (re) existências: cartografias psicossociais*. Expressão Gráfica e Editora.

- Braga, S. S. (2011). *A região da serra do cipó: complexidade, tempo e turismo*. [Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte].
- Caldeira, C. (1956). *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. Companhia Editora Nacional.
- Fonseca, M., & Kasecker, T. P. (2010). O Papel das Unidades de Conservação. *Scientific American*, 39.
- Gomes, V. O. C. (2024). *Qualidade Ambiental em Parques Urbanos: Levantamento das pressões antrópicas e estado de conservação da microbacia do Parque Natural Municipal da Mata da Tapera - Distrito Serra do Cipó*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte].
- Instituto de Gestão de Políticas Sociais. (2015). *Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Mata da Tapera, Serra do Cipó, MG*.
- Harvey, D. (2012). Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In D. Harvey (Org), *Occupy* (pp. 60-61). Boitempo.
- Hassler, M. L. (2005). A importância das unidades de conservação no Brasil. *Sociedade & Natureza*, 17(33), 78-89.
- Lafer, C. (1989). Dilemas da América Latina num mundo em transformação. *Lua Nova*, 18.
- Lemes, P., & Loyola, R. D. (2015). Mudanças climáticas e prioridades para a conservação da biodiversidade. *Revista de Biologia Neotropical*, 11(1), 47-57.
- Lopes, T. D. S., & Abílio, F. J. P. (2023). Pressupostos críticos de uma educação ambiental para emancipação. *Educação*, 48(1), e43, 1-30.
- Loureiro, C. F. B. (2012). *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. Cortez.
- Loureiro, C. F. B., & Cunha, C. C. (2008). Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação. *Revista Práxis*, 1, 35-42.
- Mayorga, C. (2007). Revisitando a Pedagogia do Oprimido: Contribuições à Psicologia Comunitária. In C. Mayorga, & M. A. M. Prado (Org.), *Psicologia Social: Articulando Saberes e Fazeres*. Autêntica.
- Mayorga, C. (2014). Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital*, 14, 221-236.
- Mayorga, C. (2021). Reflexões sobre a Integralização da Extensão nos Currículos de Graduação. *Interfaces*, 9, 14-30.
- Mayorga, C., & Nascimento, R. (2009). Dinâmicas da Transformação Social: Reflexões sobre a Pesquisa-ação em Contextos Comunitários. In C. Mayorga, E.P. Rasera, & M. S. Pereira (Org.), *Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos* (pp. 163-182). Juruá.

Miagusko, E. (2011). Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. *Cadernos CRH*, 24(61).

Ministério do Meio Ambiente. (2019). *Plano de Manejo*. MMA.

Reboita, M. S., Marrafon, V. H. A., Llopart, M., & Rocha, R. P. Cenários de mudanças climáticas projetados para o estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Climatologia*, 1.

Rede Cerrado. (2024). Por que cuidar do Cerrado?. *Campanha Cerrados*. <https://cerrados.org.br/por-que-cuidar-do-cerrado/>

Santana, V. V., Santos, P. R., & Barbosa, M. V. (2020). Contribuições do Plano de Manejo e do Conselho Gestor em Unidades de Conservação. *Meio Ambiente*, 2(2), 18-29.

SIEX/UFMG. (2024). Apoio à Brigada Voluntária Cipó: educação ambiental, prevenção e combate a incêndios. *SIEX/UFMG*. <https://sistemas.ufmg.br/siex/VerIdentificacao.do?id=94176&tipo=Projeto>

CAPÍTULO 11

Feminismo Comunitário e sua Pedagogia Feminista: produção do Bem Viver em São João del-Rei-Minas Gerais

(Marina Eduarda Oliveira Campos, Maria Fernanda Gusmão Rego)



11

Corpo, território de luta: Feminismo Comunitário em São João Del-Rei-MG

Durante o 24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES, que teve como mote “Modos de Vida e Produção do Comum”, tivemos a oportunidade de compor, junto a companheiras e companheiros importantes a mesa sobre “Conflitos Socioambientais: o papel da mobilização comunitária”, para debatermos em conjunto sobre as formas com que crimes ambientais e a exploração predatória dos bens naturais têm acarretado impactos e adoecimento nos seres humanos e seres-mais-que-humanos. Neste cenário, as populações atingidas e os movimentos sociais e populares vêm buscando se organizar em diversas instâncias, para questionar e tencionar essas ações predatórias e exploratórias impostas pelo capital.

Os conflitos socioambientais em territórios periféricos expressam, agudamente, as desigualdades estruturais produzidas por sistemas de exploração baseados no racismo ambiental, no patriarcado, no colonialismo e na lógica capitalista de acumulação de riqueza. Nesses contextos, a ausência ou precariedade das políticas públicas incide diretamente na qualidade de vida das populações mais vulnerabilizadas, com destaque para as mulheres negras e periféricas, que historicamente assumem o protagonismo nas estratégias de sobrevivência e resistência.

Com este capítulo buscamos propor uma reflexão situada sobre os conflitos socioambientais a partir das práticas de resistência e cuidado desenvolvidas sobretudo por mulheres em territórios periféricos à luz do Feminismo Comunitário, da Educação Popular e da Pedagogia Feminista. A partir da leitura de autoras como Verónica Gago e Luz Maceira Ochoa, fundamentamos a noção de corpo-território e a Pedagogia Feminista como ferramentas de enfrentamento ao modelo capitalista, patriarcal, racista e colonial que estrutura a desigualdade social e ambiental. Nós nos apoiamos também nas contribuições da *Marcha Mundial das Mulheres* e da *Sempreviva Organização Feminista* – SOF, cujas experiências promovem a articulação entre feminismo popular, economia solidária, soberania alimentar e justiça ambiental.

Abordaremos a experiência das mulheres do Bairro Senhor dos Montes, marcado por negligência estatal, poluição e ausência de políticas públicas, que nos mostra que é por meio da mobilização comunitária — especialmente de mulheres negras — que se constroem alternativas concretas baseadas na agroecologia, na solidariedade e na auto-organização, como forma de afirmação do Bem Viver e da sustentabilidade da vida. Nesse sentido, a Pedagogia Feminista emerge como projeto político-pedagógico emancipatório, enraizado nas práticas cotidianas e formativas que articulam conhecimento, ação coletiva e transformação social. Esperamos, assim, contribuir para uma reflexão de como

a mobilização comunitária feminista é um campo de disputa central frente aos conflitos socioambientais, produzindo vida onde o sistema insiste em gerar destruição.

Para tanto, retomamos inicialmente o livro “A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo” da autora Verónica Gago, doutora em ciências sociais, professora da Universidade de Buenos Aires e pesquisadora militante integrante do *Coletivo Ni Una a Menos* dentre outros movimentos. Para Verónica Gago a potência feminista é “uma teoria alternativa do poder”, ela nos afirma que:

Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos, isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer. Não se trata de uma teoria ingênua do poder, mas de compreender a potência como desenvolvimento de um contrapoder (inclusive, de um duplo-poder). E, finalmente a afirmação de um poder de outro tipo, que é a invenção comum contra a expropriação, usufruto coletivo contra a privatização e ampliação do que desejamos ser possível aqui e agora (Gago, 2020, p. 10).

O trabalho de Gago (2020, p. 12) surge de um pensamento situado na sequência de lutas do Movimento Feminista na Argentina e parte de uma chave de investigação militante, para ela, “... situar-se também é compor com uma máquina de conversações entre companheiras, histórias e textos de muitas partes de muitas épocas. Como em toda escrita, nela atua e se escuta uma polifonia, e se tramam linhas de força”. A autora chama nossa atenção em relação ao pensar situado, inevitavelmente, um pensar feminista, parcial e internacionalista. A reflexão proposta sobre o “pensar situado” articula-se a uma epistemologia feminista que se constrói a partir da experiência encarnada e coletiva.

O pensamento feminista se ancora na materialidade dos corpos e das trajetórias de vida, reconhecendo que as experiências, expectativas e memórias constituem a base concreta do conhecimento: “Porque se algo nos ensinou a história das rebeldias, de suas conquistas e fracassos, é que a potência do pensamento sempre tem corpo. E nesse corpo se congregam experiências, expectativas, recursos, trajetórias e memórias” (Gago, 2020, p.15).

A noção de parcialidade, longe de indicar limitação ou fragmentação, é interpretada como uma perspectiva específica, uma montagem singular que possibilita a entrada em experiências complexas e enraizadas. Já o internacionalismo, entendido como prática cartográfica, constrói uma ressonância global desde o Sul, entrelaçando insurgências locais em um movimento transnacional que preserva sua força territorial e sua concretude. Nesse cenário,

Cada situação é uma imagem do mundo, uma totalidade aberta ao sabor do conceito e à empiria infinita dos detalhes ... Tem sua força enraizada na América Latina, em camadas múltiplas de insurgências e rebeliões. E alimenta um pensar situado que desafia

escalas, alcances e invenções de um movimento que se amplia sem perder a força de estar localizado e a exigência de ser concreto (Gago, 2020, p. 12).

Em nosso caso, o pensar situado é um processo que acontece na vivência em bairros periféricos da cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais. Situado pela ciência que compreende a interdependência entre todas as formas de vida no planeta Terra, compreendendo que os acontecimentos locais produzem efeitos em escala global.

Em seu livro, “Corpo-território: o corpo como campo de batalha”, Gago (2020) traz à tona o conceito de corpo-território, essencial para pensarmos as dimensões da luta feminista em sua radical inseparabilidade entre corpo e território. Em nossa experiência, esse conceito ganha concretude nas trajetórias de mulheres que, no cotidiano, praticam formas coletivas de feminismo e transformam seus corpos em territórios de resistência e ação política.

O que vivenciamos para essa escrita são as vidas de mulheres que colocam em prática diariamente o feminismo coletivamente e que transformaram seus corpos em territórios de resistência e luta. O conceito “corpo-território” pode ser percebido de forma muito simples e prática na relação na qual as mulheres estabelecem a dinâmica coletiva no Bairro Senhor dos Montes, na cidade de São João del-Rei, um exemplo nítido de como nos bairros populares no nosso país, as mulheres negras são as protagonistas a frente da luta na busca por resolução dos conflitos socioambientais de seus territórios.

Parte urbanizada da Serra do Lenheiro, o Sr. dos Montes é um bairro popular e periférico de São João del-Rei, com ausência de estruturas de políticas públicas, como a falta de saneamento básico, acesso à água potável, a não prevenção de crimes ambientais no Parque Municipal da Serra do Lenheiro — garimpo, trilhas de motos, queimadas, poluição dos cursos d’água etc.

Essa realidade, além de demandar constantes ações de denúncia e cobrança ao poder público municipal, impulsiona a criação de estratégias autogestionárias por parte da própria comunidade, por meio de coletivos organizados e parcerias locais. Um exemplo significativo é a horta comunitária “Vida Verde”, que abriga ações permanentes coordenadas pelas mulheres da comunidade que efetua, na prática, a possibilidade de um bem viver através da agroecologia e plantios saudáveis. Com uma construção de respeito à natureza e uma forma de trabalho e produção coletivizada, demonstram que o Bem Viver só é possível por meio do trabalho coletivo.

Além disso, a associação comunitária — também liderada por mulheres — atua incisivamente na denúncia da poluição dos cursos d’água e na promoção de festivais e mutirões de plantio coletivo na Serra do Lenheiro, sempre para restaurar e preservar o equilíbrio ecológico do território.

Não por acaso, os bairros periféricos são historicamente negligenciados pelo poder público, as problemáticas enfrentadas pela comunidade do Sr. dos Montes é fruto de uma política mundialmente estruturada em sistemas que tem por finalidade a concentração de riquezas e a produção da desigualdade através da exploração do trabalho e da natureza.

Criando fissuras e fazendo o antagonismo a essas explorações, o trabalho comunitário realizado pelas mulheres constrói, no presente, o futuro possível: contra-hegemônico, dimensões nas quais a comunidade cuida de si, de forma feminista, solidária e autogestionada. O antagonismo se apresenta na impossibilidade de haver mediação entre o sistema do lucro e exploração e o Feminismo Comunitário — uma vez que o Feminismo Comunitário tem os modos de produção e reprodução da vida pensadas a partir do cuidado e do Bem Viver —, apresentando o conflito entre capital x vida, que em sua dinamicidade produz os crimes socioambientais, a crise climática, dentre outras contradições.

O que entendemos como Bem Viver? Pode ser compreendido a partir da crítica ao sistema colonial-racista-patriarcal-capitalista, uma vez que pontua uma ruptura com a centralidade do indivíduo, com as noções neoliberais de progresso e desenvolvimento e bem-estar capitalistas. Não se trata, portanto, e não devemos associá-lo à ideia de bem-estar ocidental, o Bem Viver demanda recuperar as cosmovisões dos povos e comunidades originários e tradicionais e a urgência de construirmos outras formas de vida e organização que não sejam regidas pela lógica capitalista (Acosta, 2016).

A sustentabilidade da vida (Sempreviva Organização Feminista & Coletiva XXK, 2021) ecoa as proposições do Bem Viver. Trata-se de uma proposta analítica e política que pretende retirar os mercados capitalistas do centro da economia, ou seja, fazer com que deixem de ser o foco da compreensão ou da realização das propostas políticas. Trata-se, portanto, de referir-se a todos os processos, territórios e relações que regeneram tudo o que é vivo, a partir da compreensão da vulnerabilidade e interdependência/ecodependência como condições fundamentais para a vida e existência humana. De acordo com Orozco (2012, p. 60),

Olhando o sistema socioeconômico por uma perspectiva que coloque no centro a sustentabilidade da vida, percebe-se claramente “uma profunda contradição ... entre os processos de reprodução das pessoas e o processo de acumulação de capital” ... Por um lado, encontramos uma lógica de acumulação, na qual a satisfação das necessidades se dá na medida em que isso permite gerar benefícios monetários, acumular capital. Por outro, encontramos uma lógica que poderíamos denominar de “sustentabilidade da vida” (não assimilável ao ideal, antes questionado, do altruísmo) dirigida à geração direta de bem-estar e valores de uso. Essas lógicas são opostas; enquanto, na primeira delas, as pessoas se convertem em um meio destinado a conseguir o fim da acumulação de capital; na segunda, seu bem-estar constitui um fim em si mesmo. Em algumas ocasiões, as lógicas podem coincidir, mas o conflito está sempre latente. Além do mais, são duas lógicas marcadas pelo gênero, em um duplo sentido material e simbólico. Mate-

rial, porque se associam a espaços econômicos inscritos de forma diferente às mulheres e homens – a lógica de acumulação prevalece no âmbito do mercado. Já a lógica da sustentabilidade da vida abarca majoritariamente as esferas de atividade econômica não remunerada. É simbólica porque a lógica de acumulação é uma lógica androcêntrica associada à transcendência, instituindo os mercados como símbolo da civilização que se levanta sobre a dominação da natureza.

Nesse sentido, é possível perceber as ações comunitárias das mulheres no Bairro Senhor dos Montes produzem a vida a partir do Bem Viver e da sustentabilidade da vida, da solidariedade e outras bases de poder e autodeterminação popular, presentes em práticas da Pedagogia Feminista, do Feminismo Popular, do Feminismo Comunitário, dos movimentos de mulheres indígenas, do Feminismo Camponês, dentre outras vertentes.

As participações ativas em redes do feminismo popular internacionalista é também um importante indício de como a adesão ao Feminismo e a busca por formações feministas são prática contínua das mulheres da comunidade do Senhor dos Montes, como, por exemplo, a participação na *Marcha das Margaridas* em 2023, a construção do *Festival das Mulheres (6ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, 2025)* e a participação constante nos espaços produzidos pelo *Núcleo da Marcha Mundial de Mulheres* em São João del-Rei.

A *Marcha das Margaridas*, que levou 100 mil mulheres do Brasil e do mundo para marchar em Brasília em 2023, tem o nome de uma lutadora social do campo, Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983, aos 50 anos, a mando de fazendeiros da região. Nos anos de 2000, 2003 e 2007, a pauta política de reivindicações foram: a luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Em 2011, a convocação foi sobre o “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.

A *Marcha Mundial das Mulheres* – MMM é um movimento feminista internacional, iniciado em 2000, em uma campanha que reuniu mais de 5 mil grupos de mulheres de 159 países e territórios em uma ação comum contra a pobreza e a violência sexista; esta ação teve como característica trazer o Feminismo popular e militante de volta às ruas, o que impulsionou as mulheres a dar continuidade à *Marcha* como um movimento permanente:

A *Marcha Mundial das Mulheres* se define como um movimento feminista e anticapitalista, que abarca uma diversidade de mulheres tanto do ponto de vista internacional, como entre as próprias brasileiras. A identidade política deste feminismo é marcada pela construção de unidade através da ação conjunta e pelo esforço coletivo e incessante de superar as contradições dentro do próprio movimento. A utopia feminista quer derrotar o sistema capitalista patriarcal, racista, colonial e lesbofóbico, e é a ação concreta que permite avançar nessa construção (Ceregatti *et al.*, 2015, p. 05).

O processo de criação da *Marcha Mundial das Mulheres* no mundo tem um marco importante: a manifestação de 1995, ocorrida em Quebec, no Canadá, quando 850

mulheres marcharam 200 quilômetros, levantando as bandeiras de luta “Pão e Rosas”. Para as mulheres do Quebec, a ação — que criticou de maneira forte o sistema capitalista mundial — garantiu conquistas importantes, como o apoio à economia solidária, os direitos para mulheres imigrantes e o aumento do salário-mínimo. Além disso, ficou a esperança exemplar de que a transformação através da luta organizada é possível.

Entre os princípios da MMM, estão a auto-organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais, que defendem a visão de que as mulheres são sujeitas ativas na luta pela transformação de suas vidas, vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista e colonizador dos bens comuns da natureza.

A MMM se articula mundialmente na construção de suas ações internacionais, pensadas com propósito de unir pautas feministas locais (nacionais) com as reivindicações internacionais. No Brasil, as mulheres participam da Marcha desde seu início. A primeira ação, com a Marcha das Margaridas, reuniu 20 mil mulheres em Brasília, em 2000. Em 2004, desenvolveram-se as lutas nacionais contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, como ação permanente. No ano de 2005, foi lançada a *2ª Ação Internacional para a difusão da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade*. Naquele mesmo ano, foram estabelecidos quatro eixos temáticos para os campos de ação: paz e desmilitarização; bens comuns; fim da violência contra as mulheres; trabalho e autonomia econômica. No Brasil, a Marcha também considerou necessário o campo de ação da luta contra mercantilização do corpo, da vida das mulheres e pela legalização do aborto.

Em 2006, 500 mulheres juntas em Belo Horizonte–MG marcaram o *I Encontro Nacional do Movimento*, e o fortalecimento da auto-organização das mulheres no Brasil. Nesse período teve grande importância e articulação com as mulheres da Via Campesina e as lutas das mulheres camponesas, pela soberania alimentar e pelo Bem Viver.

Com papel fundamental na combinação entre trabalho, formação e luta social, a MMM tem contribuído para a formação de várias mulheres em territórios internacionais diversos e São João del-Rei está nesse circuito desde 2012, reforçando uma presença territorial importante na formação política com mulheres nos territórios de lutas populares.

A formação política realizada de forma dinâmica e em conjunto com a prática cotidiana possibilita às mulheres escreverem, formularem/reformularem sobre a dinamicidade de suas realidades, permite analisar, criticar e repensar o caminho, desde um lugar que se apropriem da formação política como ferramenta de transformação de suas realidades. Possibilita, também, que as mulheres se entendam enquanto coletivo e se responsabilizem sobre o destino de suas vidas. Assim, é possível que as mulheres se reconheçam na luta feminista, se identifiquem com o Feminismo.

Quando uma mulher se forma feminista, o impacto é grande, pois a partir daí ela será exemplo para as demais mulheres que compartilham o mesmo cotidiano, construindo, assim, uma perspectiva de serem multiplicadoras, formadoras, educadoras de uma forma de viver. Se tornam responsáveis por manter a existência de uma Pedagogia Feminista, que além de ser um modo de estar no mundo, se configura em um discurso: “... que orienta la educación, que sustenta y promueve una ética y un objetivo político, y que como tal, es una herramienta indispensable para el trabajo y avance del feminismo”²⁵ (Ochoa, 2008, p. 28).

Pedagogia Feminista

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

— Rosa Luxemburgo

Traçar caminhos para construção de novas relações sociais de gênero, raciais e ambientais passa por uma construção político-pedagógica a partir de um processo educativo radicalmente contrário à exploração capitalista, racista, patriarcal e colonialista. Portanto, uma proposta pedagógica emancipatória que não seja neutra diante das relações econômicas-políticas e sociais,

Nesse sentido, dialeticamente, Paulo Freire nos propunha que, ao desvelar as realidades e as histórias de vida individuais e coletivas, fôssemos traçando o projeto pedagógico, pois esse não se concretizará se negar o caráter militante e político inerente ao seu processo, a sua natureza, enquanto instrumento não-neutro, imerso em ideologia (Lopes, 2017, p.74.)

A formulação conceitual dos princípios de uma Pedagogia Feminista é tão importante quanto a construção de propostas concretas para efetivação dela, na forma em que dialeticamente se constitui a prática e a teoria. Por isso, faz necessário o soerguimento de uma perspectiva político pedagógica, não neutra e, mais especificamente, que seja feminista.

Nos estudos feministas encontrados no Brasil existe um viés que faz uma ligação direta à constituição desse campo nas pedagogias críticas ou pedagogias libertadoras, basicamente aquelas pedagogias que denunciam e propõem a resolução dos problemas de ordem social, por parte da tomada de consciência e ação transformadora coletiva (Sardenberg, 2011).

²⁵ Tradução: “... que orienta a educação, que sustenta e promove uma ética e um objetivo político e que, como tal, é uma ferramenta indispensável para o trabalho e o avanço do feminismo”.

Existe uma tendência na edificação das pedagogias feministas em atrelá-las à educação popular e às contribuições feitas por Paulo Freire aos princípios, métodos e práticas pedagógicas. Isabella Marques de Oliveira (2020) negrita essa importância ao mencionar a pensadora bell hooks, que, em seus escritos, traz a convergência entre o trabalho da Pedagogia Feminista e de Paulo Freire, também o exemplo de Cláudia Korol e Luz Maceira Ochoa, responsáveis por fazerem esse diálogo.

Luz Maceira Ochoa é uma pensadora que vive em nosso tempo, uma mulher que respira os temas da Pedagogia Feminista e da Pedagogia da Memória. Nas pesquisas realizadas on-line, escavamos sobre sua trajetória e conseguimos identificar algumas andanças, encontramos publicações de periódicos, livros, palestras e entrevistas entre o período de 2005 a 2021.

Desde 1998, Ochoa colabora com organizações civis, setores governamentais e instituições acadêmicas em Guadalajara, México e País Basco. Em 2020, cooperou com a área da Memória e Feminismo do Museu da Memória e dos Direitos Humanos no Chile, assim como no Diplomado Educação, Memória e Direitos Humanos da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade do Chile. Nesse mesmo período, era cocoordenadora do grupo regional da América Latina da Associação de Estudos da Memória e integrante do Grupo de trabalho sobre gênero e memória do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Ela tem uma formação diversa nos campos da Educação, Ciências Sociais, Estudos de Gênero, Museologia, Memória Social e Direitos Humanos. Luz Maceira Ochoa tem mais de quarenta publicações que incluem artigos científicos, livros, capítulos de livros, coordenação de revistas, sendo os temas principais ligados fundamentalmente à sua formação mencionada.

Para contextualizar o tempo histórico no qual a autora vive, ou melhor, em que vivemos, é notório dizer que a nossa sociedade tem consigo heranças de um passado não tão distante. Suas estruturas vêm histórica e saqueando sistematicamente a América Latina e seus povos, o que impôs às classes populares na nossa região, desde o processo de colonização do território, construir formas de não morrer nessa guerra imposta, e, também, de não deixar morrer suas crenças e modos de vida. Pode-se dizer que a relação é dialética, pois preservar seus modos de vida, crenças e memórias era a forma de não morrer diante a crueldade da dominação euro centrada.

O nosso tempo é esse em que as formas de construção do espaço e tempo do território latino-americano se dão pelas forças agentes dos sistemas estruturantes das relações sociais entre colonizadores e explorados, uma batalha entre classes e projetos de poder antagônicos.

Em sua obra “El Sueño y La Practica de Si: Pedagogía Feminista Una Propuesta” de 2008, Luz Maceira Ochoa, entre vários conceitos importantes, propõe os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos de uma Pedagogia Feminista, com uma vasta pesquisa bibliográfica do tema, entrevistas e acompanhamento das práticas de educadoras populares que atuam em organizações civis desenvolvendo processos de educação feminista, uma educação não formal. As organizações escolhidas para o estudo da Pedagogia Feminista pela autora foram: Coordinadora Rural Feminista Indígena – Comaletzin, Grupo de Educación Popular con Mujeres – GEM e o Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir –ILSB. Sobre a Pedagogia Feminista, a investigadora afirma:

La Pedagogía Feminista es un conjunto de discursos, una práctica política, y es también una manera específica de educar. Su especificidad consiste en echar una nueva mirada a propuestas político-pedagógicas emancipadoras y desde una postura ética, filosófica y política denunciar su parcialidad y su androcentrismo, posicionándose críticamente ante el poder y la dominación masculinos, y promoviendo la libertad y el fortalecimiento de las mujeres para construir una manera colectiva una sociedad más libre y democrática²⁶ (Ochoa, 2008, p. 120).

O ponto de partida é sua experiência pessoal, foi de onde surgiu sua primeira inspiração, seu processo de busca em estudar a Pedagogia Feminista, o que, para ela, tem um significado profundo, porque o tema a transforma, demanda repensar seu lugar no mundo e buscar saber mais. Ela parte de um lugar não acadêmico e não academicista, o que a move é um combustível que vem de suas vivências e processos de aprendizado, é desse lugar que ela se posiciona, através das histórias de sua vida e de toda a rede social que ela pertence. Vejamos os escritos de Ochoa sobre o começo de sua aproximação transformadora com o Feminismo:

En mi trabajo como educóloga comencé realizando proyectos educativos en el campo de la educación no formal, en los que a partir de la experiencia de trabajo en educación popular con mujeres suburbanas y de la reflexión sobre derechos humanos y ciudadanía llegué al tema de género y también al feminismo. El trabajo de concientización que implica la educación popular conduce, casi de manera inevitable, a reflexionar sobre la situación de género, sin embargo, me encontraba entonces con pocas herramientas teóricas y metodológicas para enfrentar los conflictos que comenzaron a surgir en el grupo de mujeres con el que trabajaba. Tuve entonces la oportunidad de participar en un taller sobre perspectiva de género que resultó decisivo pues reconocí las distintas formas que puede tomar la opresión, y no sólo de las mujeres suburbanas, sino la de mi familia y la de que vivía en mi propia piel. Nació aquí mi consciencia feminista pues pude nombrar e identificar experiencias, necesidades, deseos. ... asumirme como

²⁶ Tradução: “A Pedagogia Feminista é um conjunto de discursos, uma prática política e é também uma maneira específica de educar. Sua especificidade consiste em lançar um novo olhar sobre propostas político-pedagógicas emancipatórias e, a partir de uma postura ética, filosófica e política, denunciar sua parcialidade e seu androcentrismo, posicionando-se criticamente diante do poder e da dominação masculinos, e promovendo a liberdade e o fortalecimento das mulheres para, de forma coletiva, construir uma sociedade mais livre e democrática”.

mujer y como feminista eclética, pues prefiero tratar de retomar elementos que me significan y considero valiosos, además asumir el sincretismo que nos caracteriza a las mujeres contemporáneas, por esto, reafirmo mi feminismo, así, sin adjetivos, desde el cual deseo, imagino y pienso mi trabajo, mi vida y en concreto, esta investigación²⁷ (Ochoa, 2008, p. 23).

Além do ponto de partida, dentro de suas perspectivas pessoais, a autora tomou para si algumas perguntas importantes ao pensar o trajeto a ser percorrido em sua pesquisa, ressaltamos duas delas: Para que serve uma teoria? Por que essa pesquisa sobre Pedagogia Feminista é importante? Essas são questões que trazem consigo o papel crucial na criação da fundamentação do que é a Pedagogia Feminista. Para Ochoa (2008, p. 16), a teoria:

... sirve para entender, para caminar, para promover ideas y procesos, para pensar. Lo último que pretendería es pugnar por la construcción de una pedagogía para derivar en un discurso acabado, hijo y universalista que pretenda imponer explicaciones y soluciones generalizables, sino que apuesto por la posibilidad de una pedagogía que sirva de orientación estratégica y esfuerzo conjunto, articulado, y definido a multiplex ensayos e iniciativas particulares de las que parte, que se ocupe de la reflexión y de la práctica, o es mejor decirlo un plural, de las muchas reflexiones y de las prácticas que generan procesos educativos tendientes a lograr cambios desde una óptica feminista.²⁸

A importância que a autora revela sobre estudar a Pedagogia Feminista vem da necessidade coletiva de construção de novas relações de gênero e, sobretudo, o fortalecimento social das práticas feministas, tema que a Ochoa irá tratar em artigos, como, por

.....
²⁷ Tradução: “Em meu trabalho como educóloga, comecei desenvolvendo projetos educativos no campo da educação não formal, nos quais, a partir da experiência de atuação em educação popular com mulheres suburbanas e da reflexão sobre direitos humanos e cidadania, cheguei ao tema de gênero e ao feminismo. O trabalho de conscientização que a educação popular implica conduz, quase de maneira inevitável, a refletir sobre a questão de gênero. No entanto, naquele momento, eu dispunha de poucas ferramentas teóricas e metodológicas para enfrentar os conflitos que começaram a surgir no grupo de mulheres com o qual trabalhava. Tive então a oportunidade de participar de um workshop sobre perspectiva de gênero que se mostrou decisivo, pois me permitiu reconhecer as diferentes formas que a opressão pode assumir, e não apenas a das mulheres suburbanas, mas também a de minha família e a que eu mesma vivenciava em minha própria pele. Foi nesse momento que nasceu minha consciência feminista, pois pude nomear e identificar experiências, necessidades e desejos. ... assumir-me como mulher e como feminista eclética, já que prefiro retomar elementos que me são significativos e que considero valiosos, além de assumir o sincretismo que nos caracteriza enquanto mulheres contemporâneas. Por isso, reafirmo meu feminismo, assim, sem adjetivos, a partir do qual desejo, imagino e penso meu trabalho, minha vida e, concretamente, esta pesquisa”.

²⁸ Tradução: “... serve para compreender, para caminhar, para promover ideias e processos, para pensar. O último que eu pretendia seria lutar pela construção de uma pedagogia que resultasse em um discurso acabado, fixo e universalista, que buscasse impor explicações e soluções generalizáveis; ao contrário, aposto na possibilidade de uma pedagogia que sirva como orientação estratégica e esforço conjunto, articulado e definido a partir de múltiplas experiências e iniciativas particulares. Uma pedagogia que se ocupe da reflexão e da prática — ou, melhor dizendo, no plural, das muitas reflexões e práticas que geram processos educativos voltados a alcançar transformações sob uma ótica feminista.”

exemplo, no “Teorizar: una palanca para el movimiento feminista” publicado no *Caderno Espaço Feminino* em 2006.

... nombrar la pedagogía feminista, visibilizarla, y sobre todo, usarla, es requisito para el avance teórico, simbólico y político del movimiento feminista pues podría representar un adelanto con implicaciones conceptuales y prácticas en el fortalecimiento y divulgación de la cultura feminista y en la construcción de nuevas relaciones de género²⁹ (Ochoa, 2006).

As práticas de educação feministas não formais trazem consigo uma potência no que tange ao seu propósito de gerar um aprendizado a ser colocado em prática pelas educandas envolvidas. Nesse sentido, Ochoa (2008, p. 13) aponta a riqueza dessas práticas:

... los proyectos educativos feministas revisados generalmente no se separa el contenido de la metodología ni del proceso personal y grupal, [y] esto supone que se atiende al proceso didáctico, al proceso de aprendizaje y al contenido de manera simultánea e integral, es decir al tiempo que se reflexiona sobre un tema, se brindan las herramientas para su análisis y se capacita a las mujeres para que puedan conducir en otros espacios la reflexión y se presta atención a las implicaciones personales (para cada educanda) de esa reflexión; o al tiempo que se experimenta una situación se reflexiona sobre ella, se procura la apropiación vivencial y teórica de ésta para generar un aprendizaje y se habilita a las educandas para ponerlo en práctica.³⁰

No Brasil, Ochoa é referenciada em artigos, dissertações e teses, reconhecida por desenvolver profundamente aspectos que explicam a Pedagogia Feminista, sendo uma intelectual que se dedicou a estudar esse tema em sua obra “El Sueño y La Practica de Si: Pedagogía Feminista Una Propuesta”, de 2008, citada anteriormente.

Dessa forma, a Pedagogia Feminista tem uma dimensão que forma mulheres que, após o processo, são capazes de transformar suas vidas e conduzir outros espaços educativos responsáveis de ressignificar a vida de outras mulheres, assim, se formam multiplicadoras da Pedagogia Feminista. O que Ochoa nos apresenta, a partir do seu estudo aprofundado nas organizações civis feministas, tem sido nos últimos anos um trabalho

²⁹ Tradução: “... nomear a pedagogia feminista, torná-la visível e, sobretudo, utilizá-la é requisito para o avanço teórico, simbólico e político do movimento feminista, pois pode representar um progresso com implicações conceituais e práticas no fortalecimento e na difusão da cultura feminista, bem como na construção de novas relações de gênero”.

³⁰ Tradução: “... nos projetos educativos feministas revisados, geralmente não se separa o conteúdo da metodologia nem do processo pessoal e grupal. Isso implica que o processo didático, o processo de aprendizagem e o conteúdo sejam tratados de maneira simultânea e integral, ou seja, ao mesmo tempo em que se reflete sobre um tema, oferecem-se ferramentas para sua análise e capacita-se as mulheres para que possam conduzir a reflexão em outros espaços, dando-se também atenção às implicações pessoais (para cada educanda) dessa reflexão; ou, ainda, ao mesmo tempo em que se experimenta uma situação, reflete-se sobre ela, busca-se sua apropriação vivencial e teórica para gerar aprendizagem e habilita-se as educandas a colocá-la em prática”.

empenhado da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) no Brasil e em alguns países na América Latina.

Nesse sentido, ao considerarmos a proposta de Pedagogia Feminista defendida por Ochoa, bem como as práticas formativas desenvolvidas no âmbito do Feminismo Popular — tanto nas organizações civis investigadas por ela quanto na experiência da SOF —, torna-se evidente o esforço em tornar a formação feminista acessível a todas as pessoas. Trata-se de uma estratégia que busca romper com a lógica elitista que associa o ser feminista ou formadora feminista somente às mulheres com especialização acadêmica no tema.

A cartilha feminista “En busca de la igualdad: textos para la acción feminista”, publicada pela SOF com apoio da Fundação Heinrich Böll Stiftung-Cono Sur, em março de 2015, traz aportes para pensarmos a importância da formação feminista e o seu papel nos movimentos auto-organizados de mulheres e nos movimentos sociais mistos. Na apresentação, elenca os objetivos centrais da SOF e constitui-se de mais três textos. O primeiro, “La Formación Como Instrumento Para La Construcción De Un Abordaje Antipatriarcal”, escrito por Nalu Faria; o segundo, “Economía Feminista una Visión Antisistémica”, por Renata Moreno; e o terceiro, “La Perspectiva Feminista sobre la Soberanía Alimentaria”, por Miriam Nobre. Além de serem parte do editorial da SOF, as autoras têm em comum a divisão de espaço enquanto dirigentes do Movimento Feminista MMM (Nobre, Faria, & Moreno, 2015).

A feminista negra bell hooks (2018), em parte do seu livro “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras”, escreve sobre a importância da formação feminista para a construção de uma consciência crítica e nos lembra de como o Movimento Feminista surgiu da teoria e da prática em conjunto. O Movimento Feminista e seu ativismo, ao longo de sua trajetória, tem reconstruído paradigmas sociais (Nobre *et al.*, 2015). Mas, além das análises sobre machismo e sua estruturação, o Feminismo desenha estratégias para enfrentá-lo, que combina “... forma e conteúdo, aspectos coletivos e individuais de modo criativo e desafiador” (Nobre *et al.*, 2015).

Por partir do lugar de que o Feminismo deve ser para todos e todas, ao propor esse tema da formação feminista, a SOF tem a intenção de ampliar o alcance da formação feminista e quebrar a noção elitista de que apenas mulheres “especialistas” no tema podem ser formadoras feministas e educadoras feministas. Em 1991, a SOF começou a fazer cursos nos quais a questão metodológica era parte do programa, como proposta de formar multiplicadoras do Feminismo. A partir dos anos 2000, a organização começou a mapear as suas experiências de formação, com referência na experiência de Alforja, organização de educação popular da Costa Rica. Desse modo, elas recuperam uma prática vivida e exploram aprendizagens que surjam a partir dela, apropriando e valorizando as práticas para a construção do conhecimento.

Esse movimento de olhar para as práticas contribuiu para a definição dos elementos da concepção metodológica de formação, sendo eles: “1) construção de uma consciência feminista; 2) visão e prática de transformação que trabalha o feminismo em organizações mistas” (Nobre *et al.*, 2015).

A segunda concepção metodológica está atrelada diretamente à concepção política feminista construída pela MMM que, segundo a SOF, se expressa no seu primeiro lema, “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres. Mudar a Vida das Mulheres para Mudar o Mundo”, com papel fundamental na construção da correlação de forças com a ordem capitalista, colonialista, patriarcal e racista, ao possibilitar a aliança necessária de constituição de um grande movimento capaz de enfrentar esses sistemas que estruturam nossas vidas (Nobre *et al.*, 2015).

Nesse caderno e em outros materiais da SOF e da MMM, fica nítido que o movimento feminista popular abre um debate que está além da contradição capital \times trabalho, cujo significado central está na contradição capital \times vida. É um movimento que luta pela sustentabilidade da vida e construção da igualdade, não somente das mulheres, mas da humanidade e da natureza/ecossistema. Isso é expresso na nítida colocação sobre quais são os principais inimigos que os movimentos feministas enfrentam: a ordem capitalista, colonialista, patriarcal e racista.

No texto “La Formación Como Instrumento Para La Construcción De Un Abordaje Antipatriarcal”, Nalu Faria (2015) começa contando como na história da SOF, a formação feminista se deu em primeiro plano na década de 1980 com a perspectiva feminista voltada para a área da saúde pública, construção de políticas públicas de atenção integral à saúde da mulher, tendo incentivado várias organizações a investir em formação com o intuito de garantir atenção às mulheres.

Na década de 1990, a SOF ampliou sua agenda feminista de atuação cobrindo outros aspectos e temas, como trabalho, violência, participação política etc. Para isso, a SOF precisou reconstruir seu olhar sobre a diversidade do Feminismo e intensificar a importância da construção da auto-organização das mulheres, levando-a para o interior das organizações mistas no campo dos movimentos sociais populares. Neste caminho, a SOF fez alianças com vários movimentos sociais, participando de escolas de formação políticas, o Instituto Cajamar, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e sindicatos. Neste período, acontecia uma ascensão de governos progressistas e democráticos populares em várias prefeituras pelo Brasil, principalmente do Partido dos Trabalhadores, onde houve maior inserção da SOF e suas experiências em políticas públicas para e com as mulheres, com implementação de políticas públicas de saúde, educação, trabalho da mulher e combate à violência, com caráter feminista e popular.

Para as feministas ativas na SOF, fica evidente que a auto-organização das mulheres nas organizações mistas e movimentos sociais mistos proporciona mudanças fundamentais e avanços nas políticas internas sobre a centralidade do Feminismo na política. Com intenção de sistematizar as ferramentas desenvolvidas pela SOF junto às organizações mistas com perspectiva de igualdade de gênero, a SOF apresenta esse material firmando sua responsabilidade com a despatriarcalização, que implica na mudança das ações internas e externas das organizações envolvidas nos processos formativos, das organizações feministas que experimentaram ou ainda experimentarão a metodologia proposta. A formação foi o primeiro passo da SOF para chegar a esses objetivos nos espaços mistos, a partir dela outros mecanismos, como os instrumentos organizativos, foram possíveis.

Nalu Faria (2015) organiza o texto “La Formación Como Instrumento Para La Construcción De Un Abordaje Antipatriarcal”, e em seu primeiro tópico, “Del Concepto De Género Al Abordaje Feminista”, ela trata do contexto político e histórico do surgimento e utilização do conceito de gênero, se fundamentando em algumas autoras que se dedicam a esse tema. Citando o artigo “O uso do gênero” de Beth Lobo, Faria (2015) evidencia que as barreiras no debate feminista em relação aos conceitos de patriarcado e divisão sexual do trabalho impulsionaram o surgimento do uso do gênero, através dos estudos antropológicos e psicanalíticos, sobre o significado de masculinidade e feminilidade enquanto construção social, na tentativa de eliminar as dicotomias, “... mostrando que o gênero atravessa todo campo social” (Faria, 2015, p. 11).

Com muita repercussão na América Latina, Joan Scott (citada por Faria, 2015), com seu artigo “El Género: Una Categoría Útil Para El Análisis Histórico”, articulou a discussão da criação do conceito de gênero com sua institucionalização, especificamente nas universidades, que se inicia com os estudos sobre mulheres. Para Scott, na década de 1990, o conceito de gênero ganha legitimidade institucional ao mesmo tempo em que é banalizado e perde força, inclusive desconsiderando o sujeito explícito em seus estudos, as mulheres.

Se na década de 1960, a Segunda Onda Feminista traz a afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos através do Movimento Feminista no mundo ocidental, também é realidade que a institucionalização aconteceu em um contexto mundial de ascensão da direita com regimes neoliberais, inaugurados com Ronald Reagan e Margaret Thatcher; nesse momento histórico, para Faria (2015, p. 12) “... se da un cuestionamiento de la radicalidad del feminismo, y la categoría género surge como algo menos conflictivo y amenazador”³¹.

³¹ Tradução: “Coloca-se um questionamento acerca da radicalidade do feminismo, e a categoria gênero emerge como algo menos conflictivo e ameaçador.”

Algo que é apropriado pelas organizações multilaterais como a UNIFEM — sigla em inglês para o *Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres* —, Banco Mundial e por um conjunto de organizações não governamentais, governos e movimentos sociais, que focaram em formar especialistas no tema de gênero incorporando em projetos e políticas. Faria (2015, p. 12) tece uma crítica, evidenciando que: “... de esa forma, muchas veces se puso en un según plan la cuestión fundamental, es decir, que la cuestión de género se trata de una relación de poder y por lo tanto de conflicto, y que está definida por una correlación de fuerzas”³². De acordo com Nobre *et al.* (2015):

El balance crítico de este proceso, por su acento exclusivo en las herramientas y la “*expertise*”, tiene la importancia de reforzar el elemento sujeto político y la autoorganización de las mujeres como forma de enfrentar las relaciones de poder, si dejar aislado el contexto histórico y la dimensión de clase y raza, que exigen políticas de transformaciones estructurales que operen simultáneamente sobre las dimensiones económicas, sociales y políticas³³ (p. 20).

Para Nobre *et al.* (2015), na América Latina, o que se contrapôs, desde a instrumentalização das questões de gênero por parte do neoliberalismo e seus agentes multilaterais, foi o fortalecimento de um campo do Feminismo crítico e resistente ao neoliberalismo, com orientações antissistêmicas na construção de uma agenda de igualdade entre homens e mulheres. Esse combate e essa crítica se tornaram possível a partir da auto-organização das mulheres em um Feminismo que constrói ferramentas para a superação do sistema patriarcal.

Para traçarmos um projeto pedagógico, é imprescindível conhecer e reconhecer as realidades históricas; é necessário perpassar pelas relações de gênero, de classe, étnico-raciais e ambiental e ecológica, pois essa realidade que estrutura nossas vidas tem uma relação simbiótica, estão intrinsecamente conectadas. Por mais que essa conexão surja em tempos históricos diferentes, em condições sociais espaciais distintas, ao se conectarem passam a depender uma da outra e se perpetuam. Se a máxima levantada pelo Movimento Feminista Socialista de que “sem o Feminismo não há Socialismo”, igualmente podemos afirmar, enquanto feministas, que a igualdade de gênero só será possível com a garantia da igualdade racial e justiça ambiental, sendo a Educação e Pedagogia uma ferramenta de suma importância para edificar as condições para a existência de uma sociedade igualitária.

³² Tradução: “Dessa forma, muitas vezes a questão fundamental foi colocada em segundo plano, ou seja, que a questão de gênero se trata de uma relação de poder e, portanto, de conflito, e que está definida por uma correlação de forças”.

³³ Tradução: “O balanço crítico desse processo, devido ao seu enfoque exclusivo nas ferramentas e na “*expertise*”, tem a importância de reforçar o elemento sujeito político e a auto-organização das mulheres como forma de enfrentar as relações de poder, sem deixar isolados o contexto histórico e a dimensão de classe e raça, que exigem políticas de transformações estruturais que atuem simultaneamente sobre as dimensões econômica, social e política”.

Sendo assim, protagonizada por mulheres trabalhadoras em movimentos sociais e em suas comunidades, a Pedagogia Feminista Popular pode ser compreendida como um conjunto de ferramentas teóricas, metodológicas e práticas construídas coletivamente pelo Movimento Feminista, que, mesmo em sua diversidade epistêmica, converge para a formulação de um projeto político-pedagógico enraizado nas lutas populares. Trata-se de um instrumento de construção de um contrapoder frente aos projetos predatórios do capitalismo, do patriarcado, do racismo e do colonialismo.

Ao articular formação política com práticas cotidianas de resistência, essa pedagogia contribui diretamente para a mobilização comunitária como resposta aos conflitos socioambientais, afirmando modos de vida sustentáveis e solidários. Dessa forma, posiciona-se como um caminho possível para a produção do comum, orientada pela centralidade da vida e pelo compromisso com a transformação estrutural das relações entre pessoas, territórios e ecossistemas.

Referências

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária/Editora Elefante.
- Ceregatti, A., Cordeiro, S., Fernandes, S., Lopes, D. R., & Faria, N. (Org.). (2015) *Feminismo em marcha para mudar o mundo: Trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. SOF.
- Faria, N. (2015). La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal. In M. Nobre, N. Faria, & R. Moreno (Org.), *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología* (pp. 09-32). SOF.
- Gago, V. (2020). *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante.
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Lopes, D. R. (2017). “*Quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro*”: A auto-organização das mulheres e a Educação Popular na construção da Pedagogia Feminista no curso *Desafio Pré-Vestibular/RS*. [Dissertação, Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas].
- Nobre, M., Faria, N., & Moreno, R. (Org.). (2015). *En busca de la igualdad: Textos para la acción feminista*. SOF.
- Ochoa, L. M. (2006). Teorizar: una palanca para el movimiento feminista. *Caderno Espaço Feminino*, 15(18), 197-218.
- Ochoa, L. M. (2008). *El Sueño y La Practica de Si: Pedagogía Feminista Una Propuesta*. [Trabajo de investigación, Maestría en Estudios de Género, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, Cidade del Mexico].

Oliveira, I. M. (2020). *Por uma Pedagogia Feminista... "Até que todas sejam livres!"*. [Dissertação, Mestrado em Educação, Culturas e Identidades, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife].

Orozco, A. P. (2012). Ameaça tormenta: A crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In N. Faria, & R. Moreno (Org.), *Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia* (pp. 51-84). SOF.

Sardenberg, C. (2011). Considerações introdutórias às pedagogias feministas. In A. A. Costa, A. T. Rodrigues, & I. M. Vanin (Org.), *Ensino e gênero: Perspectivas transversais* (pp. 19-38). UFBA/NEIM.

Sempreviva Organização Feminista, & Colectiva XXX. (2021). *Juntas e misturadas: Explorando territórios da economia feminista*. SOF.

CAPÍTULO 12

Modos de vida e produção do comum na trajetória do Professor Marcos Vieira-Silva

(Aline Moreira Gonçalves)



12

“É no encontro com o outro que a Psicologia se reinventa e se faz instrumento de emancipação.”

— Silvia Lane

Introdução

Este capítulo resulta da homenagem ao professor Marcos Vieira-Silva, conhecido como *Marquinho*, realizada durante a abertura do *24º Encontro Regional da ABRAPSO MG/ES*. O evento ocorreu de 14 a 16 de novembro de 2024 no *Campus Dom Bosco* da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, em Minas Gerais, e teve como tema central “Modos de Vida e Produção do Comum”.

A partir da proposta de refletir sobre “Modos de Vida e Produção do Comum”, entendido como a articulação coletiva de modos de existência resistentes às lógicas individualizantes e normativas contemporâneas, percebe-se que esse conceito encontra expressão significativa na trajetória acadêmica e profissional do professor Marcos Vieira-Silva. Vieira-Silva, cuja trajetória é marcada por sua atuação como psicólogo, educador, pesquisador e ativista, se estabeleceu como uma referência relevante na Psicologia Social e Comunitária brasileira das últimas décadas. Seu trabalho, pautado em um exercício ético-político comprometido com a transformação social e o cuidado coletivo, contribuiu, ao longo dos anos, para a construção de espaços de escuta, produção subjetiva e formação cidadã.

Neste sentido, destacamos a trajetória profissional do professor Marcos Vieira-Silva, cuja atuação em Psicologia Social e Comunitária transcende o espaço acadêmico. Formado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1978, Vieira-Silva combinou sua formação acadêmica com uma prática orientada pela transformação social. Possui especialização em Dinâmica de Grupos e Grupos Operativos (em 1982) e especialização em Psicologia pelo *Programa de Especialização de Professores do Ensino Superior – Prepes*, com ênfase em Psicologia Social (em 1984). Obteve ainda mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (em 1989) e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (em 2000). Em 2014, durante estágio pós-doutoral realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, aprofundou suas pesquisas em práticas de Psicologia Social Comunitária articuladas às políticas públicas, consolidando-se como referência nesta área.

Entre 1979 e 1989, Marcos Vieira-Silva trabalhou como professor na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ministrando disciplinas relacionadas à Psicologia Social e Saúde Mental. Na Universidade Federal de São João del-Rei, onde permaneceu por mais de três décadas (aposentando-se em 2016, mas permanecendo até o

ano de 2024 como professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Psicologia) foi professor associado, coordenador de projetos de pesquisa e extensão comunitária e orientador acadêmico. No período em que exerceu o cargo de pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (2008–2012) — atualmente, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura — dedicou-se a ampliar a inserção social da universidade, promovendo diálogos entre conhecimentos acadêmicos e saberes comunitários, fortalecendo os vínculos da instituição com diferentes territórios.

Tais ações dialogam diretamente com o conceito de produção do comum, entendido como reconhecimento político e compartilhamento das diversas formas de existir, como elucida Krenak (2019) que, em sua obra, nos provoca a imaginar outros mundos possíveis diante da crise civilizatória contemporânea, defendendo que resistir com beleza, ancestralidade e coletividade é uma forma de adiar o fim do mundo. A trajetória do professor Marcos materializa esse gesto coletivo e insurgente: seus projetos de extensão, práticas de cuidado e escuta, e sua articulação com os saberes populares constituíram, a seu tempo, em modos de adiar o fim do mundo no cotidiano da universidade pública e da Psicologia Social Crítica.

Entre referenciais e seus modos de vida

O professor Marcos fundamentou grande parte de seu trabalho na compreensão das dinâmicas grupais, afetividade e identidade, considerando esses aspectos como elementos centrais em processos de transformação social. Esses conceitos, detalhados em sua tese de doutorado intitulada “Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações” (Vieira-Silva, 2000), nortearam suas atividades extensionistas e pesquisas acadêmicas ao longo dos anos. Com base nesse referencial teórico, ele desenvolveu intervenções nas quais os grupos eram vistos não apenas como dispositivos técnicos, mas como espaços ativos de interação, conflito, produção de sentido e emancipação. Tais práticas, especialmente as desenvolvidas no *Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial* – LAPIP, evidenciam a aplicação dessa abordagem, destacando o vínculo afetivo, o reconhecimento da singularidade dos sujeitos e a construção coletiva da autonomia como fundamentos tanto metodológicos quanto políticos.

Esses fundamentos conceituais também foram explorados nos artigos “Afetividade, identidade e poder em grupos comunitários” (Vieira-Silva, Amaral, & Grandi, 2002) e “A potência do processo grupal” (Vieira-Silva, 2019). No primeiro artigo, os autores discutem como afetividade, identidade e poder operam de modo interdependente nos grupos, influenciando diretamente a coesão, o sentimento de pertencimento e a capacidade de ação coletiva. Já no segundo, Marcos Vieira-Silva amplia essa análise, propondo o grupo como espaço de resistência ao individualismo e de construção do comum,

destacando sua potência em manter vínculos solidários, favorecer subjetividades implicadas com o coletivo e promover relações horizontais e inclusivas. Ambos os trabalhos fundamentam teoricamente suas práticas implementadas no LAPIP, nas quais o grupo é utilizado como ferramenta metodológica e política para gerar sentido, acolhimento e transformação social.

No artigo “Práticas em Psicologia Comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate”, Vieira-Silva (2015) analisa os desafios e as possibilidades da atuação psicossocial voltada à mobilização coletiva em contextos de desigualdade estrutural. A partir de sua experiência com extensão universitária, destaca a importância de uma escuta atenta às demandas dos territórios e a valorização da capacidade criativa dos grupos sociais como base para práticas emancipatórias. Argumenta que uma Psicologia verdadeiramente comunitária exige superar perspectivas assistencialistas, reconhecendo os sujeitos como protagonistas ativos dos processos de transformação social. Esses princípios orientaram diretamente as intervenções realizadas no LAPIP e em diversos projetos coordenados por Vieira-Silva, consolidando sua concepção da Psicologia como uma prática política e implicada com mudanças concretas.

Esse mesmo referencial é aprofundado no artigo “O processo grupal e a educação de jovens e adultos” (Afonso, Vieira-Silva, & Abade, 2009), no qual os autores, Vieira-Silva entre eles, analisam a relação entre os fundamentos da Psicologia Social e os princípios freirianos da educação emancipadora. Nesse trabalho, o grupo é apresentado como espaço de escuta, diálogo e produção coletiva de saberes em contextos educativos populares, especificamente na Educação de Jovens e Adultos – EJA, favorecendo a autonomia, a solidariedade e o desenvolvimento do pensamento crítico. Ao integrar elementos do Grupo Operativo de Pichon-Rivière com a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, o artigo demonstra como processos grupais podem romper com abordagens tradicionais e verticalizadas de ensino-aprendizagem, tornando-se práticas de libertação. Tal perspectiva esteve presente nas intervenções extensionistas desenvolvidas por Marcos Vieira-Silva no LAPIP, reafirmando sua aposta nos grupos como dispositivos ético-políticos de transformação social.

Entre suas principais contribuições destaca-se a participação na criação do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial, espaço significativo de articulação entre formação acadêmica e práticas comunitárias no Brasil. Fundado em 2000, inicialmente como um projeto de pesquisa e extensão vinculado à UFSJ, o LAPIP publicou seu primeiro material em formato de boletim já em 2001. Com o desenvolvimento das ações e o fortalecimento institucional, surgiu em 2006, com apoio da UFSJ e da FAPEMIG, a revista *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, cuja linha editorial foi diretamente inspirada nos princípios que orientavam o LAPIP. A revista consolidou-se como espaço interdisciplinar

dedicado à reflexão crítica e à divulgação de práticas em Psicologia Social, abordando temas como grupos, identidades, instituições e movimentos sociais, sempre com enfoque em saberes socialmente implicados.

Logo após a criação do LAPIP e da revista *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, destaca-se um momento marcante da trajetória de Marcos Vieira-Silva: sua homenagem à orientadora e referência intelectual Silvia Lane, publicada no artigo “Por uma Psicologia Crítica e Emancipadora” no primeiro número da revista (Vieira-Silva, 2006). Nessa homenagem, ele destaca a importância de Lane como formadora de gerações de psicólogos comprometidos com uma Psicologia crítica e transformadora. Sua admiração se manifesta não somente no reconhecimento da atuação internacional de Silvia Lane, mas também na forma afetiva e ética com que ela se relacionava com estudantes, professores e Movimentos Sociais.

Ao afirmar que a melhor forma de a homenagear era seguir sua luta por uma Psicologia comprometida com a transformação da realidade social, Marcos revela muito de si: sua herança intelectual, seus valores políticos e o horizonte ético de sua atuação. O próprio surgimento do LAPIP e da revista *Pesquisas e Práticas Psicossociais* são, como ele mesmo reconhece, frutos desse legado laneano. Silvia Lane foi incentivadora da criação do boletim do LAPIP em 2001 e do projeto editorial da revista em 2006, da qual aceitou participar como membro do conselho editorial. Esse vínculo ético e político entre gerações marca a trajetória de Marcos, reafirmando sua posição como elo fundamental na construção de uma Psicologia Social Crítica no Brasil.

Modos de vida em um legado

Sua inserção política na Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, da qual é sócio fundador, foi decisiva para o fortalecimento de uma Psicologia crítica, situada e comprometida com as lutas sociais. Fundada em 1980, durante a *32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC*, a ABRAPSO nasce do desejo de criar uma Psicologia Social engajada com as questões históricas, culturais e políticas brasileiras, rompendo com modelos universalizantes e tecnicistas. Marcos Vieira-Silva participou ativamente da consolidação dessa proposta, ocupando cargos como vice-presidente regional e coordenador de núcleo local, além de ter coordenado o Grupo de Trabalho de Psicologia Comunitária da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP. Sua atuação reflete os princípios da associação: o compromisso com os direitos humanos, a produção de conhecimento situado e o fortalecimento de práticas emancipatórias. Em 2019, foi agraciado com o *Prêmio ABRAPSO 40 Anos*, em reconhecimento à sua histórica atuação e às contribuições para o desenvolvimento da Psicologia Social brasileira.

Dando enfoque em práticas que aproximavam a Psicologia de problemas reais vivenciados por grupos marginalizados, o LAPIP tornou-se um espaço de escuta, pesquisa e intervenção psicossocial. Suas ações ainda hoje incluem a formação de redes de apoio comunitário e a elaboração de projetos que promovem a cidadania e a saúde mental. Durante anos, o professor Marcos coordenou projetos que conectaram teoria e prática, ensinando a seus(suas) alunos(as) que a Psicologia só encontra seu propósito real quando está comprometida com o bem-estar coletivo.

Destacam-se projetos como o “Programa Doce Vida”, voltado para o acompanhamento de pessoas com diabetes, que integrava saberes sobre saúde física, subjetividade e contexto social, em uma abordagem interdisciplinar. Por meio de oficinas e grupos de apoio, o Doce Vida ajudou a fortalecer a adesão ao tratamento e a construção de vínculos entre os participantes, promovendo a resiliência e o fortalecimento da identidade grupal de pessoas com diagnóstico de diabetes. Esse Programa se tornou referência e destacado em congressos de Psicologia, sendo premiado por seu impacto significativo na qualidade de vida dos participantes e seus familiares.

O professor Marquinhos também foi pioneiro ao trabalhar em projetos de resgate e valorização cultural, relacionando Psicologia, memória e cultura. Sua atuação com o Grupo de Inculturação Afrodescendente Raízes da Terra é um exemplo de alinhamento da Psicologia Comunitária à valorização das raízes culturais afro-brasileiras, promovendo a identidade, a autoestima e o enfrentamento ao racismo. Em parceria com seus(suas) alunos(as), ele conduziu intervenções que incluíram oficinas culturais e atividades de reflexão e análise das raízes históricas afrodescendentes. Esse Projeto foi reconhecido por seu impacto positivo na comunidade são-joanense e homenageado pela UFSJ com menções de destaque pela relevância social e acadêmica.

Em artigo publicado na revista *Memorandum*, Marcos Vieira-Silva, juntamente de Danielle Paiva e Sheila Miranda (2005), aprofundaram a reflexão sobre esse trabalho de extensão com o Grupo Raízes da Terra. No texto, os autores analisam como a memória coletiva e a identidade afrodescendente podem ser mobilizadas como forças de resistência e reconstrução simbólica em contextos marcados por exclusões históricas. A partir da escuta das narrativas de vida, das manifestações culturais e do resgate de saberes ancestrais, o grupo se tornou espaço potente de subjetivação e de afirmação política. A pesquisa e a prática extensionista relevaram como a produção da memória e o fortalecimento identitário podem operar como dispositivos de cuidado e de produção do comum, em consonância com a perspectiva da Psicologia Social Comunitária crítica e situada que Marcos defendia e exercia com paixão e rigor.

A pesquisa que investigava as Corporações Musicais de São João del-Rei e região (Bandas e Orquestras, algumas delas bicentenárias), sobre identidade cultural e musical

é outro exemplo de um olhar sensível e abrangente. Por meio dessa investigação, o professor Marcos e seus orientandos(as) aprofundaram, durante mais de uma década, no entendimento de como a música pode contribuir para a formação de identidades individuais e coletivas. Essa pesquisa se destacou por ressaltar a relevância das corporações musicais não apenas como um espaço de expressão artística, mas como um centro de produção cultural que fortalece laços de afeto e pertencimento, possibilitando a criação de múltiplas identidades tanto coletivas quanto individuais.

Em um de seus artigos mais recentes, escrito em coautoria com Aline Gonçalves e Filippe Lopes, Marcos Vieira-Silva apresenta uma análise crítica e comprometida da história da Luta Antimanicomial no Brasil, situando os avanços e retrocessos da reforma psiquiátrica nas últimas décadas (Vieira-Silva, Gonçalves & Lopes, 2022). O texto, que percorre o período de 1979 a 2021, é expressão da maturidade crítica de sua produção acadêmica e do engajamento permanente com as políticas públicas de saúde mental. Ao refletir sobre os impasses contemporâneos da reforma, Marcos reafirma seu compromisso com a construção de práticas emancipatórias, sustentadas por vínculos comunitários, cuidado territorializado e protagonismo dos sujeitos em sofrimento psíquico. Sua leitura crítica do desmonte das políticas públicas e da medicalização da vida ecoa como alerta e como convocação à reinvenção da Psicologia comprometida com o comum.

A excelência do professor Marcos como orientador e mentor é outra de suas marcas registradas. Ele acompanhou e incentivou o desenvolvimento acadêmico e pessoal de inúmeros estudantes de graduação e pós-graduação, transmitindo não apenas conhecimento técnico, mas valores como ética, compromisso social e empatia. Sob sua orientação, muitos de seus alunos e alunas conquistaram prêmios acadêmicos, apresentando dissertações e teses que receberam reconhecimento nacional. Sua generosidade e acessibilidade fazem com que ele seja descrito por seus orientandos(as) como uma figura inspiradora, que se dedica a fomentar o potencial de cada aluno(a), ensinando-lhes que o saber só se completa quando é compartilhado e posto a serviço dos outros.

Além dessas contribuições, o professor Marcos orientou uma diversidade de pesquisas que evidenciam a amplitude e profundidade de sua atuação na formação crítica de novos profissionais. Entre os temas abordados em dissertações e pesquisas de iniciação científica, destacam-se: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; formação e prática de policiais militares sob a ótica da Psicologia Social Comunitária; percepções de idosos sobre o espaço urbano; experiências de aposentadoria por invalidez por transtornos mentais; e os processos de formação de jovens músicos e suas implicações identitárias.

Também coordenou importantes projetos que investigaram as relações entre música, identidade e tradição nas corporações musicais de São João del-Rei, valorizando a

cultura local como campo de pertencimento e resistência. Seu envolvimento em pesquisas sobre reabilitação psicossocial e saúde mental comunitária, especialmente em centros de convivência, reafirma seu compromisso com práticas psicológicas voltadas à inclusão e ao fortalecimento dos sujeitos em sofrimento psíquico. Essas frentes de atuação revelam a densidade ética, política e epistemológica que atravessava sua orientação acadêmica, deixando marcas que ainda reverberam nas práticas dos profissionais que formou.

Experiências de subjetivação e pertencimento na produção do comum no cotidiano universitário

A produção do comum no cotidiano universitário não se restringe aos espaços formais de ensino-aprendizagem. Ela se realiza, sobretudo, nos “entre-lugares” onde emergem vínculos, pertencimentos e subjetividades coletivas. Em sua trajetória, Marcos Vieira-Silva investiu com intensidade e sensibilidade nesses territórios simbólicos e afetivos, onde a Psicologia se encontra com a vida cotidiana e com os modos de resistência forjados nas bordas das instituições. Seja por meio da arte e cultura, da memória, do cuidado com o sofrimento psíquico ou da escuta em contextos de vulnerabilidade, sua prática revelou como os processos grupais e os espaços coletivos podem operar como tecnologias de emancipação e de transformação subjetiva.

Dessa forma, foram selecionadas, a seguir, algumas experiências e orientações acadêmicas conduzidas sob sua supervisão, as quais ilustram sua aposta na potência do grupo como lugar de invenção do comum, espaço de escuta compartilhada e de reconfiguração das existências — escolhas que, em sua singularidade, expressam também a densidade ética, política e afetiva de sua trajetória como formador e agente transformador.

O artigo “Poder e identidade grupal: um estudo em corporações musicais da região das Vertentes” (Vieira-Silva & Miranda, 2013) oferece uma análise das práticas de pertencimento e subjetivação coletiva, a partir da experiência com as corporações musicais de São João del-Rei. Os autores mostram como a música pode funcionar como tecnologia grupal capaz de fortalecer identidades, promover coesão comunitária e elaborar simbolicamente vínculos sociais. Essa abordagem dialoga com a trajetória de Marcos Vieira-Silva na Psicologia Comunitária ao reconhecer as expressões culturais locais como formas legítimas de produção de conhecimento e resistência simbólica. A articulação entre políticas públicas, práticas coletivas e processos de subjetivação nas margens do sistema é uma constante em sua atuação, especialmente em projetos de extensão e pesquisa universitárias como o Grupo Raízes da Terra, o Programa Doce Vida e oficinas com jovens em situação de vulnerabilidade.

A dissertação de Sheila Ferreira Miranda (2009), intitulada “Identidades de afro-descendentes: resistência e preconceito como motores de um processo em produção”, constitui uma análise aprofundada sobre a construção de identidades negras em contextos de resistência cultural. A partir da experiência com o Grupo Raízes da Terra, o estudo conduzido por Miranda articula os efeitos do racismo estrutural com as estratégias de enfrentamento e produção de pertencimento coletivo. A pesquisa revela o impacto das práticas psicossociais coordenadas por Marcos na formação de subjetividades politicamente engajadas, utilizando metodologias ativas, oficinas de grupo e processos de inculturação como formas de produzir cuidado, memória e transformação social. Essa orientação demonstra mais uma vez o compromisso ético-político do professor com uma Psicologia voltada à emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados. É importante citar que a dissertação de Sheila Miranda foi a primeira a ser defendida no então recém-fundado Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, mostrando a potência da extensão universitária na produção do conhecimento na trajetória de Vieira-Silva.

A dissertação de Carolina Neves de Oliveira (2012), intitulada “Análise do processo grupal da Associação de Portadores de Diabetes de São João del-Rei: articulações entre identidade e participação”, também contribui para esse campo de reflexões. O estudo analisa a experiência do grupo Doce Vida, evidenciando como a construção de vínculos e o fortalecimento identitário dos participantes estavam relacionados à sua atuação na associação. A pesquisa evidencia o grupo como espaço de elaboração simbólica do adoecimento e de reinvenção de projetos de vida, articulando dimensões de saúde, subjetividade e pertencimento. Trata-se de mais uma expressão do compromisso do orientador com práticas psicossociais centradas no cuidado coletivo e na escuta de sujeitos em contextos de vulnerabilidade.

No mesmo campo de investigação, o artigo “Projeto de vida no discurso de jovens músicos” (Gonçalves, Vieira-Silva, & Machado, 2012) analisa como a participação em corporações musicais influencia a construção dos projetos de vida de jovens músicos e musicistas em São João del-Rei. Com base na Psicossociologia, o estudo aponta que esses espaços coletivos funcionam como estruturas simbólicas de pertencimento, configurando-se também como territórios de resistência afetiva e política. Ao tratar o grupo musical como espaço de produção de subjetividades, a pesquisa aproxima-se das concepções defendidas por Marcos Vieira-Silva sobre o papel dos grupos na constituição de identidades e na promoção e no fortalecimento da coesão comunitária.

Já a dissertação de Ivânia Fátima de Carvalho Moura (2013), intitulada “Intervenções psicossociais em instituições de longa permanência para idosos: a ludicidade e suas implicações para a identidade e afetividade: análises de relatos e imagens”, analisa os

efeitos subjetivos das práticas lúdicas em contextos de institucionalização. A pesquisa demonstra como a ludicidade, quando incorporada às ações psicossociais, pode contribuir para o fortalecimento da identidade e das relações afetivas de idosos em instituições de longa permanência. O estudo reforça o interesse do orientador por práticas que articulam cuidado, criatividade e dignidade em processos coletivos voltados à velhice.

A dissertação de Mayara Pacheco Coelho (2014), intitulada “O feminino entre sons e silêncio: o discurso de mulheres no cenário musical de São João del-Rei”, defendida em 2014, investigou as experiências de mulheres musicistas na cidade, explorando como elas constroem suas identidades e enfrentam as desigualdades de gênero no contexto musical local. A pesquisa revelou as tensões entre tradição e modernidade, evidenciando os desafios que essas mulheres enfrentam para afirmar sua presença e voz em um espaço historicamente dominado por homens. A dissertação articula uma escuta sensível às narrativas dessas mulheres, promovendo uma reflexão crítica sobre as relações de gênero e a cultura musical na região.

A dissertação de Sabrina Simões Castilho (2015), intitulada “Relações afetivas e processos identitários de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com oficinas de grupo”, aplica conceitos centrais de sua produção — como afetividade, identidade e processo grupal — para compreender os modos de subjetivação e construção de vínculos em contextos de acolhimento institucional. A pesquisa, conduzida a partir de oficinas em grupo, evidencia a aposta de Marcos em metodologias participativas, sensíveis às singularidades e comprometidas com a transformação das realidades institucionais. A dissertação se inscreve como continuidade e desdobramento das práticas e reflexões do professor, demonstrando sua influência direta na formação crítica de novas gerações de pesquisadores comprometidos com a Psicologia como ferramenta de cuidado e emancipação.

A dissertação de Fernanda Rodrigues Ferreira (2015), intitulada “Identidade de velho: articulações com projeto de vida”, propõe uma reflexão sensível e crítica sobre os sentidos atribuídos à velhice a partir das narrativas de sujeitos idosos. A pesquisa investiga como os projetos de vida, mesmo na fase final do ciclo vital, continuam sendo articuladores de identidade e pertencimento. Ao considerar a velhice não como um fim passivo, mas como campo de possibilidades, a autora sublinha a potência dos sujeitos em redefinir sua existência diante dos estigmas sociais associados ao envelhecimento. A orientação de Marcos, nesse trabalho, reafirma seu compromisso com a escuta das singularidades e com a construção de uma Psicologia que reconhece e valoriza a complexidade dos processos identitários ao longo da vida.

A dissertação de Julia Cabral Mazini (2017), intitulada “Desafios para um país que envelhece: reflexões sobre o atendimento ao idoso asilado provido pelo Estatuto do Ido-

so”, analisa criticamente as políticas públicas direcionadas à velhice institucionalizada no Brasil. O estudo discute os limites e as possibilidades de efetivação dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, com ênfase nas instituições de longa permanência. A pesquisa evidencia a atenção do orientador às questões relacionadas ao envelhecimento, à dignidade e à participação social, reafirmando seu compromisso com políticas públicas voltadas a sujeitos em situação de vulnerabilidade.

A dissertação de Isa Magesti Corrêa Netto (2019), intitulada “De louco a músico: a arte como possibilidade de reabilitação psicossocial no que tange a modificação identitária de usuários dos serviços de saúde mental e membros do grupo musical ‘Os Impacientes’”, investiga o papel da arte como recurso de cuidado, expressão e transformação subjetiva. A pesquisa acompanha a trajetória de usuários de serviços de saúde mental que encontraram na música um espaço de reconstrução identitária e de afirmação de novos pertencimentos. Inserida no campo da reabilitação psicossocial, a experiência reforça a valorização, por parte do orientador, de práticas criativas e coletivas como estratégias de cuidado e emancipação.

A dissertação de Juliana Silva de Carvalho (2020), intitulada “Judicialização das políticas públicas de saúde: implicações psicossociais para a identidade da pessoa com diabetes mellitus”, analisa as relações entre saúde, subjetividade e direitos. A pesquisa discute os efeitos da judicialização como forma de acesso a serviços de saúde e os impactos dessa dinâmica sobre a constituição identitária de pessoas com diabetes. Ao tratar o adoecimento crônico como uma experiência atravessada por políticas públicas e relações de poder, o estudo reafirma o compromisso do orientador com uma Psicologia crítica, atenta às estruturas institucionais e suas implicações na vida dos sujeitos.

A dissertação de Hildaléia Dias (2021), intitulada “As políticas públicas de assistência à saúde mental e o fim necessário dos hospitais psiquiátricos: um olhar sobre o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena”, a partir de uma trajetória profissional, aprofunda a análise dos impactos históricos e institucionais da política de saúde mental no Brasil. A autora articula sua vivência profissional à crítica do modelo manicomial e à defesa da Reforma Psiquiátrica, em consonância com os princípios ético-políticos sustentados por seu orientador. A pesquisa destaca o papel da memória institucional e do testemunho como ferramentas de denúncia e transformação, reafirmando o compromisso com práticas psicossociais pautadas nos direitos humanos e na dignidade dos sujeitos em sofrimento psíquico.

A dissertação de Maximiliano Rodrigues (2021), intitulada “Psicologia Social Comunitária e Centro de Referência de Assistência Social-CRAS: tecendo saberes e fazeres compromissados com a transformação social”, investiga a aplicação dos fundamentos da Psicologia Comunitária nas práticas desenvolvidas nos CRAS. O estudo evidencia

a articulação entre ações institucionais e processos de emancipação social, refletindo o compromisso do orientador com uma Psicologia inserida nos territórios e voltada à formulação de políticas públicas orientadas pelos direitos humanos e pela justiça social.

Sua última orientação acadêmica foi a tese de doutorado de Aline Moreira Gonçalves (2024), intitulada “Da assistência a alienados à assistência à saúde mental: um recorte histórico partindo da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei”. A pesquisa recupera aspectos históricos da assistência psiquiátrica na região das Vertentes, a partir da atuação das Santas Casas de Misericórdia, articulando documentos, memórias e políticas públicas de saúde mental, em uma perspectiva crítica e situada. Esse trabalho representa o fechamento de um ciclo formativo conduzido por Marcos, reafirmando seu compromisso com a produção de conhecimento enraizada na história, no estudo dos territórios e na luta por uma Psicologia pública, ética e transformadora. O fato de sua última orientação ter sido dedicada a uma investigação sobre os caminhos da saúde mental pública no Brasil, ancorada na história local, expressa com clareza sua herança intelectual e política.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, o professor Marcos Vieira-Silva orientou diversos projetos de extensão e iniciação científica, mais de vinte dissertações de mestrado, além de atuar em diversas coorientações e monografias de especialização. Essa dedicação à formação de novos profissionais e pesquisadores evidencia sua aposta na educação como prática de transformação social. Cada orientação, para ele, era também um espaço de escuta, cuidado e construção compartilhada de saberes comprometidos com os direitos humanos e com a valorização das experiências comunitárias. Seu trabalho como orientador foi, portanto, extensão viva de seu projeto ético-político, deixando um legado que repercute nas práticas dos muitos alunos e alunas que tiveram a honra de compartilhar, com ele, sua caminhada formativa.

É importante ressaltar que as experiências aqui apresentadas exemplificam apenas uma amostra da vastidão de seu legado, cuja potência ainda reverbera nos territórios que ele ajudou a transformar e nos sujeitos que ele ajudou a formar. Essas experiências de orientação, intervenção e pesquisa revelam a pedagogia do comum forjada na escuta, no vínculo e na aposta incondicional na potência dos sujeitos e dos grupos. Em cada dissertação, em cada projeto acompanhado, Marcos Vieira-Silva cultivou uma Psicologia implicada com o território e sensível às desigualdades sociais — uma Psicologia que se deixa afetar, que aprende com os saberes populares e que reconhece nas margens um espaço fértil de reinvenção do humano.

Sua prática docente e investigativa não se limitava à transmissão de conteúdos, mas era expressão de uma ética da presença e do cuidado, em que o ato de orientar significava também caminhar junto. Ao reunir parte dessas trajetórias, este capítulo não somente presta homenagem, mas reafirma a permanência viva de seu legado: uma Psicologia So-

cial comunitária que faz da Universidade um território de luta, de memória e de produção compartilhada de sentidos.

Considerações finais

Marquinhos não apenas ensinou Psicologia Social e Comunitária, ele a viveu, em sua prática cotidiana, nos corredores da universidade, nos cafés, na copa do LAPIP, nas rodas de conversa, nos grupos operativos, na escuta atenta aos sujeitos com os quais se encontrava. Seus orientandos(as) relatam frequentemente a experiência de serem acolhidos em sua singularidade, sendo convidados a refletir sobre suas próprias trajetórias à luz de um compromisso com o coletivo, com a história, com a responsabilidade de intervir no mundo, com o brilho no olhar!

Como citado, sua trajetória foi reconhecida por diversas instituições e associações. Além do *Trofêu São João del-Rei de Direitos Humanos e Combate ao Racismo*, concedido pela Câmara Municipal do município, ele recebeu inúmeras homenagens ao longo de sua carreira, incluindo prêmios por trabalhos de extensão universitária e por sua trajetória na Psicologia.

Homenagear Marcos Vieira-Silva é reconhecer que seu percurso foi mais do que uma trajetória acadêmica — foi um compromisso ético vívido, um projeto coletivo em ato. Em tempos de apagamento de direitos e fragilidade dos vínculos sociais, sua presença nos lembra que é possível sustentar o comum por meio do afeto, da escuta e da ação compartilhada. Marcos nos ensinou que o saber se faz no encontro, que a indignação deve se traduzir em prática cotidiana, e que o cuidado é, antes de tudo, um gesto político.

Em suas palavras, em suas escolhas e nas vidas que tocou, deixou não somente ensinamentos — deixou caminhos abertos para mundos mais justos, plurais e vivos.

Referências

Afonso, A., Vieira-Silva, M., & Abade, M. E. (2009). O processo grupal e a educação de jovens e adultos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(2), 407-414.

Carvalho, J. S. (2020). *Judicialização das políticas públicas de saúde: implicações psicossociais para a identidade da pessoa com diabetes mellitus*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Castilho, S. S. (2015). *Relações afetivas e processos identitários de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com oficinas de grupo*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Coelho, M. P. (2014). *O feminino entre sons e silêncio: o discurso de mulheres no cenário musical de São João del-Rei*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Corrêa Netto, I. M. (2019). *De louco a músico: a arte como possibilidade de reabilitação psicossocial no que tange à modificação identitária de usuários dos serviços de saúde mental e membros do grupo musical “Os Impacientes”*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Dias, H. (2021). *As políticas públicas de assistência à saúde mental e o fim necessário dos hospitais psiquiátricos: um olhar sobre o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena a partir de uma trajetória profissional*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Ferreira, F. R. (2015). *Identidade de velho: articulações com projeto de vida*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Gonçalves, A. M. (2024). *Da assistência a alienados à assistência à saúde mental: um recorte histórico partindo da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei*. [Tese, Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Gonçalves, A. M., Vieira-Silva, M., & Machado, M. N. M. (2012). Projeto de vida no discurso de jovens músicos. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 649-658.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Mazini, J. C. (2017). *Desafios para um país que envelhece: reflexões sobre o atendimento ao idoso asilado provido pelo Estatuto do Idoso*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Miranda, S. F. (2009). *Identidades de afrodescendentes: estratégias de resistência e manifestações de preconceito como motores de um processo em produção*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Moura, I. F. C. (2013). *Intervenções psicossociais em instituições de longa permanência para idosos: a ludicidade e suas implicações para a identidade e afetividade: análises de relatos e imagens*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Oliveira, C. N. (2012). *Análise do processo grupal da Associação de Portadores de Diabetes de São João del-Rei: articulações entre identidade e participação*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

Rodrigues, M. (2021). *Psicologia Social Comunitária e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: tecendo saberes e fazeres compromissados com a transformação social*. [Dissertação, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei].

- Vieira-Silva, M. (2000). *Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações*. [Tese, Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo].
- Vieira-Silva, M. (2006). Por uma Psicologia crítica e emancipadora – Uma homenagem a Silvia Lane. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1), 01-02.
- Vieira-Silva, M. (2015). Práticas em Psicologia Comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 292-300.
- Vieira-Silva, M. (2019). A potência do processo grupal. *Psicologia em Revista*, 25(2), 576-588.
- Vieira-Silva, M., & Miranda, S. F. (2013). Poder e identidade grupal: um estudo em corporações musicais da região das vertentes. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 642-652.
- Vieira-Silva, M., Amaral, M. S., & Grandi, A. (2002). Afetividade, identidade e poder em grupos comunitários: características e articulações com o desenvolvimento do processo grupal. *Psicologia em Revista*, 8(12), 125-129.
- Vieira-Silva, M., Gonçalves, A. M., & Lopes, F. M. (2022). Uma história da luta antimanicomial e da reforma da assistência à saúde mental no Brasil (1979–2021): O que podemos e devemos comemorar?. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 39, 01-18.
- Vieira-Silva, M., Paiva, D. L. O., & Miranda, S. F. (2005). Memória e identidade afrodescendente: considerações a partir de um projeto de extensão universitária. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 9, 28-41.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO

Marcelo Dalla Vecchia. Psicólogo, Mestre e Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Botucatu. Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Membro da coordenação do Laboratório de Psicologia Histórico-Cultural da UFSJ (LAPSIHC-UFSJ). E-mail: mdvecchia@ufsj.edu.br

Isabela Saraiva de Queiroz. Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Direitos Humanos da UFSJ (NEGAH-UFSJ). E-mail: isabelasq@ufsj.edu.br

José Rodrigues de Alvarenga Filho. Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Coordena o Núcleo de Pesquisa em Subjetividade, Arte, Musicoterapia e Esquizoanálise (SAMBE-UFSJ). E-mail: joserodrigues@ufsj.edu.br

Júlia Costa de Oliveira. Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professora substituta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e atualmente é professora substituta do Departamento de Medicina de Família, Saúde Mental e Coletiva. Integra a Coletiva Urucum e Girassol. E-mail: julia.oliveira@ufop.edu.br

SOBRE AS AUTORIAS

Ágnes Souza Montanari. Psicóloga social e clínica com formação em Gênero e Sexualidade: Perspectivas LGBTQIA+ pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou como extensionista e pesquisadora no Núcleo de Ensino e Pesquisa Conexões de Saberes e no Laboratório de Análise de Processos em Subjetividade. E-mail: agnessmontanari@gmail.com

Aline Campolina Andrade. Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atua como Psicóloga no Sistema Único de Saúde (SUS) na Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano. E-mail: aline.linecampolina@gmail.com

Aline Moreira Gonçalves. Psicóloga pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em Psicologia pela UFSJ. Tem especialização em Novas Abordagens em Saúde Mental. Desde 2018, integra o corpo docente do curso de Medicina da Faculdade Atenas de Sete Lagoas, onde coordena a linha de pesquisa “Saúde Mental: história, formação e práticas psicossociais”. É associada à ABRAPSO desde 2008 e integra o Movimento Confluências de Minas. E-mail: linepsi71@gmail.com

Celso Francisco Tondin. Formação de psicólogo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Minas Gerais, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI). E-mail: celsotondin@ufsj.edu.br

Claudia Mayorga. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri. É professora, pesquisadora e extensionista vinculada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. É associada à Abrapso desde 1998. E-mail: claudiamayorga@ufmg.br

Cristiane Costa de Almeida. Graduanda em psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Bolsista de Iniciação Científica pelo PIDAC-AF/UFSJ. Integrante

do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Direitos Humanos da UFSJ (NEGAH-UFSJ).
E-mail: cristianealmeidacosta694@aluno.ufsj.edu.br

Dalcira Ferrão. Psicóloga Clínica e Social. Especialista em Administração Pública com enfoque em Gestão Pública (FJP). Integrante do Coletivo BIL - Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas, trans e cis, do Movimento Confluências de Minas e da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas de MG; uma das fundadoras da Articulação Nacional de Psicóloga(aos) LGBTI+, ex-presidenta do CRP-MG (2017–2019) e ex-conselheira do Conselho Federal de Psicologia (2020-2021). E-mail: dalcira_psicologa@yahoo.com.br

Delcimar Ribeiro da Silva. Gestor de Comunicação e Comunicador Social. Especialista em Didática e Trabalho Docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste), graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFSJ), graduando em Letras - Português (UFSJ). Presidente do Movimento Negro SJDRE e Coordenador Geral da ocupação Centro Cultural Quilombo Urbano. E-mail: dellcimarribeiro@gmail.com

Deruchette Danire Henriques Magalhães. Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), na linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social. Atua como coordenadora do curso de Psicologia da Afya Faculdade de Medicina de Itajubá e como docente nos cursos de Psicologia e Medicina desta instituição. E-mail: deruchettedhm3@gmail.com

Fernanda de Cássia Oscar Otaciano. Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Especialista em Didática e Trabalho Docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste). Atua como docente no curso de Psicologia da Afya Centro Universitário de São João del-Rei. E-mail: fernanda.oscar2@gmail.com

Hudson Carajá. Indígena Psicólogo. Artista da música e da palavra. Membro da Comunidade Indígena Carajá de Minas Gerais. Integrante da Articulação de Indígenas Psicólogos (ABIPSI) e da Rede Nacional de Articulação de Indígenas em Contexto Urbano e Migrante (RENIU). Graduado em Psicologia e Graduando em Teatro pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: hudsoncarajapsicologia@gmail.com

Karla de Paula Carvalho. Psicóloga pela Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ. Pós-graduada em Saúde Coletiva pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante

– FAVENI. Mestre e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pesquisadora no Núcleo de Ensino e Pesquisa Conexões de Saberes – UFMG. E-mail: psicologakarlarvalho@gmail.com

Keren Clementina Martins França - Graduanda em psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Poetisa, artista de circo e cantora. E-mail: kerenmartins.contato@gmail.com

Lara Brum de Calais - Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do grupo de pesquisa e extensão Esteticidades: espaço de estudos e práticas em estética e subjetividades (DPSI/UFES). E-mail: lara.calais@ufes.br

Larissa Nanni Krause. Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2025. Atuou como bolsista de extensão no Projeto Taperá Viva (2023/2024). E-mail: larissananik@gmail.com

Luísa Marcondes Santos Monteiro. Psicóloga escolar e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Atua como Coordenadora do Núcleo de Experiência Discente (NED) na Faculdade de Medicina de Itajubá (Fmit). E-mail: luisamarcondesmonteiro@gmail.com

Maria Fernanda Gusmão Rego. Norte-mineira, graduada e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei, na linha de pesquisa “Instituições, Saúde e Sociedade” com o tema “Saberes tradicionais e práticas de benzimento: educação popular em saúde”. Atua como psicóloga clínica e psicóloga escolar e educacional na educação básica. Integrou (2017-2023) o Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Direitos Humanos (NEGAH-UFSJ) e a Marcha Mundial das Mulheres em São João de Rei (2021-2025). E-mail: mariafernandagusmao@gmail.com

Mariana Vieira Moraes. Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Especialista em Direito Sanitário pela Faculdade de Saúde Pública da USP e especialista em Direitos Humanos e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Fiocruz Minas. Consultora Técnica – Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), atuando no Núcleo de Ações Reparatórias da Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. E-mail: mvieira519@gmail.com

Marina Eduarda Oliveira Campos. Agricultora Urbana, Professora de Geografia (UFSJ-2015), Especialista em Estudos Latino-Americanos (2018-ENFF/UFJF), Mestra em Educação (2023-UFSJ), Coordenadora do Fórum de Economia Solidária de São João del Rei e Região (2019) e da Marcha Mundial das Mulheres (2012). Militante da Centelhas - QI; Membro do Comitê Internacional da Quarta Internacional (2025-2032); Dirigente do Setorial Nacional de Mulheres do PSOL (2019). E-mail: marina1722ufsjgeo@gmail.com

Maristela de Souza Pereira. Psicóloga, Mestra, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com período sanduíche na Università degli Studi di Torino (UNITO), Itália, e Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia/MG. E-mail: maristela.ufu@gmail.com

Natália Vitória dos Santos. Psicóloga, Mestranda pela Universidade Federal de São João Del Rei. Email: natalia.vitoria15@outlook.com

Paula Rita Bacellar Gonzaga. Psicóloga, Doutora em Psicologia (UFMG), Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (UFBA); é professora, pesquisadora e extensionista vinculada ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG onde também é Co-coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes; Coordenadora da Liga Acadêmica de Psicologia Social Latinoamericana e Tutora do Pet-Conexões de Saberes. E-mail: paularitagonzaga@gmail.com

Rejane Paféj Kanhgág (Rejane Nunes de Carvalho). Psicóloga, Mestre em psicologia social e institucional, Doutoranda em antropologia (UFRGS). E-mail: rejane06carvalho@hotmail.com

Sandra Sawilza. Coordenadora da Coletiva Mulheres da Quebrada. Atriz, Defensora Popular. Pós-Graduada DocentEPT - UEMG/IFES, Superior em Redes de Computadores - Estácio de Sá, Teatro pela Escola Livre de Arte - Arena da Cultura e Teatro Digital pelo Teatro em Movimento, Técnica Educacional SEE e Cofundadora do Grupo de Teatro Morro Encena. E-mail: ssawilza@gmail.com

Scheylla Bacellar. (Sheyla Santana Bacelar). Dançarina, educadora, coordenadora da Coletiva Mulheres da Quebrada. E-mail: scheyllabacellar@gmail.com

Simone Sigale: Coordenadora da Coletiva Mulheres da Quebrada, é uma mulher preta, mãe, empreendedora cultural e social, e defensora popular, cuidadora de pessoa com TEA. Pós-graduada em Direitos das Mulheres, Conciliação e Mediação de Conflitos, MBA em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, Gestão de Projetos Sociais, Psicologia Social e Antropologia. Ex-atriz e Diretora de Produção Cultural, co-fundou o Grupo de Teatro Morro Encena, FACES e a Coletiva Mulheres da Quebrada. E-mail producaosimonesigale@gmail.com

Viviane de Oliveira Costa Gomes. Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2024. Atuou como voluntária e bolsista de extensão no Projeto Tapera Viva (2023/2024). Professora da Rede Pública de Educação do Estado de Minas Gerais. E-mail: vivianedeoliveira47@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte

11, 13, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 38, 41,
48, 49, 53, 55, 60, 67, 69, 72, 78, 79,
80, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 99, 103, 109,
110, 121, 126, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139,
147, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 164, 165, 169, 171,
172, 174, 177, 184, 189, 192, 193, 195, 197, 202,

B

Bem Viver

14, 60, 72, 74, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 178, 10,

Brigada Cipó

14, 143, 145, 150, 151, 152, 155, 157, 158,

C

Cidadania

12, 33, 35, 36, 37, 38, 95, 136, 157, 172, 187, 9,

Classe

12, 36, 41, 51, 77, 78, 79, 81, 83,
85, 86, 95, 97, 98, 100, 102, 103, 114,
125, 127, 128, 130, 131, 170, 177,

Clínica psicossocial

13, 93, 95, 97, 10,

ColetivA mulheres da quebrada

13, 75, 78, 79, 80, 81, 85, 202, 203, 9,

Comunidades indígenas

67, 205

Contracolonização

205

Corpo

13, 14, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 30, 31, 36, 61,
64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 81, 83, 84,

91, 92, 95, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 109, 111, 112,
114, 115, 116, 117, 118, 119, 132, 133, 150, 163, 164,
165, 168, 177, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 199, 205,

Corporações Musicais

187, 188, 189, 190, 196, 206

Corpo-território

13, 14, 25, 31, 71, 72, 73, 163, 165, 206

Crise Ambiental

131, 206

D

Decolonialidade

110, 113, 114, 121, 206,

Decolonialidade do processo ensino-aprendizagem

114, 206

Dinâmicas grupais

184, 206

Direito

12, 20, 21, 22, 25, 27, 29, 31, 35, 36, 37,

42, 49, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 90, 95, 96, 98,

100, 101, 102, 103, 111, 115, 128, 129, 137, 138, 139, 168,

170, 172, 186, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 203, 206

Domínio dos recursos sociais

36, 206

E

Efeito abebénico

78, 80, 206

Epistemicídio

13, 59, 77, 81, 89, 116, 117, 118, 119, 121, 206

Espiritualidade

67, 69, 72, 206

Estrutura colonial

37, 115, 206

Ético-político

3, 12, 20, 22, 54, 85, 90, 95, 111,

116, 183, 185, 190, 192, 193, 206

Extensão Universitária

13, 14, 21, 75, 79, 151, 152,
185, 190, 194, 196, 9, 206

F

Feminismo negro

13, 75, 77, 78, 79, 87, 89, 90, 110, 9, 207

G

Gênero

14, 74, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 87, 90, 91,
92, 95, 98, 100, 101, 102, 109, 112, 119, 121,
123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134,
135, 137, 138, 139, 141, 166, 169, 170, 172, 173, 176,
177, 179, 191, 197, 199, 200, 201, 202, 10, 207

Gestão algorítmica

207

Gestão de Risco

14, 127, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 207

Grupo de Inculturação Afrodescendente

187, 207

I

Indígena

12, 13, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70,
71, 72, 73, 74, 83, 95, 109, 114, 116, 120, 128,
129, 136, 138, 156, 167, 171, 200, 205, 207, 209,

Injustiça ambiental

125, 128, 140, 207

Interseccional

13, 31, 77, 79, 90, 95, 97, 98, 102, 104,
113, 117, 119, 120, 125, 128, 130, 139, 140, 207

L

Luta Indígena

207

Luta por moradia

12, 20, 21, 26, 27, 28, 30, 207

M

Marcadores Sociais da Diferença

126, 128, 140, 207

Marco Temporal

63, 208

Memória coletiva colonialista

37, 208

Mente

11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 25,
26, 27, 29, 30, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45,
46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 61,
63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 79,
80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 95, 96,
98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 109, 110, 111, 112, 113,
114, 115, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 131,
132, 133, 134, 137, 138, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151,
152, 153, 154, 155, 156, 158, 163, 164, 165, 166, 167,
168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 184,
185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 208

Metodologia do encontro

78, 79, 80, 208

Mobilização e participação comunitária

147, 208

Movimento Tapera Viva

14, 143, 151, 152, 155, 157, 158, 10, 208

Movimentos Sociais

29, 77, 81, 88, 90, 97, 101, 102, 163,
168, 174, 175, 176, 177, 178, 186, 208

Mudanças climáticas

125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 140,
145, 146, 158, 159, 160, 208

Mulheres da Quebrada

13, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 88,
89, 91, 202, 203, 9, 205, 208

P

Pedagogia Feminista

14, 161, 163, 167, 169, 170, 171, 172,
173, 174, 178, 179, 10, 208

Perspectiva crítica

54, 110, 113, 114, 193, 208, 209

Pertencimento

24, 26, 31, 77, 80, 82, 85, 97, 104, 116,
117, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 209

Pessoas LGBTI+

95, 99, 209

Plataformização

12, 39, 41, 44, 46, 47, 50, 51, 54, 55, 9, 209

Poesia

59, 92, 209

População LGBTI+

13, 93, 10, 209

Povos indígenas

12, 13, 59, 68, 69, 70, 72, 136, 138, 156, 209,

Prática profissional

90, 209

Práticas interventivas de cuidado

98, 209

Precarização do trabalho

42, 46, 51, 55, 209

Psicologia comunitária

13, 75, 78, 79, 87, 90, 98, 159, 185,
186, 187, 189, 192, 196, 9, 209

Psicologia das florestas

13, 65, 69, 9, 209

Psicologia escolar

13, 14, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114,
115, 117, 118, 119, 122, 194, 10, 209,

Psicologia escolar de perspectiva crítica

113, 114, 209

Psicologia escolar decolonial

13, 14, 105, 111, 10, 209

Psicologia social

3, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 22, 23, 24,
30, 39, 41, 50, 54, 55, 56, 59, 65, 78, 89,
90, 92, 96, 98, 151, 159, 183, 184, 185, 186, 187,
188, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 202, 203, 9, 209,

Psicologia Social Comunitária

89, 90, 151, 183, 187, 188, 192, 193, 195, 209

Psicologia social do trabalho

12, 39, 41, 50, 54, 55, 56, 9, 209

Psicologia sócio-histórica

99, 122, 210

R

Raça

14, 73, 77, 83, 87, 92, 109, 121, 123, 125, 126,
127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138,
139, 145, 150, 169, 177, 197, 200, 201, 10, 210

Representatividade

83, 102, 210

S

Saúde mental e povos indígenas

210

Sensível

19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 31, 188, 191, 193, 210

Sociedade

3, 12, 20, 22, 27, 33, 35, 36, 38, 55, 67, 68,
70, 71, 72, 73, 77, 89, 91, 96, 100, 103, 112, 113,
120, 121, 125, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 145, 146, 151,
156, 157, 158, 159, 170, 171, 177, 186, 196, 201, 9, 210,

Sociedade política

36, 210

Sustentabilidade da vida

14, 163, 166, 167, 175, 210

T

Território

12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26,
29, 30, 31, 62, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73,
77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91,
92, 95, 99, 108, 109, 113, 116, 118, 123, 125, 126,
127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138,
139, 141, 150, 155, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 178,
179, 184, 185, 189, 190, 193, 194, 10, 206, 210,

Território-umbilical

69, 210

U

Uberização

12, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50,
51, 53, 54, 55, 56, 9, 211

Unidade de conservação

14, 145, 146, 149, 150, 211

V

Vigilância Popular em Saúde

14, 126, 137, 138, 139, 140, 211

Vulnerabilidade

42, 52, 82, 86, 88, 100, 103, 127, 128, 130, 131,
133, 134, 135, 136, 145, 146, 166, 189, 190, 192, 211

REALIZAÇÃO



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

APOIO

